Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Pablo de Moura Nunes de Oliveira

Quando a favela é notícia:
a "pacificação" carioca nas páginas do jornal

Rio de Janeiro

2015

Pablo de Moura Nunes de Oliveira

Quando a favela é notícia:
a “pacificação” carioca nas páginas do jornal

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Doriam Borges

Co-Orientadora: Dayse Miranda

Rio de Janeiro

2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCSA

O48q Oliveira, Pablo de Moura Nunes de.
Quando a favela é notícia: a “pacificação” carioca nas páginas do jornal /Pablo de Moura Nunes de. – 2015.
183 f.

Orientador: Doriam Borges.
Coorientadora: Dayse Miranda.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Bibliografia.

1. Favelas – Aspectos sociais –Rio de Janeiro (RJ) – Teses. I. Borges, Doriam. II. Miranda, Dayse Assunção. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

CDU 333.326(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Pablo de Moura Nunes de Oliveira

Quando a favela é notícia:
a “pacificação” carioca nas páginas do jornal

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 25 de março de 2015.

Banca Examinadora:

_____

Prof. Dr. Doriam Borges (Orientador)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

_____

Prof.ª Dra. Dayse Miranda (Co-Orientadora)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

_____

Prof.ª Dra. Maria Cláudia Coelho

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

_____

Prof.ª Dra. Silvia Ramos

Universidade Cândido Mendes

Rio de Janeiro

2015

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho é fruto de uma relação intensa com a UERJ. Desde meu ingresso no curso de Ciências Sociais tenho recebido grandes estímulos a desenvolver meu pensamento crítico, na figura dos amigos de curso, professores do Instituto, funcionários e técnicos. Gostaria primeiramente então agradecer a UERJ, essa grande união de pessoas tão diferentes que conseguem promover um ambiente que une excelência acadêmica, formação humana: grandes profissionais e amigos.

Agradeço de forma específica a banca de avaliação desse trabalho. Ao Doriam Borges e Dayse Miranda sem os quais esse trabalho não seria o que ele é hoje. Além disso, agradeço por serem colegas de trabalho tão bons quanto orientadores. A Maria Cláudia Coelho que me iniciou nos estudos de mídia e violência e que sempre me inspira com suas reflexões, sem as quais eu não seria o pesquisador que sou hoje. E a Silvia Ramos, primeiramente por dedicar sua vida acadêmica ao estudo da relação entre mídia e violência, da qual me aproprio, e também por ser uma profissional com quem tenho o privilégio de dividir diariamente. Gostaria também de expandir os agradecimentos a todos os professores do PPCIS pelos quais eu tenho respeito e admiração por terem, cada um da sua forma, contribuído para o pesquisador que sou hoje.

A minha família por ter me apoiado mesmo quando não compreendiam a diferença entre graduação e mestrado, por terem aceitado as semanas de sumiço em que eu ficava imerso nos trabalhos e por receberem minhas opiniões, mesmo quando o assunto em nada se afina com minha especialização. Em especial meu querido primo Ricardo, que deixou um espaço enorme na nossa família esse ano. Aos meus amigos queridos que me acompanham desde a graduação e que sempre estão comigo: Anastácia, Kryssia, Jô, Luana, Sabrina, André e Kátia (em memória). Muito obrigado por que vocês se fazem presentes mesmo quando longes. Aos amigos que foram se somando ao longo da caminha, como a Fernanda e a Thais com quem dividi longas tardes e noites de reflexões e muitas trivialidades sem as quais eu não teria conseguido chegar até aqui.

A outras tantas pessoas que passaram pela minha vida e que deixaram sua marca sem perceber. Talvez nunca possam ter a noção do quanto me influenciaram, tanto como pessoa quanto como profissional. Que me ajudaram a acertar, mas

também a errar. Ao fim, agradeço a esse grande rio que se chama vida, que me tem levado a diferentes lugares, a diferentes pessoas. “Mas, então, ao menos, que no artigo da morte, peguem em mim, e me depositem também numa canoinha de nada, nessa água, que não para, de longas beiras: e, eu, rio afora, rio adentro – o rio”, Guimarães Rosa.

Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada.
Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos:
(...) que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local.
Os ninguéns, que custam menos que a bala que os mata.

Eduardo Galeano

RESUMO

OLIVEIRA, Pablo de Moura Nunes de. **Quando a favela é notícia:** a “pacificação” carioca nas páginas do jornal. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

O estudo aqui apresentado se enquadra dentro de uma inquietação que tem mobilizado diversos estudos, a saber: a conjugação entre mídia, centros urbanos e a violência. O estudo parte da hipótese de que a mídia modifica a forma e o conteúdo de suas matérias a partir do projeto de “pacificação” ocorrido na cidade do Rio de Janeiro. Inspirado nas teorias de agenda-setting, esse trabalho busca entender como a mídia sugere questões relacionadas aos territórios de favela antes, durante e após a “pacificação”. Para tanto, o recorreu-se a matérias do jornal O Globo, sobre seis favelas “pacificadas”, no período de 2007 a 2013. Além do escopo teórico da Agenda-Setting, o trabalho irá dialogar com as teorias de Representação Social, buscando compreender a imagem que a mídia construiu das favelas nesses três períodos citados anteriormente. O texto será dividido em seis capítulos. O primeiro fará uma breve introdução das questões levantadas no texto. O segundo capítulo discutirá as representações sociais da favela carioca no decorrer do tempo, passando por cada período desde o início do século XX. No capítulo subsequente discutirá as teorias de Representação Social e de Agenda-Setting, pontuando a forma pela qual a análise se apropriará delas. No capítulo quatro serão levantadas questões referentes à confecção das notícias bem como as especificidades do caso brasileiro, anunciadas por alguns estudos analisados. Em seguida, o capítulo cinco trará as análises que foram realizadas e seus resultados, discutindo-os em três seções específicas, divididas em “temas”, “agendas” e “atores”. Por fim, o capítulo seis apresenta as considerações finais, reapresentando de forma breve as questões levantadas com o objetivo de localizar os limites do estudo e as perspectivas de pesquisas futuras.

Palavras-Chave: Mídia. Agendas. Representações sociais. Favelas.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Pablo de Moura Nunes de. **When the favela is news**: the Rio de Janeiro's "Pacification" in the pages of the newspaper. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

The study presented here is located within a restlessness that has mobilized several studies: the combination of media, urban centers and violence. Dealing specifically with the Rio case, the hypothesis is that the media changes its form and content of their articles from the project "pacification" occurred in the city. Specifically this paper will analyze the newspaper articles from O Globo, over six slums "pacified", from 2007 to 2013. The choice of newspaper is justified by the theoretical foundation that is underpinned this study. Using the theories of agenda-setting, this work will seek to understand how the media has scheduled issues related to slum areas before, during and after the "pacification". In addition to the theoretical scope of Agenda-Setting, the work will dialogue with the theories of Social Representation, trying to understand the image that the media has built of the slums these three periods mentioned above. The text is divided into six chapters. The first will make a brief introduction of the issues raised in the text. The second chapter will discuss the social representations of Rio slum over time, going through each period from the beginning of the twentieth century. In the subsequent chapter will discuss the theories of Social Representation and Agenda-Setting, pointing the way in which the analysis will appropriate them. In chapter four questions will be raised regarding the making of the news as well as the specifics of Brazil, announced by certain studies analyzed. Then the five chapter will bring the analyzes that were conducted and results, discussing them in three specific sections, divided into "themes", "agendas" and "actors". Finally, chapter six concludes the study, restating briefly the issues raised in order to find the limits of the study and the prospects for future research.

Keywords: Media. Agenda. Social representations. Slums.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Homicídios Dolosos por cem mil habitantes (2003-2014) 47
Figura 2 - Autos de Resistência por cem mil habitantes (2003-2014) 48
Figura 3 - Vítimas de Mortes Violentas Intencionais registradas por mês no Município do Rio de Janeiro: Comunidades com UPP versus resto da cidade 49
Figura 4 - Quantidade de UPPs instaladas por ano. 52
Figura 5 - “Camadas da Cebola” 80
Figura 6 - Síntese da teoria do Agenda-Setting 86
Figura 7 - Nuvem de palavras dos leads no período anterior a UPP com o caso Rocinha 106
Figura 8 - Quantidade de Matérias para a favela Dona Marta com o caso controle e o total geral 108
Figura 9 - Quantidade de Matérias para a favela Cidade de Deus com o caso controle e o total geral 108
Figura 10 - Quantidade de Matérias para a favela Providência com o caso controle e o total geral 109
Figura 11 - Quantidade de Matérias para a favela Borel com o caso controle e o total geral 109
Figura 12 - Quantidade de Matérias para a favela Turano com o caso controle e o total geral 110
Figura 13 - Quantidade de Matérias para a favela Mangueira com o caso controle e o total geral 110
Figura 14 - Frequência de palavras nos leads anteriores a “pacificação” 115
Figura 15 - Frequência de palavras nos leads durante a implementação da UPP 115
Figura 16 - Frequência de palavras nos leads após a implementação da UPP 116
Figura 17 - “Nós” em cluster por similaridade de palavra no período anterior a “pacificação”. 120
Figura 18 – “Nós” em *cluster* por similaridade de palavra no período de implementação da UPP. 120
Figura 19 – “Nós” em *cluster* por similaridade de palavra no período posterior a “pacificação”. 121

Figura 20 Frequência de palavras nos leads após a implementação da UPP 123
Figura 21 - “Nós” em *cluster* por similaridade de palavra para Parada de Lucas....123
Figura 22 132
Figura 23 - Fluxos de remoções de moradores de favelas e assentamentos em conjuntos habitacionais 146
Figura 24 154
Figura 25 156
Figura 26 158
Figura 27 160

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - UPPs da Amostra.....46
Tabela 2 - Tipologia de Acapulco.....78
Tabela 3 - Composição da população e da amostra de matérias por favela.....106
Tabela 4 - Porcentagens das Categorias nos leads anteriores a “pacificação”.....115
Tabela 5 - Porcentagens das Categorias nos leads durante a implementação da UPP.....115
Tabela 6 - Porcentagens das Categorias nos leads posteriores a “pacificação”.....116
Tabela 7 - Datas de Implementação das UPPs nas favelas da amostra.....122
Tabela 8 - Porcentagens das Categorias nos leads posteriores a “pacificação”.....123

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	13
1	**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA FAVELA CARIOCA: DO "MITO" DE ORIGEM À "PACIFICAÇÃO"**.....	17
1.1	**O "mito" de origem e sua persistência (1900 – 1920)**.....	18
1.2	**A Favela como questão da cidade (1930)**.....	21
1.3	**A Favela como estatística e a Igreja Católica (1940 - 1950)**.....	24
1.4	**Ampliação do debate e o retrocesso: Formação de pesquisadores da Favela e o retorno aos dogmas (1960-1970)**.....	28
1.5	**Tráfico internacional de drogas, "metáfora da guerra" e urbanização de favelas (1980 – 2006)**.....	35
1.6	**Os anos Cabral: da "fábrica de marginais" à "pacificação" (2007 – 2014)**.....	42
1.6.1	"Dourando a pílula" ao caso Amarildo: UPP e algumas questões sobre a "crise" do modelo.....	49
2	**AGENDA-SETTING E REPRESENTAÇÕES: CONSTRUÇÃO DE OBJETOS E PROBLEMAS SOCIAIS**.....	56
2.1	**Representações e Discurso: contribuições conceituais**.....	56
2.1.1	As contribuições de Moscovici para a teoria da Representação Social....	69
2.2	**A hipótese do Agenda-Setting: de objetos a problemas.....**.....	75
3	**O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA: ESTUDOS CLÁSSICOS E O CASO BRASILEIRO**.....	88
3.1	**Por dentro das redações: estudos de mídia e suas "ferramentas"**....	89
3.2	**A pauta da Segurança Pública no Brasil**.....	94
4	**ENTRE A "GUERRA DO RIO" E O "RIO VIRTUOSO": NARRATIVAS, REPRESENTAÇÕES E AGENDAMENTO MIDIÁTICO**.....	103
4.1	**Ferramentas da análise: Nuvens de Palavras e Diagramas de Clusters**.....	113
4.1.1	Favela, Morro ou Comunidade? Estigmas e o "Politicamente correto.....	124
4.1.2	Diferentes agendas em relação às favelas: quem é responsável pelo quê?.....	133

4.1.3 Vozes em disputa: construção de agenda e de representações da favela carioca..... 152
ENTRE CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS..... 164
REFERÊNCIAS..... 169
ANEXO A – Tabelas de Coeficiente de Jaccard..... 180

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de um esforço para compreender a construção de representações sociais e agendas sobre a favela carioca pela mídia, mais especificamente o jornal O Globo. Inserido em um escopo maior de estudos que conjugam mídia, violência e a cidade na procura de entender como essa relação se dá, a pesquisa que apresenta seus resultados nessas páginas procura contribuir para o debate, focalizando a favela carioca como objeto de atenção do O Globo antes, durante e após a "pacificação". A escolha por analisar esses três períodos se dá por conta da hipótese de que com a "pacificação" o discurso jornalístico mudaria, modificando as questões e as agendas construídas pela mídia. Nesse processo, as mudanças estariam dentro de uma lógica mais geral, que transferiu as favelas da representação de territórios da "falta" para a imagem do território "pacificado".

Essa representação da "falta", como será visto no segundo capítulo desse trabalho, se construiu desde o "mito de origem" da favela carioca. Por muito tempo (e de certa forma até hoje) as favelas foram vistas como os lugares onde a ausência de direitos e deveres era um dado. A falta de saneamento, de regularização fundiária, de cidadania, de civilidade, de moral, etc. foram componentes da representação da favela. Essa imagem se opôs a lógica da metrópole carioca em diferentes momentos, mas sobretudo foi evidenciado nas diversas reformas urbanas pelas quais a cidade passou.

Conjugando a política de remoções com pequenas iniciativas de urbanização, diversos políticos se proporam a solucionar o "problema" da favela, cada qual a sua maneira. Com o ingresso do Rio de Janeiro na rede internacional do tráfico de drogas e armas, a lógica da "falta" vai ganhar novo componente e se transformar no que ficou conhecido como "metáfora da guerra" (LEITE, 2000), recrudescendo a divisão simbólica da cidade. Nesse contexto de violência, as UPPs despontam e são alardeadas como uma possível solução para o "problema" da favela carioca, ganhando destaque na mídia, tanto nacional quanto internacional.

A construção das UPPs dentro da Secretaria de Segurança dos governos Cabral (2007-2014) passou a ser a ser a principal preocupação na área de segurança dessa gestão. O projeto foi envolvido em diversas peças publicitárias e de marketing que foram apropriadas e encontraram campo de vocalização privilegiado na mídia. É

importante salientar que esse projeto para as favelas se encontra inserido dentro de uma lógica mais ampla de construção de uma “cidade olímpica” que será sede dos Jogos Olímpicos e foi uma das sedes da Copa do Mundo (além de outros eventos que giram no entorno desses). O intento de construir uma metrópole moderna é o mote para a “pacificação” dos morros do Rio, “pacificação” essa que de forma intencional se concentra dentro das principais áreas que receberão os turistas para esses Mega Eventos (Zona Sul e Norte).

É nesse contexto da cidade que este trabalho focaliza seus esforços, buscando compreender a produção do jornal sob duas perspectivas teóricas: As Representações Sociais e o Agenda-Setting. Uma série de estudos sobre representação social será acionada com o objetivo de apresentar os pressupostos teóricos utilizados por esse conjunto de autores e suas possíveis conexões e críticas. Produtos da realidade social, as representações sociais estariam no encontro entre indivíduo e sociedade, situando socialmente o indivíduo e suas relações com os objetos que o cercam. Como autor-chave para a compreensão das representações sociais, Moscovici (2007) será utilizado, sendo selecionadas suas contribuições que propiciarão uma leitura mais acurada das representações sociais que aparecerão nas análises.

As teorias de *Agenda-Setting* serão acionadas, pois colocam a mídia como uma agência que media a relação entre os indivíduos e os fatos, selecionando recortes da realidade em que estes deverão refletir. Como será visto, esse recorte não é arbitrário, sendo fruto de diversas interações. Apesar da apropriação das teorias de *agenda-setting*, o presente trabalho não se dedicará a estudar a penetração da agenda construída na mídia nos setores da opinião pública, da política e da instituição da Polícia Militar do Rio de Janeiro. O foco será no jornal enquanto um agente construtor de agendas, podendo esse estudo ser denominado como *agenda-setter*, ou seja, se dedica a estudar o agente construtor de agendas e suas ferramentas.

No capítulo quatro estarão em discussão as ferramentas de construção da notícia e alguns estudos sobre mídia e violência no Brasil. Na primeira parte serão levantadas algumas teorias sobre a mídia e suas ferramentas, buscando a assimilação de conceitos que estarão em diálogo com o material trabalhado na análise. As contribuições principais acionadas são o estudo de Jewkes (2004), que se dedica a destrinchar a mídia em suas orientações e em suas formas de confecção

da notícia, e de Becker (2009) que acrescenta à teoria as discussões sobre os produtores de “falas da sociedade”.

Na segunda parte desse capítulo serão trazidas algumas pesquisas realizadas sobre a mídia brasileira, estudos esses que possuem diversidade de análises e métodos empregados. Cada estudo contribuirá para a construção do cenário em que a produção jornalística se encontra, possibilitando que alguns dos seus resultados sejam apreendidos como uma forma *sui generis* de construção da notícia no Brasil.

No capítulo cinco estarão expostos os resultados das análises realizadas nesse estudo. O jornal analisado é O Globo, pelos motivos expostos no início da análise, e a amostra possui matérias de 2007 a 2013. Foi construída uma periodização para esse trabalho que se divide em três: um ano antes da implementação da UPP, os seis meses a partir da data de implementação, e um ano depois do fim dos seis meses. Tais periodizações foram construídas tendo em mente responder a hipótese de que com a “pacificação” as representações e agendas relacionadas as favelas cariocas encontrariam modificações substantivas. Além disso, foram escolhidas favelas “pacificadas” procurando refletir a proporção de unidades pelas Zonas da cidade. Dessa forma a amostra foi composta de seis casos, como exposto com detalhes no capítulo cinco. Alguns problemas metodológicos foram encontrados e discutidos também no início desse capítulo.

Tendo caracterizado a amostra em que foram realizadas as análises, o capítulo prossegue na discussão do material em três blocos abordados cada um em uma seção. O primeiro deles se dedica a analisar as temáticas que são trazidas por esse jornal na construção de matérias sobre essas favelas cariocas. Essa análise será mediada por três categorias utilizadas pelo jornal para denominar esses territórios: “favela”, “morro” e “comunidade”. Os fluxos de modificação das representações sobre a favela serão expostos e trarão informações relevantes para a continuação da análise.

Na segunda seção serão tratadas as agendas construídas pelo jornal estudado. Para esse trabalho as agendas analisadas foram entendidas em três categorias distintas e discutidas na abertura do capítulo cinco. São elas: Agenda Política; Institucional (PMERJ); e Opinião Pública. Cada agenda será discutida e analisada a luz das mudanças dos temas em relação ao tempo e a implementação das UPPs nos territórios.

Por fim, a análise encerrará com uma discussão relacionada aos atores que possuem falas divulgadas pelo jornal estudado. Sabendo que a escolha de quem fala e do que fala no jornal não é ausente das intenções desse agente, a própria seleção trará informações interessantes na construção de um panorama mais amplo sobre o processo de construção dessas representações e agendas. No caso dos atores políticos, dois receberam especial destaque pelo jornal e por isso também serão analisados com destaque, a saber: José Mariano Beltrame e Sérgio Cabral.

O trabalho será concluído com o retorno breve as questões discutidas em cada capítulo discorrido criando um panorama do estudo na busca de limites e perspectivas para pesquisas futuras.

1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA FAVELA CARIOCA: DO “MITO” DE ORIGEM À “PACIFICAÇÃO”

Numa vasta extensão
Onde não há plantação
Nem ninguém morando lá
Cada um pobre que passa por ali
Só pensa em construir seu lar
E quando o primeiro começa
Os outros depressa
Procuram marcar
Seu pedacinho de terra pra morar
E assim a região
Sofre modificação
Fica sendo chamada
De a nova aquarela
É aí que o lugar
Então passa a se chamar favela…

Jorginho e Padeirinho

Em resenha sobre o livro clássico de Valladares (2005), Telles (2006) propõe que o campo das ciências sociais se constitui em um terreno de mediações, onde categorias de análise são definidas e redefinidas de acordo com o tempo, escolas de pensamento em voga, etc. Longe de ser um movimento autônomo, a autora defende que essas dinâmicas de modificações de categorias de análise são reflexos das mudanças da realidade empírica. Focalizando no campo da sociologia urbana, suas categorias analíticas irão sofrer modificações quando o próprio terreno urbano sofrer modificações, alterando as estruturas da cidade por meio de políticas públicas ou fenômenos sociais diversos. Ou seja, as categorias de análise podem ser utilizadas para se compreender de que forma a história interna das Ciências Sociais possui articulação com outras esferas da sociedade, como a opinião pública, esferas governamentais, a mídia, etc.

Isto posto, o presente capítulo se propõe a analisar as diferentes representações sociais que circularam o entorno das favelas cariocas durante seu

tempo de existência. Para tanto, será utilizada (com diversas modificações[1]) a temporalização proposta por Valladares (2005), agregando informações pertinentes em cada período analisado. Com isso, este capítulo tem o objetivo de apresentar a categoria "favela" sobre o prisma da representação social, percorrendo suas principais construções ao longo do tempo. Também se objetiva aqui situar o objeto sociológico dentro de seu desenvolvimento histórico, tendo em vista as discussões seguintes a respeito das teorias de Representação Social e Agenda-Setting, que serão vistas no Capítulo três.

1.1 **O "mito" de origem e sua persistência (1900 – 1920)**

É certo que não foram as favelas que fizeram emergir a questão da pobreza como problema urbano. Antes da ocupação do Morro da Providência, o Rio de Janeiro já possuía centenas de cortiços que abrigavam os despossuídos da então capital federal. Tidos como a "gênese da favela" os cortiços ficaram representados pelo Cabeça de Porco, um dos maiores da região central do Rio de Janeiro. Na gestão de Candido Barata Ribeiro (1843-1910) como prefeito da cidade foi demolido o tal cortiço, desabrigando cerca de duas mil pessoas (MATTOS, 2007). Alguns ex-moradores do cortiço obtiveram autorização para levar o material produzido pela demolição como subsídio para construir habitações. Foi no Morro da Providência que encontraram abrigo, construindo barracões que mais tarde serão vistos como estereótipo da favela carioca (VAZ, 1994). Valladares (2005) pontua que nem na Europa e tão pouco no Brasil a "descoberta" da pobreza foi feita por cientistas sociais. Os primeiros a tematizar a questão foram médicos higienistas, literatos, jornalistas e etc., produzindo relatos mais inclinados a uma narrativa literária do que científica.

É com o retorno dos soldados que lutaram na "guerra de Canudos" que o mito de origem da favela tem sua base. Ao chegarem da batalha, em 1897, os soldados não possuíam lugar para se abrigarem, então escolheram um morro que se localizava próximo ao Ministério da Guerra[2], de quem ainda deveriam receber soldos referentes

[1] Valladares (2005) proporá uma divisão dos estudos da relação entre o Estado e a Favela em seis etapas: 1º) Anos 1930 marcando o início da favelização; 2ª) Anos 1940 com os parques proletários; 3ª) anos 1950 e início dos 1960, expansão das favelas no contexto do populismo; 4ª) Final dos 1960 e 1970, remoção de favelas no contexto de ditadura; 5ª) Anos 1980 e a urbanização de favelas pelo BNH; e 6ª) anos 1990 com o "Favela-Bairro".

[2] O Ministério da Guerra era sediado no antigo Campo da Aclamação ou Campo do Santana, região próxima à Central do Brasil, até o ano de 1906, sendo transferido logo depois. Fontes:

a batalha em Canudos (MATTOS, 2007). Desde então, passaram a chamar este local de Morro da Providência, tendo como referência a “providência” tomada pelos soldados. Em Canudos, existia uma planta típica denominada favela, que dava nome a um morro da região. Por conta disso o morro logo passou a ser chamado de Morro da Favela (ou “Favella” com a ortografia da época) (MATTOS, 2007). É interessante notar que a palavra “favela” só passou a ser um substantivo comum depois da década de 1930, quando há o incremento do processo de expansão das favelas no Rio.

Essa denominação e as primeiras representações sociais ganharam grande subsídio na obra de Euclides da Cunha, “Os Sertões”, que narra a batalha de Canudos e descreve o lugar. Logo as imagens de uma vida rural e pobre impregnaram às favelas e seus moradores, persistindo por décadas. Euclides da Cunha trabalhava com um estoque cognitivo e simbólico baseado profundamente no cientificismo da época, ou seja, no evolucionismo, determinismo biológico e positivismo (OLIVEIRA, 2002). É certo que tal estoque não auxiliou o escritor na caracterização do arraial de Canudos em sua positividade, enquadrando o local e seus moradores como não evoluídos, não civilizados. Ou seja, toda a obra de Os Sertões pesa de forma contundente em um estereotipação desqualificadora de Canudos, considerando-o como território da barbárie e dessa forma, como o “outro indesejado e distante, símbolo daquilo que não se poderia conceber como nacional” (OLIVEIRA, 2002).

Euclides da Cunha pontuou algumas características do Arraial de Canudos que serão mobilizadas de forma acrítica para caracterizar as favelas cariocas, e estarão em evidência até os dias de hoje. A dificuldade de acesso por se localizar em morros, e por isso difícil de ser invadida; ausência de propriedade privada do solo; crescimento rápido e desordenado; ausência do Estado; figura carismática que encarna toda a legalidade das normais internas; território que condicionaria o comportamento moral dos que nele se assentavam (ponto que está diretamente ligado à imagem de comunidade amplamente mobilizada por Euclides da Cunha no seu escrito e que perseguirá as favelas cariocas até os dias de hoje); falta de enquadramento no mercado de emprego formal, sendo substituído pelo roubo, malandragem; perigo para toda a região ao redor por meio do “contágio” a que a favela seria vetor; e a ideia de liberdade, pois por meio daquela comunidade os seus habitantes se viam livre das obrigações formais e legais, podendo exercer suas ações de maneira mais livre.

---

http://www.cml.eb.mil.br/index.php/institucional/historia;
http://pt.wikipedia.org/wiki/Minist%C3%A9rio_da_Guerra_(Brasil)

A elite intelectual da capital federal leu a obra de Euclides da Cunha e a imagem do arraial de Canudos foi transferida para as áreas ocupadas pela população pobre da cidade. Os bairros que iam crescendo foram construídos imediatamente por esses relatos como locais onde a lógica rural se materializou e se reproduziu em pequena escala no território urbano. Assim, o Morro da Favela passa a encarnar o *locus* da pobreza, falta de higiene e da delinquência, figurando nos jornais apenas nas colunas policiais (MATTOS, 2009).

Dentro do pensamento técnico que operava naquele contexto, médicos e engenheiros apontavam para surgimento da favela enquanto um problema a ser resolvido. Pensando a cidade como uma máquina, cujas engrenagens deveriam estar dispostas da melhor maneira para que o funcionamento fosse perfeito, as favelas se tornaram engrenagens “desajustadas” dentro do “maquinário urbano”. A racionalidade técnica que permeava o pensamento admitia que a favela não poderia estar incluída dentro da cidade formal, sendo preciso sua remoção (DE ALMEIDA ABREU, 2003).

É no ano de 1905 que se inicia a reforma urbana idealizada por Pereira Passos com o objetivo de transformar a cidade desorganizada em uma cópia das cidades europeias, principalmente as francesas (DE ALMEIDA ABREU, 2003). Assim, diversos cortiços foram removidos da região central da cidade para o alargamento das ruas e a criação de *boulevards*. Se trata da primeira grande intervenção urbana de peso na cidade, que levou a construção de imagens sobre as camadas populares que articulou em grande medida a falta de higiene, a disposição ao crime, a falta de civilidade e a educação moral (DE ALMEIDA ABREU, 2003).

A reforma Pereira Passos acabou por promover o crescimento das favelas, uma vez que a população removida dos cortiços da região central começou a se estabelecer nos morros da cidade utilizando até mesmo dos materiais que sobravam das demolições dos antigos cortiços (VALLADARES, 2005). A partir de 1926 um nome começa a ganhar vulto dentro da questão da favela. Mattos Pimenta, membro do Rotary Club, iniciou uma campanha dura, cobrando do poder público uma resolução para o problema habitacional. Denominado por ele como “lepra da estética”, as favelas cariocas começaram a receber a primeira campanha a favor de sua extinção, sendo amplamente apoiada pela imprensa e por setores políticos (VALLADARES, 2005). A campanha articulava diversas frentes, mobilizando todos os membros dos grupos

congregados nessa frente, utilizando até mesmo de ferramentas audiovisuais[3] para sensibilizar a população do problema que eram as favelas.

A composição de valores e símbolos da representação social de Canudos, transferido socialmente pelos discursos literários, que circularam durante as primeiras décadas do Século XX, para as favelas da cidade do Rio de Janeiro estava consolidada. A ideia da favela como o território da "distância" foi articulada em diferentes frentes: assim como Canudos, as favelas são distantes geograficamente dos centros mais importantes da cidade; há também a "distância" moral que os separa da cidade "civilizada", etc. Nesse contexto, a caraterização das favelas como a parte da cidade habitada pela "falta"/"ausência" é gerada e não será superada até os dias de hoje, sendo reatualizado a cada momento histórico distinto, como será visto no prosseguir desse estudo.

Segundo Valladares (2005) as representações das favelas construídas desde seu "mito" de origem até a década de 1930 irão nortear as percepções referentes a esses territórios até a segunda metade do século XX. Segundo a autora:

> Defenderemos a hipótese de que as representações da favela, dominantes na segunda metade do século XX, são amplamente tributárias daquelas desenvolvidas durante as décadas iniciais do referido século, que podem ser consideradas organizadoras de um mito fundador da representação social da favela. (VALLADARES, 2005, p. 22).

Nesses primeiros anos se assiste a gestação da favela, não só como fenômeno empírico, como também simbólico. O "mito" de origem permeado do cientificismo que movia Euclides da Cunha, possibilitou a criação de uma imagem da favela como o território da "falta". Com isso, no contexto da primeira grande reforma urbana, Mattos Pimenta irá liderar a primeira ofensiva contra a favela carioca, recebendo grande apoio de diversos setores da sociedade. Ou seja, fica assim gestado a cisão entre cidade "formal" e a favela.

1.2 **A Favela como questão da cidade (1930)**

Com a campanha liderada por Mattos Pimenta, as elites cariocas já possuíam material suficiente para consolidar as representações sociais acerca das favelas. A ideia de que o problema das favelas deveria ser superado para que o ideal de cidade moderna e esteticamente bela pudesse ser concretizado fundamentou as

[3] Segundo Valladares (2005) Mattos Pimenta produziu um documentário chamado "As Favellas" onde buscou ilustrar para a população a "realidade" das favelas que iam surgindo no cenário carioca.

intervenções a que estes territórios foram expostos no decorrer da década de 1930. Nessa década, alguns planos para o urbanismo da cidade foram propostos, e em sua grande maioria foram influenciados pelas ideias de Mattos Pimenta e das elites urbanas (ABREU, 1994).

Uma figura de relevo que aparece nessa década é Alfred Agache, arquiteto e sociólogo francês, contratado para produzir um plano de urbanismo para a cidade. A reforma proposta por Agache possibilitou uma nova forma de representar a cidade. O centro da cidade seria totalmente modificado, retirando os pequenos comerciantes e moradores de rua, dando espaço para que os grandes comerciantes e políticos, que consolidariam o espaço como o lugar mais importante da cidade. O Plano Agache mobilizou representações direcionadas a modernidade para mudar a relação do centro com a cidade, uma relação que antes era de repulsa para uma relação de atração. Com esse objetivo, Agache propôs a construção da malha de bondes que permitiriam a circulação mais rápida e dinâmica; e a padronização das construções, modificando principalmente a arquitetura das fachadas dos prédios do centro da cidade (JÚNIOR, 2014). Segundo Júnior (2014), o Plano Agache:

> [...]contribuiu para que a Cidade do Rio de Janeiro pensasse, de forma racional, seus espaços urbanos e contribuiu, de forma magistral, para formação de novas representações sociais a respeito do cenário urbano e da formação da ideia de cidade.
> [...] Na Reforma Agache o Centro passou a fazer parte de um imaginário desejante cosmopolita, longe das representações pereirapassianas que tinham no Centro o lugar privilegiado de circulação, para o qual as pessoas se deslocavam e circulavam para verem e serem vistas. Na Reforma Agache o Centro passou a ser representado exclusivamente como um lugar de negócios, enquanto o lazer, a habitação e as relações face-a-face foram deslocadas para as franjas urbanas, ainda que essas franjas não possuíssem a mesma representação socioeconômica. (JÚNIOR, 2014, p. 105).

Segundo Valladares (2005), o Plano Agache sofreu diversas críticas e teve de enfrentar algumas frentes da sociedade carioca que não concordavam com o conteúdo e/ou a forma da reforma. Primeiramente pelo fato da Prefeitura ter escolhido um estrangeiro para planejar e executar a remodelação do centro da cidade, uma vez que diversos profissionais locais mostravam interesse e se julgavam capazes de desenvolver a modificação estrutural da cidade. Além disso, a imposição de um modelo exterior, europeu, ao contexto dos trópicos deixou descontentes os que defendiam uma reforma que levasse em consideração as especificidades cariocas. O segundo problema se deveu a acusações de plágio de diferentes projetos desenvolvidos por profissionais brasileiros em outros contextos. E por fim, os

profissionais da área criticaram pesadamente o arquiteto sociólogo por ter proposto uma reforma brutal do centro da cidade, culminando no desmonte do Morro do Castelo, solução urbanística que foi considerada problemática.

De fato, o Plano Agache possuiu diversas críticas e pressões de diferentes setores da sociedade carioca. Por sua formação em sociologia, Agache pode visualizar a favela não apenas como fruto de uma malandragem de seus moradores que não se preocupavam em possuir trabalhos formais. O arquiteto via na favela elementos que eram exteriores a pobreza, explicação mais que fundamentada por Mattos Pimenta. Ele admitia que os processos burocráticos de acesso à moradia também estão dentro do contexto de crescimento das favelas cariocas nesse período histórico. Apesar de todas as críticas sofridas, o Plano Agache representou um avanço no reconhecimento das favelas, expandindo o entendimento da questão urbana, focalizando os problemas de desenvolvimento dos laços sociais e atividades econômicas desses espaços. Tendo seus projetos sido aprovados, a sua maioria não pôde sair do papel por conta das mudanças políticas alavancadas pela Revolução de 1930 (VALLADARES, 2005).

Com a implantação da ditadura de Getúlio, novas representações das favelas tomaram espaço no cenário urbano, modificando as relações com as classes populares e seus territórios. Apesar de ser uma ditadura, Vargas ficou conhecido como um governante populista, que criou direitos para os trabalhadores, regularizando suas jornadas de trabalho e seus salários, sendo o percursor das leis sociais no Brasil. Não é sem razão que ficou conhecido pelo apelido de “pai dos pobres”, alcunha que o aproximava das classes populares em uma relação que possibilitou a emergência das mesmas no cenário político, não mais como componentes da “lepra estética”, mas como trabalhadores a serem segurados pelo Estado (VALLADARES, 2005). Por outro lado, o governo de Getúlio continuou a pensar a questão da favela pelo viés higienista, defendendo que a saúde pública deveria ser alcançada através da melhoria das condições sanitárias das moradias e uma alimentação adequada, sendo esses direitos dos cidadãos (GOMES, 1999:62-63).

Documento importante do período, o Código de Obras de 1937, passa a abordar a temática das favelas como uma questão da cidade (PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL, 1937). Assim, por meio do texto, fica oficialmente reconhecida a existência das favelas e sua colocação enquanto um tema político. O Código apresenta a favela como sendo um “conglomerado de dois ou mais casebres

regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados [...][4]". Fica evidentemente expresso que a política direcionada a esses conglomerados, que estavam em desacordo com as determinações do Código, deveria ser a remoção e a população removida deveria ser reassentada em habitações populares de acordo com as normas sanitárias.

O Código se apresenta como um ponto de início à necessidade de se controlar as favelas. Apesar de sua conceituação ser um tanto problemática[5], o texto oficializa a existência das favelas na esfera das leis, e na esfera política. Pedro Ernesto irá dar visibilidade às favelas cariocas. Nomeado como prefeito da Cidade, era considerado o "médico dos pobres", de forma similar a alcunha de Vargas, consolidando na esfera federal e municipal o populismo e, consequentemente, o foco nas classes populares. Assistencialista com inspiração nas políticas perpetradas no início do século XX nos EUA, Pedro Ernesto irá ganhar a simpatia dos favelados, inaugurando uma nova forma de lidar com o território e seus moradores (VALLADARES, 2005). Com receio da grande popularidade do prefeito, Vargas o destitui do cargo em 1936, mas as bases das representações e posição social dos moradores de favelas se perpetuaria.

Esses dois acontecimentos, o Código de 1937 e o populismo de Vargas, irão contribuir, cada um à sua maneira, nas representações das favelas. O Código de Obras dá visibilidade legal a esses conglomerados, mesmo que tenha como objetivo último a remoção desses espaços irregulares. Vargas e Pedro Ernesto irão se referir aos trabalhadores favelados como público relevante politicamente, garantindo na instância do discurso uma posição privilegiada para esses trabalhadores. Esse privilégio fica em sua maior parte apenas no discurso, sendo conduzidas diversas remoções e reassentamentos em habitações populares no governo Vargas.

1.3 **A Favela como estatística e a Igreja Católica (1940 - 1950)**

Estavam lançadas as bases para a compreensão da favela como um problema da cidade a ser administrado. E para isso, criou-se a necessidade de se compreender melhor as questões referentes as favelas cariocas e seus moradores. Em 1941

[4] Artigo 349 do Código de Obras de 1937.

[5] Segundo o Código de Obras de 1937 apenas duas habitações eram necessárias para que se configurasse uma favela. Nos anos seguintes, o IBGE irá definir as favelas com um mínimo de 50 habitações.

durante o primeiro Congresso Brasileiro de Urbanismo pediu-se que conduzissem um estudo detalhado da realidade das favelas, com fins a conhecer os aspectos gerais e específicos do que se constituiu como um dos principais problemas urbanístico do Rio de Janeiro (VALLADARES, 2005, p. 55). Assim, abre-se um novo período em que a necessidade de dados consolidados se tornaria a principal preocupação dos setores da sociedade interessados em dar uma resolução para o “problema” da favela.

É nesse período, subsidiado por pesquisas[6], que são elaborados os parques proletários, construídos pelo então prefeito Henrique Dodsworth, a primeira solução dada ao “problema”. A questão não foi formulada tendo em vista os moradores e suas necessidades. Na realidade, o “problema da favela” implicava mais na questão da ordem urbana da cidade do que em relação a seus moradores. O que se pretendia com os Parques Proletários era retirar as favelas do cenário, desocupando esses espaços para a expansão urbana.

Mas os Parques Proletários, além de serem uma alternativa para o problema urbano, também se caracterizavam por uma intervenção do ponto de vista moral e civilizatórios aos moradores de favela. Dentro dos Parques havia uma forte campanha de reeducação social para que se corrigissem hábitos e fosse incentivada a escolha de melhores moradias (BURGOS, 2006). Desta forma fica clara a visão negativa e inferior com que eram vistos os favelados. Na condição de “pré-cidadãos”, os habitantes de favelas não eram vistos como possuidores de direitos, mas como alvos de uma pedagogia civilizatória (BURGOS, 2006).

Um dos processos que não foi previsto na experiência dos parques Proletários foi um embrião de organização de moradores das favelas preocupados com a generalização da política dos parques. O autoritarismo e as péssimas instalações foram a razão para se criarem em 1945 as comissões de moradores, inicialmente no morro Pavão/Pavãozinho. Esse processo foi uma resposta à intervenção do poder público, que ameaçava as casas desses cidadãos e suas redes de sociabilidade pelo deslocamento forçado. Para combater esse processo os moradores de favela se constituíram em atores políticos através das comissões de moradores. O envolvimento político dos favelados encontra seu início, culminando em suas práticas

[6] Valladares (2005:61) aponta que dois estudos foram principalmente utilizados na idealização dos parques proletários: o estudo estatístico de Victor Tavares de Moura e o trabalho de Maria Hortência do Nascimento e Silva.

associativas, e na criação da Federação de Favelas da Guanabara, Fafeg (VITAL, 2011).

Dentro da nova lógica que se inaugurou nessas décadas, a prefeitura da cidade se adiantou em relação ao IBGE e realizou o primeiro Recenseamento das Favelas do Rio, tendo sido publicado em 1949. Com a intenção clara de extinguir ou no mínimo controlar a expansão das favelas, o recenseamento foi realizado e revelou dados que contradiziam algumas representações sociais que desde o "mito" de origem circulavam na sociedade carioca. O estudo revelou que mais da metade dos moradores de favelas eram originários do próprio distrito federal, contradizendo a ideia de que a população de favelas era originária de outros estados da federação, principalmente do nordeste. Além disso, os dados também mostravam que a escolaridade dos moradores de favela não era tão baixa quanto se pensava, sendo os analfabetos cerca de 53% da população e não a grande maioria (VALLADARES, 2005, p. 65).

É interessante notar que os ideais populistas de valorização da classe trabalhadora tenham desaparecido no contexto de realização do recenseamento. Isso se deve ao fato de que a ditadura de Getúlio fora desmontada em 1945, trazendo de volta a ideia de erradicação dos territórios de favelas como principal orientação. Após a publicação desse recenseamento, o IBGE publicou o seu Recenseamento Geral de 1950, o que permitiu com que não só a realidade das favelas fosse mais conhecida, como também se pudesse comparar seus dados com os de outros bairros da cidade.

É a partir desse documento que se estabelece claramente os aspectos metodológicos da definição da favela: Agrupamentos de mais de 50 habitações; construções rústicas e precárias; falta de regularização fundiária; ausência de serviços públicos como esgoto, água e luz; e falta de infraestrutura urbana (falta de calçamento nas ruas, numeração das casas, etc.). Essa caracterização cunhada na metade do século permanecerá quase que inalterada até os fins do século, marcando os territórios de favela pela "ausência" dos signos da cidade "formal".

Um dado importante divulgado pelo Recenseamento atacou a representação da população residente como malandros, marginais e vagabundos (MISSE, 1999). Segundo os resultados do recenseamento, as populações das favelas cariocas eram predominantemente empregadas, trabalhando em diversas áreas produtivas desenvolvidas na cidade (VALLADARES, 2005, p. 71). Dessa forma a criminalização das classes populares que residiam nas favelas ficou abalada, uma vez que a

realidade dos dados se mostrou completamente diferente com a imagem construída durante o meio século de existência das favelas.

Com esses estudos, consolida-se o interesse de basear o conhecimento acerca dos territórios de favelas por meio de estudos científicos. Principalmente os resultados do recenseamento realizado pelo IBGE promoveram a construção de uma base mais sólida para as representações das favelas, visto que é a primeira definição que gozou de uma discussão metodológica embasada. Além disso, iniciou-se o processo de aproximação entre as ciências sociais e as favelas cariocas, além de implicar na maior presença da Igreja Católica nesses territórios.

A Igreja começa a ganhar bastante penetração nos territórios de favelas, principalmente encarnada na figura do Padre Lebret (TELLES, 2006). No ano de 1947 ele chega ao Brasil, e desde sua chegada estará em contato com a realidade das favelas, primeiramente em São Paulo e depois no Rio de Janeiro. Alinhado com a perspectiva de Dom Helder Câmara, Lebret irá se dedicar a conhecer a realidade das favelas cariocas influenciando de certa forma o interesse acadêmico nesses territórios. Então no ano de 1947 a Igreja inaugura a Fundação Leão XIII que serviu de braço para a ação da Igreja nas favelas. Por trás de mero assistencialismo, a Fundação surge por receio de certos setores do catolicismo que viam ameaça comunista com foco nas favelas. Para que o comunismo não “subisse a favela”, a Fundação tratou de subir e ocupar esses territórios da cidade por meio de seus programas de “assistência material e moral” (VALLA, 1985, p. 285).

Por meio de pressão política, Dom Helder Câmara consegue convencer Café Filho, então presidente da república, a construir a Cruzada São Sebastião, inaugurada em 1955. A Cruzada se apresentou como uma nova proposta da Igreja Católica para resolver o “problema” das favelas, sendo o conjunto construído no Leblon seu empreendimento mais significativo. A Cruzada possuía algumas mudanças em sua constituição em relação ao Leão XIII. Diferente desta última que tinha como objetivo assistir material e moralmente os favelados, a Cruzada coloca como finalidade a urbanização dos territórios de pobreza, uma vez que esse fator garantiria a condição mínima de vivência humana, “elevação moral, intelectual, social e econômica” (CRUZADA apud. VALLA, 1985, p. 285).

O interesse em se construir dados estatísticos consistentes em relação à favela foi o grande mote desse período. A ideia era a de que para se controlar, precisa-se conhecer a realidade. Além disso, a entrada da Igreja Católica nesse cenário será de

suma importância, uma vez que Lebret irá influenciar uma série de estudiosos que irão se dedicar ao estudo da realidade desses territórios de pobreza.

1.4 **Ampliação do debate e o retrocesso: Formação de pesquisadores da Favela e o retorno aos dogmas (1960-1970)**

A partir da década de 1950 um interesse cada vez mais balizado pelo conhecimento científico começa a tomar lugar dentro das questões referentes as favelas e seus habitantes. Principalmente nos anos 1960 e 1970 esse conhecimento vai receber volume e qualidade com diversas iniciativas de profissionais nacionais e internacionais. São nessas duas décadas que o interesse das ciências sociais pelo tema é consolidado, principalmente com os trabalhos de Anthony Leeds e sua esposa Elizabeth Leeds (1966, 1978), Machado da Silva (1967), Janice Perlman (1977), só para destacar os nomes que ficaram conhecidos como os que fundamentariam as pesquisas em ciências sociais sobre as favelas cariocas.

Antes de dedicar espaço para as discussões realizadas por esses pesquisadores, é importante frisar o importante papel que teve o estudo realizado pela Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais - SAGMACS que de certa forma abre em 1960 o campo das pesquisas sociais. É importante frisar também que é nesse ano que o Rio de Janeiro deixa de ser a capital federal, e o país passa a viver o que se convencionou chamar de “desenvolvimentismo”, modificando a dinâmica cidade x campo, aumentando os fluxos migratórios para as cidades do eixo sudeste. Nesse contexto de expansão das favelas, o relatório SAGMACS é encarado como um dos principais estudos sobre os aspectos humanos da favela carioca a época, considerado por Leeds & Leeds como o “mais importante e melhor relatório publicado sobre as favelas do Rio” (1978, p. 199).

Com apoio do Padre Lebret que se tornou grande conhecedor da realidade das favelas cariocas, José Arthur Rios, sociólogo, coordenou o estudo que precisou de auxílio da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) de São Paulo, por falta de cientistas sociais formados no Rio de Janeiro. Na época, Donald Pierson estava formando pesquisadores na prática de campo segundo o modelo da escola de Chicago. A pesquisa durou três anos, em 16 favelas, e foi marcado pelo rigor metodológico com o qual foi desenvolvida (VALLADARES, 2005, p. 91). O relatório

recomenda que as políticas destinadas aos territórios de favela sejam mais flexíveis, pontuando que o Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas, o SERFHA, pudesse implementar essas políticas. Criado em 1956, o SERFHA não encarnou a ação proposta pelo relatório SAGMACS, funcionando apenas como apoio da Leão XIII e da Cruzada (VALLA, 1985).

O relatório foi publicado pela Folha de São Paulo e obteve uma grande repercussão na época da publicação, sendo mobilizado nos debates públicos e políticos. Algumas questões trazidas no relatório permanecerão durante anos no debate acadêmico e de certa forma irão se confrontar com certas representações consolidadas pelos antigos recenseamentos realizados anteriormente. A principal questão que é defendida com certa ênfase é em relação a heterogeneidade das favelas cariocas e seus habitantes.

Assim, o mito de que os moradores de favela pertenciam a um mundo à parte da cidade dita formal, com comportamentos políticos e culturais homogêneos e distintos de outras áreas da cidade foi completamente desconstruída. No campo político, o relatório projetou José Arthur Rios que passou a chefiar a SERPHA (Serviço Especial de Reabilitação das Favelas e das Habitações Insalubres, criado em 1956) e posteriormente assumiria a pasta de Serviços Sociais do governo do então Estado da Guanabara (VALLADARES, 2005, p. 103). Sua colocação política, apesar de ter sido breve, possibilitou a organização de associações de moradores nas favelas, para serem intermediarias das demandas desses territórios com a SERPHA.

Esse órgão passou a fomentar a independência do morador, auxiliando a constituição de associações para servirem de instrumento de diálogo com os poderes públicos, fugindo da alternativa clientelista de obtenção de serviços básicos (LEEDS ; LEEDS, 1978, p. 212). Mas na prática, essa intervenção pública se converteu numa substituição da intermediação feita pela igreja católica, não viabilizando a emancipação dos moradores de favelas (BURGOS, 2006, p. 31). A iniciativa do SERPHA foi esvaziada para ser substituída pela Cohab (Companhia de Habitação Popular), que focou seus esforços na construção de moradias populares para famílias de baixa renda. Em 1964, dentro do contexto do AI5, o Decreto E, nº 3.330 é assinado, estabelecendo as competências e finalidades das associações de moradores. Ao fixar as obrigações das associações, o decreto subverte o papel destas, passando a serem agentes do poder público dentro das favelas, e não mais representantes dos interesses dos moradores.

Apesar do grande desenvolvimento de estudos iniciado pelo SAGMACS, a política de remoções de favelas ganha grande espaço no governo de Lacerda. Carlos Lacerda foi um político influente e polêmico que governou o então Estado da Guanabara entre 1960 e 65. Sua relação com as favelas foi delicada, sendo lembrado como o grande remocionista da história do Rio de Janeiro. Em um primeiro momento, o governo de Lacerda oscilou entre a política remocionista e urbanista, construindo com o financiamento norte-americano as vilas Kennedy, Aliança e Esperança, bem como a Cidade de Deus, para receberem as famílias removidas das favelas do Centro e Zona Sul da cidade; por outro lado, urbanizou algumas poucas favelas (LEEDS ; LEEDS, 1978, p. 220). Há que se notar que essas vilas se localizavam na Zona Oeste da cidade, distante do Centro e, em consequência, longe do trabalho da população moradora dessas Vilas. Contudo, com o Golpe de 1964 criam-se as condições para que a intervenção remocionista se consolidasse como política principal para as favelas cariocas.

Durante a época da ditadura a prática das remoções foi muito utilizada. Durante esse período, volta à tona a polarização entre o “mundo da ordem” e o “lugar da desordem”, devolvendo à favela a imagem criada na década de 1940, como o lugar dos indivíduos não civilizados e carentes de intervenção estatal (LEEDS ; LEEDS, 1978). As remoções, muitas das vezes, eram feitas de maneira repentina, impossibilitando a reorganização da vida dos moradores. Alguns perdiam todos os seus pertences, outros eram obrigados a pagarem pelo transporte de sua mobília até a Vila em que deveria adquirir um imóvel pelo desconto de uma porcentagem do seu salário mínimo. É claro o tratamento dado aos moradores de favela como não-cidadãos, que não possuindo condições mínimas de sobrevivência nas favelas, são retirados das mesmas de forma arbitrária e lançados a sua própria sorte. Quem não possuía salário para adquirir uma das casas nas Vilas construídas era levado para um abrigo ou deveria arrumar sozinho outra forma de viver, muitas vezes indo morar em outras favelas da cidade (LEEDS ; LEEDS, 1978).

Uma das marcas dos períodos remocionista são as queimadas dos barracos das favelas. Algumas faziam parte do programa de higiene, “de caráter essencialmente profilático”, e outras de forma criminosa e sem o prévio aviso dos

moradores, como a Favela da Praia do Pinto[7]. O caráter autoritário e pragmático das ações perpetradas pelo Estado aos territórios de favelas nesse período histórico foi materializado nos episódios de queimadas dos barracos (BRUM, 2012). Não havendo outra forma de expulsar os moradores, e retirando a possibilidade de se reassentar no antigo local de moradia, esses indivíduos eram levados para as Vilas longínquas, onde teriam uma “melhor sorte” e deveriam ser assistidos pelos serviços públicos.

Um dos resultados das políticas da Serfha foi o fortalecimento da Fafeg (Federação de Associações de Favelados do Estado da Guanabara) levando a realização do “Primeiro Congresso dos Favelados”. Em todo esse contexto de repressão da ditadura e de remoções, a Fafeg também foi expurgada, depois de realizar alguns congressos de favelados nos anos de 1967 e 68 que conseguiram representar mais da metade dos moradores destes territórios. Toda a diretoria da Fafeg foi cassada e seu presidente foi preso e morto. Logo depois houve nova eleição sob a supervisão do Estado, tornando a Fafeg uma assessora do governo. Desta forma a Federação não representava mais os moradores de favelas, mas os interesses do Estado dentro das favelas (BURGOS, 2006).

Ao ano de 1968 já estava em vigor o Ato Institucional nº 5, que radicalizou os mecanismos de repressão da ditadura, subjugando as resistências políticas contrárias ao governo. Nesse contexto, em 1967, foi assinado um decreto que promoveu as associações de moradores a representantes dos interesses do Estado dentro dos territórios de favela, concretizando as ações do Serfha iniciadas em 1961 (BURGOS, 2006, p. 35). Nesse ano, deu-se autorização a um grupo de jovens pesquisadores a formarem a Codesco (Companhia de Desenvolvimento de Comunidades), que se objetivava ao estudo das favelas e de seus moradores, procurando atender suas necessidades e promovendo um diálogo em que as demandas dos “favelados” pudessem ser ouvidas e levadas em consideração. No ano de 1968 foram realizadas palestras onde se apresentaram diversas pesquisas relacionadas as favelas cariocas. Dentro dos pesquisadores que participaram desse movimento de valorização do conhecimento científico das favelas cariocas, encontram-se Machado da Silva, Anthony e Elizabeth Leeds e Janice Perlman, cujos trabalho que ganharam notoriedade nessa época serão expostos brevemente a seguir.

[7] A favela da Praia do Pinto localizava-se nas imediações do Jóquei Clube do Brasil. Seus primeiros moradores trabalharam na construção do Jóquei e receberam a permissão de se estabelecer no local, recebendo o primeiro morador no ano de 1913 (BRUM, 2012).

O texto de Machado da Silva (1967) traz uma contribuição importante para o entendimento da organização política dentro das favelas cariocas. O trabalho pontua que a participação política na favela é tão baixa quanto no restante da cidade, não havendo diferenciações. As associações de moradores são abordadas no texto como órgãos de cooperação com o Estado, estando em uma lógica denominada “dupla mediação”: as associações estavam em diálogo de dentro para fora quando levavam reivindicações dos moradores para o Estado, obviamente de maneira mediada e controlada; e a mediação de fora para dentro se configurava na encarnação da associação como um braço do Estado no território. Dessa forma o mito do Estado ausente das favelas cariocas é desconstruído por Machado da Silva (1967), demonstrando o papel importante da “dupla mediação” no controle dos territórios de favelas.

O autor traz à tona a existência da “burguesia favelada” que de certa forma contribui para adensar os argumentos que pretendem desconstruir a ideia de que favela seria comunidade. Segundo o autor dentro da favela existem diversos tipos de relações, inclusive relações puramente econômicas, como a que se dá com o favelado que se dedica a oferecer serviços para a população local. Sendo de estratos superiores do ponto de vista econômico, essa burguesia monopolizava parte dos recursos internos da favela, produzindo assim um certo controle e consequentemente um prestígio político. De posse desse prestígio, o burguês favelado passa a ter relações com políticos de fora, se constituindo como cabo eleitoral dentro do território. O ponto do autor é que essa estrutura de poder interna não é própria da favela, mas sim de origem supralocal, colocando as favelas da época dentro de um sistema estruturado supralocalmente (MACHADO DA SILVIA, 1967), ou seja, integrado com a lógica da cidade “formal”.

O trabalho de Leeds & Leeds (1978), “A sociologia do Brasil urbano”, representa um esforço para entender a complexidade do mundo urbano, privilegiando o Brasil, ainda que comparando com dados de Lima e Santiago. Os autores acreditavam que a grande especificidade da favela em relação a cidade é que se constituía como moradias ocupadas em terrenos não-próprios, ou seja, uma invasão. A questão do problema fundiário como um problema resistente das favelas cariocas será trabalhada de outra forma por Machado da Silva (2002) em “A continuidade do problema da favela”, colocando a questão fundiária não só como caracterizadora da favela, como também a principal barreira para a superação do “problema”.

Situando as relações de poder internas como sendo uma característica alheia ao conceito de comunidade, Leeds & Leeds (1978) somam seus argumentos aos trazidos por Machado da Silva (1967), pontuando que há uma série de “nós organizacionais” em que se concentram certos tipos de poderes e se espalham pelos territórios de favela. De certa forma, os autores também abordam a questão econômica como sendo legitimadora de relações de poder dentro da favela. O trabalho de Leeds & Leeds (1978) procura rejeitar o conceito de “cultura da pobreza” que estava muito ligada com uma visão evolucionista, onde os favelados seriam pré-civilizados, visão muito embasada pela obra de Euclides da Cunha como já visto em seção anterior.

Para os autores, a persistência desse enquadramento estereotipado se deve a interpretações profundamente etnocêntricas que se originavam dos mapas mentais dos cientistas sociais das classes médias urbanas. Vale lembrar que todo o primeiro conhecimento construído acerca da favela carioca foi embasado por jornalistas, literatos e advogados, tendo conquistado o espaço nas ciências sociais muito depois. Dito isso, numa perspectiva mais macro, Leeds & Leeds (1978) entenderam a cidade física como:

> [...] em grande medida, uma cristalização temporal da ordem social total da cidade – das interações e interesses das elites e proletariados. A cidade física, como vista na realidade, e não na prancheta dos planejadores, é ininteligível sem a compreensão do processo de proletarização e da ação proletária. (LEEDS; LEEDS, 1968, p. 181).

Ou seja, toda a configuração que eles encontraram nas favelas, respondia a uma ordem maior, integrada dentro de um “urbano” que de forma alguma se dissociava das favelas. É interessante notar que esses autores estavam preocupados em retirar a essência de “comunidade” das favelas, colocando-as dentro de uma estrutura maior do urbano e demonstrando como não há especificidades culturais que faziam com que os favelados fossem considerados como diferenciados do restante da população.

A última contribuição a ser discutida dentro do grupo de cientistas sociais que promoveram o aprofundamento do conhecimento sobre a questão da favela carioca é a de Janice Perlman (1977). Trabalhando com entrevistas da década de 60 para a 70, Perlman tenta combater em “o mito da marginalidade” duas visões: a da esquerda que nos anos pré-Golpe Militar acreditava que os favelados seriam contestadores por natureza, já que eram explorados de forma abusiva pela classe superior; e a da direita

que mantinha as representações dos favelados como marginais, desajustados e verdadeiros “problemas” sociais.

A autora descontruiu a visão de que os favelados estariam a margem do sistema, uma vez que demonstra (como os outros autores anteriores) que os moradores de favelas estavam muito integrados. Tal fato não os afastaria de sua posição enquanto desprivilegiados e oprimidos no sistema, mas desconstruiu a dicotomia criada entre o “centro” e a “margem”. Segundo a autora “exploração” e “acomodação” e não marginalidade deveriam ser os termos para caracterizar adequadamente a população de favelas.

O trabalho de Perlman (1977) se somou aos trabalhos de outros pesquisadores da época e possui o mérito de ter desconstruído o “mito da marginalidade” de forma sistemática utilizando uma enorme quantidade de dados que obteve em suas pesquisas de campo. Apesar de toda essa massa crítica de conhecimento acerca da favela carioca que erodia os pilares das construções estigmatizantes sobre a favela, diversos estigmas, bem como esses combatidos, irão persistir, somando-se novos conteúdos e representações, como será visto posteriormente.

A tentativa de subverter um olhar estereotipado e essencializante, ganhava espaço em alguns meios, contextualizado com a proposta Codesco de intervenção nas favelas. Subitamente, a Codesco foi suplantada pela lógica remocionista de intervenção, sem que se pudesse realizar um trabalho amplo nas favelas cariocas. A Chisam (Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio) foi criada pelo governo Federal no ano de 1968 e se transformou na política única para lidar com as favelas da área metropolitana do Rio de Janeiro:

> Ao contrário da Codesco, que apostava na capacidade organizativa e participativa dos moradores das favelas, a Chisam definia as favelas como um “espaço urbano deformado”, habitado por uma “população alienada da sociedade por causa da habitação; que não tem os benefícios de serviços porque não pagam impostos. (BURGOS, 2006, p. 36).

Não há a continuidade de uma política pública para as favelas em todo o período estudado. Fica evidente que as mudanças políticas atrapalharam a construção de uma alternativa válida para se tratar a questão. Com o “aborto” do que pode se chamar de “alternativa democrática” para lidar com as favelas, a Codesco, abrem-se as portas para um período de endurecimento do controle das resistências às políticas públicas.

1.5 **Tráfico internacional de drogas, “metáfora da guerra” e urbanização de favelas (1980 – 2006)**

Toda essa política só fez crescer o ressentimento dos moradores que tiveram suas habitações e suas redes de sociabilidades destruídas pelas remoções. Esse sentimento se mostrou no campo político. Com a redemocratização, há a eleição para governador do Estado do Rio de Janeiro, disputada pelos candidatos Miro Teixeira, Sandra Cavalcanti, Moreira Franco, Lisâneas Maciel e Leonel Brizola. Os três primeiros, de uma forma ou de outra, estavam ligados diretamente ao passado de remoções (Moreira Franco era do partido do governo militar).

Já Lisâneas Maciel, do Partido dos Trabalhadores, falava mais para o operariado, sendo seu discurso muito direcionado para esse setor. Desta forma, Leonel Brizola ganhou surpreendentemente as eleições estaduais, capturando o voto “super-revoltado” (ZALUAR, 1985, p. 255) dos excluídos do Estado. A eleição de Brizola demonstra o peso político dos favelados, fazendo com que os moradores de favela, a partir de então, sempre estejam de alguma forma incluídos em uma agenda social, mesmo que apenas nas promessas de campanha (BURGOS, 2006).

A partir de então, com Brizola eleito e governando de 1983 a 1986, a cidade passou a observar uma inversão de rumo das ações relativas aos moradores de favelas do Rio (CARDOSO, 2002). Em relação a habitação popular, foram realizados projetos-piloto em algumas favelas do Rio de Janeiro, embasados em metodologias e procedimentos que depois seriam aprimorados conforme os anos. Somados a esses esforços, outras esferas do governo começaram a se envolver no estabelecimento de serviços públicos de qualidade nos morros cariocas, como o programa PROFACE da CEDAE e o “uma luz na escuridão” da LIGHT (CARDOSO, 2002).

Dessa forma, os anos 1980, sob o governo de Brizola, assistiram a diversos esforços no sentido de urbanizar as favelas da cidade, levando a melhora dos serviços públicos e o estabelecimento daqueles que até o momento não existiam. Esse reconhecimento dos territórios de favela encontrou grande resistência por parte das elites e da classe média carioca, que passaram a assistir ao aumento dos índices de criminalidade na cidade (esse aumento da violência depois é tematizado como fruto das operações de instalação do mercado internacional de drogas na cidade). Assim, cria-se no espaço público uma “hiperpolitização” em relação ao tema da segurança

pública, mobilizando as camadas médias no confronto do que ficou entendido como proteção de criminosos comuns (MACHADO DA SILVA, LEITE ; FRIDMAN, s/d).

No final da década de 1970 e início dos anos 1980, as favelas são inseridas em uma nova problemática que chega ao Rio de Janeiro: o tráfico internacional de drogas. Longe de ser um problema local, esses grupos escolhem as favelas como sede de seu comércio por um conjunto de fatores: difícil acesso a algumas áreas, ruas estreitas, por serem situadas em sua maioria em morros e terem por isso uma vista privilegiada, a falta de aparelhos estatais nesses territórios e principalmente a proximidade com os consumidores dos bairros de classe média e alta da cidade.

A chegada dos traficantes integrados ao mercado internacional da droga irá modificar o status das favelas cariocas e será consolidada a linguagem com que ficará conhecido esse período de recrudescimento da violência no Rio de Janeiro: a "linguagem da violência urbana" (MACHADO DA SILVA, 2008). Consolida-se assim a mudança em que a linguagem dos direitos dá lugar a uma retórica de manutenção da ordem pela via da linguagem da violência:

> [...] cujos repertórios expressam o abandono do universalismo e das identificações de classe que sustentavam o debate sobre os direitos em favor de um particularismo com foco nas relações interpessoais cotidianas que passou a debater o afastamento a qualquer preço de atores definidos como ameaças à continuidade das rotinas cotidianas (BUARQUE DE HOLLANDA, 2005; MACHADO DA SILVA, 2010), o que implicava, por extensão, a criminalização de todos os moradores das favelas da cidade. (MACHADO DA SILVA, 2015).

Por sua geografia própria, a cidade assistiu à constituição de um tipo de tráfico sedentário, diferente das dinâmicas em outros países, onde o tráfico se configura de forma nômade (ATHAYDE; SOARES; BILL, 2005, p. 248). A fixação no território dos morros do Rio de Janeiro implicou numa valorização econômica desses espaços, desenvolvendo a disputa dos territórios de favelas, entre as facções criminosas (que no caso do Rio de Janeiro se dividem em três grandes grupos: Comando Vermelho - CV, Terceiro Comando - TC e Amigo dos Amigos - ADA), e entre elas e a polícia.

A partir de então, os moradores tinham que pautar seu comportamento e sua circulação no território levando em consideração toda a complexa configuração que o tráfico impôs. Ao mesmo tempo, os favelados tinham que lidar com as ações policiais dentro do território, sendo alvo de interrogatórios frequentes, por apenas serem moradores de territórios de pobreza. Esse é um estigma muito forte, que engloba todos os moradores, apesar da imensa maioria nunca ter participado ou ter sido coniventes com o tráfico. A ideia de que os moradores são cumplices com o crime que

incide sobre a cidade é frequentemente acionada como suporte às operações truculentas feitas nestes territórios.

Com a consolidação do mercado do tráfico de cocaína a partir do final da década de 1970 sob o controle da rede de quadrilhas organizadas, como o Comando Vermelho, a cidade passa a experimentar um incremento contínuo da violência e de insegurança (MISSE, 1999, p. 400). Entendido como um sentimento de insegurança que congrega tanto experiências vividas e imaginadas, as “crenças de perigo” (BORGES, 2011) se constituem como uma rede de conhecimentos em relação ao crime e ao perigo, ligando diversos indivíduos dentro da sociedade.

De fato, pode-se entender que o período que se inicia com a decadência do controle externo do Comando Vermelho no controle do tráfico de cocaína, concorreu para segmentar os territórios de favelas entre grupos de traficantes rivais, mesmo que pertencentes a mesma facção (MISSE, 1999, p. 401). Ou seja, a violência que já tinha encontrado organização do tráfico propícia para o aumento da violência, pode se ramificar, encontrando expressões específicas em cada território de favela do Rio de Janeiro, tendo seu ápice no período que vai de 1986 a 1994 (MISSE, 1999).

O principal resultado da segmentação da guerra entre os grupos de traficantes foi a entrada de crianças e adolescentes nesses grupos, o que promoveu um aumento de homicídios para essa faixa etária. Para a sociedade carioca, o aumento da violência real era acrescido do sentimento de insegurança que transborda os limites da situação real dos índices de criminalidade, ou seja, as “crenças do perigo” se constroem de forma independente do perigo real, mantendo a população em um estado de alerta contínuo (BORGES, 2011).

No contexto de mudança política, Moreira Franco (1987-1991) se elegeu como governador do estado, com a principal promessa de acabar com o problema da violência em apenas seis meses. De certa forma, o governo de Moreira Franco não será bem-sucedido em sua tentativa de resolver o problema da violência, sendo conhecido pelo surgimento de “esquadrões da morte”, grupos de policiais que promoviam execuções em diversas partes do estado.

Após a renúncia de Brizola em seu segundo mandato (1991-1994), Nilo Batista assume o governo do estado nos anos de 1994 e 1995, período em que se assistiu a tentativa de implementação de policiamento comunitário na Zona Sul do Rio de Janeiro. No artigo escrito por Muniz, Larvie, Musumeci e Freire (1997) são apontados os principais problemas para a implementação real do policiamento comunitário: a

dificuldade de acesso às comunidades, pelo fato de algumas ainda guardarem receios em relação à polícia; a falta de colaboração de outras agências com o intuito de fortalecer o projeto em outras frentes; e o ambiente institucional da PM, que de certa forma complica a execução de uma reforma profunda nos sistemas policiais, necessária para a consolidação do policiamento comunitário. Os autores explanam o caso da tentativa de implementação de policiamento comunitário em Copacabana e Leme feito em setembro de 1994 (MUSUMECI, 1996), bairros da zona sul do Rio de Janeiro.

Em Copacabana, os autores constataram o primeiro problema enfrentado pelo programa: o acesso aos moradores. Em sua maior parte, os moradores de Copacabana não estavam dispostos a receber os policiais em suas casas, demandar ações e serviços, prejudicando a execução do programa. A base do exercício de policiamento comunitário está no contínuo e intenso diálogo com a população local. Além disso, a prevenção do crime é o principal objetivo, sendo necessária a articulação de outras agências de governo, setores da sociedade civil organizada, ONGs e etc., para que a prevenção seja eficaz. Dentro da Polícia Militar a situação se complicava. Havia o que se pode chamar de “embate” entre as duas lógicas de policiamento.

O modelo profissional ainda estava muito arraigado na mentalidade dos policiais e da sociedade como um todo, provocando chacotas e retaliações aos policiais designados para o policiamento comunitário de Copacabana. Estes eram vistos como “menos policiais” do que aqueles que continuavam na velha lógica de policiamento, mais militarizada e voltada para a “guerra contra o crime”. Além disso, velhos problemas como a falta de infraestrutura, de equipamentos e etc., colaboravam para aumentar a dificuldade de se manter o programa. O programa executado em Copacabana não recebeu esse apoio, sendo descontinuado em 1995 pelo secretário de segurança da época, que levantava a bandeira de um “endurecimento policial” (MUNIZ et al, 1997).

Desde Brizola que os governos estaduais começaram a ser culpabilizados pelo fracasso nos programas de segurança pública e no aumento da violência. Não se é problematizado de maneira ampla a inserção da cidade no contexto internacional do tráfico de drogas. Simplificando a questão, Moreira Franco foi construído como a contraposição ao projeto de segurança pública de Brizola, como “a civilização que se opunha à barbárie brizolista”, porém impondo um “retorno de uma política de

segurança que deixava em segundo plano o respeito aos direitos humanos" (SENTO SÉ ; SOARES, 1999, p. 12).

A então chamada "cidade maravilhosa" se transforma na "cidade partida"[8] onde a violência se torna um dado de importante relevo dentro das representações sociais da cidade. Da favela parecia emergir um "mal" a ser erradicado pelas forças públicas, que não se opuseram a fazê-lo. O contexto de grandes violações de direitos e uma violência aberrante, tanto em sua face mais contundente, com a morte de alguém, quanto no campo simbólico, com a ostentação de armas, ameaças e rivalidades entre facções. Estava formado o quadro síntese da cidade: uma metrópole cortada pela violência, onde seus moradores deveriam escolher o seu lado. Mobilizando a representação da "guerra", cada vez que havia o crescimento de ações criminosas, a grande imprensa e políticos se utilizavam dessa imagem para legitimar as ações da polícia nos territórios de favelas:

> Presumindo que se vivia de fato uma guerra que opunha morro e asfalto, favelados e cidadãos, bandidos e policiais, os partidários desta perspectiva aceitavam a violência policial em territórios dos e contra os grupos estigmatizados e assistiam passivos ao envolvimento de policiais militares em várias chacinas. A morte de 11 jovens favelados moradores na periferia (Acari), em junho de 1990, o assassinato de sete menores que dormiam às portas da igreja da Candelária, uma das principais do Rio de Janeiro, em julho de 1993, e o massacre de 21 pessoas residentes em uma das favelas mais pobres e violentas da cidade (Vigário Geral), em agosto do mesmo ano, crimes pelos quais foram acusados, respectivamente, cinco, sete e 49 policiais militares, denotam uma escalada nesse envolvimento. (LEITE, 2000).

Com o aumento da violência e do crime no Rio de Janeiro, o ideal de combate ao crime é modificado pelo ideal de "guerra contra o crime", fortalecendo nos cidadãos um crescente e contínuo sentimento de medo e insegurança. Essa lógica chegou ao ápice com a instauração da "gratificação faroeste", no governo de Marcello Alencar, que premiava os policiais que matassem mais supostos criminosos (entendidos como atos de bravura), exatamente nesses termos. Todas essas mortes eram legitimadas por essa política, utilizando a categoria administrativa "autos de resistência" (FARIAS, 2008) como instrumento para que a morte da vítima fosse justificada. Sua morte era fruto de sua "resistência" e assim, a população de favelas passou a ser uma população "matável" (FARIAS, 2008).

---

[8] Leite (2000) vai discutir a construção da ideia de "cidade maravilhosa" pós mudança da capital federal para Brasília, e consequente esvaziamento político e sua desconstrução na década de 1990 com o recrudescimento da violência urbana, promovendo a representação de cisão do tecido social ("Cidade Partida"), metaforicamente expresso por Ventura (1994).

Ao medo somava-se o preconceito dos que eram tidos como os “outros”, os coniventes com a violência que assolava a “cidade maravilhosa”, os que não pertenciam a sociedade civilizada, estereótipos que perseguiam e ainda perseguem os moradores de favelas. Realizando a síntese das questões referentes a violência com o perfil idealizado dos moradores de favela (negros, jovens e pobres, favelado), a população passou a perseguir e se proteger de todos aqueles que preenchiam esse padrão, acionando a polícia muitas vezes, mesmo quando não havia provas sobre o desvio da lei de tais jovens. Tal comportamento se dá até hoje, tendo sido comprovado por diversos estudos que compararam abordagens policiais tomando como variável a cor da pele[9].

Nesse contexto de crescimento da violência urbana, ancorada em seus atores mais visibilizados, jovens negros de favelas, diversos estudos foram propostos para construir um conhecimento com dados qualificados. Zaluar (1995) se dedicou a tentar explicar a atração dos jovens pelo tráfico de drogas, situando a questão, com um embasamento material (falta de poder aquisitivo do salário mínimo, aumento da jornada de trabalho e a necessidade de jornadas duplas ou triplas) que opera conjuntamente com o plano simbólico (perda do valor subjetivo do trabalho, observar o sofrimento dos pais trabalhadores, etc.). Outras pesquisas foram realizadas e apropriadas pela mídia na construção de um diagnóstico da violência perpetrada por jovens cariocas (LEITE, 2000). Ou seja, de certa forma se focalizou o “problema” da violência na juventude de favelas, concluindo que o “problema mais grave, no que concerne às duas pontas, passiva e ativa, da criminalidade violenta, é a juventude (masculina) excluída da cidadania" (SOARES et al., 1996, p. 257 apud. LEITE, 2000). Somada as pesquisas que vislumbravam uma crise no mundo do trabalho, criou-se um cenário de medo na cidade, uma vez que retirada a mediação do trabalho como forma de vinculação a cidadania, o receio era que as chamadas “classes perigosas” pudessem dilatar de uma forma irreparável a violência no Rio de Janeiro.

O prefeito César Maia, no mandato que foi de 1993 a 1996, deu início a um projeto de urbanização de favelas cariocas chamado “Favela-Bairro” que se estenderá até o ano de 2008, passando pelas gestões de César Maia, Luiz Paulo Conde (1997-2000), e novamente César Maia (2001-2008). Financiado pelo Banco Interamericano

[9] Para uma discussão aprofundada sobre abordagem policial ver: RAMOS e MUSUMECI (2005); BATISTA (2003); MISSE (1999) e para um estudo de outras capitais DUARTE; MURARO; LACERDA; GARCIA (2014).

de Desenvolvimento (BID), o projeto tinha como objetivo “complementar ou construir a estrutura urbana principal (saneamento e democratização de acessos) e oferecer condições ambientais de leitura da favela como bairro da cidade” segundo os termos do Decreto no 14.332, de 7 de janeiro de 1995, artigo 2º, inciso I[10]. Apesar de não vigorar dentro das determinações do BID, algumas favelas tiveram a regularização fundiária realizada, bem como a construção de unidades habitacionais.

Dezenas de favelas receberam o programa, o que se desdobrou em um outro fator positivo de cunho mais subjetivo: com o Favela-Bairro consolida-se a ideia de que a solução para as favelas do Rio de Janeiro é a urbanização, “removendo as remoções” como política de estado para solucionar o problema[11]. O apoio do BID e o fato do programa ter sido realizado na cidade que nas décadas anteriores promoveu o maior programa de remoções que a América Latina assistiu (CARDOSO, 2002) dá um sentido simbólico de grande força a essa intervenção. Regularizar a relação fundiária dos moradores se apresentou como um grande avanço nos territórios de favela, pois possibilitou para muitos a conquista de ter sua casa registrada com um número e um CEP, forma legal de ligar sua moradia ao resto da cidade.

Assim, num plano de vista simbólico, a regularização fundiária promovida pelo Favela-Bairro representou, mesmo que de forma residual, uma integração daquelas moradias ao substrato legal de direito a cidade. É certo que essa integração termina ali, não havendo avanços em outros aspectos como sociais, políticos e econômicos. No contexto de modificação da estrutura urbanística das favelas, um outro efeito é produzido: a valorização imobiliária começa a se apresentar como um fator de expulsão de massas de moradores que não conseguem acompanhar os fluxos econômicos que a valorização promove. Com o Favela-Bairro de maneira embrionária, e solidificada por meio da política de “pacificação” dos territórios, algumas das favelas cariocas passam a assistir um processo de gentrificação que será de muitas formas apropriada pela opinião pública e a mídia.

Dentro do contexto da gestão de Anthony Garotinho (1999-2002), realizou-se primeiramente o “Mutirão pela Paz”, na favela do Pereirão em Laranjeiras e posteriormente se criou o GPAE (Grupo de Policiamento em Áreas Especiais),

[10] Decreto nº14.332. Fonte: http://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/3921Dec%2014332_1996.pdf

[11] Embora tenha-se visto em todo esse período, e especialmente nos mandatos de Eduardo Paes, a volta da política de remoções. Mas é certo que, de forma muito distinta da que ocorria anteriormente, as remoções são realizadas com muita resistência de vários setores da sociedade.

projetos de policiamento que tinham como inspiração os ideais de policiamento comunitário. Em 2000 é implementado o primeiro GPAE na favela Pavão-Pavãozinho, sendo ao final de 2007 seis grupamentos, a saber: 1) Pavão-Pavãozinho/Cantagalo; 2) Providência; 3) Formiga/Casa branca/ Chácara do Céu; 4) Morro do Cavalão/ Morro do Estado; 5) Vila Cruzeiro e 6) Rio das Pedras (RIBEIRO ; MONTANDON, 2014). O projeto foi bem recebido em um primeiro momento, mas enfrentou diversos problemas, internos e externos a polícia que ocasionaram seu desmonte.

Com essas dinâmicas, a cisão construída entre as favelas e a cidade "formal" pela ideia da "falta" pode ser atualizada sob a "metáfora da guerra". Com o aumento vertiginoso da violência com a entrada do tráfico internacional de drogas na cidade, as favelas e seus moradores sofreram ações do poder público com o intuito de controlar o "foco" da violência. Sintetizando todo estereótipo da favela, os símbolos da violência darão projeção a questão urbana da cidade, resumindo-a sob a política de "guerra contra o crime". As iniciativas de urbanização das favelas representaram uma mudança significativa, e serão recordadas como as maiores políticas urbanizadoras de favelas do Rio. Mesmo que o Favela-Bairro tenha sido bem recebido, as questões relacionadas a violência continuaram a se constituir como a síntese do "problema" carioca, sendo a urbanização uma iniciativa incapaz de modificar esse cenário.

1.6 **Os anos Cabral: da "fábrica de marginais"[12] à "pacificação" (2007 – 2014)**

Um século depois do "mito" de origem, a favela ainda permanecia no ideário social como o lugar mais desprivilegiado da cidade, em todos os sentidos. Aliando a visão de que nos territórios de favelas tudo falta, seja água, serviços públicos, educação e civilidade, com o jogo de políticas intermitentes, que não conseguiram em sua maioria concluir as propostas de projetos colocados na mesa, a favela carioca continuava sendo destaque nos noticiários, em sua grande maioria por conta de casos de violência, drogas e etc.

Os primeiros anos da gestão Cabral foram marcados pelo recrudescimento da violência, em sua maioria em favelas. Esses anos foram marcados pela truculência policial e uma declarada "guerra às facções criminosas". Seguindo o lastro herdado das décadas de 1980 e 1990, o governador Sérgio Cabral continuou dando resposta

[12] Fala do governador Sérgio Cabral discutida em BIRMAN, 2008.

as questões relacionadas à segurança pública utilizando a linguagem da violência. Assim:

> É plausível sugerir que décadas de violência policial descontrolada, associadas à cada vez mais clara incompatibilidade entre ela e as tentativas de reconstrução de uma ética do trabalho (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 1999), produziram um certo cansaço coletivo, informe e subterrâneo, que veio a se manifestar na forma das reticências com que foram recebidas as primeiras medidas de endurecimento da política de manutenção da ordem tomadas logo depois da fácil reeleição do governador Sérgio Cabral. (MACHADO DA SILVA, 2015).

O agir policial de forma truculenta é legitimado pelo governador, sendo o modo pelo qual a política de segurança pública se deu, em geral, no início de seu mandato, transformando a metáfora de "guerra ao crime" em política pública. Assim, a "pacificação" parece ser uma forma de resposta às críticas ao tipo de política de segurança que se executava no Rio de Janeiro. As Unidades de Polícia Pacificadora anunciam em seu próprio nome a intenção de modificar a imagem das ações do governo com relação à atuação policial.

As Unidades de Polícia Pacificadora despontaram em dezembro de 2008 com a inauguração da primeira UPP no morro Santa Marta, na Zona Sul da cidade. A partir de então outras unidades foram sendo inauguradas nos anos seguintes, totalizando 38 unidades até a presente data[13].

Desde sua origem apresentam uma frágil estrutura normativa que não estabelece diretrizes claras sobre o projeto (CANO, BORGES, RIBEIRO, 2012). O primeiro instrumento normativo criado para as UPPs data de 21 de janeiro de 2009 e não traz em seu texto nenhuma estruturação do programa, apenas cria na estrutura da Policia Militar a Unidade de Polícia Pacificadora, cabendo ao secretário editar ato que regulamente a estrutura das UPPs (RIO DE JANEIRO, 2009a). A segunda normativa que foi publicada em dia seguinte a primeira concede aos policiais de UPPs a gratificação de R$500, tendo em vista que os policiais militares deveriam se submeter "a condições especiais de serviço, para a execução de ações especiais concernentes à pacificação e manutenção da ordem pública nas comunidades carentes" (RIO DE JANEIRO, 2009b).

Em seguida o Boletim 022 da PMERJ, datado de 5 de fevereiro de 2009 (PMERJ, 2009) considera os dois decretos-lei anteriores e estipula resoluções relacionadas aos policiais envolvidos nas UPPs, colocando-os a disposição do

[13] Fonte: http://upprj.com/wp/. Acesso em 10/01/2015.

batalhão da área. Por fim, apenas em 2011 há o decreto mais detalhado acerca das atividades e da estruturação das UPPs (RIO DE JANEIRO, 2011). São dispostos nos artigos os territórios-alvo do projeto ("comunidades pobres, com baixa institucionalidade e alto grau de informalidade, em que a instalação oportunista de grupos criminosos ostensivamente armados afronta o Estado Democrático de Direito") opondo esses territórios ao Estado Democrático de Direito.

O projeto assim tem como objetivo promover a aproximação entre polícia e população residente em territórios de pobreza[14], representando uma mudança de lógica na prática policial dentro desses territórios. O relacionamento entre polícia e favelas sempre foi conflituoso e marcado por incursões violentas, que muitas vezes representavam a morte de jovens, em sua maioria, seguidas pelo abandono dos policiais do território. O governo do estado com a criação das UPPs pretendia modificar esse cenário através da instalação de postos fixos de policiamento com o objetivo de dar fim a esse tipo de incursão baseada unicamente na repressão.

A ideia, segundo o secretário de segurança do estado do Rio de Janeiro, é "recuperar para o Estado territórios empobrecidos e dominados por grupos criminosos armados". Essa "recuperação" significa a retirada do "poder" do tráfico de drogas, mas não a sua eliminação. Em vários momentos, diversas instâncias da secretaria de segurança afirmaram que o objetivo das UPPs não é acabar com o tráfico de drogas, mas sim retirar o poderio bélico dos bandos de traficantes, viabilizando ações governamentais. Segundo o Decreto Nº. 42.787 de 06 de janeiro de 2011, são objetivos das UPPs:

> a. consolidar o controle estatal sobre comunidades sob forte influência da criminalidade ostensivamente armada;
> b. devolver à população local a paz e a tranquilidade públicas necessárias ao exercício da cidadania plena que garanta o desenvolvimento tanto social quanto econômico. (RIO DE JANEIRO, 2011).

O ideal de "paz" já aparece veiculado na própria lei que regulamenta o projeto, expressando de forma contundente que o projeto resolveria a situação de "guerra" nas favelas cariocas. Seguindo um padrão que lhe é peculiar, a instalação de uma UPP se divide em quatro fases bem circunscritas, de acordo com sua regulamentação. A primeira fase é chamada de "retomada", onde as polícias especiais (normalmente o BOPE) são acionadas para fazer incursões que são publicamente anunciadas, a fim de que os grupos de traficantes se retirem do território. Essa "guerra avisada" se

[14] O Conceito de UPP: A polícia da paz. Fonte: http://upprj.com/wp/?page_id=20.

coloca como uma estratégia para diminuição da intensidade do combate violento dentro da favela, dando um sinal aos traficantes de que a ocupação e a retomada do território serão feitas. Normalmente a polícia não encontrou dificuldades na retomada dos territórios, salvo algumas exceções como no caso da UPP do Morro dos Macacos, quando houve a derrubada de um helicóptero da polícia militar por parte dos traficantes em outubro de 2009.

Após a retomada do território entra-se na fase de estabilização, focalizando especificamente a manutenção da ordem e a retirada do controle armado estabelecido pelos grupos de traficantes. Depois das duas fases é possível implementar a UPP propriamente dita, com seu posto de comando normalmente situado em locais da favela considerados estratégicos pela polícia, como principais vias de acesso, locais com boa visibilidade do território, etc. A UPP também conta com efetivo próprio e que permanecerá no território por tempo indeterminado. Depois da implementação acompanham-se os resultados que a UPP traz para a comunidade. O objetivo pós-implementação da UPP é levar ao território serviços públicos que antes não eram oferecidos.

Desse modo, parceiras são feitas com ONGs, setores do governo, e outras instituições, a fim de ofertar à população esses serviços. Na busca por apresentar as UPPs como uma nova lógica de policiamento que se articula aos interesses da população e suas demandas, os idealizadores do projeto sempre reforçam a necessidade de se construir uma "parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública"[15], no intuito de caracterizar essa ação policial nos moldes do policiamento comunitário.

Hoje, as UPPs contam com um efetivo de 9.543 policiais, divididos nas 38 unidades. As favelas pacificadas que serão objeto desse estudo possuem efetivo de policiais como indicado na tabela abaixo:

[15] Fonte: http://upprj.com/wp/?page_id=20

Tabela 1 - UPPs da Amostra

Unidade	Efetivo	% em relação ao total das UPPs
Santa Marta	123	1,3
Providência	209	2,2
Borel	287	3,0
Mangueira	332	3,5
Cidade de Deus	343	3,6
Turano	173	1,8

Fonte dos dados: www.upprj.com.br

O efetivo se caracteriza por jovens policiais recém-formados. Essa é uma grande preocupação dos articuladores do projeto, já que a corrupção policial é algo que permeia o estado do Rio de Janeiro desde muito tempo[16]. Ou seja, a utilização de efetivo recém-formado é uma forma de retirar aqueles policiais que já se corromperam em sua atividade policial, na tentativa de criar uma nova subcultura, que estaria em desacordo com a que caracterizava a maior parte do efetivo de policiamento do estado.

Além disso, a formação de policiais para as UPPs se faz de modo distinto, fortalecendo o desenvolvimento das competências de mediação de conflitos, procedimentos para lidar com a violência e o uso adequado de equipamento de baixa letalidade (SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA, 2012, p. 21). Apesar da preocupação com a construção de um currículo mais afinado com o ideal de policiamento de proximidade, cerca de metade dos policiais de UPPs avaliam que a formação dada pela PMERJ não os preparou adequadamente para o trabalho nas “Pacificadoras” (MUSUMECI, MOURÃO, LEMGRUBER ; RAMOS, 2013, p. 04).

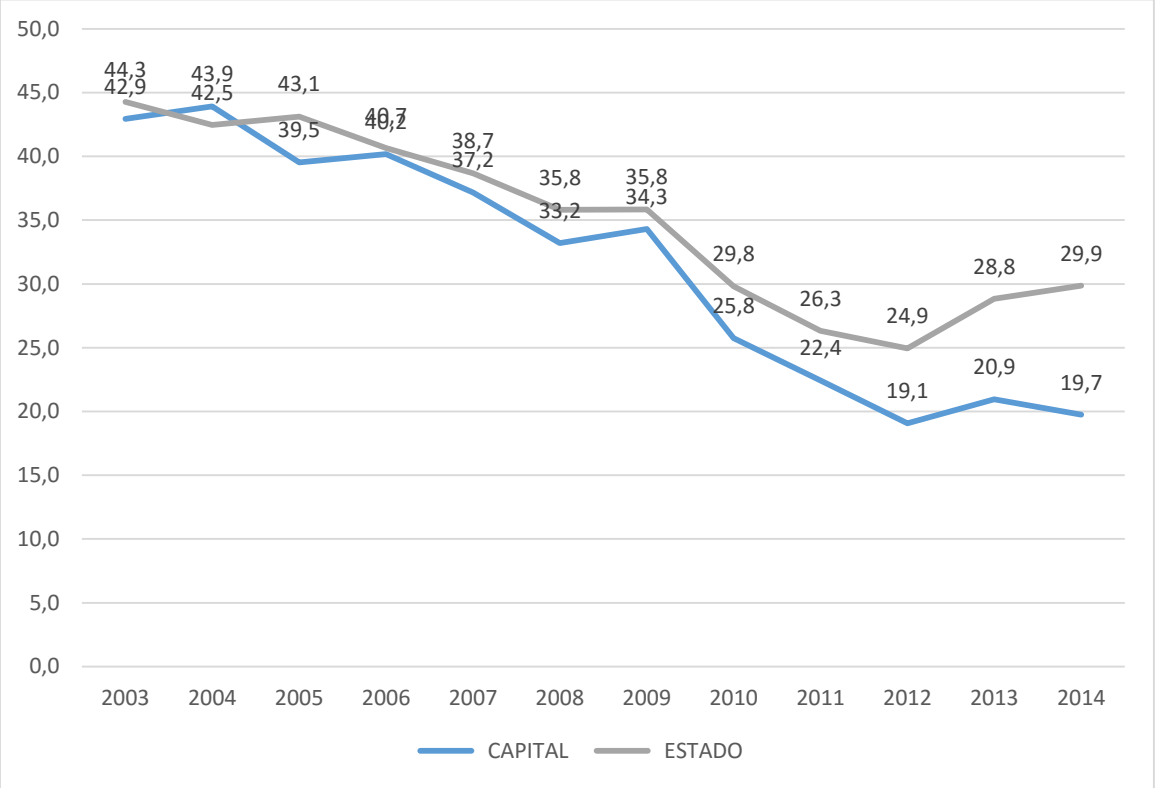
Antes do início do programa de “pacificação” no final do ano de 2008, o número de homicídios no estado do Rio de Janeiro permanecia acima da casa dos 5 mil por ano[17]. Os autos de resistência chegaram ao mais alto nível no ano de 2007, ostentando o número de 902 vítimas na cidade do Rio de Janeiro naquele ano. No estado como um todo não foi diferente e o número de autos de resistência apresentou um recorde: 1330 no ano de 2007[18]. Esses números apresentam uma redução

[16] MISSE (2007) atribui a ligação estabelecida entre os jogos ilícitos como fomentadora da corrupção policial na cidade.
[17] Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP.

[18] Idem.

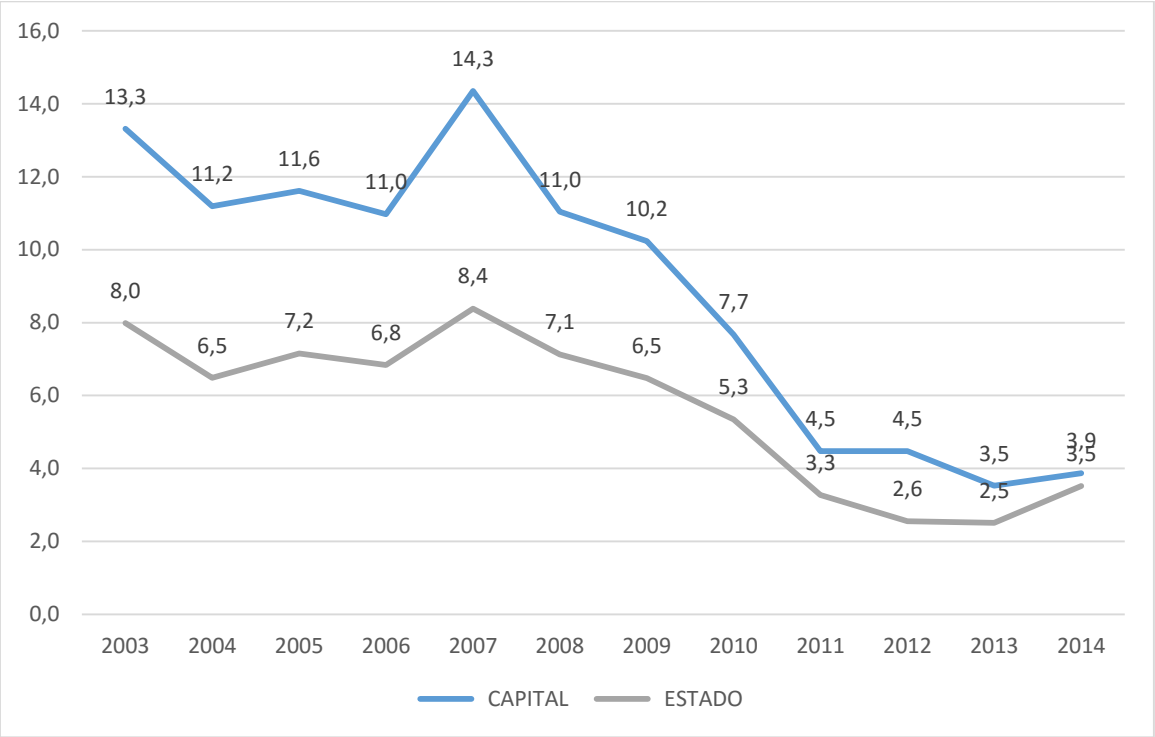
significativa na passagem do ano 2009 para o 2010, quando o estado do Rio de Janeiro entra no período que se pode ser chamado de “auge” da “pacificação”.

Figura 1 - Homicídios Dolosos por cem mil habitantes (2003-2014)



Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP

Figura 2 - Autos de Resistência por cem mil habitantes (2003-2014)



Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP

É certo que a tendência de queda nos índices já se mostrava presente para o caso dos homicídios desde o início da década, experimentando uma queda acentuada a partir de 2009 como visto acima. Além das UPPs, o Sistema integrado de Metas (SIM) implantado no segundo semestre de 2009 também colabora para explicar essa diminuição. O Decreto Estadual nº 41.931 instituiu o Sistema de Definição e Gerenciamento de Metas para os Indicadores Estratégicos de Criminalidade no Estado do Rio de Janeiro, regulamentado pela Resolução SESEG 305/2010 (SÁ, 2013). Para tanto, policias Civil e Militar tiveram de construir unidades de análise semelhantes para a construção de dados mais precisos.

Assim, foram fortalecidas as Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), foram criadas também as Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP) e também as Circunscrições Integradas de Segurança Pública (CISP). Dessa forma foi possível compatibilizar a divisão territorial, dando a Polícia Militar subsídios para avaliar o alcance das metas. O principal objetivo do SIM é “o incentivo à integração das polícias, em favor do compartilhamento de informações e da sinergia entre os órgãos de prevenção e repressão do crime” (SÁ, 2013, p. 8).

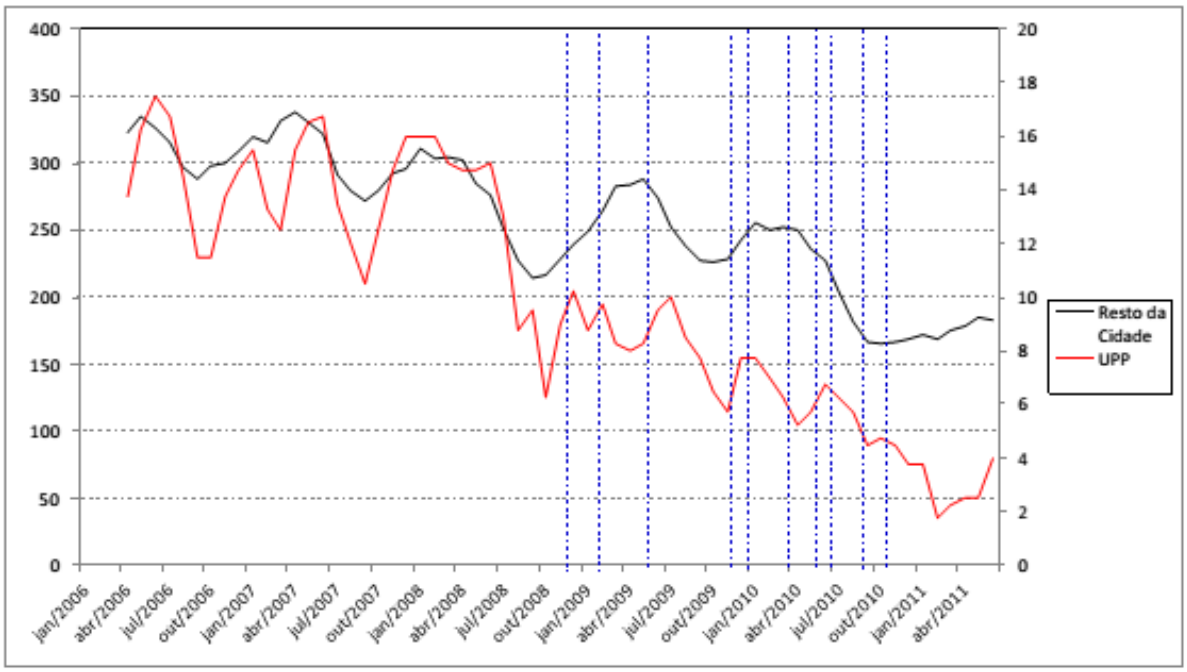
Os índices incluídos no sistema de metas foram três, escolhidos por estarem ligados ao impacto na sensação de segurança da população, que são divididos em:

1. **Letalidade Violenta = Homicídios dolosos + Latrocínios + Lesões corporais seguidas de morte + Autos de resistência.**
2. **Roubo de veículo**
3. **Roubo de Rua = Roubos a transeuntes + Roubos em Coletivos + Roubos de Celulares.**

Fonte: RIO DE JANEIRO, 2009c.

Como as reduções dos índices de violência expostos (homicídios dolosos e autos de resistência) se comportam de forma semelhante em todo o estado, pode-se admitir que o SIM pode ter promovido essa queda de maneira conjunta com as UPPs, muito pelo fato de que a queda se torna acentuada no ano de 2009 para 2010, quando o SIM começa a funcionar (MISSE, 2013). Ou seja, pode se dizer que as UPPs e o SIM contribuíram para a diminuição dos índices de criminalidade no estado, apresentando quedas maiores em favelas com UPPs do que nas sem UPP e até mesmo para o restante da cidade:

Figura 3 - Vítimas de Mortes Violentas Intencionais registradas por mês no Município do Rio de Janeiro: Comunidades com UPP versus resto da cidade



Fonte CANO, BORGES e RIBEIRO, 2012.

1.6.1 “Dourando a pílula” ao caso Amarildo: UPP e algumas questões sobre a “crise” do modelo

Machado da Silva em artigo escrito em 2010 discutiu o surgimento das UPPs e as causas da euforia em relação a elas. Segundo o autor o que sustentava o:

> [...] entusiasmo acrítico com as UPPs é a esperança de uma cidade calma e serena, que é o outro lado do medo do vizinho que há décadas nos assola a todos. Infelizmente, esta expectativa é um mito inatingível que pode por a perder a própria experiência das UPPs. (MACHADO DA SILVA, 2010, p. 01).

A esperança da dissolução do “problema” da segurança pública no Rio de Janeiro por meio do controle policial contínuo dos territórios de favela parece ser alcançado por meio da “pacificação” criando um sentimento de esperança na cidade. Seguradas as especificidades do contexto em que escreve o autor, o artigo propõe que as UPPs nascem como:

> [...] resultado invertido da truculência retórica, que exagerava no reconhecimento explícito do que secularmente acontece nos bastidores do controle das “classes perigosas”, que sempre se realizou através da violência. (MACHADO DA SILVA, 2010, p. 02).

Apesar da tentativa de mudança de lógica, a fragmentação da ordem urbana carioca não seria superada apenas pelas UPPs, segundo o autor. Se não existisse uma estruturação de uma política pública consistente e universal para todos os territórios do estado, os benefícios das UPPs se perderiam com o tempo (MACHADO DA SILVA, 2010). Em texto mais recente, Machado da Silva (2015) chama atenção para a produção de sociabilidade em contexto de UPP, já que se configuram como uma nova forma de controle dos territórios de favela, impondo certos tipos de normas que muitas vezes não se coadunam com as dinâmicas de sociabilidade vigentes anteriormente nos territórios. Assim, a questão se coloca sob o signo da defesa da segurança, entendida como a garantia da “continuidade das rotinas cotidianas, evitando os sobressaltos que acompanham suas rupturas” (2015, p. 8).

Ao fim ao cabo, a “pacificação” se tornou o “carro-chefe” da política de segurança desenvolvida no governo de Sérgio Cabral, ganhando cada vez mais notoriedade por sua redução dos índices de homicídio e de autos de resistência nas áreas pacificadas, bem como a redução de outros crimes, principalmente na Zona Sul da cidade, onde o projeto tem o maior foco. Finalmente a “cidade maravilha, purgatório

da beleza e do caos[19]" se transformou em uma "cidade pacificada" (FRIDMAN, 2014). Em relação às ocorrências em favelas com UPPs, houve, nos primeiros anos, uma queda significativa nos registros de violência letal, principalmente nos registros de autos de resistência, que passaram a ser quase inexistentes pela ausência de operações policiais aos moldes da lógica policial anterior (CANO, BORGES, RIBEIRO, 2012).

Apesar disso, há o aumento do registro de crimes não letais contra a pessoa, como lesões, ameaças e estupro, que pode ser explicado pelo aumento de registros nas delegacias por conta da presença policial no território e pela ausência do controle social autoritário exercido pelos chefes de grupos criminosos que outrora sediavam a base de seus negócios nessas favelas (CANO, BORGES, RIBEIRO, 2012). A sensação de segurança aumenta nos territórios "pacificados" principalmente por conta da ausência de confrontos armados e da ostentação de armas de fogo nas vias e becos das favelas. É importante notar que a possibilidade de poder discutir temas relacionados à violência e ao policiamento de forma livre é uma realidade que se cria com as UPPs, não se verificando nos períodos anteriores (CANO, BORGES, RIBEIRO, 2012, p. 113). Tal fator representa um sucesso do programa no que diz respeito a liberdade e garantia de direitos individuais dos moradores de favela, apesar de outros problemas referentes ao controle social que opera de diferentes maneiras no território por intermédio dos policiais de UPP (CANO, BORGES, RIBEIRO, 2012, p. 120).

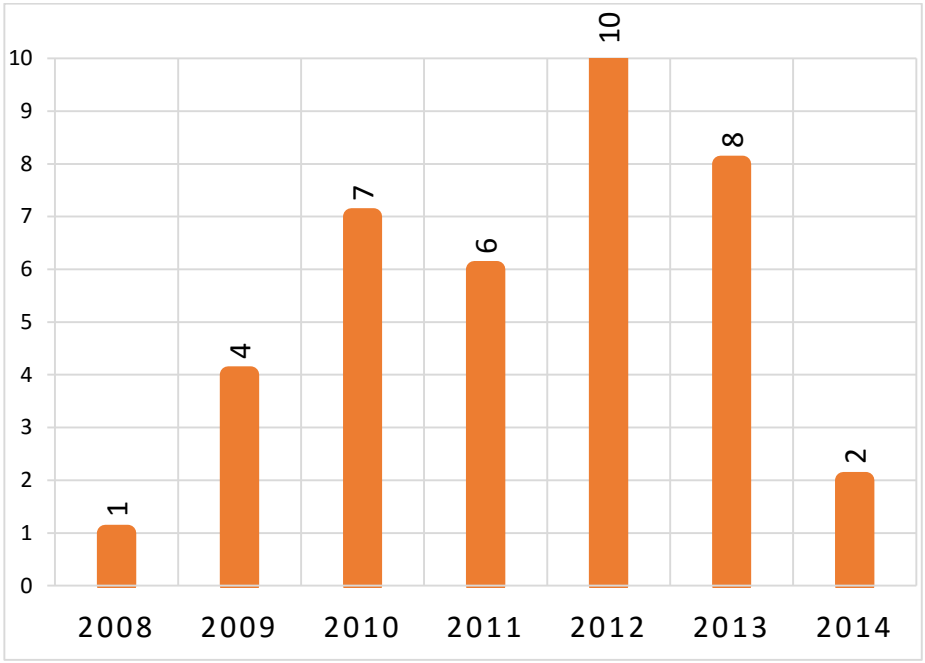
Não é demasiado pontuar que as UPPs receberam um grande apoio da mídia e da opinião pública no geral, uma vez que poderiam de fato representar um ponto de inflexão em direção a uma política pública cidadã e de respeito aos moradores de favela. Os dados, tanto os divulgados pelo ISP sobre as ocorrências criminais, quanto outras pesquisas acadêmicas que apresentavam as mudanças do posicionamento dos moradores, que em sua maioria eram favoráveis a presença da polícia pela melhora na segurança (FGV, 2009), concorreram para que as UPPs vivessem anos de grande notoriedade na mídia nacional e internacional. A política representou a primeira experiência com grande replicação nos territórios de favela e grande

[19] "Rio 40 Graus" é uma canção composta por Fernanda Abreu, Fausto Fawcett e Laufer e gravada por Fernanda Abreu no álbum Sla 2 Be Sample de 1992. A música procura equacionar a imagem de cidade maravilhosa presente na música de mesmo nome composta por André Filho e considerada o hino da cidade com o "purgatório da beleza e do caos", menção aos altos índices de violência que a cidade ostentou por anos.

divulgação, fazendo das UPPs um marco simbólico na história da segurança pública no Rio de Janeiro.

A política foi recebendo grande importância e com isso pressões políticas. Houve uma grande expansão das unidades como pode ser visto no gráfico abaixo:

Figura 4 - Quantidade de UPPs instaladas por ano.



Fonte: http://www.upprj.com/index.php/historico

Contudo, o cenário de euforia entorno das UPPs não durou muito. Questões referentes à sustentabilidade da expansão das UPPs começaram a surgir, aliadas a perda de alguns financiamentos estratégicos. A ausência de outros atores políticos envolvidos, como outras secretarias, no projeto, a rápida expansão que se verificou de 2010 a 2013 produziram um contexto em que a sustentabilidade do projeto se viu arriscada:

> Sem investimentos em inteligência, tecnologia digitais, de informação e de segurança, capacitação adequada, infraestrutura e reformulação administrativa condizente para o gerenciamento e controle eficaz da pacificação, suas fragilidades técnicas, sem dúvida nenhuma, aumentaram. (SILVA, 2014).

O caso ocorrido na Coroa, favela com UPP na região central da cidade, em junho de 2011 representou um ponto de inflexão na cobertura jornalística em relação as UPPs. Quatro policiais realizavam ronda rotineira pelas ruas da favela quando

avistaram “suspeitos[20]” que logo fugiram pelas ruelas. Os policiais realizaram perseguição ao grupo quando um dos perseguidos lançou uma granada, ferindo todos os policiais e mutilando a perna de um deles. A partir de então, o enquadramento da mídia em relação a “pacificação” ganha uma retórica que foi chamada por Cunha (2015) como “medo do retorno do medo”, ou seja, a volta da situação pré-“pacificação”. É claro que as classes médias cariocas, a quem O Globo tem como seus consumidores, não possuem interesse nos impactos negativos da implementação das UPPs para os moradores de favelas (CUNHA, 2015, p. 57) o que fez com que surgisse:

> [...] em lugar de uma crítica contundente ao modelo de segurança pública implementado, as reportagens veiculadas na grande mídia anunciavam o “medo do retorno do medo”, ou seja, o clima emocional em torno de uma vivência difusamente compartilhada de “desordem urbana”. Era o medo do retorno à conjuntura anterior às UPPs. (CUNHA, 2015, p. 57).

Além disso, o caso do pedreiro Amarildo, desaparecido no dia 14 de julho de 2013 e em seguida esclarecido que tinha sido torturado e assassinado por policiais da UPP da Rocinha causou grande comoção na sociedade. Tanto moradores de favelas quanto moradores de outros bairros da cidade se solidarizaram com o fato, o que subsidiou a prisão de diversos policiais acusados de participarem do assassinato do pedreiro. O fato serviu de exposição para outros casos de arbitrariedade ocorridas dentro de favelas pacificadas (CUNHA, 2015), o que colaborou para que houvesse desgastes em relação ao projeto:

> Ao mesmo tempo que a UPP, juntamente com outras políticas, levou os índices de homicídio a praticamente zero em várias comunidades da cidade, a maior presença policial também fez com que práticas como o “esculacho” (violência policial) se tornassem mais frequentes. Policiais que, sem identificação, passaram a aterrorizar moradores – seja com revistas abusivas, usando da violência, invadindo casas para revista sem mandado judicial, cobrando “arrego” (propina) para liberar as pessoas, entre outras práticas – geraram grande revolta em muitas comunidades. Em virtude de boa parte desses incidentes ocorrerem à noite e os policiais agressores retirarem seus nomes (identificação) das fardas, muitos capitães de UPPs alegam não conseguirem apurar de fato as denúncias por falta de informações. (MISSE, 2014, p. 695).

Aliado a outros problemas de corrupção na PMERJ, o calendário de instalações de UPPs ficou praticamente suspenso no ano de 2014 como visto no gráfico anterior. Outro fator que complicava a existência das UPPs é a falta de institucionalização do

[20] A categoria “suspeito” é utilizada de forma massiva pelos veículos de comunicação para fazer referência aos sujeitos que foram alvo das ações policiais. A representação social do “suspeito” é amplamente conhecida e foi discutida por RAMOS e MUSUMECI, 2005.

projeto. Não há uma determinação clara de ação das diferentes UPPs, caindo na responsabilidade do comandante toda ação. Essa realidade acaba implicando na existência de “diversas UPPs” que herdam suas características do perfil de seus comandantes (um comandante mais aberto ao diálogo acaba por influenciar toda a prática dos policiais lotados nessa unidade, dando a sensação de que naquela UPP específica há maior diálogo. O contrário também é verdadeiro, comandante mais duro e inflexível acaba criando uma ambiência para que a UPP como um todo assim o seja).

Há a crítica de que com as UPPs o governo estaria querendo uniformizar os moldes do policiamento nas favelas. A crítica pontua que o jargão utilizado, chamando de “implantação” da unidade, já revela em si a forma pela qual se entende a ação dentro das favelas. Tal termo possui forte ligação com o escopo linguístico da medicina social, insinuando que o poder público estaria “implantando” um elemento para o “bom funcionamento” da favela como um todo:

> Seguindo essa chave interpretativa, somos impelidos a considerar que o “implante”, sendo um corpo estranho, pode ter aceitações distintas conforme o organismo por ele atingido. As “aceitações distintas” do “implante” das UPPs sugerido pelas autoridades públicas em seus pronunciamentos resultariam do que essas mesmas autoridades declaram como “particularidade de cada favela”. Nessa chave interpretativa, a “particularidade de cada favela” seria responsável pela variedade de resultados da operação policial, em particular, e da política pública, de modo mais geral. Desse modo, as UPPs podem ser “aceitas pelo organismo”, podem ser “rejeitadas” por ele ou podem, simplesmente, não desempenhar plenamente as suas funções. No mais das vezes, o recurso à ideia de pluralidade de organismos afetados explicaria os diferentes resultados evitando (ou tentando evitar) críticas mais contundentes em torno da própria concepção dessa política ou do modo como ela vem sendo realizada. (CUNHA, 2015, p. 43).

Ou seja, há a disputa simbólica entre os atores para determinar a “culpa” do não sucesso de certa UPP. Com a construção de que a UPP é um elemento “implantado” no território, homogêneo, “esterilizado” (a ênfase que se coloca na composição dos policiais das UPPs, que seriam “novos”, com formação diferenciada e por isso “imaculados” em relação a corrupção colabora para esse sentido) faz recair para o “corpo”, o território de favela, o insucesso da “pacificação”, como se a “paz” fosse tomada como um “corpo estranho”, não compatível com ela.

O programa das UPPs na atualidade apresenta diversas questões não resolvidas (expostas anteriormente) e enfrentam incertezas com relação ao futuro. O fato é que as UPPs representaram um impacto na forma pela qual os territórios de favelas foram encarados em relação à segurança pública, impacto esse diversificado

em seus sentidos e valorações. As disputas de sentido em relação à UPP ainda estão em jogo, constituindo um horizonte incerto em relação a sua constituição:

> Em suma, a experiência das UPPs representou uma significativa mudança na conjuntura das disputas políticas em torno dos procedimentos coercitivos – e essa característica é, ao mesmo tempo, o limite de seu impacto. [...] Apesar disso, a disputa em torno da consolidação da dimensão "virtuosa" das UPPs, defendida pelos segmentos que apoiam a construção de seu "espírito", permanece em aberto. É a população, com o desenvolvimento de suas divergências, que decidirá a forma como se reproduzirão os controles coercitivos. (MACHADO DA SILVA, 2015, p. 21).

2 AGENDA-SETTING E REPRESENTAÇÕES: CONSTRUÇÃO DE OBJETOS E PROBLEMAS SOCIAIS

As representações
constituem para nós um tipo
de realidade.

Serge Moscovici

A mídia é um ator de relevância na sociedade. Por meio da sua forma, ganhou profunda penetração e se constituiu como fonte relevante de informação. O processo de produção e reprodução em massa da informação não está isento de valores e sentidos atribuídos pelos envolvidos no processo de confecção do material jornalístico. As representações sociais serão veiculadas pelos atores midiáticos, conferindo sentido a realidade daqueles que consomem seu material. A proposta deste capítulo é abordar concepções conceituais a respeito das Representações Sociais e do Agendamento. A primeira seção irá discutir de forma pormenorizada os conceitos de representação desenvolvidos por diferentes áreas do conhecimento, focando nas contribuições de Moscovici (2007). A segunda seção trará uma discussão a respeito da hipótese do Agenda-Setting, munindo conceitualmente a análise das estruturas em que circulam as representações sociais.

2.1 **Representações e Discurso: contribuições conceituais**

Desde a gênese das ciências sociais, a relação entre indivíduo e sociedade é um motor gerador de diferentes teorias e estruturas de pensamento. O posto de agência dentro dessa relação se desloca entre as duas partes, estruturando diferentes escolas. Em Durkheim, o conceito de Representação Coletiva opera na forma pela qual se entendem as relações entre o grupo e os objetos que os cercam: “O que as representações coletivas traduzem é a maneira pela qual o grupo se pensa nas relações com os objetos que o afetam.” (DURKHEIM apud. JODELET, 1989, p. 56).

As regras que tecem essas relações são o fator que reúne/vincula os indivíduos em uma coletividade. Ampliando e criticando a noção, Moscovici (2007) a colocará na ligação entre um cognitivismo individual e a sociedade. As representações, chamadas “sociais”, servirão de ponte entre o indivíduo e a sociedade. Segundo Jodelet (1989), autora que mantém constante diálogo com a obra de Moscovici:

> Como fenômenos cognitivos, associam o pertencimento social dos indivíduos às implicações afetivas e normativas, às interiorizações das experiências, das práticas, dos modelos de conduta e de pensamento, socialmente inculcados ou transmitidos pela comunicação social, que aí estão ligados. Por esta razão, seu estudo constitui uma contribuição decisiva para a aproximação da vida mental individual e coletiva. (JODELET, 1989, p. 40)

No prosseguir dessa seção, algumas teorias de diversas áreas do conhecimento serão expostas, mostrando algumas das discussões dentro da temática das representações. Sem pretender constituir um levantamento exaustivo, as contribuições aqui expostas servem de vertente ao pensamento e à análise que aqui se alinhavam. Apesar da ênfase que será dada a teoria de Moscovici (2007), a seguir serão trazidas diversas discussões dentro da temática da Representação Social por diversos autores, cada qual dentro dos seus focos analíticos.

Os achados de Foucault na criação e execução de sua arqueologia e mais tarde sua genealogia representam importantes contribuições para a análise da relação entre discurso e poder e na construção discursiva dos indivíduos enquanto sujeitos sociais. Apesar de haver limites para sua aplicação, a teoria de Foucault (2008) traz elementos importantes para o entendimento da construção dos discursos e sujeitos. Embora tenha focalizado sua análise dentro das formações discursivas das ciências humanas, seus conceitos são válidos no entendimento da produção e ação do discurso midiático.

A sua arqueologia se preocupa em encontrar a especificação sociohistórica que permite que certos enunciados em uma dada área do conhecimento possam ser possíveis, ou seja, sistema de regras que permitem que certos enunciados, e outros não, possam ser veiculados dentro de uma dada área do conhecimento.

Outro processo estudado por Foucault (2008) é a formação dos objetos. Unindo a localização situacional de determinado produtor de discursos e a compreensão de que os objetos desse discurso são constituídos e transformados no próprio discurso, Foucault explicita um modo de entendimento que considera o objeto enquanto produto do discurso e não pela acepção de que seria um dado anterior. O que se pontua é uma realidade que se faz e se refaz pelo discurso. A representação, nesta visão, não

se dá pela leitura de uma realidade dada, mas a realidade é criada por ela. O objeto não é referido no discurso como algo exterior, mas está entremeado no próprio discurso, e sua existência e propriedades dependem dessa localização.

Por ser elaborado em um processo, o objeto não é estável, podendo modificar suas características e composição em diferentes momentos e em diferentes espaços de produção de discursos. Essa contraposição evidencia as estruturas argumentativas e de sentidos envolvidos no processo de produção de representações. Aqui, o que é de maior significação para a análise é a acepção de que o discurso é constitutivo da vida social, possui papel ativo na construção e transformação de significados e assim é ele mesmo um construtor dos objetos e da realidade:

> As condições para que apareça um objeto de discurso, as condições históricas para que dele se possa 'dizer alguma coisa' e para que dele várias pessoas possam dizer coisas diferentes, as condições para que ele se inscreva em um domínio de parentesco com outros objetos, para que possa estabelecer com eles relações de semelhança, de vizinhança, de afastamento, de diferença, de transformação - essas condições, como se vê, são numerosas e importantes. Isto significa que não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época; não é fácil dizer alguma coisa nova; não basta abrir os olhos, prestar atenção, ou tomar consciência, para que novos objetos logo se iluminem e, na superfície do solo, lancem sua primeira claridade. (FOUCAULT, 2008, p. 53).

Do outro lado do processo de produção do discurso existe o produtor. O sujeito social que produz um discurso não é uma entidade que possui existência independente, como se fosse a origem, mas, ao contrário, é ele mesmo uma função do próprio discurso. A localização do sujeito na realidade é dada pelo discurso. Assim, descrever um texto para analisar as relações entre produtor e o que ele diz, não é o enfoque de Foucault. O que se propõe é a localização a que um sujeito deve se encontrar para que produza tal discurso. Desta forma, são afastadas as tentativas de situar certos sujeitos em posições fixas e determinadas. O discurso assim, constrói o sujeito na medida em que o posiciona socialmente. O peso de determinação do sujeito pelo texto, nesse sentido, fica muito evidente e deixa de fora a agência do sujeito dentro da equação (FAIRCLOUGH, 2001). Para a pretendida análise, mais adiante serão abordados alguns argumentos que tentam superar essa questão.

Ainda em um campo mais amplo de análise sobre as representações sociais, Becker (2009) traz outras reflexões de grande valia para compreender a relação entre indivíduos e representações sociais. Para Becker (2009), as "falas sobre a sociedade", ou seja, suas representações, são elaboradas em meios organizacionais. De certa forma, cada categoria organizacional estaria implicada em um processo de produção

de leituras distintas sobre o real. Representar a sociedade é tarefa de uma "comunidade interpretativa", que se divide em produtores e usuários dessas imagens do real.

A tarefa de retirar um fato e lhe significar implica em atribuir-lhe valores que não estão necessariamente em relação com o fato em si. Ou seja, os "fatos reais" estão inteiramente envolvidos em ideologias e significações a partir do momento que se apresentam enquanto "falas sobre a sociedade". Além disso, dentro de uma "comunidade interpretativa", há uma "divisão do trabalho" específico que divide os produtores dos consumidores, de maneira distinta em cada comunidade:

> Um relato sobre a sociedade, portanto, é um dispositivo que consiste em declarações de fato, baseadas em evidências aceitáveis para algum público, e interpretações desses fatos, igualmente aceitáveis para algum público. (BECKER, 2009, p. 26).

Todo o processo de elaboração dessas representações está implicado em um acúmulo de ideias e métodos que são amplamente aceitos dentro de cada "comunidade". A aceitação tanto dos métodos quanto das ideias em si está pressuposta na vivência e experiência de cada comunidade. O foco se coloca na ação social, ou seja, as representações sociais como "produtos organizacionais", delimitadas nas circunstâncias histórico-sociais em que as mesmas são produzidas.

Assim, cada organização decidirá o que é aceitável para representar. Qualquer representação é parcial e não corresponde à totalidade dos fatos. Cabe à organização decidir o que é pertinente na feitura de seu discurso. Para Becker (2009) existem quatro operações no processo de produção de representações, explicitados abaixo.

A Seleção é exatamente o que foi dito anteriormente. Na impossibilidade de se retratar a realidade tal como ela é, criam-se as representações, entendidas como dispositivos capazes de orientar os indivíduos na significação do mundo, necessariamente excluindo o que não é "relevante" para cada organização.

A Tradução são as modificações realizadas para dar forma às ideias. Assim, no caso da mídia impressa, criam-se relatos que contenham textos, fotografias, infográficos, de forma a transmitir a representação de forma mais eficiente possível. Traduzidos os fatos selecionados, há a necessidade de melhor arranjá-los para que a ideia se construa da forma como os produtores imaginaram. Esse Arranjo é importante no processo e muitas vezes ignorado. No caso da mídia especificamente, significa muito se uma matéria foi veiculada na capa do jornal ou em um caderno interno, ou se foi impresso no topo da página, ou em uma caixa localizada às margens da mesma.

Esse posicionamento traz à tona a lógica hierárquica em que a mídia organiza as suas pautas.

A Interpretação é dedicada ao usuário. Ele que se utilizará das representações veiculadas e interpretará a sua maneira. Aqui cabe uma discussão. Não há, apesar do autor não deixar isso claro, uma total independência do usuário em relação às representações. Pensando à luz da discussão feita com Foucault anteriormente, o sujeito é também ele construído no discurso. Não há pacotes fechados e prontos a serem consumidos, mas um processo de construção que engloba a todos os envolvidos.

Depois do processo de construção, há sempre a possibilidade de que haja confrontos entre representações de outras organizações, sejam por multi-filiações a organizações distintas, seja pelo contato pessoal face-a-face com outros indivíduos pertencentes a outras organizações. Diversas vezes também, consomem-se representações no intuito de criticá-las tão somente. Assim, não há uma passividade do indivíduo consumidor nesse processo.

Em sua teorização sobre a representação veiculada através de fotografias, Becker (2009) delimita o conceito de *construing*, que é a forma pela qual os indivíduos compreendem e percebem o mundo à sua volta, implicado num processo de construção de significados. Os fotógrafos se utilizam dos produtos desse processo a fim de criar ou capturar imagens que sejam fáceis e de rápida interpretação. Ou seja, um jogador com as mãos levantadas facilmente é interpretado como ganhador. Uma fotografia em que figura um policial com uma arma em punho significa estado de alerta, combate, etc. "as imagens entregam rapidamente seu significado essencial para aqueles que conhecem o código" (BECKER, 2009, p. 64).

> Todas essas representações servem para resumir dados e ideias [...] o que o leitor é chamado a fazer, por vezes, em se tratando de textos escritos, é 'desembrulhar' a representação, isto é, desfazer a sintetização que produziu o artefato sob exame. (BECKER, 2009, p. 67).

Esses traços e vestígios de signos referenciados a um discurso anterior são encarados por Fairclough (2001) como "intertextualidade". Trata-se de um processo em que fica evidente o papel da esfera social dentro da análise e interpretação de um discurso. Por essa perspectiva, os textos são encarados como constituídos de vários fragmentos de outros textos a que faz alusão explícita ou implícita, localizando-o dentro de uma esfera mais global de textos. Por outro lado, a "intertextualidade" pode ser encarada também na visão de quem interpreta o texto, utilizando de outros signos

e conceitos externos ao discurso analisado. Relacionando esse conceito com toda a discussão feita anteriormente, encara-se o discurso como produto/produtor da realidade social, localizado em um dado contexto histórico e social e dotado de relações com outros discursos correntes.

A análise do discurso deveria ser encarada desta maneira em uma frente "microanalítica" e outra "macroanalítica". Ou seja, a "microanálise" se encarrega de investigar o texto em sua composição circunscrita, suas conexões e estruturas internas. Apesar deste esforço ser legítimo, não se pode compreender os discursos apenas nesse âmbito. Há a necessidade de se encarar os fatores macros que permitem que tal discurso seja construído e reproduzido. Por essa razão se realiza a "macroanálise". Contudo, a divisão é apenas pedagógica, pois não se pode realizar uma análise do discurso com apenas uma das visões do texto. É necessário que se compreenda que na medida em que o texto constrói a realidade é ele mesmo construído por ela, instaurando um processo dialético que supera um certo estruturalismo da teoria de Foucault (2008). Segundo Fairclough (2001).

> [...] há dimensões 'sociocognitivas' específicas de produção e interpretação textual, que se centralizam na inter-relação entre os recursos dos membros, que os participantes do discurso têm interiorizados e trazem consigo para o processamento textual, e o próprio texto. [...] Tais processos geralmente procedem de maneira não-consciente e automática, o que é um importante fator na determinação de sua eficácia ideológica, embora certos aspectos sejam mais facilmente trazidos à consciência do que outros. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 109).

A bagagem de signos e conceitos com que cada indivíduo trabalha é um fator importante na "macroanálise" e sem o qual analisar o discurso e seus efeitos não se completa. O processo de "intertextualidade" (visto anteriormente) se enquadra nesse processo como formador e conformador de representações do real que irão nortear as ações sociais dos indivíduos. Na medida em que, pela construção discursiva, cria-se símbolos que identificam posturas moralmente condenáveis, ou ilegais, organiza-se os indivíduos dentro desses termos pela referência a esses símbolos. E esse processo se dá ao revés também, instaurando relações interdiscursivas em que representações sociais circulam e são utilizadas por diferentes atores e sujeitos sociais.

Para alinhar as esferas "macro" e "micro" da análise do discurso, Fairclough (2001) discute os conceitos de "força" e "coerência" dos textos. A "força" de um texto se refere ao caráter acional do enunciado, ou seja, a ação social que realiza o que está no texto. As ações enunciadas vão apresentar-se sob forma do componente de

“força” do texto, em oposição ao componente proposicional, que dispõe apenas as relações dos conteúdos dentro do texto. Por estar envolvido e referenciado à realidade social, a “força” de um discurso adquire um valor ambíguo, podendo ser interpretado de diferentes maneiras por diferentes indivíduos.

Nesse impasse, o “contexto” a que o discurso se refere e se insere é o fator de redução dessa ambivalência. A localização do texto dentro de uma página de jornal, ou dentro de uma sequência histórica de matérias pode ser entendido como um “contexto”, situando o discurso dentro de uma cadeia lógica sequencial à qual se insere. O texto, imagem ou elemento textual que acompanha o texto de uma matéria, situa este dentro de um “contexto” mais amplo, diminuindo a ambivalência da “força” de sua composição.

> [...] para interpretar a força de um enunciado, deve-se ter chegado a uma interpretação sobre qual é o contexto de situação. Isso é análogo à interpretação textual: envolve uma inter-relação entre pistas e recursos dos membros, mas estes, nesse caso, são de fato um mapa mental da ordem social. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 112).

A “coerência” não se refere somente as relações de conectivos elencados em enunciados que dão estrutura coerente a argumentação. Segundo o autor, a “coerência” pode ser entendida de maneira mais ampla, como a forma pela qual indivíduos que dominam certos sentidos e signos conseguem compreender certos enunciados sem que haja a mediação de marcas textuais explicitas. Um texto só faz sentido para alguém que é capaz de inferir as relações de sentidos presentes sem que haja marcas de sentido explícitas. Essa mediação é feita pela “intertextualidade”, que faz a ligação entre os diversos signos entre diferentes textos, construindo relações de sentido que se emancipam do texto objetivo. Segundo Fairclough, os textos:

> [...] estabelecem posições para os sujeitos intérpretes que são ‘capazes’ de compreendê-los e ‘capazes’ de fazer as conexões e as inferências, de acordo com os princípios interpretativos relevantes, necessários para gerar leituras coerentes. Tais conexões e inferências podem apoiar-se em pressupostos de tipo ideológico. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 113).

Laplantine (1991) irá analisar o conceito de representação social, com o intuito de investigar seu uso na antropologia como um todo, e especificamente na que cuida das questões relativas a doença. Dessa forma, o autor mostra como ela recorta o conceito, situando-o na junção entre o indivíduo e o social e pontuando os três campos de investigação em que ele opera: no campo do conhecimento, colocando a representação como a ideia que não duvida de si mesma (LAPLANTINE, 1991, p. 277); no campo dos valores, a representação é uma avaliação; e no terceiro campo,

que transcende os campos do conhecimento e dos valores, onde a representação se coloca como um instrumento de ação. A representação, em outros termos:

> C'est la rencontre d'une expérience individuelle et de modèles sociaux dans un mode d'appréhension particulier du réel [...] C'est une interprétation qui s'organise en relation étroite au social et qui devient, pour ceux qui y adhèrent, la réalité elle-même. (LAPLANTINE, 1991, p. 278).

O autor então começa a analisar as abordagens relacionadas ao estudo francês da representação da doença. Ele divide as abordagens em três tipos: Um grupo estuda o que Laplantine (1991) denomina de *"La maladie en troisième personne*" que se dedica a estudar as representações do conhecimento médico que circulam socialmente e direcionam as ações dos indivíduos, no consumo de medicamentos por conta própria e no autodiagnostico. O segundo grupo chamado de "*La maladie en seconde personne*" estuda a apreensão do conhecimento médico-científico por outros profissionais, como psicólogos, homeopatas, etnógrafo, etc. Por fim, "*la maladie en première personne (illness)*" que está relacionado com a vivência subjetiva da doença, tanto do paciente quanto do médico.

Na esfera da "doença em primeira pessoa"[21], existem duas abordagens que são estruturantes das formas de se lidar com a doença. O primeiro, que é o conceito mais arraigado e que domina a medicina *mainstream*, é a ideia de que a doença é um aviso que o corpo emite para informar que existe um "inimigo" a ser combatido. Essa abordagem vê a doença como uma causa exógena ao indivíduo e a solução é combatê-la para que o equilíbrio volte a vigorar. Ver a doença como algo externo implica em desconstruir a alteridade, já que não se considera como constitutiva, ou como expressão própria do corpo. A segunda abordagem vê a doença como expressão própria do corpo e não se coloca em polo contrário a saúde. Para essa visão, existem reações felizes ou infelizes, prazerosas ou dolorosas que são formas do corpo se adaptar a novas situações que lhe são impostas. Como a doença é uma com o doente, o tratamento propõe ações em conjunto, com o paciente sendo sujeito ativo:

> D'autre part, si le saignement, la diarrhée, le vomissement, la fièvre ne sont plus considérés comme des maladies en soi, mais des processus régulateurs tendant à l'entretien des fonctions physiologiques, si le pathologique n'est plus envisagé comme l'autre absolu mais comme un état seulement différent du même, bref si ce que disent les homéopathes (ainsi que tous ceux qui se situent dans la perspective encore plus radicale de la maladie comme sens et valeur) est vrai, alors non seulement il n'y a plus de substantialisme morbide

[21] Em tradução livre.

> (ce qui est déjà une absurdité, c'est-à- dire un scandale, pour la pensée positiviste), mais c'est la notion même de maladie qui disparaît, et corrélativement de thérapie en tant que procédé d'opposition frontale à cette dernière. (LAPLANTINE, 1991, p. 282).

Para propor uma nova perspectiva, Laplantine (1991) passa a expor seus achados na pesquisa relacionada a Umbanda no Brasil, mais especificamente em Fortaleza. A todo momento o autor chama atenção para o caráter sincrético da religião, que absorveu elementos das tradições indígenas, africanas, europeias, criando um sistema complexo de experimentação da religiosidade. Trazendo essa matriz explicativa para a questão da doença, o autor mostra que a saúde é vista na Umbanda como a capacidade de livrar o corpo das "forças negativas" e carregá-lo de "forças positivas", por meio de rituais e remédios medicinais. Mas o fato é que esse entendimento implica em uma relação mais dinâmica entre saúde e doença. Segundo Laplantine (1991) essas combinações híbridas são expressões de uma "brasilidade" ("*brésilianité*" 1991, p. 283) que seria fator e resultado de toda a convivência com tantas diferenças. A pluralidade seria para ele o fato fundador da identidade da sociedade brasileira.

Por essa razão, as representações da doença e da saúde estão em disputa em processo constante de comunicação umas com as outras e com demais representações que se colocam nesse campo. As ferramentas analíticas para o estudo de tais representações devem integrar essa característica própria para que as análises consigam refletir essa realidade. E não só as ferramentas, mas também o pesquisador deve estar atento e absorver as dinâmicas de metamorfose das representações. O autor critica o uso das ferramentas conceituais e analíticas forjadas na Europa já que, ao aplicar a realidade tão diversa, perderiam as informações que lhes fugisse. A crítica ao eurocentismo do autor prossegue, demonstrando que a perseguição pela homogeneidade da representação é uma busca fadada ao fracasso. Não só no caso brasileiro, mas também no europeu. A proposta é que as questões retiradas do embate entre as representações de doença na Umbanda possam colaborar para um novo olhar sobre o conceito tal como entendido até aquele momento.

As contribuições de Jodelet (1989) para a estruturação e organização da corrente de pensadores interessados no estudo das representações sociais são profícuas para o intento que aqui se constrói. Para ela, as representações são uma necessidade para a existência do indivíduo em sociedade. São por meio delas que o

indivíduo pode assimilar sua existência e da realidade que lhe é exterior. Não há instinto guiando a vida social:

> Por isso as representações são sociais e são tão importantes na vida cotidiana. Elas nos guiam na maneira de nomear e definir em conjunto os diferentes aspectos de nossa realidade cotidiana, na maneira de interpretá-los, estatuí-los e, se for o caso, de tomar uma posição a respeito e defendê-la. (JODELET, 1989, p. 34).

Analisando as representações sociais sobre a AIDS, Jodelet (1989) verifica que no espaço onde o conhecimento científico se ausentou, houve a criação de um "conhecimento" baseado no senso comum e com circulação na interação face-a-face ou por meio da mídia. Criaram-se então, à época do descobrimento da AIDS, diversas representações sobre o que era, como se transmitia e quem eram os principais transmissores. Tais construções serviam de guias para os indivíduos num espaço novo onde não havia conhecimento científico. Onde só haviam quadros de pensamentos moralistas e embebidos de um pânico da corrupção da integridade física, a AIDS foi colocada e em pouco tempo se transformou na principal chaga moral e social.

As representações sociais, assim, se ligam a sistemas de pensamentos mais amplos e com profunda penetração na vida social, em dinâmica com as diversas filiações dos indivíduos às organizações existentes. As ligações entre as instituições e as redes pelas quais a comunicação se faz (a mídia, inclusive) são fatores de intervenção e manipulação dessas representações, sendo muitas vezes os determinantes da construção representativa.

Para Jodelet (1989), a noção de representação se apresenta em duas frentes: em primeiro lugar, a representação mental se assemelha a representação pictórica ou política na medida em que a visão do objeto toma-lhe o lugar. Aquilo que se representa está ausente. Assim, representar significa re-apresentar um objeto que não se encontra, em outras palavras: "A representação é, pois, a representante mental do objeto que reconstitui simbolicamente." (JODELET, 1989, p. 42). Em segundo lugar, o processo de representar pode ser tomado como produção de um pensamento, conferindo um caráter construtivo à representação:

> Este último aspecto remete ao caráter construtivo, criativo, autônomo da representação que comporta uma parte de reconstrução, de interpretação do objeto e de expressão do sujeito. (JODELET, 1989, p. 42).

Ao se esgueirar por terrenos parcos de conhecimento científico e por dar sentido ao que não é habitual na realidade cotidiana dos indivíduos, as

representações são um tipo de conhecimento. Apesar de não se retirarem quando a ciência dá as respostas sobre o objeto, as representações possuem mais força e legitimidade quando não há sistematização científica. Portanto, elas respondem a uma necessidade prática: ser, agir e localizar-se no mundo enquanto o mesmo não ganha sentido vindo da ciência ou de outras esferas legitimas de produção de sentido (ideologias, religião, etc.). Esse intento se justifica pela necessidade que a representação preenche: de manutenção da identidade social e do equilíbrio sóciocognitivo. O objeto novo, quando não pode ser superado, deve ser ancorado nos esquemas mentais pré-existentes como forma de familiarizá-lo e transformá-lo em algo passível de se incluir dentro das estruturas cognitivas coletivas.

> A construção das representações, normalmente, se localiza entre dois polos: total igualdade ou total diferença em relação ao sujeito que produz a representação. Quando se trata do preconceito, a localização se dá de maneira que não haja reconhecimento de si naquele outro, negando-lhe traços que o integrariam a ordem social estabelecida. A projeção sobre o outro de características distintivas e negativas eleva a autoestima do sujeito produtor, uma vez que o coloca em posição privilegiada dentro da estrutura social. Como exemplo podemos visualizar a dinâmica em relação aos usuários de crack no Brasil. A negação de características como racionalidade, civilidade, alma, etc., os colocam em um estado de quase não humanidade. Criar essas representações fortifica o sentimento de integração social, uma vez que é o outro o pária social. (SANTOS, 2014).

Essas representações encontram seu veículo na comunicação social. É por meio de conversas, interações, comunicações institucionais, matérias de jornais e TV, etc., que esse conhecimento será transmitido. Nesse processo, por conta das diferentes frentes que podem estar em jogo (mídia, organizações, etc.) a representação pode se modificar, contraindo novas características e símbolos e até mesmo perdendo-os. Há nesse percurso a formação do objeto e, por esse motivo mesmo, a construção dos atores na relação com o objeto. Além de ser portadora de representações, a comunicação social incide sobre as estruturas do pensamento social, engajando processos de interação social de consenso, dissenso e etc.:

> Enfim, a comunicação concorre para forjar representações que, apoiadas numa energética social, são pertinentes à vida prática e afetiva dos grupos. Energética e pertinência sociais que consideram, ao lado do poder de desempenho das palavras e discursos, a força pela qual as representações inauguram as versões de realidade, comuns e partilhadas. (JODELET, 1989, p. 51).

Focando nas contribuições de Bourdieu (2001) para o entendimento das relações entre os meios de comunicação e a sociedade, recupera-se o conceito de violência simbólica. O conceito é entendido como uma forma de coerção que se coloca no processo de dominação. Bourdieu (2010) considera a sociedade enquanto um

espaço onde as distribuições de propriedade se distribuem de forma desigual (BOURDIEU, 2010, p. 29). Essa propriedade é entendida tanto na forma objetivada, material ou na forma simbólica, como o capital cultural. Ambas as esferas (objetiva e simbólica) exercem e estruturam relações de poder, visto que sua distribuição se dá de forma desigual na sociedade.

Assim, quem domina certos capitais tem o poder nas esferas onde o mesmo é valorizado. O poder ideológico se apresentaria na forma de uma violência simbólica, onde legitimado por essa estrutura de poder, os dominadores disseminam suas formas de agir e pensar. Os dominados nesse processo aderem às formas e estruturas de pensamento dos dominantes, tomando para si instrumentos de conhecimento advindos dos dominantes, o que em última instância, dá naturalidade ao processo de dominação, uma vez que a interpretação e leitura do mundo é circunscrita dentro dos símbolos dominantes. Dessa forma a dominação se dá e se justifica.

Dentro dessa dinâmica de dominação, os meios de comunicação se configuram como espaço de produção de “bens simbólicos” (BOURDIEU, 2011). Um “bem simbólico” é produzido quando um objeto artístico, cultural ou informação ganha valor de mercado, sendo gerido pelas leis mercantis. Esses objetos terão seus consumidores e seus produtores, configurando uma hierarquia e espaços distintos para cada um dos atores envolvidos. Assim, na dinâmica de produção dos bens simbólicos, a posição dos produtores é privilegiada no sentido de serem eles a escolherem o que será levado em conta na produção dos bens, sendo esse processo de escolha orientado por valores sociais que em última instância irá reforçar a reprodução das estruturas de dominação da sociedade em questão.

> A dominação possui sempre uma dimensão simbólica. Por sua vez, os atos de submissão, de obediência, são atos de conhecimento e de reconhecimento os quais, nessa qualidade, mobilizam estruturas cognitivas suscetíveis de serem aplicadas a todas as coisas do mundo e, em particular, as estruturas sociais. (BOURDIEU, 2001, p. 224).

No interior da produção dos bens simbólicos, existem diferentes forças agindo na distribuição do poder. Essas relações de força vão definir o próprio campo, pois na medida em que um ator alcança posição privilegiada nessa relação, ele poderá nomear os valores que irão ser veiculados e distribuídos pelos bens. Desta forma, as disputas internas dentro do campo de produção também serão influência para o conjunto de normas e valores que serão transmitidos pelos produtores. Em se tratando

de mídia, relações de poder e jogos de força são uma constante, pois a informação já se configura como um bem simbólico, sendo regido pelas leis de mercado. Dentro da regência dessas leis, acionistas, diretorias e etc., tornam-se necessários para que a empresa se enquadre dentro da economia, configurando as relações em busca do poder interno ao campo.

Nesse sentido, a breve exposição de alguns conceitos de Bourdieu serve de reflexão para essa pesquisa no âmbito das relações de poder e dominação. A análise que se seguirá nesse trabalho buscará evidenciar a forma pela qual a mídia enquanto campo de produção constrói as representações das favelas pacificadas e as vende, como “bens simbólicos” que irão influir na visão de mundo de seus consumidores. Ao fim e ao cabo, esse processo de consumo dos bens produzidos pela mídia dá legitimidade e inculca certos valores e estruturas de pensamento que estão na esfera dos dominantes, aqueles que possuem os meios de comunicação. Ou seja, os meios de comunicação funcionam como espaços de consagração e reprodução do que pretendem portar, a “verdade” sobre os acontecimentos.

Quando transportadas para a realidade social, essas considerações acerca do papel que a mídia possui no sentido de fornecer instrumentos conceituais para a interpretação da realidade confluem para um cenário onde a mídia se impõe como um ator privilegiado nas relações sociais, uma vez que possui grande veiculação de suas ideias pela forma que é constituída: como lugar de produção de conteúdo de informação a serem massificados. Assim, localizar-se socialmente, em muitos casos, significa ler as “coordenadas” dadas pelos meios de comunicação. E pela “violência simbólica”, esses valores norteadores serão tomados como “verdadeiros” na medida em que estão em consonância com as estruturas de dominação que se reproduzem no tempo. Tendo as representações na arte como objeto de estudo, Gombrich (2007) constatou que muito do que acredita-se ser a realidade das coisas tal como dadas é na verdade fruto de interpretações e referentes anteriores, inculcados no processo de socialização:

> E, tendo chegado a conclusões referentes ao significado de certas cores, sempre supomos que vemos o que simplesmente sabemos que existe e mal temos consciência do aspecto real dos símbolos que aprendemos a interpretar. [...] o conhecimento influencia a maneira pela qual vemos as coisas. [...] Mais exatamente, é o nosso esforço em busca de sentido. (GOMBRICH, 2007, p. 83).

2.1.1 As contribuições de Moscovici para a teoria da Representação Social

Um clássico da literatura sobre representações sociais acionado na maioria das discussões sobre o assunto é Moscovici. Psicólogo social romeno radicado na França, Moscovici realizou diversos estudos sobre as representações sociais partindo das contribuições de Durkheim em relação ao seu conceito de representações coletivas. Voltando-se para fenômenos mais cotidianos da sociedade, o autor busca uma nova formulação da dinâmica entre indivíduo e sociedade dentro da chave psicossociológica.

Segundo Moscovici (2007) coexistem na construção de representações diferentes tipos de racionalidades, que o autor denomina “polifazia cognitiva”. Decorre-se disto que tais racionalidades estariam integradas de forma não excludente dentro das representações. Situadas em um contexto específico, essas racionalidades estariam dispostas a responder as demandas desse contexto que se apresenta e se impõe. As implicações para os indivíduos se desvelam em um cenário onde a busca por responder as questões da realidade demandam diversos tipos de racionalidades distintas, sendo para isso necessária a coexistência de multirracionalidades.

As representações sociais seriam para Moscovici (2007) uma forma particular de conhecimento que tem origem na sociedade e se reproduz na mesma. O substrato em que encontra sua origem e reprodução é na comunicação, implicando em se apresentarem como “um método de compreender e comunicar” (MOSCOVICI, 2007, p. 54). O autor divide duas possibilidades de análise das representações. As representações poderiam ser tomadas como mero produto social, esse seria um entendimento mais superficial. E, de forma mais aprofundada, as representações poderiam ser encaradas como processo social. O interesse deste trabalho se centra na análise das representações enquanto produto de processos sociais, uma vez que a investigação dos processos de produção coletiva das representações demonstraria as dimensões da realidade social que poderiam estar associadas ao fenômeno, desvelando sentidos e estruturas sociais.

A relação dos indivíduos e grupos com os objetos e entre si se dá dentro de um sistema de noções compartilhadas que norteia a comunicação e as práticas sociais. As representações se inserem nesse contexto como formas de ver e significar a realidade:

> Todas as interações humanas, surjam elas entre duas pessoas ou entre dois grupos, pressupõem representações. Na realidade, é isso que as caracteriza.

> (...) Sempre e em todo lugar, quando nós encontramos pessoas ou coisas e nos familiarizamos com elas, tais representações estão presentes. A informação que recebemos, e à qual tentamos dar um significado, está sob seu controle e não possui outro sentido para nós além do que elas dão a ele. Para alargar um pouco o referencial, nós podemos afirmar que o que é importante é a natureza da mudança, através da qual as representações sociais se tornam capazes de influenciar o comportamento do indivíduo participante de uma coletividade. É dessa maneira que elas são criadas, internamente, mentalmente, pois é dessa maneira que o próprio processo coletivo penetra, como o fator determinante, dentro do pensamento individual. (MOSCOVICI, 2007, p. 40).

Nesse sentido, as representações sociais constituiriam a realidade cotidiana dos indivíduos, sendo o principal paradigma de orientação no mundo. As associações entre indivíduos estariam profundamente relacionadas as representações dos mesmos, e a experiência com grupos de indivíduos estigmatizados não é mais do que a relação que se trava com as representações desses na sociedade. “Falar de” e “agir com” um indivíduo ou grupo ou objeto seria, em última instância, travar uma relação com sua representação.

Se pode-se localizar os processos de comunicação como a gênese da cognição, o papel da mídia se torna preponderante, uma vez que veicula essas representações de forma a reproduzir certas noções e imputar ou desconstruir outras. Se apresenta como um grande esquema de comunicação onde os atores estão em escala diferente, o indivíduo e a mídia. Na grande maioria das vezes, é necessário que se haja a construção de uma reputação a ser levada em conta para se colocar como interlocutor com a mídia. Em outras palavras, apenas atores com visibilidade social conseguem interpelar a mídia na maioria das vezes.

De certo que existem alguns espaços onde a participação do leitor é fomentada, mas nem por isso a seleção por parte dos editores é excluída. O ponto é: o processo de comunicação por meio de representações sociais se dá de maneira assimétrica quando colocados indivíduos e mídia, havendo uma massificação das representações vindas das mídias para os indivíduos. O diálogo direto entre os dois atores não se dá sem que haja a construção do indivíduo pela mídia. É a ela que se imputa a tarefa de construir tal realidade. Como exemplo pode-se citar as diversas reclamações e notas de pessoas entrevistadas que tiveram suas falas distorcidas ou cortadas.

Para Moscovici (2007), a significação da realidade não se dá no contato com o mundo sensível, mas na realidade ela surge da comunicação social. Esse ponto está intimamente ligado com uma discussão sobre os modos de representação na idade clássica e a mudança para a moderna. Foucault (2008) ao analisar o quadro “Las

meninas” de Velásquez propõe que o mesmo é a representação da representação na Idade Clássica. Ao não pintar o pintor em sua ação, Velásquez evidencia a incapacidade de se pensar o estatuto do sujeito na época clássica. Ainda não havia a problematização do sujeito enquanto algo construído socialmente. Por essa razão, as ciências humanas ainda não tinham encontrado terreno onde pudessem nascer. Logo o homem absorvia do meio natural as tais representações. O mundo ocultaria sua própria linguagem e caberia ao homem descobri-la e revelá-la. A linguagem era um componente do mundo, existindo a priori e à espera do homem para sua absorção.

Na Era Moderna as representações respondem a um mundo onde o ser humano é ele mesmo questionado. Estudar as representações sociais, para Moscovici é estudar:

> O ser humano enquanto ele faz perguntas e procura repostas e pensa [...], enquanto seu objetivo não é comportar-se, mas compreender. [...] a compreensão é a faculdade humana mais comum. Acreditava-se antigamente que esta faculdade fosse estimulada, primeira e principalmente, pelo contato com o mundo externo. Mas aos poucos nós nos fomos dando conta que ela na realidade brota da comunicação social. (MOSCOVICI, 2007, p. 43).

Aprofundando as contribuições de Moscovici para o entendimento das representações sociais, é importante frisar os objetivos da representação enquanto construção social. Para o autor, as representações sociais servem para convencionar os objetos e prescrever. A convencionalização está ligada a necessidade que existam elementos comuns aos indivíduos, e modos de entendê-los, para que haja comunicação. E prescreve no momento em que fixa o objeto na rede de significados, norteando os comportamentos e o modo pelo qual os indivíduos interagem com o objeto. Por serem produtos de uma realidade coletiva e que só consegue se reproduzir coletivamente, as representações sociais se constituem como uma realidade social *sui generis* (MOSCOVICI, 2007, p. 41).

Ao estudar as representações sociais veiculadas pela mídia fica-se à mercê de comprovar algo que já é conhecido socialmente. O que constitui a representação social é a sua origem coletiva e sua manutenção dentro de um sistema de símbolos e significados compartilhados socialmente. Sua força se encontra exatamente em sua origem coletiva e esperar que o discurso midiático (feito para comunicar) mostre algo surpreendente ao ordinário leitor seria falta de compreensão da sua essência. Apesar disso, representações são criadas e consolidadas por processos específicos. Processos esses que apresentam porosidades à ação social, o que os transforma em

objetos de disputa. Diferente da estaticidade a que Durkheim cobriu suas representações coletivas, Moscovici está atento para a plasticidade das representações sociais, que se coadunam com as estruturas dinâmicas de pensamento e comportamento da sociedade (MOSCOVICI, 2007, p. 45).

Para Moscovici (2007), as representações sociais têm dois fatores constitutivos: São como uma “atmosfera” que envolve os indivíduos e guardam as especificações dessa dada sociedade. Ou seja, as representações sociais são formas de conhecimento que envolvem os indivíduos, orientando a vivência nesse contexto. A força da representação se encontra na resposta a especificidade da sociedade, pois como são formas de conhecimento, só poderiam ter a força que possuem se refletissem as características únicas do arranjo social em que operam. Sabendo o que são, cabe ainda entender os motivos pelos quais as representações existem, qual a especificidade com que operam.

Moscovici (2007) parte então da premissa que os “universos consensuais”, ou seja, grupos humanos em que símbolos são compartilhados e compreendidos por todos, possibilitando a troca de informações sobre os objetos do quotidiano, são espaços onde os indivíduos necessitam estar a par dos objetos que os circulam e de sua decodificação. Quando um objeto não familiar adentra a esfera da vida desses indivíduos, há um desconforto que surge do desconhecimento do objeto, suas propriedades, finalidades, etc. Para Moscovici, o ser humano necessita conhecer para classificar os objetos e assim se posicionar em sua realidade.

Assim, estrutura-se um processo de transformação do não familiar em familiar, onde opera todo o estoque prévio de relações e paradigmas. Dessa forma, o conhecimento sobre o novo é necessariamente impregnado pelo estoque de símbolos e suas relações coletadas até aquele momento. Ou seja, todos os objetos que adentram a esfera social são ligados a teia de objetos anteriormente conhecidos, sendo relacionados e se tornando familiares por meio dessas relações.

Aqui cabe uma reflexão que o próprio autor propõe em seu texto. Quando se entra em contato com pessoas que estão do lado de fora de nossas “fronteiras concretas” que circulam nosso “universo consensual”, todas suas características são imaginadas e por isso o desconforto é grande, uma vez que não se sabe ao certo como compreender os gestos e ações desses a quem se chama “outros”. O processo que ocorre nesse encontro leva ao indivíduo refletir em sua própria realidade, uma vez

que o “irreal”, o “imaginário”, se concretiza a sua frente. O que era ausente se materializa e se impõe à esfera do familiar.

Acessar pela primeira vez o que era inacessível se torna uma experiência de conhecimento e de autoconhecimento, pois o não-familiar questiona as bases de sustentação do universo consensual, uma vez que propõe relações com os objetos conhecidos que podem não ter sido imaginadas previamente. Por isso que há o impulso de alocar os novos objetos na teia de significados já tecidas, mesmo que, para não haver desconforto, parte do seu conteúdo seja relevado até que possa ser compreendido dentro do substrato consolidado. A ameaça que o “novo” sinaliza aponta para a dissolução dos marcos referenciais que produzem um sentido de compreensão mútua e o sentimento de continuidade. Ao fim ao cabo é uma ameaça à segurança, entendida como a estabilização de expectativas positivas universalizadas[22].

Nesse processo de aprisionamento dos objetos as antigas teias de significado, a mudança é anulada em prol da reprodução. O pensamento social é então o espaço das convenções e da memória, onde a razão não encontra lugar. A manutenção das estruturas consolidadas de significação é posta acima do pensamento intelectual. Todos os novos objetos outrora não familiares que compõe o universo individual, não importam o quão complexo sejam, passaram pelo processo de classificação que lhe dará uma imagem prévia. Assim, as novas tentativas de conhecer esse objeto se fundarão nas premissas que já lhe foram imputadas, com o intuito de confirmar essas pressuposições anteriores (MOSCOVICI, 2007, p. 58). No campo das representações, Moscovici (2007) chama a atenção que para as estudar é necessário que se procure a característica não familiar geradora da representação, e que, no processo, foi absorvida.

Para Moscovici (2007) existem dois processos pelos quais as representações sociais podem existir. A ancoragem é um dos métodos de construção de representações e está baseado na ação de capturar o novo conteúdo e “fixá-lo” com uma “ancora” ao sistema de significados pré-existentes. As ações envolvidas na ancoragem desse novo conteúdo a um paradigma prévio imputam nele conteúdos

[22] SOARES, Luiz Eduardo. Segurança pública: dimensão essencial do Estado Democrático de Direito. In BOTELHO, André & SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs). Agenda brasileira: Temas de uma sociedade em mudança. Companhia das Letras. Rio de Janeiro, 2011.

normativos desse paradigma, impregnando-o de informações já sistematizadas. Assim, é esse compartilhamento de signos que ancora o objeto ao sistema, criando uma ponte que o relaciona ao já familiar:

> Ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa. Coisas, que não são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras. (MOSCOVICI, 2007, p. 61).

Essa classificação não assume uma neutralidade no que se refere a positivação desse novo conteúdo que, agora, é familiar. A ação de classificar já inclui o objeto numa clara relação hierárquica com outros, onde cada um possui sua positividade ou negatividade de acordo com a estrutura da hierarquia assumida dentro do universo consensual. É importante aqui pontuar uma questão: a ancoragem não dota somente o indivíduo e/ou objeto de conteúdo. O processo vai além ao incluir esse objeto na rede de relações previamente tecidas. Cada objeto desse substrato de significados possui relação com os outros.

As valorações imputadas nos indivíduos vão ancorá-lo no solo, bem como irão tecer ligações com os outros indivíduos ao seu redor. Não se trata apenas de ligá-lo ao substrato, mas também de construir relações entre os outros conteúdos que estão no mundo conhecido. Incluir uma pessoa em uma categoria social ou vincula-la a uma ideologia política por meio da nomeação impregna esse indivíduo do conteúdo normativo envolvido na categoria, conferindo-lhe valorações que anteriormente não possuía. Ao tomar conhecimento de sua nomeação, o indivíduo classificado pode mesmo assimilar esses conteúdos e os reproduzir, de forma a ingressar claramente a norma consensual de seus pares. O processo de conhecer o “outro” é, por isso, um processo de construção do “outro”.

O segundo método de produção de representações sociais é chamado pelo autor de objetivação. Opera na materialização das ideias abstratas, transformando o não familiar em realidade. O processo é comparado a encher de substância algo vazio, ou seja, transformar um conceito em uma imagem. Dito em outras palavras, o processo se baseia em encontrar uma qualidade icônica do conceito para que o mesmo resuma-o de forma clara, mas não necessariamente precisa. Muitos dos conceitos não podem ser facilmente resumidos em uma imagem, sendo necessário um complexo de imagens que é chamado por Moscovici de “núcleo figurativo”, ou seja, o mosaico de imagens que irá servir de representação da ideia abstrata. O autor chama atenção ao fato de que esse processo implica uma relação de poder:

> […] tal autoridade está fundamentada na arte de transformar uma representação na realidade da representação; transformar a palavra que substitui a coisa, na coisa que substitui a palavra. (MOSCOVICI, 2007, p. 71).

Com o novo paradigma objetivado, todos os outros objetos com que ele se relaciona se tornam eles mesmos familiares, sendo possível falar e se referir as questões em que ele figura com facilidade. Aceito o novo paradigma, há o rearranjo das relações entre os objetos para que todos possam estar em relação, mantendo a força dos laços que constroem a solidez do universo consensual. As palavras para existirem neste universo precisam ter uma imagem para fazerem sentido aos indivíduos, é para suprir essa necessidade que o processo de objetivação opera.

Transformar as ideias abstratas em objetos está relacionado ao fato de que o ser humano está habituado a lidar com objetos. Como pulsão primordial que doa ao presente elementos do passado, a forma de lidar com objetos foi imputada ao modo pelo qual se passa a lidar com as ideias abstratas. E desde então lida-se com abstrações dessa forma, objetivando-as. Em resumo:

> Toda verdade autoevidente, toda taxonomia, toda referência dentro do mundo, representa um conjunto cristalizado de significâncias e tacitamente aceita nomes; seu silêncio é precisamente o que garante sua importante função representativa: expressar primeiro a imagem e depois o conceito, como realidade. (MOSCOVICI, 2007, p. 77).

As duas formas de representar têm ligação direta com a memória. Estar ligado a memória possui duas vantagens: a solidez de todo esse estoque de símbolos possibilita que o processo de representação esteja bem embasado e mantenha intactos os pilares da segurança a que os indivíduos protegem. Além disso, por se vincular a conteúdo do passado, as representações possuem independência em relação aos acontecimentos de sua atualidade, livrando-a de se incluir em um turbilhão de objetos sem referencial até aquele momento. Em conclusão, “ancoragem e objetivação são, pois, maneiras de lidar com a memória” (MOSCOVICI, 2007, p. 78). O poder e a claridade das representações derivam do sucesso com que elas controlam a realidade de hoje através da realidade de ontem e da continuidade que isso pressupõe (MOSCOVICI, 2007, p. 38).

2.2 **A hipótese do Agenda-Setting: de objetos a problemas**

As representações sociais enquanto teoria da psicologia social traz várias utilidades na análise do discurso midiático, uma vez que se preocupam em entender a forma pela qual há o estabelecimento de comunicação em sociedade. O

compartilhamento de signos e seus significados é pré-requisito fundamental da comunicação, e, como dirá Rousseau (2008), a capacidade de falar e ser compreendido é o que caracteriza o ser humano. Entender o processo de formação dessas representações é como abrir uma “caixa preta”: as representações têm de ser desinvestidas de suas camadas de informação para que, ao descer cada nível, se entenda as relações e fluxos de informações que precisaram ocorrer para que a representação se desse da maneira em que se observa no momento do estudo. Além de cada representação social ser em si uma “caixa preta”, há um intercâmbio ativo entre diferentes representações (LATOUR, 2000). Conectadas por uma rede de fluxo contínuo de informação, as representações influenciam umas às outras, emprestando valores, status e etc., em relações dinâmicas e coordenadas pelos seus produtores.

Para compreender um pouco melhor as questões referentes aos produtores de representação e as suas relações, esse estudo recorreu às discussões acerca da hipótese do agendamento (Agenda-setting). Nosso intuito é identificar os temas sugeridos por sujeitos socialmente relevantes (mídia, atores políticos, sociedade) em detrimento de outros. Esses temas (agendas) constituem as representações socialmente produzidas pelos mecanismos já bem explanados acima. A hipótese do agenda-setting é interessante uma vez que busca sinalizar o rol de questões que serão problemas a serem discutidos dentro de determinada esfera.

O agendamento sem a teoria das Representações Sociais também parece incompleta, pois não dá conta dos permanentes processos de diálogo e de troca, entre atores e esferas. Assim, ao passo que o agendamento possibilitará localizar as questões impostas às esferas, a teoria das Representações se ocupará do conteúdo dessas questões, dos seus fluxos e refluxos de significado.

As chamadas *Mass Media* se tornaram objeto de estudo de diferentes áreas do conhecimento, congregando diversas abordagens e enfoques na busca de compreender o fenômeno enquanto tal e suas influências na sociedade e nos indivíduos. Dentro desse enfoque mais amplo sobre os meios de comunicação de massa, o indivíduo, na relação entre mídia e sociedade, passou de mero sujeito passivo, para uma visão mais ampla da relação. Buscando compreender a dinâmica entre indivíduo e mídia na chave conceitual da influência, surge outra perspectiva que entende essa relação como uma contínua construção de visões de mundo (RAMOS, 2014).

Nesse sentido, dentro da longa trajetória de estudos sobre os *mass media*, recupera-se a abordagem de *agenda-setting* para compreender a forma pela qual a construção do discurso jornalístico contribui para a construção de visões de mundo que circularão socialmente, referenciando as relações dos indivíduos e instituições com os sentimentos de insegurança e risco. (RAMOS, 2014)

Focando no papel da mídia enquanto agente construtor de realidades, as pesquisas baseadas no *agenda-setting* buscam compreender a forma pela qual a mídia seleciona e veicula certos assuntos e fatos, influindo no debate público ao operar com recortes do real (WOLF,1999). Nesse processo, não só o que é veiculado torna-se importante na análise, mas a forma pela qual o discurso negligencia diferentes assuntos, atores e grupos sociais também se inclui no processo de compreensão das escolhas do corpo editorial (WOLF, 1999).

Em termos metodológicos, essa abordagem não restringe o entendimento do discurso na sua unidade textual, a matéria, mas na cobertura global de determinada mídia sobre determinados assuntos. Dessa forma, eles se aproximam de uma compreensão da mídia enquanto produtora de representações sociais, estruturação e significação da realidade (WOLF, 1999). Em resumo, o pressuposto fundamental dessa abordagem é de que a percepção da realidade social pelos indivíduos é em grande parte assimilada dos *mass media*:

> [...] a imprensa pode, na maior parte das vezes, não conseguir dizer às pessoas como pensar, tem, no entanto, uma capacidade espantosa para dizer aos seus próprios leitores sobre que temas devem pensar qualquer coisa. (COHEN apud WOLF, 1999, p. 151).

A hipótese do agendamento (agenda-setting) nasce com o estudo seminal de McCombs e Shaw (1972) onde analisaram a forma pela qual a mídia contribui para o resultado das eleições. Os autores descobriram que a forma pela qual a mídia seleciona e divulga certas informações acerca da esfera política contribui para indicar sobre quais temas os indivíduos devem discutir. Segundo os autores:

> [...] o mundo político é reproduzido de modo imperfeito pelos diversos órgãos de informação. Contudo, as provas deste estudo, de que os eleitores tendem a partilhar a definição composta dos *media* acerca do que é importante, sugerem fortemente a sua função de agendamento. (McCombs e Shaw, 1972, In: Traquina, 2000, p.57).

Apesar de terem sido os primeiros a discutir o agendamento, foi com a obra de Lippmann (1921) que a essência do processo do agenda-setting apareceu. Segundo o autor, a imprensa se destaca no papel de enquadrar a atenção dos leitores em determinados temas, legitimando a escolha como sendo “de maior interesse coletivo”.

Outro trabalho importante foi o realizado por Park, Burgess e McKenzie (1925) em sua “The City”, onde propõe que os media definem uma certa ordem de preferências temáticas a serem discutidas socialmente. Esses estudos constituíram as primeiras reflexões que se direcionavam ao que posteriormente foi sistematizado como agenda-setting.

Todos esses estudos já haviam entendido que há uma certa correlação entre os temas que a mídia sugere e os temas que vão circular socialmente. Mas ainda não havia a preocupação de conceituar a agenda-setting e seus processos de funcionamento. Em um congresso em Acapulco, McCombs (2006) demonstrou alguns detalhes da hipótese do agendamento, esmiuçando o conceito e realizando a construção de uma tipologia que ficou conhecida como “tipologia de Acapulco”.

A “Tipologia de Acapulco”, defendida por McCombs (2006) segrega as análises em Agenda-Setting entre duas variáveis dicotômicas (Público-Alvo e Agenda), dando existência a quatro tipos específicos de análise. Ambas as variáveis têm ligação com o foco, mais estreito ou mais geral e se colocam em relação ao público alvo e a agenda. A primeira dimensão tem ligação com a forma de se estudar a agenda que pode englobar a sua totalidade ou realizar um recorte de um item específico da agenda. A segunda dimensão distingue duas formas de medir a relevância pública da agenda, que oscila entre observações agregadas ou observações individuais. A “Tipologia de Acapulco” pode ser expressa de acordo com a tabela abaixo:

Tabela 2 - Tipologia de Acapulco

		Agenda	
		Totalidade	*Item específico*
Público-Alvo	*Grupo*	Competição	História Natural
	Individual	Autonomia	Retrato Cognitivo

Fonte: MCCOMBS, 2006.

A primeira perspectiva é a que une o interesse pela agenda em sua totalidade e a análise de sua relevância para um grupo. É chamada de “competição” por ser do interesse do investigador estabelecer as dinâmicas hierárquicas dos itens dentro da agenda, uma vez que cada item pode ter sua importância expandida ou retraída de

acordo com o tempo ou com o grupo que se estuda. Essa perspectiva é interessante do ponto de vista histórico, uma vez que a comparação entre períodos pode revelar mudanças significativas na composição da agenda, ou pode ser relevante para estudar diferenças de percepção da agenda em diferentes grupos sociais.

A segunda perspectiva tem sido estudada desde a fundação do agenda-setting. Esses estudos procuram demonstrar como a agenda se estrutura dentro dos casos individuais, ou seja, no caso dos estudos clássicos, como a agenda influência na decisão do voto nas eleições. É denominada de “autonomia” para que não se possa cair na determinação das ações individuais pela agenda, uma vez que foi proposto em seu estudo basilar (1972) que a mídia não determina comportamentos, mas sim aponta um rol de questões a serem discutidas e levadas em conta pelos indivíduos.

A “história natural” é o esforço de se estabelecer um item da agenda e realizar a história do seu desenvolvimento dentro da opinião pública. Essa escolha é realizada normalmente de forma mediada pela eleição do tema considerado de maior relevância na agenda pelo público. Feito a escolha, o pesquisador acompanha o desenvolvimento do tema dentro do recorte histórico escolhido, captando assim o comportamento da opinião pública em relação ao item.

A última perspectiva é chamada de “retrato cognitivo” uma vez que o interesse é um único tema na agenda individual. A pesquisa se dá com o interesse de medir a relevância de certo tema para o indivíduo que é exposto a certo tipo de material informativo. Assim, realiza-se uma medição posterior a exposição ao material e outra posterior, aferindo assim a eficácia do material informativo na relevância do tema para o indivíduo.

Para entender a formação da agenda da mídia, McCombs (2006) utiliza a metáfora das “camadas da cebola”, pontuando as esferas que estão em jogo na produção da agenda midiática. As definições de cada uma das esferas são realizadas por Pereson (apud REIS, 2009):

Figura 5 - “Camadas da Cebola”

Fonte: REIS, 2009.

De fora para dentro, as “fontes externas” são o conjunto de informações e ferramentas de coleta que estão envolvidas no processo da construção das reportagens. Cada repórter se vale de suas fontes e métodos de forma que a informação que escapa dessa coleta não poderá estar incluída dentro da agenda da mídia. A camada chamada “intermedia da agenda-setting” se refere as relações entre os meios de comunicação, como agências de notícias e editorias. “Normas informativas” são o conjunto de tecnologias utilizadas, a cultura organizacional do meio de comunicação, as hierarquias da organização, etc. Todos esses fatores irão influenciar o núcleo do esquema a sua maneira. É importante que se estabeleça essa visão para que o entendimento sobre a formação da agenda passe a admitir as limitações técnico-informacionais que são impostas, o clima organizacional, a dinâmica de trabalho das redações, etc.

Para as pesquisas que tem como objetivo investigar refração da agenda midiática pela opinião pública, é necessário ter em mente o que Azevedo pontuou como três características essenciais para essa passagem: A “acumulação” se refere a capacidade de criar um tema e manter a sua relevância no tema, utilizando a repetição contínua; a “consonância” dos processos produtivos da informação, suas ferramentas e dinâmicas semelhantes; e a “onipresença” que se refere a difusão do tema e seu alcance na sociedade (AZEVEDO apud REIS, 2009).

A teoria do Agenda-Setting surgiu dentro do campo da Comunicação, mas foi facilmente assimilado pela ciência política. Principalmente pela claridade que a

aplicação dos pressupostos dessa teoria dá aos temas relativos a construção de políticas públicas e mudanças estruturais dentro de setores governamentais, na opinião pública, etc. Dessa forma, a seguir serão abordadas algumas aplicações do conceito de agendamento dentro de trabalhos da área da ciência política.

As pesquisas em agenda-setting têm se focalizado em três vertentes bem claras, sendo primeiramente as análises entorno da agenda da mídia, estudos sobre a agenda pública e, finalmente, a pesquisa sobre a agenda das políticas governamentais. Os estudos normalmente apontam para a imbricação de uma ou mais dessas esferas na formulação da agenda, como por exemplo questões que emergem na agenda da mídia que acabam sendo assimiladas pela agenda pública e/ou governamental (MCCOMBS e SHAW, 1993). Existe um sistema complexo entre as agendas que as liga em um processo de retroalimentação de seus componentes, tendo como componentes as experiências pessoais e de comunicação entre os indivíduos, o mundo real que se coloca, questões organizacionais dessas esferas, etc.

Historicamente, os estudos de agendamento têm se focado na agenda midiática e agenda pública, poucos foram os estudos realizados tendo como foco a agenda de políticas governamentais, até pouco tempo. O estudo realizado por Cook (1998) coloca a relação entre a agenda de políticas governamentais com as demais agendas, concluindo que a mídia influência de forma direta nas percepções da opinião pública acerca do governo e da esfera política como um todo, e vice-versa. Cook (1998) centra a questão na seleção dos jornalistas do que será ou não objeto de reportagens.

Nessa escolha influenciam os fatores de *newsworthiness* e a “relevância” da matéria segundo critérios exteriores. Esses critérios, segundo o autor, advêm de atores políticos, principalmente de funcionários públicos. É nesse movimento que o governo acaba “selecionando” de forma indireta o que será midiatizado. Da parte dos jornalistas, a forma pela qual eles constroem as matérias acaba influindo nas ações dos funcionários públicos. Cook (1998) aponta que há uma relação de troca entre as esferas da mídia e a de políticas governamentais, sendo um reflexivo ao outro e vice-versa.

O estudo de Cobb e Elder (1972) apresenta diferenças interessantes no uso do conceito do agenda-setting. Os autores circunscrevem duas agendas distintas: uma *agenda sistêmica*, que envolve questões importantes aos indivíduos em dado momento e uma *agenda formal* que circula as questões que são importantes para o

governo. O estudo tem como objetivo entender como as duas agendas se relacionam e de que forma as questões da *agenda sistêmica* encontram espaço na a*genda formal*. Os autores focam na dinâmica entre processo de participação popular e construção de agenda, demonstrando a dinâmica de transformação de conflitos sociais em temas de discussão pública.

Apesar de terem dado pouco atenção a isso (MCGERR, 1985), Cobb e Elder (1972) chegam a conclusão de que a mídia possui um papel indispensável na transferência de questões de uma agenda para a outra, ou seja, quando a mídia veicula as questões referentes a temas da agenda sistêmica, a esfera governamental é chamada para se posicionar com relação a essas problemáticas.

Por outro lado, quando a mídia coloca reportagens referentes a temas da agenda formal, ela colabora para que a agenda sistêmica paute essas temáticas também. Assim, com a midiatização de questões, a mídia colabora para a circulação de novos símbolos que antes estavam no domínio de uma agenda, passando a circular socialmente e se impondo a outra agenda. Esse compartilhamento de símbolos promove a expansão da importância da questão, ganhando mais vozes e subindo na hierarquia de relevância nas agendas. A forma pela qual a questão é formulada se configura como a ponte que liga as agendas, segundo os autores (CAPELLA, 2004).

Outro clássico da ciência política que trabalha com o conceito de formulação de agenda é John W. Kingdom (1984; 2007). O autor estrutura seu pensamento com base na proposta analítica de March, Olsen e Cohen conhecido como “modelo da lata de lixo” (*garbage can model*)[23]. Tal modelo se tornou base de uma série de estudos sobre políticas governamentais para se entender os processos pré-decisórios, deslocando a atenção das esferas de decisão para os locais aonde as ideias surgem e se chocam com outras. Todo o processo de formulação de questões é permeado por diversas esferas, atores e instâncias, que foram analisados por Kingdom (2007)

[23] Tal modelo propõe que não há racionalidade explicita dentro das organizações e que essas instituições funcionam como “anarquias organizadas” onde há participação fluída, pouco conhecimento das ferramentas tecnológicas em jogo e voláteis com relação ao posicionamento de seus atores na hierarquia. A perspectiva é interessante pois foca nos processos e não nas causas primordiais, entendendo que todo problema que se eleva na agenda é produto de uma soma de relações e atores que não correspondem a uma racionalidade explicita. Para mais detalhes ver MARCH, James G.; OLSEN, Johan P. e COHEN, M.D. (1972). “A Garbage Can Model of Organizational Choice”. Administrative Science Quartely, 17, (pp. 1-25).

tendo como estudo de caso a política referente a desregulação da aviação nos EUA nas décadas de 60 e 70 e o caso das Organizações de Manutenção da Saúde à época do governo Nixon (KINGDOM, 2007, p. 239).

Apesar da mudança de paradigma e da complexificação das questões referentes aos *mass media* e à sociedade, o *agenda-setting* não teve êxito total na construção de respostas às questões que levantou (WOLF, 1999, p. 154). Estudos transdisciplinares que também tenham como objeto de discussão a construção do discurso enquanto objeto linguístico e suas influências individuais e coletivas se colocam como uma necessidade, na medida em que abordam as estruturas lógicas do discurso e seus efeitos psicológicos. Segundo Wolf:

> [...] em relação à hipótese do agenda-setting, as problemáticas dos processos de mediação simbólica e dos mecanismos de construção da realidade são extremamente pertinentes, assim como é crucial todo o quadro da sociologia do conhecimento. Todavia, no conjunto de pesquisas, os vestígios dessas pertinências teóricas estão mais ou menos ausentes, assim como parece débil a consciência da utilidade de outras disciplinas (psicologia cognitiva, semiótica textual). (WOLF, 1999, p. 154).

Os conceitos abordados anteriormente somam-se ao corpo de conhecimentos em relação à teoria das representações sociais e da hipótese do Agenda-Setting. Na análise que será exposta no quinto capítulo, serão utilizados alguns desses conceitos e nortes, respeitando sua constituição, mas também os matizando a realidade do objeto estudado. Para que a análise das representações sociais produzidas pela mídia faz-se necessário ter em mente as questões discutidas por Foucault (2008) em relação à possibilidade de se enunciar certas categorias em determinado contexto histórico.

Tal afirmação faz sentido na análise proposta depois de se ter elaborado no capítulo dois o histórico de representações relacionadas à favela carioca. O que se a firma aqui é que tanto as representações discutidas no capítulo dois, bem como as que serão desveladas no capítulo cinco são, ambas, possíveis no tempo histórico em que elas se circunscrevem. Tão necessárias para a vida dos cariocas no início do século XX, as representações sociais da favela carioca permanecem com a mesma importância, pois como explicita Jodelet (1989) as representações são necessárias para a vida do ser humano. Neste ponto, o que é de maior significação para a análise é a acepção de que o discurso é constitutivo da vida social, possui papel ativo na construção e transformação de significados e assim é ele mesmo um construtor dos objetos e da realidade.

As contribuições de Becker (2009) serão parcialmente utilizadas por conta do desenho da pesquisa. Assim, na sua teorização sobre o processo de confecção das representações sociais, serão levados em consideração a etapa de Seleção e Tradução. O processo de Arranjo tem por finalidade captar a hierarquia da informação na construção da estrutura do produto final, no caso a página de jornal.

Tal processo não será aplicado a análise por se ter chegado à conclusão que para o desenho da pesquisa os dados relativos a frequência de matérias, o número de capas de jornal dedicadas a matérias relacionadas as favelas escolhidas e as frequências dos termos são análises que de certa forma refletem a importância que o editor dá as matérias relacionadas as favelas cariocas.

As capas são os elementos do jornal que tem maior poder comunicativo do que as matérias do seu miolo, por apresentarem um resumo do que os editores considerem mais relevantes e que supostamente atrairiam mais os seus leitores. Tal poder comunicativo da capa do jornal é defendido por diversos autores (BEZERRA, 2005; HERÉDIA, 2008; DIAS, 1997). Segundo Fausto Neto (1995):

> O jornal traça suas estratégias visuais para mostrar a realidade tendo como suporte a primeira página, que funciona como uma espécie de vitrine à qual são dispensados os principais cuidados estéticos-visuais-gráficos [...]. (FAUSTO NETO, 1995, p. 113).

Ainda em relação ao contexto, é importante entender que a produção do discurso midiático pode ser entendida como produção de bens simbólicos (BOURDIEU, 2001), procurando ter em mente que essa produção não se dá de maneira irrefletida em relação aos valores sociais que norteiam a vida dos produtores. Assim, sempre que possível será interessante pontuar os valores que se mostrarão no material analisado, pois se mostra como um processo importante para a manutenção de certas representações e a adequação de outras para a realidade de certas formas de pensamento e ideologias. Ou seja, os meios de comunicação funcionam como espaços de consagração e reprodução do que pretendem portar, a "verdade" sobre os acontecimentos.

A análise que Moscovici (2007) faz das representações sociais possui várias interfaces com este trabalho. Além do entendimento de que a representação é uma construção social (já defendido pelos autores acima), Moscovici entende que os objetivos da representação são convencionar os objetos e prescrever condutas. É interessante pensar com essa chave analítica em se tratando do material midiático, uma vez que possui penetração em diversos setores e grupos sociais. Sendo assim,

o estudo aqui apresentado é norteado pelo entendimento de que todo o material discursivo produzido pelo jornal se configura em uma realidade *sui generis* do mesmo, razão essa que fixa a análise apenas na realidade construída pelo discurso da mídia impressa.

A construção de representações sociais para Moscovici (2007) se divide em duas operações, a ancoragem e a objetivação. Por não haver categorias abstratas como foco da análise, o processo de objetivação não será utilizado. Por outro lado, a ancoragem é um processo fundamental nesse estudo, e ficará claro nas análises que se desenvolverão a forma pela qual o discurso vai atribuindo novos valores as categorias. A transformação do não-familiar em familiar em grande parte é a chave de entendimento das mudanças do discurso jornalístico aqui analisado. Em grande medida, esse processo de ancoragem faz interface direta com a memória, e nesse caso a memória social. Nesse sentido, as discussões posteriores relacionadas ao percurso histórico percorrido pela favela carioca serão mobilizadas para o entendimento do processo de ancoragem das novas representações surgidas no jornal O Globo.

Entendido o contexto e os processos de confecção é necessário que se façam colocações mais pontuais. É necessário que sempre se questione não só os objetos de estudo, como também o local do pesquisador que conduz a análise. Toda a confecção de representações sociais possui espaços de porosidade ao social, o que dá o caráter de continua disputa entre os sentidos emprestados a coisa representada. É um norte analítico entender as representações sociais aqui estudadas como plásticas e mutáveis de acordo com o movimento da sociedade e de seus indivíduos.

Ou seja, procura-se de certa forma entender que as representações não podem ser entendidas de modo estático e que o caso da umbanda brasileira estudada por Laplantine (1991) se constitui um exemplo interessante para consolidar o posicionamento de sempre se questionar o conteúdo da análise que se produz em relação ao contexto social que se impõe a análise, como dito anteriormente.

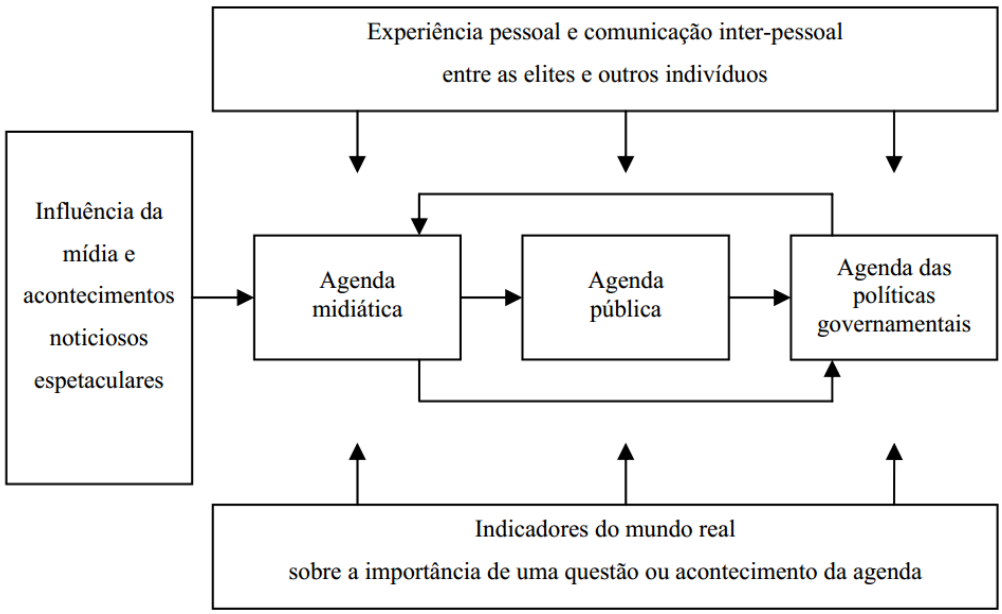
No caso das teorias de Agenda-Setting, a grande direcionadora deste trabalho é a acepção de que a mídia tem um papel importante na sociedade na medida em que elenca uma série de questões para serem alvo de seu trabalho. Ou seja, a mídia não diz o que pensar, mas sobre o que se deve pensar. No caso de Lippmann (1921) a mídia enquadra certos tipos de temas que são considerados como importantes do ponto de vista da opinião pública.

Diferente dos estudos clássicos em agenda-setting, o presente trabalho não fará a interface com o público-alvo do discurso midiático, se debruçando de forma mais aprofundada na construção das relações e dos objetos relacionados dentro do jornal. Sendo assim, a Tipologia de Acapulco criada por McCombs (2006) se torna apenas um referencial para se compreender a conjugação das esferas de análise. No caso do presente trabalho, as contribuições de McCombs (2006) relacionadas às esferas em diálogo na construção da agenda midiática são importantes pontos.

Ter em mente que existe uma complexa relação entre as “fontes externas”, o “intermedia”, e as “normas informativas” na construção da agenda midiática é necessário para que se construa a análise de forma a compreender de forma mais complexa a produção desse discurso. Nesse sentido, deve ficar expresso que, dentro das três vertentes de pesquisa sobre o agenda-setting, o presente estudo irá analisar a mídia, podendo ser chamada de uma análise de *agenda-setter*, ou seja, não se dedicará ao processo de agenda-setting, mas sim o agendamento de questões propostas pela mídia. Pelos diversos estudos discutidos nesse capítulo, se mostra de extrema relevância o papel da mídia na construção de agendas, bem como na transferência de questões da sua agenda para outras.

Como forma de sintetizar o uso dos conceitos de agenda-setting que serão utilizados nesse estudo, pode-se analisar o diagrama proposto por Capella (2004):

Figura 6 - Síntese da teoria do Agenda-Setting



Fonte: CAPELLA, 2004.

Nesse sentido, as esferas apontadas por Capella (2004) estarão em diálogo em sua sistematização e todas as relações entre as agendas e os elementos externos estarão interagindo de forma dinâmica. Ao mergulhar a fundo na agenda midiática, esse estudo procura esmiuçar os objetos construídos e suas relações, propondo uma forte ligação entre métodos e teorias.

3 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA: ESTUDOS CLÁSSICOS E O CASO BRASILEIRO

O fato ainda não acabou
de acontecer e já a mão
nervosa do repórter o
transforma em notícia.
O marido está
matando a mulher.
A mulher
ensanguentada grita.
Ladrões arrombam
o cofre.
A polícia dissolve o
meeting.
A pena escreve.
Vem da sala de linotipos a
doce música mecânica.

Carlos Drummond

de Andrade

Fruto do seu interesse pelos jornais e sua inserção nas cidades de sua época, Park (1923) propôs sistematizar o que ele chamou de *"The Natural History of the Newspaper*". Totalmente imbuído da perspectiva da escola de Chicago, o autor propõe que da mesma forma que na seleção natural são escolhidos os mais preparados, os jornais sofreram processo semelhante, onde o fator que explica a melhor ou pior adaptação é a maior ou menor circulação do veículo. Park (1923) demonstra que o fenômeno do jornal é de cunho quase que exclusivo dos centros urbanos. Ele demonstra como imigrantes da Rússia passaram a ler jornais, depois de chegarem na América.

Segundo o autor, um jornal não é meramente um impresso. Para ser chamado jornal é preciso que ele seja lido, e quanto mais lido maior a sua influência na comunidade. Park (1923) ainda pensava na chave da influência como a maioria das teorias dedicadas aos meios de comunicação antes da emergência da hipótese do

Agenda-Setting, discutida no capítulo anterior. Desde então, outros tipos de análise foram surgindo e o tema dos meios de comunicação, e em especial a imprensa jornalística, aumentaram o volume de estudos. Esse capítulo se dedica a tratar em linhas gerais de alguns estudos acerca da mídia e das suas ferramentas. Na última seção, alguns estudos brasileiros são discutidos no sentido de compreender um pouco da dinâmica tal como se dá no Brasil.

3.1 **Por dentro das redações: estudos de mídia e suas "ferramentas"**

Uma outra vertente de análise de mídia é a chamada *newsmaking* (RAMOS, 2014). Aprofundada nas dinâmicas sociais dentro das redações, essa abordagem se aproxima de uma "etnografia da redação", enfocando a análise no ambiente micro de interações. Preocupando-se com as dinâmicas internas às redações, o *newsmaking* traz outra perspectiva de análise que coloca no centro da discussão o processo produtivo dos discursos veiculados pelo jornal. Alia-se ao *agenda-setting* como as formas mais contemporâneas de investigação da mídia jornalística, aprofundando sua análise nas interações do "fazer" jornalístico (a produção), enquanto o *agenda-setting* se ocupa das representações e dinâmicas ideológicas do texto (o produto).

Nos países democráticos a mídia está intimamente relacionada com as mudanças mais importantes acontecidas após sua consolidação como meio de comunicação de massa. O caso brasileiro não é diferente. Mudanças substanciais, ocorridas especificamente nos jornais, alteraram as estratégias e o modo de cobrir os fatos, abandonando algumas práticas que prejudicavam a transmissão da informação de modo menos enviesado (troca de favores com policiais, políticos, etc.) (RAMOS ; PAIVA, 2005). Em relação à formação daqueles que cobrem a área de segurança nos jornais, pode-se notar uma gradual e contínua mudança de perfil desses profissionais (RAMOS ; PAIVA, 2005).

Atualmente, os jornalistas dedicados ao caderno policial estão mais especializados, se dedicando a cursos de formação na área, diferentemente do que ocorria no passado. Enfim, nos últimos tempos os jornais têm sofrido modificações estruturais que afetaram diretamente o modo pelo qual a notícia chega aos leitores. Essas mudanças são fundamentais, já que a mídia desempenha papel importante dentro do debate público, sendo componente importante das disputas dentro da

sociedade em geral, como nos âmbitos governamentais. Sobre esse caráter da mídia, Porto diz:

> Os *media* constituem, nas modernas democracias contemporâneas, um dos principais produtores de representações sociais as quais, para além de seu conteúdo de falsas ou verdadeiras, tem função pragmática enquanto orientadoras de condutas dos atores sociais. Sendo assim, faz sentido argumentar em favor da relevância do tema como subsídio para a formulação de políticas para a área, não por serem as representações sinônimo de verdade, mas por se constituírem em veículos privilegiados de crenças, valores e anseios de distintos setores da sociedade. (PORTO, 2010, p. 160).

Em seu livro "*Media and Crime*", Jewkes (2004) trata de diversos elementos constitutivos da confecção das notícias sobre crime e fornece elementos para pensar sobre o quadro de referências a que os jornais se utilizam para delimitar, organizar e divulgar determinados fatos como notícias.

> Thus, despite often being described as a 'window on the world' or a mirror reflecting 'real life', the media might be more accurately thought of as a prism, subtly bending and distorting the view of the world it projects. (JEWKES, 2004, p. 50).

As imagens que a mídia veicula, nesse sentido, não são a realidade como dada, mas uma distorção dos fatos provocada pela cultura e dependente de dois fatores específicos: contexto tecnológico, social e político em que a mídia se encontra e a composição econômica, política e social da audiência do veículo.

No intuito de lançar luz sobre o substrato técnico-profissional em que são produzidas as notícias, a continuação desta seção abordará algumas técnicas utilizadas nesse meio profissional para a produção de seus discursos. Como se verá, diversas técnicas são acionadas para a confecção de um discurso que se enquadre dentro do plano de referência do corpo editorial.

O "*over-reporting*" é a técnica de massificar casos antigos para dar proporções maiores ao caso atual. É vastamente utilizado, trazendo para a atualidade um histórico selecionado de casos que estariam diretamente ligados por semelhança ao evento noticiado. A tendência do repórter em dar maior visibilidade aos casos que mais lhe chamam atenção acaba por expor um sentido, uma escolha orientada por valores, concentrando as matérias em determinados crimes (JEWKES, 2004).

O conhecimento sobre "quem lê" o jornal é fundamental na construção do discurso midiático, influenciando, padronizando e normalizando as imagens dos grupos e da estrutura social como um todo. Assim, há uma hierarquia de fatos que merecem ser pautados (*newsworthyness*). Essa hierarquia se dá tanto na seleção do que será veiculado e o que não, quanto na própria estrutura do jornal em si,

localizando notícias “mais relevantes” em espaços privilegiados dentro do corpo do jornal (JEWKES, 2004).

Jewkes (2004) seleciona alguns valores que norteiam as pautas das mídias no século XXI na tentativa de evidenciar a matriz de pensamento que viabiliza a construção dos discursos. Alguns norteadores são interessantes para pensar as questões propostas nesse trabalho e serão abordados a seguir.

Primeiramente, a escala da midiatização traz algumas questões sobre a proximidade do leitor das notícias. Casos de violência mais localizados e não extraordinários não são abordados em mídia nacional e vão ser mais explorados na local. Quando esses casos são interessantes para se fazer uma articulação nacional, para colaborar com a construção de uma ideia de uma crença a ser massificada (BORGES, 2011), essas notícias serão comprimidas, como se houvesse um nexo entre elas na realidade (o*ver-reporting*).

Os fatos que são extraordinários são mais midiatizados dos que os ordinários. Essa seleção compromete a visão geral, pois privilegia eventos que não correspondem à vivência diária da maior parte da população. Além dessa escolha, há a distorção dos fatos para que assumam um caráter extraordinário, promovendo uma amplificação do caso que não corresponde à realidade (como o instrumento de *over-reporting* visto anteriormente). Disso depreende-se que o *newsworthyness* não muda de uma hora para outra, pois os sistemas de valores e normas que estruturam e guiam as ações da mídia são cristalizados e resistentes as mudanças. Assim, se a mídia espera que algo aconteça, o mesmo ocorrerá pelo uso desses mecanismos e instrumentos, que distorcem a realidade e a enquadra dentro dos anseios midiáticos. A mídia, por meio do seu discurso, forma e informa a realidade.

A simplificação dos casos é outra questão inerente à cobertura jornalística. Os eventos, tais como dados na realidade, apresentam uma complexidade inesgotável que inviabiliza a sua cobertura total. Mas o que acontece na maioria dos casos é que o jornalista se posiciona em um dos prismas de análise e só apresenta uma versão dos fatos. Essa simplificação se mostra na forma das matérias, que em sua maioria são curtas e de rápida leitura para prender o leitor; e a diminuição de possibilidades explicativas, focando somente em uma (JEWKES, 2004).

Assim, as matérias não se constroem com uma abertura interpretativa do seu material, constituindo-se em um discurso fechado e com sentido em si mesmo, retirando a possibilidade do simples leitor de interpretar os fatos segundo seus

valores. Em relação ao crime e ao desvio, quando noticiados, trazem uma carga moral muito forte, causando uma indignação social para com os indivíduos noticiados. Nessa visão de mundo super-simplificada há uma pré-condenação de alguns indivíduos e grupos sociais que carregam em si símbolos distintivos que os ligam ao “crime” e ao “desvio” noticiado.

O *individualism* (JEWKES, 2004) vai traçar uma ligação entre a simplificação dos casos e o risco. A individualização do crime é uma forma de simplificação, pois não mostra um contexto global do caso, trazendo a possibilidade do mesmo acontecer para dentro do horizonte de preocupação dos leitores. Há também a individualização das questões políticas, que são abordadas incorporando os problemas em um político com “nome e sobrenome”, não levando em conta uma ideologia política, esquemas e configurações mais amplas e complexas.

> […] individualism is a consequence of the increasing tendency to view society as being obsessed with 'risk' and all its attendant notions, including risk assessment, risk management and risk avoidance. (REINER apud. JEWKES, 2004).

O risco será articulado como forma de generalizar o sentimento de insegurança na sociedade. Pelos mecanismos vistos anteriormente, a massificação, simplificação e individualização dos casos, há a construção de um argumento que possibilita o leitor se colocar no lugar de possível vítima da violência ou da conduta desviante. O enfoque nas características particulares do evento e sua generalização cria um sentimento de pânico geral, que constrói um desvio promotor de uma esterotipação de algumas camadas da sociedade, ligando-as ao crime de maneira direta.

Essa visão de que qualquer um está exposto ao crime é uma tendência nova no discurso midiático. No pós Segunda Guerra Mundial as notícias, principalmente na Europa, encorajavam a compaixão e a ajuda aos infratores, promovendo um discurso que aproximava os indivíduos pela simpatia e compaixão, na esperança de uma reabilitação social dos mesmos (REINER, 2001). Nos dias de hoje há uma obsessão pelo risco e a lei é mais focada na retribuição à vítima do que na reabilitação do infrator, centrando as histórias de crime no indivíduo vitimado. A vulnerabilidade percebida é enfatizada como vitimização real, tornando o medo do crime uma questão de segurança pessoal (BAZELON, 1978).

O Estado é o possuidor do monopólio do uso da força. Quando ocorrem crimes em que a violência é um dos componentes, esse monopólio é desrespeitado, tornando-se um crime contra a pessoa e contra o Estado. Na medida em que um

indivíduo em sociedade se utiliza da força para cometer um crime, ele está em última instância rompendo com o papel do Estado enquanto único detentor do uso da força. Quando há a violação do monopólio da violência, a cobertura jornalística enxerga como um fato passível de virar noticia, pois representa o rompimento do acordo social.

> Violence is also the ultimate crime against property and against the State. It thus represents a fundamental rupture in the social order. The use of violence marks the distinction between those who are of society and those who are outside it. The State, and the State only has the monopoly of legitimate violence, and this 'violence' is used to safe guard society against 'illegitimate' uses. (HALL et al. Apud. JEWKES, 2004, p. 70).

Por fim, o conservadorismo se apresenta como um dos valores que norteiam a confecção das matérias jornalísticas. A relação simbiótica entre mídia e política é ilustrada pelo suporte dado pela mídia à política nas questões de lei e ordem (JEWKES, 2004, p. 76). Essa relação promove a manutenção das dinâmicas de classe e a permanência de estereótipos criminalizantes a certos grupos sociais:

> The concentration of news media on the criminal and deviant activities of people from the working classes and from religious, ethnic and cultural minorities serves to perpetuate a sense of a stratified, deeply divided and mutually hostile population. (JEWKES, 2004, p. 77).

A utilização de técnicas narrativas construídas por um saber especifico e profissional viabiliza a transmissão de conteúdos que passam despercebidos pelo expectador que não domina esses códigos. Becker (2009) coloca em questão o caráter “insidioso” de algumas produções técnicas. O termo sugere que a produção alcança um efeito no espectador/leitor que o mesmo não toma conhecimento durante o processo por não conhecer as ferramentas de construção daquele discurso. Quando não há o conhecimento sobre o processo de produção o leitor fica à mercê do produto final, sem a possibilidade de criticar a forma pela qual o mesmo foi organizado e selecionado. Becker (2009) também chama atenção para a utilização desse saber como forma de poder nas mãos de uma parcela esclarecida:

> Mas as pessoas que não tem conhecimento dessas distorções ou omissões rotineiras podem aceitar conclusões e ideias que jamais aceitariam se conhecessem os truques habituais que as conduzem para esse caminho.
> Se esses usuários ingênuos conhecessem como o truque foi feito, saberiam resistir a testes decisivos. E saberiam que a conclusão não seria ‘boa’, porque foi ‘impropriamente justificada’. (BECKER, 2009, p. 135).

Esses valores e instrumentos de construção de uma narrativa midiática, balizada por um sistema de valores e códigos morais, irão fornecer à população uma visão de mundo que necessariamente representa as disputas de valores e interesses de certos setores sociais e políticos. Essa construção possibilita a produção de um

imaginário social do que é “certo” ou “errado”, das condutas “próprias” ou “impróprias”, e consequentemente, dos que são “cidadãos plenos de direitos” e os “delinquentes”, “marginais”, “favelados”, trabalhando sempre com distinções binárias, simplificadoras e estereotipantes.

Essas construções irão dar sentido e estrutura à realidade. Sendo assim, ao posicionar comportamentos e símbolos entre valorizados e intoleráveis, essas representações se constituem como um conhecimento acerca da realidade social. Enquanto conhecimento formulado pela mídia, pode-se aproximá-lo do conceito de “caixa preta” elaborado por Latour (2000):

> [...] a respeito da qual não é preciso saber nada, senão o que nela entra e o que dela sai (...) por mais controvertida que seja sua história, por mais complexo que seja seu funcionamento interno, por maior que seja a rede comercial ou acadêmica para sua implementação, a única coisa que se conta é o que se põe nela e o que dela se tira. (LATOUR, 2000, p. 14).

Ou seja, ao serem elaboradas em um processo insidioso, as representações sociais veiculadas pela mídia estarão em funcionamento e o mesmo não será questionado. Por essa razão é que se pode colocar a mídia enquanto produtora de representações eficazes, na medida em que se enquadram dentro de uma estrutura social dada e respondem as questões que o “novo” ou o “diferente” suscita. Por serem “caixas-pretas”, sua composição e a forma pela qual foram construídas não interessa, uma vez que funcionam para determinados fins (LATOUR, 2000). Na seção que se segue, outras teorias e perspectivas sobre as representações sociais serão abordadas, enriquecendo e aprofundando as questões até aqui levantadas.

3.2 **A pauta da Segurança Pública no Brasil**

Em artigo intitulado “A Imprensa e a Construção de uma Representação Social para as Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs)”, Palermo (2011) traz algumas considerações interessantes sobre o posicionamento da mídia frente a construção das representações sociais envolvidas na história das favelas cariocas e, atual e especificamente, as representações das UPPs. Assim, recupera-se por meio dos estudos de Burgos (1998) a breve história de intervenção estatal nos territórios de favelas, admitindo que as mesmas estiveram em consonância com as representações das favelas que circulavam socialmente. Apesar de Burgos (1998) não se debruçar sobre a agência da mídia na construção dessas representações sociais das favelas, é importante dimensionar sua ação. Sobre a argumentação de Burgos, Palermo diz:

> Nesse sentido, o autor visa compreender as políticas públicas nas favelas como um reflexo de uma conjuntura histórica e, por conseguinte, como uma consequência da relação estabelecida entre essa conjuntura e a representação social que a favela tem em determinado contexto histórico. (PALERMO, 2011, p. 06).

Situando o contexto em que as UPPs são criadas, o autor sinaliza a escalada da violência assistida na virada dos anos 1970 para 1980 e seu recrudescimento nos primeiros anos do governo de Sérgio Cabral, quando o número de autos de resistência[24] chegaram a 1330 no ano de 2007[25]. Além disso, pontua-se a preocupação com os eventos olímpicos que acontecerão na cidade, expressada pela fala do secretário de Segurança Pública do estado, Beltrame: "Vamos aumentar o efetivo de 37 mil para 55 mil [policiais]. Isso, inclusive, é exigência do Comitê Olímpico para 2016"[26].

Dois posicionamentos são expostos no texto para balizar a argumentação do autor: a fala de Soares (2010) e de Machado da Silva (2010). Apesar de estarem localizadas em um momento ainda germinal da política das UPPs, os dois autores argumentam e pontuam pontos positivos na política, como a queda nas taxas de homicídio e o aumento do sentimento de segurança dos moradores de favela. A preocupação de Soares se deu no sentido de transformar o projeto em política pública, visto que ainda não se preocupava com a sustentabilidade nem na escala das UPPs.

No que tange o papel da mídia em relação as UPPs, Soares (2010) explicita que a simplificação do tema e o enquadramento do mesmo em um modelo de explicação corrente, conflui para um processo de reprodução do status quo das favelas enquanto subalternas dentro do estado democrático. Machado da Silva (2010) verte sua preocupação para o "exagero propagandístico nas dimensões deste movimento [implementação das UPPs]" (MACHADO DA SILVA, 2010, p. 3). De fato, a massificação das propagandas desse projeto colabora para a construção de um cenário em que as UPPs se apresentam como "a solução" da Segurança Pública, como se toda a pauta de segurança se resumisse ao "controle" estatal das favelas.

---

[24] No início de 2013 uma portaria da PCERJ modificou a nomenclatura do "auto de resistência" para "lesão Corporal decorrente de intervenção policial" ou "homicídio decorrente de intervenção policial". Fonte: PORTARIA PCERJ Nº 617 DE 10 DE JANEIRO DE 2013. - 11/01/2013. http://www.adepolrj.com.br/Portal2/Noticias.asp?id=13015. Acesso em 30 mai. 2014.

[25] Fonte: ISP - Instituto de Segurança Pública.

[26] Fonte: Jornal "O Dia", 02/05/2010, Ano 59, número 21.137, 2a Edição.

Essa construção argumentativa trabalha para reforçar o cenário de uma “cidade partida” (VENTURA, 1994) e a manutenção das estruturas sociais vigentes.

A construção de um cenário de “paz” contrasta com um cenário de “guerra” tão amplamente divulgado pela mídia. Em artigo, Nunes (2012) apresenta a construção discursiva do jornal O Globo frente a implementação da primeira UPP no Santa Marta e a chamada “tomada do Alemão”. Nesse trabalho, a exacerbação de cenários de violência e/ou a exaltação de seus signos (armas e táticas) possui maior espaço dentro da cobertura jornalística, mesmo quando a mesma está voltada a tratar da “pacificação” dos territórios, em um cenário livre de conflitos.

Ou seja, a lógica da “guerra” se apresenta e se sobrepõe ao cenário de “paz”, mantendo um permanente sentimento de insegurança e risco. A “paz”, como pensada e veiculada pela mídia, teria a “guerra” como estágio preliminar e necessário. Segundo Belloni: "a estética da violência constrói e generaliza significados que banalizam e naturalizam a violência, legitimando o uso de meios violentos para se alcançar fins nobres” (BELLONI apud SILVA, 2001, p. 60).

A preocupação que se impõe ao trabalho de Palermo (2011) é a criação de uma “ambiência” política em que as UPPs tenham suas ingerências superestimadas, distorcendo o cenário e refratando as especificações legais dessas unidades de policiamento:

> Consideramos fundamental, portanto, uma análise crítica da representação do trabalho desenvolvido pela mídia, que, em que pese seus benefícios sociais, têm contribuído para superestimar a função social das UPPs, criando um ambiente de otimismo exagerado e que transborda - em muito - o papel que está sendo designado pelo próprio Estado. (PALERMO, 2011, p. 18).

Assim, defende que a mídia aja de forma a incentivar a igualdade entre os cidadãos e não o seu oposto. Posicionando as UPPs como uma nova forma de solucionar o “problema da favela” (MACHADO DA SILVA, 2010), a mídia colabora para que a assimetria entre as posições sociais seja reforçada, por não abrir um espaço de debate e crítica, mas sim defendendo com otimismo desmedido o que seria a solução para as favelas e em consequência para o crime violento perpetrado pelo tráfico de drogas.

Em esforço distinto do anterior, Ramos e Paiva (2005) se propuseram a realizar um levantamento sistemático de nove jornais de três estados brasileiros (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais), no intuito de compreender a orientação geral das notícias. Para isso coletaram 2514 textos jornalísticos ao longo de cinco meses e

aplicaram um questionário extenso nesses textos para alimentar o banco de dados. Alguns resultados são interessantes para este trabalho e ilustram algumas das considerações de Jewkes (2004) sobre a tendência da cobertura midiática na atualidade.

Na comparação entre os três estados, o Rio de Janeiro foi o que apresentou maior volume de notícias relacionadas a violência, sendo o O Globo o jornal que mais veicula material jornalístico sobre violência. É interessante notar esse resultado, o que implica em refletir sobre a forma pela qual o Rio de Janeiro é visto. O estado, em comparação com os outros três, dedica mais espaço à violência em seus jornais, massificando essa temática e contribuindo para que seja uma questão sempre em evidência.

Além disso, quando se fala em violência nos jornais do Rio, em grande parte, se fala de uma violência local, sem nenhuma comparação com a situação de outros estados. Se comparados aos veículos de São Paulo, a diversidade geográfica na pauta de violência é maior do que na do Rio, dando a possibilidade de se compararem as situações para um diagnóstico mais amplo da situação. A supressão de acontecimentos de outros estados colabora para que o sentimento de insegurança se intensifique, uma vez que a violência parece acontecer com muito mais frequência no próprio local onde o jornal se distribui:

> Além disso, se nos restringirmos ao caso particular do Rio de Janeiro, veremos que a situação é ainda mais delicada. O fato do Rio de Janeiro ser uma vitrine nacional e já ter sido palco de muitas ocasiões importantes para a história brasileira colabora para a disseminação de uma crença de que o Rio de Janeiro é a cidade mais violenta do Brasil. (BORGES, 2012, p. 221).

Em relação ao conteúdo e a forma pela qual os jornais veiculam o assunto da violência, a pesquisa revela que há certa pobreza de informação qualificada e discussão mais ampla sobre a violência enquanto fenômeno social. Apesar da grande cobertura, a violência é encarada como algo local, reduzindo as dinâmicas a acontecimentos episódicos e desconectados de um contexto.

Assim, o que mais se veicula dentro dos cadernos dos jornais analisados são homicídios, assaltos e prisões, sendo que esses se apresentam em sua maior parte no formato de reportagem. Esse formato não acrescenta muitas informações, sendo a notícia resumida por *"X cometeu tal crime contra Y"*. As forças policias, apesar de serem os grandes objetos tratados pelos jornais e também as maiores fornecedoras

de dados, não são analisadas como atribuição de um poder público. O enfoque na sua maior parte é dado ao ato violento ou a ação policial (RAMOS ; PAIVA, 2005).

O descompasso que se verifica entre a grande cobertura dada a violência, principalmente no Rio de Janeiro, tendo o foco da mesma nas forças policiais, em relação aos grandes problemas institucionais que enfrenta a segurança pública, pontua-se que a mídia adota uma postura passiva em relação aos problemas mais estruturais que organizam e dão forma a violência vivida especificamente no Rio de Janeiro. Além disso, enquanto a mesma denuncia os problemas de segurança vividos, pouco investe em capacitação profissional para tomar a dianteira no processo de mudança, enriquecendo a opinião pública de informação qualificada (RAMOS ; PAIVA, 2005).

Além da pobreza na forma, verifica-se a quase total ausência de estatísticas e outras pesquisas que possibilitem reflexões mais profundas. Nota-se que a participação de universidades e setores da sociedade civil, envolvidos no estudo e acompanhamento sistemático das dinâmicas de violência, é quase nula. Como exemplo, o estudo aponta que apenas 2,4% dos textos selecionados tinham como temas direitos humanos ou alguma iniciativa de movimentos sociais na área de segurança pública. Quando aparecem, as estatísticas provem das forças policiais em sua maioria. Com a falta de contexto social, as reportagens ficam desconectadas e se sucedem num contínuo de acontecimentos particulares e isolados.

O estudo aponta questões positivas e avanços na qualidade da cobertura jornalística. Um dos pontos apresentados é a baixa frequência de textos que suscitem o sentimento de medo na sociedade (5,6%). Ora, tal levantamento tem por base o texto e dessa forma deve-se concordar com o fato da mídia não estar mais veiculando matérias onde a histeria é a tônica, como ocorria em outras épocas. Mas a forma pela qual as reportagens são apresentadas, a sucessão de casos isolados e individuais e a proximidade com que eles ocorrem, colaboram para montar, em um nível mais macro, um cenário de insegurança.

De certo que tais matérias e a insistência de publicar ocorrências isoladas acaba sendo amplificada pelas falas dos indivíduos no cotidiano. Deste modo, a “fala do crime” (CALDEIRA, 2000) alimenta um ciclo onde o medo e a insegurança são trabalhados e reproduzidos, e a violência, ao passo que combatida, é também ampliada (mesmo que simbolicamente), como uma profecia que se auto cumpre:

> [...] tais preocupações generalizadas têm efeitos negativos tanto para o indivíduo quanto para a sociedade (Hale, 1996), agravando o impacto do crime e afetando a qualidade de vida dos indivíduos. Elas podem, também, afetar a comunidade e deteriorar o senso de confiança, coesão e controle social, o que, por sua vez, pode contribuir para uma maior incidência do crime, ou seja, uma "profecia autocumprida do medo" do crime. À medida que as pessoas acreditam que há mais violência (Borges, 2011) em um determinado lugar – sendo verdade ou não –, potenciais criminosos podem passar a perceber tal espaço como um ambiente propício para cometer crimes, cumprindo a profecia do ambiente perigoso. (BORGES, 2013, p. 18).

O que parece sustentar essa lógica é a associação direta que se faz entre segurança pública e violência, como se o objeto principal de análise quando a pauta é segurança pública fosse estritamente os eventos violentos, colaborando para a sobreposição da "fala do crime" com a "fala da cidade".

Em sua tese, Silva (2011) realizou um esforço teórico de compreender o processo pelo qual violência, estigma e mídia, se entrelaçam em uma relação de coalescência. Uma relação coalescente pressupõe a junção de categorias de forma artificial, não natural. Assim, o autor sustenta que no processo de confecção da notícia, a mídia age como um aparelho que une e constrói uma relação entre violência e estigma, produzindo *lugares violentos* e *sujeitos perigosos*. Silva (2011) empreende sua construção teórica baseada no "pensamento complexo"[27], articulando bibliografia extensa no intuito de situar a emergência e a forma pela qual o processo de coalescência ocorre. Para isso o autor recorre a noção de estigma em Goffman, além de trabalhar com diversos autores interessados na discussão sobre mídia e violência. Além disso, como forma de demonstrar os efeitos desse processo estigmatizante, o autor realiza trabalho de campo no distrito de Jardim Ângela, em São Paulo, que já foi conhecido como o lugar mais violento do mundo.

A construção dos *sujeitos perigosos* está diretamente ligada aos *lugares violentos*, situando o estigma no território. Esses lugares são antes de tudo espaço público, onde se desempenham diversas atividades que na sua maioria não se dão pela égide da violência. Apesar disso, sujeitos ligados ao ilegal são a face mais propagada desses locais, fazendo com que a caracterização desses transborde e "macule" todos os que se situam no lugar. São os indesejados, os invisíveis da cidade, que se não são bandidos, são no mínimo coniventes. Tal processo de simplificação se dá em sua maior parte pela representação social que a mídia constrói,

[27] Para mais detalhes: MORIN, Edgar. Introdução ao Pensamento Complexo. Lisboa, Instituto Piaget, 1991.

estereotipando os indivíduos e formando a imagem de um lugar de onde a incivilidade e a violência emergiriam (SILVA, 2011).

Essa destituição de todo e qualquer símbolo positivo dos lugares violentos mina o sentimento de pertença e de identificação social dos moradores, fazendo com que diversas estratégias de amenizar o estigma surjam, como por exemplo a nomeação de “comunidade” ao invés de favela (BIRMAN, 2008).

Algumas considerações sobre o papel da mídia nas estigmatizações são interessantes para a proposta desse trabalho. Dentro da mesma linha de pensamento já exposta em seções anteriores, o autor situa a mídia como principal divulgadora e construtora de representações sociais na contemporaneidade. Para além de enquadrar a mídia numa relação maniqueísta, a mesma produz e reproduz em escala de massa as representações que irão circular socialmente, colaborando para que o enquadramento dos *sujeitos perigosos* e os *lugares violentos* se dê de maneira quase que automática.

> Nesse contexto, a condição de subcidadania dos estigmatizados articulada ao papel social desempenhado por estes serve de suporte discursivo aos meios de comunicação, para que, através da ressignificação linguística nas esferas jornalística e cotidiana, se utilize dos comportamentos contrários às expectativas dos normais. Trata-se da tentativa de cristalizar uma tipologia de comportamentos padrões ou de habitus 6, com os quais se poderiam identificar os perigosos, contraventores, prostitutas, viciados, delinquentes, inumanos e violentos dentro das esferas sociais. (SILVA, 2011, p. 56).

O sensacionalismo que serve de tônica a cobertura da violência se coloca dentro de uma “relação libidinosa com a mercadoria”, pontuado por Marcurse (MARCURSE apud SILVA, 2011). Assim, forma e conteúdo das matérias sobre violência são construídos de maneira a atender um público consumidor. O consumo dessas representações, nesse caso, é visto como forma de clivar as posições sociais entre os “normais” e os “incivilizados”. De certo que a imputação de características negativas no “outro” é ao mesmo tempo a elevação moral da outra parte. Destituir de positividade o “excluído” é se enquadrar no lugar de “integrado”, “correto” e civilizado.

A forma pela qual a violência é midiatizada coletiviza seu medo social, uma vez que massifica um cenário de permanente risco e insegurança. Por meio das características da cobertura jornalística (individualizada, local e fragmentada, etc.), o fato noticiado passa a integrar uma teia de notícias que tece a representação de uma sociedade violenta, em que o mal está territorialmente identificado. Surge um cenário que muitas vezes é comparado com a de uma “guerra” que amedronta os ricos e criminaliza os pobres nas favelas.

Essa construção que generaliza a violência, onde a mesma pode estar em qualquer lugar e vitimizar a qualquer um, possibilita que esses significados e sentimentos circulem socialmente. Em última instância, faz com que os indivíduos revivam suas experiências de violência cotidianamente, pois de certa forma a violência perde seu caráter de excepcionalidade e se torna cada vez mais imprecisa, tornando opacas suas origens. Sem a localização da raiz do problema, não há solução possível de ser construída.

Em esforço para entender a forma pela qual a ocupação da Rocinha foi veiculada pelo jornal O Globo, Gonçalves (2009) realiza um estudo na busca das representações construídas para apresentar a "pacificação" de uma das maiores favelas da América Latina. De modo diferente de algumas análises já apresentadas, percebe-se que o mote das representações está quase isento de símbolos ligados a violência. A mesma só aparece de forma incidental, onde o contexto se dá de maneira predominantemente pacífico e otimista. A dissertação segue retomando uma vasta bibliografia sobre a história do surgimento das favelas no Rio, de forma a contextualizar as representações sociais em jogo.

Tomando um período de dezessete dias, Gonçalves (2009) remonta o processo de ocupação da Rocinha, que fora iniciada com a captura do traficante "Nem" (Antônio Bonfim Lopes), desencadeando a ocupação militar do território. Tal período escolhido circunscreve-se apenas no processo de "retomada" do território, pois não é interesse da pesquisa analisar a UPP da Rocinha, mas a ocupação que a introduziu na lógica da "pacificação".

O ano de 2011 foi de certa bonança para a política de "pacificação" das favelas, tendo contribuído para essa construção a Rocinha, que é uma das favelas mais visadas nacional e internacionalmente. Cenário que mudou profundamente desde 2013 com as manifestações de junho e um processo de ataques a UPPs que foram respondidos pelo Estado com aumento do efetivo policial. Desde então, assiste-se o cenário da pacificação mudar de paradigma. Retornando ao cenário tal qual se apresentava à época da ocupação da Rocinha, Gonçalves (2009) mostra a intensa cobertura do O Globo ao caso, exibindo séries de matérias com nomes emblemáticos, um deles até conhecido de outros eventos ("A Guerra do Rio").

Toda a cobertura ressalta a importância das UPPs no cenário carioca marcado pela violência e mudança desse paradigma. A "pacificação" da Rocinha é tomada como um marco simbólico da eficiência e sucesso dessa política, dada a importância

histórica e simbólica da favela. Exaltando um sentimento de pertença e orgulho, a manchete do dia seguinte a ocupação trazia: “A Rocinha é nossa” (O Globo, 14 de novembro de 2011, capa). Outra na mesma tônica estampava: “Morros têm novo dono: os cariocas”.

Seguindo esse mote, a cobertura se dá de maneira extensa, tanto no número de páginas dedicados a operação, quanto no alcance do período escolhido. Gonçalves (2009) observa o uso da “pacificação” enquanto *slogan*[28] para agir nessa mudança de lógica. Ela situa essa mudança de forma visível na nomeação dos cadernos dedicados a veicular os acontecimentos na Rocinha: Antes estavam dentro do caderno “A Guerra do Rio” e depois da ocupação passaram pelos nomes de “Rumo à Pacificação” e “Três Anos de Pacificação”, sendo a última acionada como forma de elevar a pacificação da Rocinha como uma “coroação” da política. Assim, o *slogan* da pacificação aciona representações que vão dar coesão a todo o processo e elevar o mesmo a tão sonhada resolução do “problema da favela”.

O trabalho se torna importante para a presente pesquisa, pois antecipa algumas questões que possivelmente retornarão no material escolhido para a análise. Espera-se que o material, por incluir uma série histórica grande, apresente essas oscilações da representação da política de “pacificação” por meio da mudança da representação das favelas. Como já discutido anteriormente, a imagem das favelas construída e veiculada pela mídia está, em quase todos os casos, imbricada na imagem da política pública para os territórios de favela corrente na época.

[28] Segundo Gonçalves (2009): Chamo de slogan uma fórmula concisa e marcante, facilmente repetível, polêmica e frequentemente anônima, destinada a fazer agir as massas tanto pelo seu estilo quanto pelo elemento de auto justificação, passional ou racional que ela comporta. (p.130).

4 ENTRE A "GUERRA DO RIO[29]" E O "RIO VIRTUOSO[30]": NARRATIVAS, REPRESENTAÇÕES E AGENDAMENTO MIDIÁTICO

Por mais que se diga
o que se vê, o que se vê
não se aloja jamais no que se diz,
e por mais que se faça
ver o que se está dizendo
por imagens, metáforas,
comparações, o lugar onde estas
resplandecem não é aquele
que os olhos descortinam,
mas aquele que as sucessões da
sintaxe definem.

Michel Foucault

A análise que aqui se inicia tem como objetivo entender como a mídia, em relação a favelas pacificadas, procurou construir as agendas, para as esferas da opinião pública, política, institucional e midiática, no antes, durante e depois da implementação de Unidades de Polícia Pacificadora. Além disso, com as agendas construídas, se faz necessário entender a forma pela qual a mídia elabora cada tema da agenda, pois, como ficará claro ao longo do texto, as temáticas não só ganharam ou perderam importância durante o tempo, mas também mudaram seu conteúdo, ganhando ou perdendo valorações.

Apesar das duas determinações anteriores serem relevantes, este trabalho também procurará especificar a forma pela qual a mídia construiu seus discursos em relações as favelas "pacificadas" relacionando três níveis de análise: A primeira esfera trata dos temas que foram mais mobilizados pelo jornal durante a cobertura analisada; a segunda se relaciona com as questões que a mídia direcionou para cada agenda

[29] "Guerra do Rio" foi o nome dado a uma série especial de reportagens do O Globo que se dedicou a cobertura de diversos atos violentos realizados pelo tráfico de drogas na cidade, que acabou culminando na "tomada do Alemão". Na época, os atos eram tidos como um incomodo do tráfico em relação a pacificação das favelas, que estaria enfraquecendo seu poder territorial.

[30] "Rio Virtuoso" foi o nome dado a uma série especial de reportagens do O Globo composto de diversas matérias esperançosas com a pacificação, trazendo "virtude para a cidade.

(institucional, política, opinião pública e midiática); e por fim o estudo se proporá a analisar o uso da fala de atores dessas agendas citadas anteriormente na construção do discurso midiático. Como marco temporal de análise, foi fixado o período que vai do ano de 2007 a 2013.

Tal marco ficou estabelecido pela escolha de se analisar um ano antes da implementação da UPP, os seis meses do processo[31] e um ano depois para cada favela. Assim, por exemplo, no Santa Marta a implementação da UPP acontece em dezembro de 2008, mais especificamente no dia 19, estabelecendo a data de início da análise para 19 de dezembro de 2007. Em seguida, o período de implementação fica estabelecido entre os dias 20 de dezembro de 2008 até 20 de junho de 2009, os seis meses determinados pelo decreto já citado anteriormente. Por fim, o ano subsequente que vai de 21 de junho de 2009 a 21 de junho de 2010 forma o último período de análise.

É importante também salientar a escolha por analisar o jornal O Globo. A escolha é justificada pelo fato do mesmo ser o jornal de maior veiculação e tiragem da cidade do Rio de Janeiro[32]. O perfil dos leitores do jornal diz muito sobre as representações que o mesmo veicula. O referido veículo concentra 80% do seu público nas classes A e B (30% A e 50% B), 60% do total de leitores tem nível superior e 22% está na faixa dos 20 a 29 anos. Em relação à geografia da audiência do O Globo, a maioria se concentra na Zona Sul da cidade (37%), sendo a Baixada Fluminense a menor consumidora do jornal (5%)[33]. Sendo assim, nota-se que o jornal se dedica ao público das classes altas e majoritariamente da Zona Sul, o que faz com que a audiência seja composta por uma grande massa de formadores de opinião de diversos grupos. Como a intenção da análise é suscitar questões relacionadas ao agendamento em diferentes esferas, O Globo apresenta um material interessante para a análise.

---

[31] Fonte: Decreto Nº 42787 DE 06/01/2011.

[32] O Globo teve no ano de 2012 a média de circulação no estado do Rio de Janeiro de 277.876, sendo a maior do estado e a terceira maior do país. Fonte: Associação Nacional de Jornais - ANJ (http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil/). Acesso em 06 mar 2014. A circulação no ano de 2013 teve média de 346.158. Fonte: Infoglobo (https://www.infoglobo.com.br/Anuncie/circulacao.aspx). Acesso em 06 mar 2014.

[33] Fonte: Infoglobo (https://www.infoglobo.com.br/Anuncie/perfilLeitores.aspx). Acesso em 06 mar 2014.

Para fins deste trabalho foi selecionada uma amostra das matérias para viabilizar a análise, uma amostra que pudesse ter um número relevante de casos e que fosse possível ser analisada no tempo definido. Para compor a amostra de matérias, foram selecionadas oito favelas do Rio de Janeiro, sendo sete com UPPs e uma sem a presença da pacificação. As sete favelas foram escolhidas de acordo com as zonas da cidade, a fim de refletir aproximadamente a distribuição de unidades de polícia pacificadora no território carioca com um número de casos que pudesse ser analisado dentro do cronograma.

Também foram escolhidas tendo em mente a seleção que pudesse abarcar o maior período da existência das UPPs. A dimensão temporal é um fator que a todo tempo dialoga com os resultados obtidos nas análises. Tal fato fica claro quando se leva em consideração as pontuações realizadas no capítulo dois desse trabalho em que se discute a existência das UPPs, da sua origem, passando pelo auge de sua repercussão na mídia, e chegando aos dias atuais.

Dessa forma, as favelas escolhidas foram: Rocinha e Santa Marta (Zona Sul); Mangueira, Borel e Turano (Zona Norte); Providência (Centro) e Cidade de Deus (Zona Oeste). A escolha se deu depois de feitos alguns testes relacionados ao volume de conteúdo[34] referido a cada favela. No decorrer da análise, verificou-se que o caso Rocinha enviesava fortemente a amostra, tendo de ser excluído para a análise que aqui se apresenta. O enviesamento provocado pelo caso Rocinha pode ser visto na desproporção de matérias dedicadas a essa favela em relação as demais. A favela foi mencionada em 1495 páginas, quase o dobro da segunda favela com mais casos, Cidade de Deus. Quando se geraram as nuvens de palavras[35] com as matérias relacionadas a Rocinha, os resultados apresentavam frequências muito altas para categorias relacionadas a esta favela, inviabilizando visualizar as mudanças nos períodos e as categorias empregadas nos discursos das outras favelas:

[34] Foram realizadas buscas pelos nomes das favelas no banco de dados online chamado Acervo O Globo. Os casos foram escolhidos quando a frequência de matérias relacionadas a favela pesquisada se mostrava relevante, com pelo menos cem casos no período analisado.

[35] A análise de nuvem de palavras se dedica a construir um diagrama em que se dispõe as palavras mais utilizadas em um texto. Cada palavra possui maior ou menor tamanho de acordo com a frequência com que é utilizada no texto, em relação ao total de palavras. Essa análise será abordada novamente em seção posterior.

Figura 7 - Nuvem de palavras dos leads no período anterior a UPP com o caso Rocinha

Fonte: dados próprios.

Dessa forma, os resultados se referem a uma amostra contendo 1.244 matérias, conforme a distribuição abaixo:

Tabela 3 - Composição da população e da amostra de matérias por favela

	Favela	População	Amostra	Período
Zona Sul	Dona Marta	537	272	18/12/2007 a 20/06/2010
	Rocinha	1495	756	19/09/2011 a 21/03/2014
Zona Norte	Borel	364	185	06/06/2009 a 08/12/2011
	Mangueira	203	103	02/11/2010 a 04/05/2013
	Turano	151	77	29/10/2009 a 31/04/2012
Centro	Providência	214	109	25/04/2009 a 27/10/2011
Zona Oeste	Cidade de Deus	761	385	15/02/2008 a 17/08/2010
Controle	Parada de Lucas	222	113	18/12/2007 a 21/03/2014
	Total Geral	**3947**	**2000**	

Total sem Rocinha	**2452**	**1244**

Fonte: dados próprios.

Diversas tentativas foram realizadas para escolher o caso controle. O caso controle é importante na análise para que se possa verificar se a implementação da UPP colabora para a mudança dos temas agendados pela mídia, ou se as explicações dessas modificações podem ser efeito de outros fatores. Se a hipótese de que a agenda para cada período analisado se dá de maneira distinta for verdadeira, o caso controle apresentará um outro comportamento pelo fato de ser uma favela onde a "pacificação" não se deu. Pela UPP já possuir grande expansão na Zona Sul e Norte, restaram poucos casos candidatos. Depois de alguns testes foi escolhida a favela de Parada de Lucas, o que resultou em uma amostra de 113 páginas no período que vai de 2007 a 2013. Cabe lembrar que o período de análise do caso controle mudou com a saída da Rocinha. Antes, o caso controle teria matérias até o ano de 2014, encurtando o seu período para 2013 após a retirada das matérias do caso Rocinha.

A amostra respeitou as proporções relativas ao número de páginas em cada favela utilizando como plano amostral a estratificação das unidades de amostragem, ou seja, cada favela foi considerada como um estrato da população. Dentro de cada estrato foi selecionada uma amostra aleatória de páginas respeitando, proporcionalmente, o tamanho da população (Probabilidade Proporcional ao Tamanho - PPT). Isso significa que a amostra respeita as proporções em que se apresentaram as páginas na população, evitando a sub-representação ou sobre-representação de casos. O conteúdo das páginas, em seguida, foi digitalizado por meio de software de reconhecimento de caracteres[36].

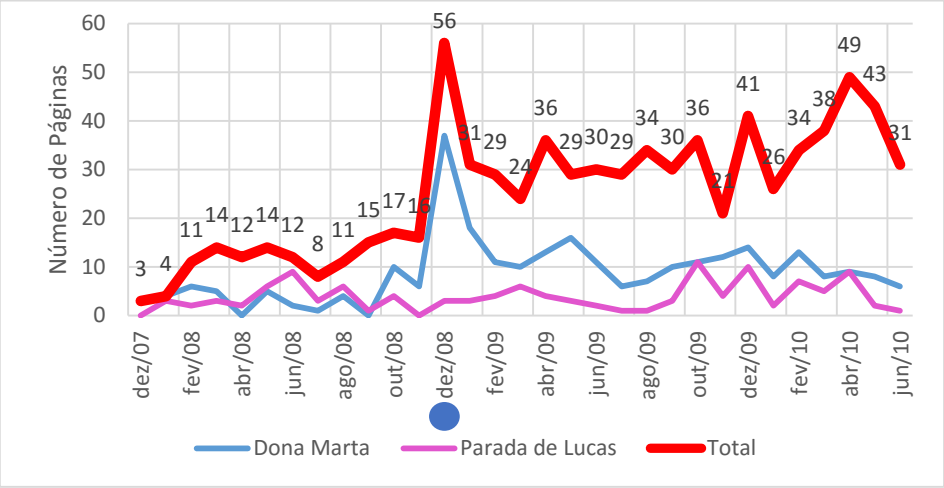
Cabe explicitar uma questão: É fato que o fator do tempo histórico terá um peso a ser levado em consideração nas análises. Isso se dá pela escolha de se analisar uma amostra de territórios pacificados, dividindo em períodos já mencionados anteriormente. Como esses períodos se espalharão por quase todo o tempo de existência das UPPs, a cobertura jornalística de uma favela específica pode ser influenciada pela imagem geral das UPPs naquele momento específico. Exemplificando, o período anterior a implementação da UPP do Santa Marta (Dezembro de 2008) é distinto do período anterior a "pacificação" da Mangueira

[36] O software utilizado foi o ABBYY Fine Reader 12.

(Novembro de 2011) por se darem em momentos distintos da UPP, que foram discutidos no capítulo dois desse trabalho.

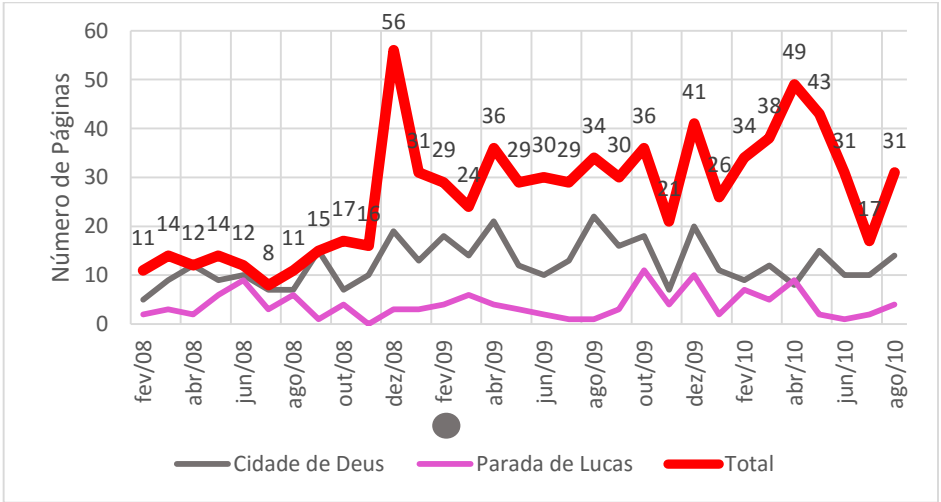
Para visualizar a forma pela qual as matérias que compõe a amostra se distribuem no período histórico, é inserido o gráfico abaixo onde se visualizam a quantidade de matérias por cada UPP e o total geral de matérias (em vermelho), resultantes do somatório de todos os casos de territórios “pacificados”. Os círculos abaixo dos meses representam as inaugurações das Unidades. A linha lilás representa o número de páginas do caso controle Parada de Lucas:

Figura 8 - Quantidade de Matérias para a favela Dona Marta com o caso controle e o total geral



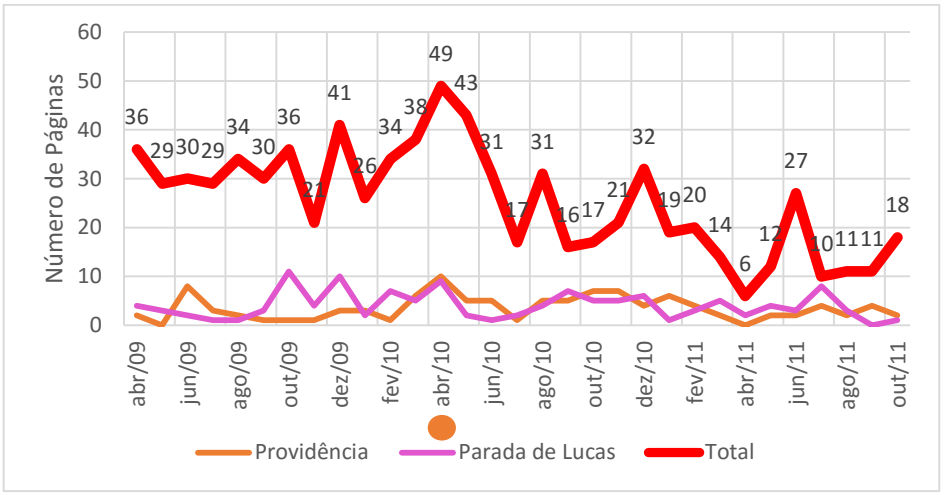
Fonte: Dados Próprios

Figura 9 - Quantidade de Matérias para a favela Cidade de Deus com o caso controle e o total geral



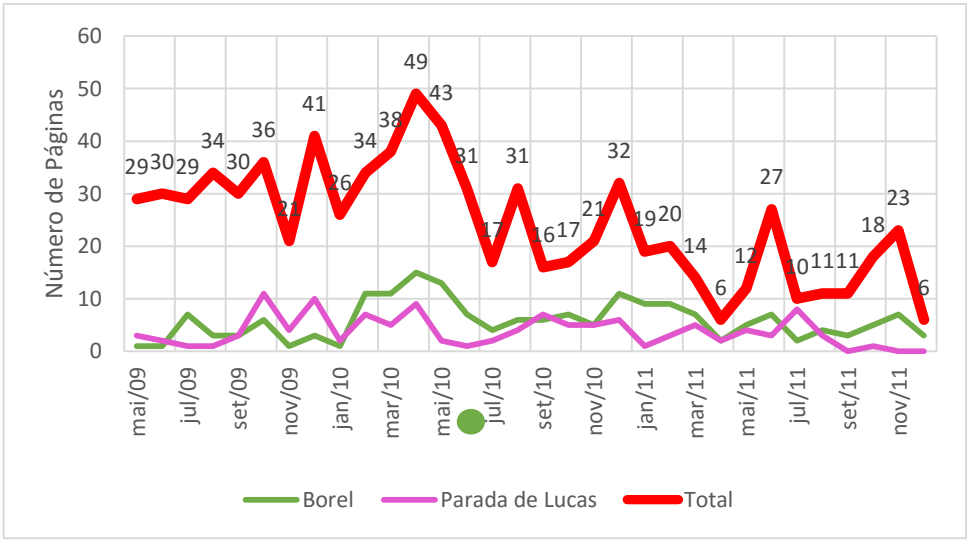
Fonte: Dados Próprios

Figura 10 - Quantidade de Matérias para a favela Providência com o caso controle e o total geral



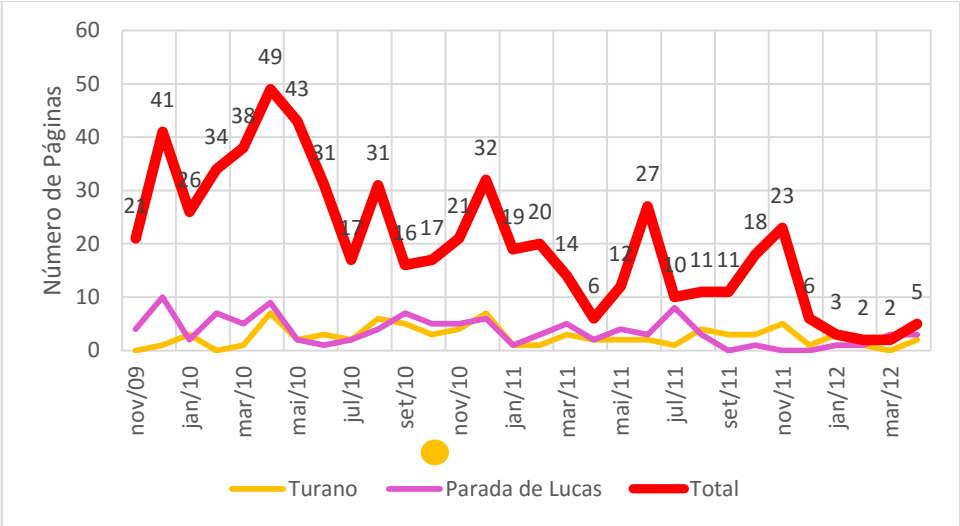
Fonte: Dados Próprios

Figura 11 - Quantidade de Matérias para a favela Borel com o caso controle e o total geral



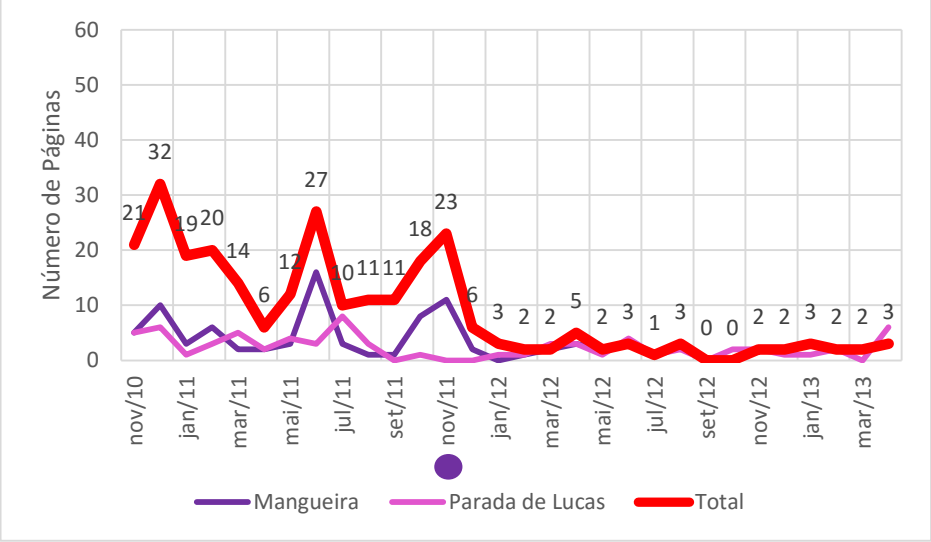
Fonte: Dados Próprios

Figura 12 - Quantidade de Matérias para a favela Turano com o caso controle e o total geral



Fonte: Dados Próprios

Figura 13 - Quantidade de Matérias para a favela Mangueira com o caso controle e o total geral



Fonte: Dados Próprios

De posse dessa informação, a análise deverá estar em diálogo com esse resultado, uma vez que o “fator tempo” e o “fator lugar” irão influenciar no volume de matérias. Longe de ser um problema para a análise, tal resultado é esperado uma vez que existem, e foram discutidos no capítulo quatro desse trabalho, lógicas que

orientam a seleção do que é objeto de notícia e o que não é (BECKER, 2009), o que será massificado pelo *over-reporting* ou não (JEWKES, 2004) e outros fundamentos que norteiam o fazer jornalístico.

Com as matérias digitalizadas e transformadas em texto, pode-se iniciar as análises do conteúdo por meio de software para análise de dados qualitativos[37]. O programa foi utilizado para organizar o conteúdo e realizar as análises aqui expostas. Realizou-se o levantamento das frequências de palavras utilizadas na construção dos textos como forma de entender os grandes temas mobilizados pelo veículo. Com esses dados pode-se desenvolver a construção de uma "árvore" de categorias que foram mobilizadas pelo jornal.

Essas categorias também foram escolhidas com o embasamento nas discussões teóricas relacionadas a favelas cariocas, culminando em um rol de categorias que possuem certa relação com os estudos sobre os territórios de favela. A "árvore" foi dividida em três blocos: Temas; Agendas; e Atores. Uma vez construída, os textos coletados foram submetidos a codificação nessas categorias a fim de que os textos relacionados a cada categoria fossem unidos nesses espaços para o desenvolvimento das análises.

Cabe aqui explicar a divisão da "árvore" em três blocos. Os temas são divididos em sete ("morro", "favela", "comunidade", "polícia", "tráfico", "morador" e "cidade") e possuem justificativas específicas para que o texto da matéria se enquadre nos mesmos. Em relação aos temas "morro", "favela" e "comunidade" foi adotado o procedimento de codificar todo o texto que mencionasse tais categoriais.

De fato, diversos textos apresentavam mais de uma dessas categorias em sua composição, sendo esses textos codificados em todos os nós relacionados. Esse procedimento foi adotado para esclarecer a forma pela qual o jornal O Globo se utiliza dessas diferentes categorias para a construção do seu discurso, tendo em mente a hipótese de que essa escolha não é isenta e pode refletir intenções do agente comunicativo (os resultados serão discutidos na seção 5.1.1).

Em relação à "polícia" foram codificados textos em que as ações da polícia, tanto legais quanto ilegais, fossem foco do texto, como apreensões, prisões, violência policial, questões institucionais e etc. No caso do "tráfico", foram codificadas as matérias relacionadas com ações do tráfico, sobre as histórias de traficantes e chefes

[37] QSR NVivo 10.

do tráfico, relatos das prisões desses atores, etc. O tema “morador” foi entendido da mesma forma que “morro”, “comunidade” e “território”, buscando entender em que momento os moradores são colocados dentro do discurso e de que forma. Por fim, o tema “cidade” foi entendido como a união de textos que versavam sobre a cidade do Rio de Janeiro de forma generalizada, ou sobre questões relacionadas a integração da cidade, valorização de imóveis no entorno de favelas pacificadas, etc.

No caso do bloco de “Agendas”, foi entendido que quando o texto trazia questões relacionadas as esferas “políticas”, “institucional” (PMERJ), da “opinião pública” e da “mídia” os mesmos deveriam ser codificados nessas categorias. Exemplificando, quando o texto trouxe o questionamento relacionado ao apoio da esfera federal na implementação de UPPs, tal texto foi codificado no nó do bloco “Agenda” referente à “política”, e assim se deu com as outras agendas. É certo que em uma mesma matéria podem ser mobilizados questões que se referem a mais de uma agenda, resultando então na codificação em todas as agendas a que o jornal propõe suas questões.

Por fim, o bloco de “Atores” diz respeito às falas literais de diferentes atores veiculadas no discurso do O Globo. Esse bloco se dividiu em quatro: “políticos”; “institucionais” (PMERJ); “opinião pública” e “mídia”, que se subdivide em “editoria” e “formadores de opinião”. No caso de “políticos”, “institucionais” e “opinião pública”, as falas veiculadas desses atores foram codificados nesses nós de forma literal, apresentando todo o conteúdo da fala de cada ator.

No caso do sub-nó “formadores de opinião”, foi codificado todo o texto produzido por um jornalista que possuía coluna no jornal. Dado como exemplo, as falas de Merval Pereira, Miriam Leitão ou Zuenir Ventura[38] que constaram no material analisado foram codificados nesse nó. Para o sub-nó “editoria” constam todos os textos em que não há menção de um ator especifico como autor, ou seja, o texto produzido pelo corpo editorial. Todos esses nós e sub-nós dão formato para a “árvore de nós” que se apresenta abaixo:

[38] São jornalistas que assinam colunas no O Globo.

Árvore de nós:

1. **Temas**
   - 1.1. Morro
   - 1.2. Favela
   - 1.3. Comunidade
   - 1.4. Polícia
   - 1.5. Tráfico
   - 1.6. Morador
   - 1.7. Cidade
2. **Agenda**
   - 2.1. Política
   - 2.2. Institucional
   - 2.3. Opinião Pública
   - 2.4. Mídia
3. **Atores**
   - 3.1. Políticos
   - 3.2. Institucionais
   - 3.3. Opinião Pública
   - 3.4. Mídia
     - 3.4.1. Editoria
     - 3.4.2. Formadores de Opinião

Em posse desses elementos que permitem conhecer e caracterizar a amostra de matérias a análise discorrerá nas seções subsequentes dialogando com as informações discutidas nesta seção, tendo em mente que tais características da amostra são reflexos das ferramentas e lógicas inerentes ao trabalho jornalístico (BECKER, 2009; JEWKES, 2004; RAMOS E PAIVA, 2005).

4.1 **Ferramentas da análise: Nuvens de Palavras e Diagramas de *Clusters***

O período analisado possui diversos momentos pelos quais passou a UPP. Em todos esses momentos, diferentes questões foram trazidas à tona como problemas a serem discutidos e analisados por esferas, tanto do governo, Policia Militar, quanto da sociedade civil. Como já visto no capítulo três, a mídia possui grande poder de recortar pedaços da realidade e de dizer aos seus leitores que é sobre esses recortes que eles devem pensar (COHEN apud WOLF, 1999, p. 151). Nesse processo, pelo recorte, fica impresso também a forma pelo qual o jornal se posiciona em relação àquela questão,

produzindo um amálgama de sentidos e atribuições advindos do meio de comunicação.

Em relação as seis favelas objeto desse estudo, o discurso do jornal O Globo agendou diversas questões, que quando divididas nos períodos cortados pela implementação da UPP, trazem à tona não só essas questões individuais de cada território, mas também, de forma mais macro, quais são as questões agendadas quando o território é pacificado e quais são agendadas quando o território ainda não recebeu a unidade de polícia pacificadora. Situado no meio desse processo, quais as questões que são mobilizadas quando o território passa pelo processo de pacificação, processo esse que dura seis meses segundo seu decreto.

As análises seguintes apresentarão dados referentes às frequências das palavras utilizadas na construção dos *leads* das notícias referentes a seis favelas pacificadas, ou seja, dos seus títulos, apresentadas sob a forma de nuvens de palavras. Tal escolha foi feita tendo em vista dois motivos: os *leads* são escolhidos pelo editor e tendem a apresentar um resumo rápido e direto do que a matéria irá tratar; e por isso apresentam menos palavras, o que torna as categorias mais visíveis.

A mesma análise foi realizada com os textos integrais das matérias e os resultados foram similares, mas por possuírem mais palavras em sua constituição, as categorias não apareceram de forma tão clara quando analisado o corpo do texto da matéria. As nuvens de palavras apresentarão apenas as vinte palavras mais utilizadas, com o mesmo intuito, deixar mais claro possível os temas agendados. Além disso, dois tipos de análise foram feitos: uma com a extensão mínima das palavras de cinco caracteres e outra com extensão de oito. Outras extensões foram testadas e essas que possuíram resultados mais relevantes.

Apresentam-se abaixo as figuras e tabelas referentes às análises das frequências das palavras nos leads, divididos pelos períodos construídos para a análise (anterior a “pacificação”, durante a implementação da UPP e posterior ao processo de implementação):

Figura 14 - Frequência de palavras nos leads anteriores a “pacificação”

Fonte: Dados Próprios

Tabela 4 - Porcentagens das Categorias nos leads anteriores a “pacificação”.

Categorias	% em relação ao total de palavras[39]
Favela	0,96
Cidade	0,66
Morro	0,55
Polícia	0,51
Traficante[40]	0,46
Tráfico	0,39
Comunidade	0,19
Morador	0,19

Fonte: Dados Próprios

Figura 15 - Frequência de palavras nos leads durante a implementação da UPP

Fonte: Dados Próprios

Tabela 5 - Porcentagens das Categorias nos leads durante a implementação da UPP.

Categorias	% em relação ao total de palavras
Favela	0,88
Morro	0,79
Cidade	0,58
Morador	0,42
Traficante	0,37
Polícia	0,35
Tráfico	0,35
Comunidade	0,35

Fonte: Dados Próprios

[39] Essa porcentagem é calculada em relação a todas as palavras utilizadas nos leads de notícias no período anterior a pacificação. Para os outros períodos a lógica é a mesma, calculando a proporção da frequência de cada palavra em relação ao total analisado.

[40] Foram utilizadas as categorias “tráfico” e “traficante” pois apresentam comportamento, que apesar de semelhante, possuem diferenças interessantes para a análise.

Figura 16 - Frequência de palavras nos leads após a implementação da UPP

Fonte: Dados Próprios

Tabela 6 - Porcentagens das Categorias nos leads posteriores a "pacificação".

Categorias	**% em relação ao total de palavras**
Favela	1,00
Comunidade	0,45
Cidade	0,41
Morro	0,34
Polícia	0,23
Tráfico	0,23
Morador	0,20
Traficante	0,17

Fonte: Dados Próprios

De forma geral, pode-se notar que existem algumas diferenças na composição das três nuvens de palavras, bem como nas porcentagens relativas as categorias elencadas em relação ao total de palavras analisadas. De forma bem clara, pode-se ver a categoria "favela" como a mais mobilizada em ambos os períodos. Dialogando com essa categoria, pode-se notar a presença expressiva de "morro" (principalmente no período durante a implementação da UPP) e "comunidade" (de forma mais expressiva no período posterior a "pacificação"). O diálogo entre essas três categorias será discutido na seção 5.1.1 deste trabalho. A categoria "cidade" se apresenta de forma semelhante nos três períodos, mas seu conteúdo é distinto nessas três divisões, e está diretamente ligado as categorias escolhidas para nomear as favelas.

As categorias relacionadas aos agentes de segurança pública e criminalidade ("polícia", "traficante", "tráfico") perdem espaço no texto do jornal, passando de 0,46 no caso da categoria "traficante" no período anterior a UPP no território (figura 14) para 0,17 no período posterior (figura 16). Todas as outras categorias também possuem redução de presença no texto jornalístico como visto nas tabelas 4, 5 e 6. A presença ou ausência desses atores da segurança pública e da criminalidade serão discutidos em diálogo com as categorias de nomeação das favelas, na seção 5.1.1.

As informações trazidas pelas análises das frequências das palavras servirão para compreender quais as diferenças de temas agendados pela mídia nos três períodos analisados. Cada uma das nuvens será discutida nas próximas seções desse capítulo. Com essas análises pretende-se demonstrar o que é mais importante para o jornal O Globo, sendo essa importância entendida no sentido de *newsworthiness* (JEWKES, 2004) discutido no capítulo quatro desse trabalho.

Além disso, é importante frisar que os temas que figuram dentro do *newsworthiness* estarão em relação com o que é pautado como agenda para o jornal em questão, uma vez que são esses temas que ganharão espaço privilegiado em volume de matérias. Tais temas pautados serão relacionados com as diferentes esferas já abordadas e se configurarão, para o jornal em questão, como pauta para essas esferas. Esse ponto será abordado na seção sobre as agendas construídas pelo jornal O Globo (5.1.2).

As mudanças nas frequências que se verificaram anteriormente (Tabelas 4, 5 e 6) são um indicativo de que existe algum tipo de mudança de lógica em relação à utilização dos termos. Na busca de elucidar essas relações, buscando fundamento para as tendências analisadas, dois tipos de análises serão apresentados: A primeira tem como base a similaridade de palavras utilizadas em textos onde as três categorias aparecem com textos relacionados a outras categorias (Figuras 17, 18 e 19), na intenção de verificar que tipo de lógica opera conjuntamente na confecção de textos referentes às duas categorias; por fim, é necessário que se situe a categoria em seu contexto, sendo necessário para isso localizá-las no texto e descrever o contexto em que se inscrevem.

O resultado das análises de *clusters* usando o índice de Jaccard não nos permite afirmar que existe forte semelhança entre os conteúdos discursivos das categorias comparadas. Essa análise será útil para entender o arranjo que se estabelece em cada período analisado, indicando relacionamentos entre categorias que serão esmiuçadas pela análise qualitativa do texto, ou seja, não há a intenção de buscar o maior índice de Jaccard para afirmar semelhança entre discursos, mas sim entender a hierarquia da distribuição dessas semelhanças em relação às categorias analisadas.

No intuito de entender a similaridade entre os discursos, foram realizadas análises para formação de *clusters*[41] de “nós”. Em outras palavras, o uso desse instrumento permitiu entender as relações construídas pelo O Globo. O grau de similaridade entre as categorias é mensurado pelo coeficiente de *Jaccard,* ou seja, por todas as combinações possíveis entre os “nós”. E com isso se seleciona os pares que apresentam o discurso mais similar para a criação dos *clusters*. Os resultados serão apresentados por meio de figuras que apresentam o par de “nós”, sua ligação com os outros e no eixo superior o valor do coeficiente de Jaccard[42]. Quanto maior o valor do coeficiente, mais similaridade há entre os discursos entre dois “nós” (coeficientes em anexo).

Os diagramas abaixo apresentaram a formação dos *clusters* em cada período analisado. É importante que se entenda os elementos que compõe os diagramas de *clusters* para que seus dados possam ser melhor compreendidos. As figuras dos diagramas apresentam valores em sua parte superior que representam os valores obtidos do coeficiente de Jaccard. Assim, as linhas horizontais em que se apresentam os nós unidos nos *clusters* possuem tamanhos diferenciados que refletem o valor do coeficiente de Jaccard para aquele *cluster*.

Ou seja, quanto mais os *clusters* se apresentam ao lado direito do gráfico maior é o valor do coeficiente de Jaccard e por consequência, maior a similaridade dos textos que compõe esses *clusters*. E quanto mais eles se aproximam do limite esquerdo do diagrama, menor o valor do coeficiente de Jaccard, e menor a similaridade entre os nós desse *cluster*. Exemplificando: no caso da Figura 17, o cluster formado entre 1.4-Polícia e 2.2-Institucional é o cluster que apresenta maior coeficiente de Jaccard.

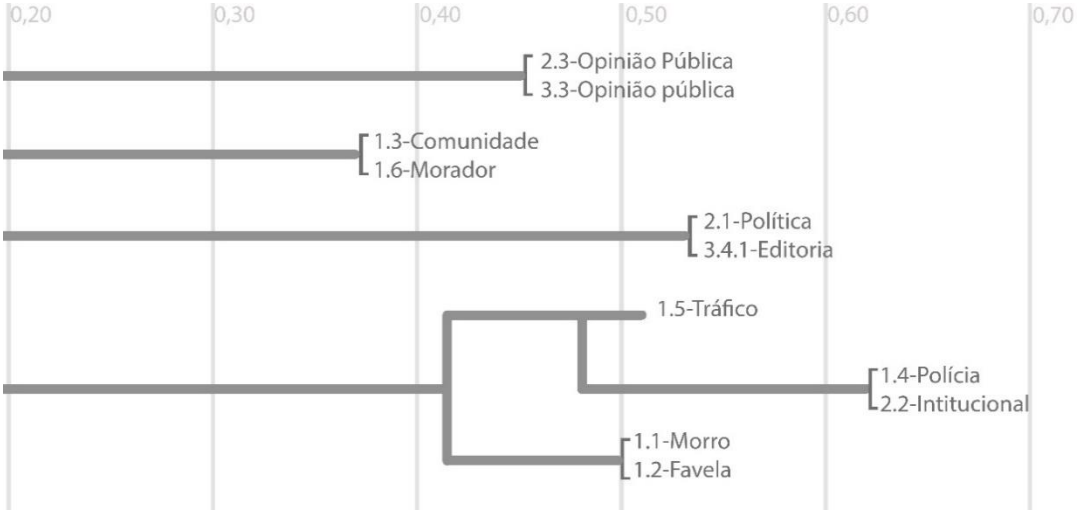
Por outro lado, o cluster formado por 1.3-Comunidade e 1.6-Morador apresenta o menor coeficiente, em relação aos clusters desse diagrama. Além disso, existem alguns *clusters* que se conectam com outros *clusters*, como por exemplo na figura 17 o *cluster* “tráfico” se conecta com o *cluster* formado por “polícia” e “institucional”. Isso se dá porque eles possuem similaridade entre os seus textos, mas essa similaridade

[41] A análise de cluster tem por princípio agrupar elementos de dados baseando-se na similaridade. Ou seja, os grupos formados possuem homogeneidade interna, mas são heterogêneos em relação aos outros grupos. Assim, podemos analisar quais grupos de textos são mais similares entre si.

[42] Para fins de visualização, fixou-se o valor mínimo de 0,37 para os coeficientes de Jaccard em todas as análises.

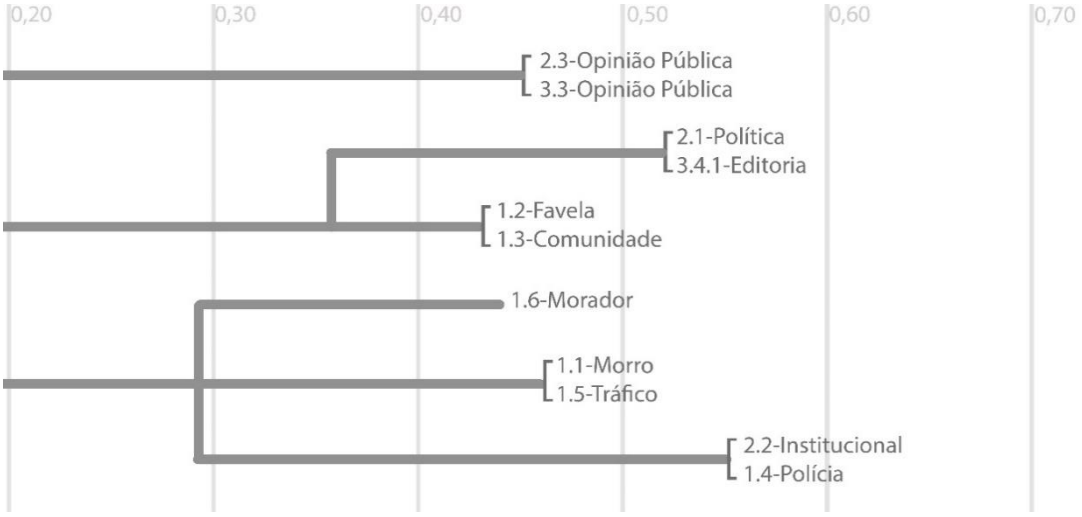
não é tão forte quanto a que liga “polícia” e “institucional”. Mas por possuírem certa similaridade são conectados pela análise. Assim, quanto mais próximos estiverem os *clusters*, maior similaridade possuirão.

Figura 17 - “Nós” em cluster por similaridade de palavra no período anterior a “pacificação”.



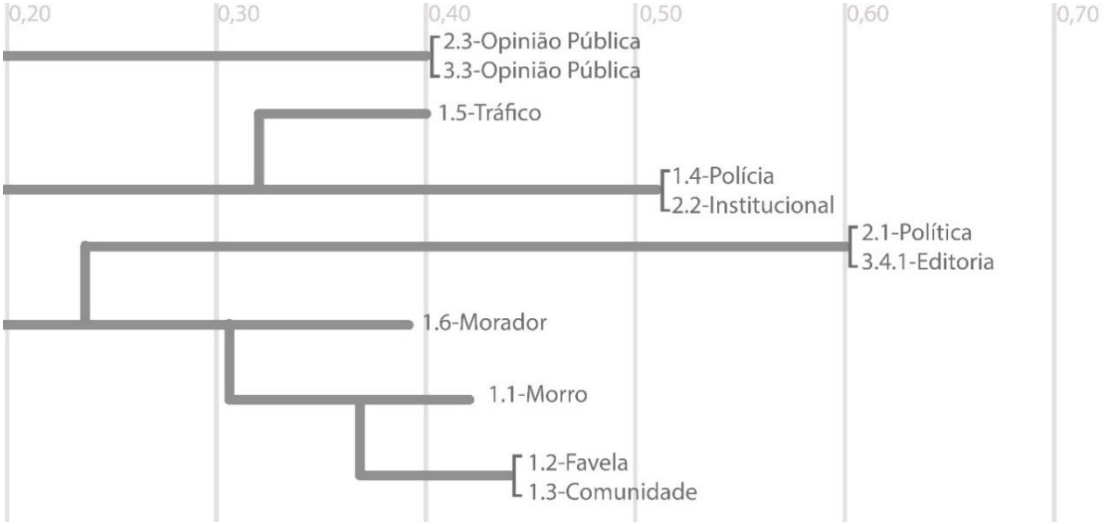
Fonte: Dados Próprios

Figura 18 – “Nós” em *cluster* por similaridade de palavra no período de implementação da UPP.



Fonte: Dados Próprios

Figura 19 – “Nós” em *cluster* por similaridade de palavra no período posterior a “pacificação”.



Fonte: Dados Próprios

Em uma primeira observação dos diagramas pode-se identificar diferenças substantivas no arranjo dos “nós” em *clusters*. Essas modificações apontam para uma diferenciação da construção dos discursos relacionados aos textos pertencentes aos “nós[43]” especificados no diagrama. Pode-se observar alguns rearranjos dos “nós” e clusters, que apontam para algumas relações que serão melhor aprofundadas nas seções posteriores. O cluster formado pela agenda da opinião pública e as falas de atores dessa esfera não sofre mudança em relação aos três períodos analisados, somente varia o coeficiente de Jaccard. Na seção 5.1.2 será discutida essa similaridade entre esses “nós”. Os clusters restantes apresentam grandes modificações nos três períodos. De forma geral, pode-se analisar que no período antes da implementação da UPP (Figura 17) o cluster formado pelos “nós” relacionados a “morro” e “favela” estão ligados a outros clusters ligados a segurança pública e criminalidade (“tráfico”, “polícia” e “institucional”).

No período que dura a implementação da UPP, o diagrama de cluster (figura 18) se arranja de forma distinta ao anterior. Nota-se que existem três grandes grupos: o da opinião pública; o que liga “política” e “editoria” com “favela” e “comunidade”; e, por fim, o que liga a categoria “morador” com os clusters de “morro” e “tráfico” com “institucional” e “polícia”. Deste resultado, pode-se visualizar um movimento de

[43] Cada “nó” da análise possui uma especificação para a codificação do texto. Essas especificações foram tratadas na seção anterior.

separação dos “nós” relacionados a segurança pública e criminalidade dos outros “nós”. Nesse período, a categoria “morro” permanece ligada a essa temática, havendo separação de “favela” e “comunidade”.

Por fim, os clusters do período posterior a “pacificação” do território (figura 19) se rearranja em relação ao anterior. Nesse momento, nota-se que os “nós” relacionados a segurança pública e criminalidade se segregam totalmente dos outros “nós”, compondo um grupo de clusters específico. Por outro lado, as categorias relacionadas a favela e o “nó” “morador” se unem em outro grupo, ligados ao cluster de “política” e “editoria”. Esse ponto tem profunda ligação com os resultados trazidos pelas nuvens de palavras e sintetizados anteriormente. Os dois resultados estarão em diálogo na seção 5.1.1. Tais mudanças de construção dos discursos serão abordadas nas seções que se sucedem.

Como forma de situar melhor a leitura das matérias do jornal que serão mobilizadas, a tabela a seguir apresenta as datas de implementação de cada UPP nas favelas selecionadas segundo informação oficial (na qual se baseou a construção dos períodos):

Tabela 7 - Datas de Implementação das UPPs nas favelas da amostra

Favela	**Data**
Dona Marta	19/02/2008
Cidade de Deus	16/02/2009
Providência	26/04/2010
Borel	07/06/2010
Turano	30/10/2010
Mangueira	03/11/2011

Fonte: www.upprj.com

Restam as análises para o caso controle. Abaixo estão o diagrama de *cluster* e a nuvem de palavras produzidas com as matérias para a favela Parada de Lucas. Essas análises serão interessantes para verificar se existem diferenças em ser “pacificado” ou não e se existirem, quais são:

Figura 20 Frequência de palavras nos leads após a implementação da UPP

Fonte: Dados Próprios

Tabela 8 - Porcentagens das Categorias nos leads posteriores a "pacificação".

Categorias	**% em relação ao total de palavras**
Favela	1,53
Bandidos	1,11
Tráfico	1,08
Cidade	0,63
Polícia	0,63
Comunidade	0,36
Morador	0,36
Morro	0

Fonte: Dados Próprios

Figura 21 - "Nós" em *cluster* por similaridade de palavra para Parada de Lucas

Fonte: Dados Próprios

De forma geral, as análises apresentadas acima se diferem de forma expressiva das relacionadas as favelas "pacificadas". Primeiramente vê-se que a categoria "bandidos" é muito mobilizada nesses textos, o que não ocorre nos outros casos. Além disso, as porcentagens relativas a segurança e criminalidade possuem maior destaque do que nos territórios analisados anteriormente. Em relação aos

clusters, há pouca relação entre eles, o que produz um diagrama com vários grupos de clusters. Nota-se que os “nós” que formam os clusters apresentam arranjos similares ao período de implementação das UPPs (figura 18).

Esses resultados serão contrastados de forma mais aprofundada nas seções seguintes. Além disso, as análises auxiliarão no prosseguimento do texto e no exame das relações e construções realizadas pelo jornal. Para fins de organização, a análise que se segue se dividirá pelos blocos de nós já mencionados: “Temas”; “Agenda” e “Atores”, cada um sendo contemplado em uma subseção como se segue.

4.1.1 Favela, Morro ou Comunidade? Estigmas e o “Politicamente correto”

Três categorias possuem especial destaque dentro das reportagens analisadas segundo as nuvens de palavras nas figuras 14, 15 e 16 vistas anteriormente: Favela, Comunidade e Morro. O destaque, apesar de parecer óbvio, propõe algumas questões relacionadas aos usos de categorias como forma de instrumentos para viabilizar certo tipo de discurso e representação. Pelos resultados presentes nas análises realizadas, pode-se refutar a hipótese de que as três palavras são apenas sinônimas, utilizadas de maneira irrefletida, como era o caso analisado por Valladares (2006) em relação aos discursos da opinião pública:

> No Rio existe uma associação entre os termos “favela” e “morro” desde o início do século XX, época do surgimento das primeiras favelas. As duas denominações são portanto utilizadas como sinônimos há muito tempo. (VALLADARES, 2006, p. 33).

Birman (2008) em seu texto “favela é comunidade?” expõe de forma clara os usos instrumentais que a categoria “comunidade” possui na construção do discurso dos moradores de favelas. Em resumo, o texto procura destrinchar as constituições indentitárias ligadas aos moradores de favela, em que diversos atores estão envolvidos. Em um primeiro momento, Birman (2008) chama atenção para a importância que há na escolha das categorias que serão utilizadas para a construção do discurso. Quando se trata de um agente estatal, essas escolhas tornam-se mais relevantes, na medida em que o uso de uma certa categoria constrói uma realidade sui generis e que, no caso do agente estatal, será objeto de intervenção.

No caso em que a autora se debruça, a questão gira entorno da colocação, já citada anteriormente nesse trabalho, do governador Sérgio Cabral que identificou as favelas como “fábricas de marginais”. Nesse ponto, a autora chama a atenção,

utilizando o trabalho de Chatterjee (2004), que há simbolicamente uma clivagem entre o conceito de “cidadão” com o conceito de “população”. Este se constrói em conformidade com as práticas de controle do Estado, que irão se expressar na fala do governador em medidas de planejamento familiar para conter a violência.

Em relação ao uso da palavra “comunidade” Birman (2008) avalia que no processo de construção de identidade, há uma forte clivagem em relação a quem usa o termo comunidade. Sendo assim, os usos dos considerados “de dentro”, ou seja, outros moradores de favela, possui um significado diferente dos que não residem, os “de fora”. O uso mais corrente vinda dos “de fora” tem forte ligação em uma tentativa de “limpeza moral” dos moradores de favela, se constituindo em um contradiscurso em relação ao que admite que seus moradores são coniventes com o tráfico e tantas outras identificações estereotipantes a que os moradores de favelas foram submetidos no mais de um século de existência. “Favela”, e suas derivações, seguindo essa lógica, se constitui na forma mais perene de segregação no Rio de Janeiro:

> Favelado, como há muito tempo estamos cientes, é uma das designações mais segregadoras de uso corrente na cidade. Este termo participa frequentemente das formas de se criar e de se reproduzir como ‘enclaves na cidade’ as favelas, juntamente com dispositivos de submissão de seus moradores às políticas de segregação em curso. Favelização, podemos sugerir, é o nome que podemos dar a este conjunto de mecanismos relacionados às formas específicas de elaborar fronteiras para administrar ‘enclaves’. (2008,104).

Na outra ponta, os usos da palavra “comunidade” pelos “de dentro” podem se dividir em três orientações. A primeira mimetiza a intenção anterior, dos “de fora’, com o objetivo de expurgar os símbolos estigmatizantes que a atribuição “favela” carrega. Apesar da intenção, o uso eufemístico da categoria “comunidade” não consegue diluir o estigma de maneira satisfatória. O que se espera de modo geral é que sinalizar o território como “comunidade” significa que se procura estabelecer uma relação “de cortesia, necessária, no curso das trocas sociais que se passam com aqueles que não podem se desfazer de suas marcas” (2008, p. 106).

Um segundo uso se relaciona ao primeiro no sentido de se representar como uma forma de afastar o estigma. Mas nessa tentativa reside a exaltação da tradição que constitui a favela, acionando um repertório simbólico relacionado a produção de cultura popular e tradição. Muitas favelas cariocas se constituem simbolicamente como um espaço onde a tradição vigora, espaço da cultura popular genuína, como o samba e outras manifestações culturais:

> A ‘cultura’, seja esta ‘material’ ou ‘imaterial’, como se diz hoje em dia, é recorrentemente acionada como modo de contrapor a favela, lugar disruptivo e violento, à ‘comunidade’, lugar da harmonia e de projetos civilizacionais associados às raízes culturais e étnicas da nação: capoeira, o samba, o forró, a festa do santo padroeiro, a arte de origem africana. (BIRMAN, 2008, p. 109).

Um último uso é pontuado e se refere a relações face-a-face que se desencadeiam dentro da favela. Se conecta a uma tentativa de valorização afetiva e emocional do espaço da favela para com os “de dentro”, evocando uma congregação dos moradores em prol da defesa moral do território. Este uso se intenciona a descrever experiências locais e individuais que fariam da favela um lugar afetivo, onde se criaram os filhos, e onde se engendraram diversas relações sociais, etc.:

> Pode-se indicar assim por meio do termo comunidade que experiências pessoais significativas se encontram profundamente associadas aos seus lugares de ocorrência, a ambientes cujas características físicas, geográficas e sociais contribuem para a sua importância [...] A referência à comunidade, neste caso, associa as experiências locais, ligadas ao cotidiano, à condição de pessoas reivindicada pelos seus habitantes. (BIRMAN, 2008, p. 110-111).

Em relação ao discurso do jornal, os três termos são amplamente mobilizados e, de certa forma, não está dado que lógicas operam na escolha de cada um. Na tentativa de entender o que está em jogo na escolha de cada um dos termos, é necessário que se aprofunde a análise em relação a construção do discurso, conectando as categorias com os contextos nos quais se encontram.

Observando a figura 17, quando se analisam os leads relacionados ao período anterior a implementação da UPP, o par “favela” e “morro” aparecem em conjunto por sua semelhança, e “comunidade” se liga a categoria “morador”, indicando que discursos em que os moradores são colocados em questão tem mais semelhança com os discursos sobre a “comunidade” do que com as outras categorias:

> Borel e Casa Branca agora disputam só bola no campo
> Moradores de comunidades da Tijuca participaram ontem do Primeiro Torneio de Futebol da Pacificação. (“Borel”. O GLOBO, Rio, p. 11, 31/05/2010)
>
> — Estamos combatendo o tráfico de drogas. Ficaremos por lá por tempo indeterminado. Não abriremos mão de devolver a comunidade limpa para os moradores de bem. Não está tendo tráfico por lá. (“Dona Marta”. O GLOBO, Rio, p. 14, 05/12/2008)
>
> Durante aproximadamente meia hora, o prefeito da cidade andou pelas ruas da comunidade e recebeu tanto apoio quanto críticas e reivindicações de moradores. Paes se comprometeu a cuidar da saúde na região. (“Cidade de Deus”. O GLOBO, Rio, p. 19, 08/02/2009)
>
> — Desde o início da nossa ocupação, fizemos várias apreensões, sempre com a ajuda dos moradores, que estão indignados com a ação do tráfico na comunidade.” (“Cidade de Deus”. O GLOBO, Rio, p. 13, 10/02/2009)
>
> Bope troca fuzis por violões

> Banda gospel formada por grupo mais temido da PM vai lançar o primeiro CD (...) Segundo o também segurança e backing vocal Sandro Henrique Porto, durante as apresentações nas comunidades, eles mostram que os policiais da tropa de elite podem se integrar com os moradores. (“Turano”. O GLOBO, Rio, p. 20, 14/09/2010)

O aparecimento da palavra “comunidade” de forma conjunta com “moradores” não parece ser gratuito. As matérias acima se conjugam em duas lógicas que não se excluem: matérias em que os moradores são colocados em contraposição com o tráfico, ou seja, os moradores seriam os cidadãos e os traficantes os não-cidadãos, carregando de positividade a imagem dos moradores do local por meio da oposição; ou matérias em que os moradores são colocados de forma central na matéria, sendo ouvidos e levantando questões a serem discutidas. Ou seja, há uma clivagem instrumental na confecção das matérias, separando “comunidade” como o território em que há “moradores” cidadãos de bem, em oposição com a “favela” ou “morro”, que está conjugado com o “tráfico” e sofrendo com as operações da “polícia”:

> Moradores do morro que não puderam voltar para casa ficaram revoltados com a falta de segurança. Eles tentaram invadir a carceragem de uma delegacia para linchar presos de uma facção rival à que domina o morro. Um grupo fechou a Rua de Visconde de Santa Isabel, que dá acesso à favela e é uma das principais do bairro. Em protesto, botaram fogo em pneus e jogaram pedras nos carros da PM, estacionados nos acessos ao morro. O delegado Orlando Zacone, coordenador das carceragens da Polícia Civil, reforçou o patrulhamento no entorno da delegacia de Vila Isabel.
> Por volta das 8h30m, cerca de 120 policiais militares entraram no Morro dos Macacos. Segundo o comandante do 1º Comando de Policiamento de Área (CPA), coronel Marcos Jardim, traficantes se reuniram na noite desta sexta-feira nas favelas do Jacarezinho e de Manguinhos e, de lá, partiram para o Morro São João, com o objetivo de invadir o morro de Vila Isabel. Morador da Rua Visconde de Santa Isabel, o gerontologista Samuel Rodrigues de Souza contou que, no fim da tarde de sexta-feira, por volta das 18h, houve um foguetório na favela. (“Borel”. O GLOBO, Rio, p. 20, 14/09/2010)

Interessante notar na passagem acima que se fala sobre os “moradores do morro” de forma impessoal, como uma massa de pessoas sem individualidade. Diferentemente do que acontece com o morador do “asfalto”, que recebe nome e indicação de profissão. Além disso, a violência é o que norteia a referida matéria, sendo mobilizadas as categorias “favela” e “morro”. De forma resumida, as matérias do período anterior à UPP que utilizam as categorias “morro” e “favela” para designar o território, apresentam como foco principal a ação da polícia para coibir o tráfico de drogas.

De forma latente o discurso do jornal colabora para dissolver o papel dos moradores no território, sendo reconhecidos como o substantivo comum “moradores”, sem pessoalidade e consequentemente sem voz. A relação entre a “polícia” e o

“tráfico” se dá de maneira contundente, com operações, apreensões e morte. Admite-se que de forma simbólica o discurso do jornal divide moralmente o território entre o “mal”, onde estariam imbricadas as categorias “favela”, “morro”, “tráfico”; e o “bem”, composto por “comunidade” e “moradores” (mesmo que de forma impessoal):

> Três suspeitos foram mortos durante uma troca de tiros entre policiais do 6º BPM (Tijuca) e traficantes no Morro do Borel, na Tijuca, Zona Norte, no fim da tarde de ontem. Os PMs faziam uma operação de rotina na favela — que deverá ser uma das comunidades a receber uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP)—, quando foram recebidos a tiros pelos criminosos. Houve confronto, e três homens foram baleados. Eles foram socorridos e levados para o Hospital do Andaraí, mas não resistiram aos ferimentos. (“Providência”. O GLOBO, Rio, p. 20, 14/09/2010)

> Mas o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, teve a honestidade de admitir que tão cedo não se repetirá na favela a ação pacificadora intensiva que transformou a Favela Dona Marta, em Botafogo, numa comunidade pacífica e livre do tráfico. Não há policiais suficientes para a criação de uma unidade pacificadora como as instaladas em Botafogo e na Cidade de Deus. (“Dona Marta”. O GLOBO, Rio, p. 20, 14/09/2010)

Não será discutido aqui a conduta policial, mas no trecho acima pode-se ver que “três suspeitos foram mortos” no Morro do Borel. O fato de serem “suspeitos” colabora para a impessoalidade dos moradores de favela que foi dito anteriormente. Antes mesmo de serem considerados culpados, os “suspeitos” foram mortos e só puderam ser assassinados dessa maneira porque estavam na “favela”, no “morro”.

Não há “suspeitos” mortos na “comunidade. Com o uso de uma categoria específica para nomear o território, é possível construir uma representação do mesmo que não só torna familiar o território, mas também seus moradores, suas práticas, seus costumes, etc. Nesse ponto o que está em jogo é a representação social da favela e de seus moradores, acionando uma impessoalidade que possibilita esse tipo de ação policial truculenta.

No período que vai desde as incursões táticas do BOPE até o fim dos seis meses do processo de implementação de uma unidade de polícia pacificadora, o arranjo se modifica completamente, desligando as categorias “morro” e “favela” e reordenando as ligações. Na figura 18, o par de categorias que possui maior similaridade é “morro” e “tráfico”, seguido de “favela” e “comunidade”.

Ou seja, “favela” e “comunidade” passam a formar um par similar, enquanto “morro” vai se ligar a “tráfico”, reordenando também as questões valorativas. Nesse esquema pode-se ver que “favela” vai ganhar positividade ao ser associada à “comunidade”, processo que vai desembocar no que será discutido sob o nome de “politicamente correto”. Antes ligado diretamente a “comunidade”, a categoria

“morador” vai estar em um cluster sozinha, mas ligada aos *clusters* que indicam as ações violentas entre “polícia” e “tráfico”.

Pode-se identificar então dois eixos: o primeiro que reúne as categorias relacionadas a violência que incide sobre os “morros” e seus “moradores” e o segundo que reúne “favela” e “comunidade”. Sobre o uso dessas categorias nesse período, pode-se identificar algumas questões no texto:

> Amaral lembra que o local onde ficará a Unidade de Polícia Pacificadora já foi considerado um terreno perigoso, na divisa entre duas favelas (Casa Branca e Borel) comandadas por facções rivais. O policial ressalta que, com a entrada do Bope e da UPP na região, aos poucos, as comunidades estão começando a se integrar. (“Borel”. O GLOBO, Rio, p. 12, 07/06/2010)

> Dona Marta, a 1 favela wi-fí do continente
> Projeto de inclusão digital do governo do estado vai ser inaugurado na comunidade logo depois do carnaval. (“Dona Marta”. O GLOBO, Rio, p. 16, 20/02/2009)

> “A Cidade de Deus, que antes havia chamado a atenção de muita gente pela violência retratada no cinema, começa aos poucos a despertar o interesse por outros atributos. Tony Barros, que se apresenta como correspondente comunitário do Viva Favela, conta que já perdeu a conta do número de pessoas que acompanhou à comunidade.” (“Cidade de Deus”. O GLOBO, Rio, p. 12, 12/08/2009)

> Quase dois anos após o início da instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), a formalização ainda é uma realidade distante para a maioria dos pequenos comerciantes das favelas do Rio. Se em toda a cidade 70% da economia são de origem informal, nas comunidades (pacificadas ou não), o índice chega a 90%. (“Mangueira”. O GLOBO, Economia, p. 27, 15/11/2011)

A “favela” vai se tornando um território que cada vez mais se distancia dos discursos que a vinculavam a violência estritamente. “Comunidade” e “Favela” passam a ser tomadas como sinônimos, sendo utilizadas de forma conjunta em diferentes discursos. De certa forma, tenta-se desconstruir o peso estigmatizante da “favela” unindo-a com “comunidade”, promovendo a possibilidade de intercâmbio de valores e símbolos entre duas categorias que possuíam um distanciamento valorativo histórico.

Nesse período é o “morro” que assume a valoração “negativa” ligada a violência. A maior parte das matérias que utilizam a palavra “morro” a utilizam para designar um local específico e situações individualizadas e simplificadas, seguindo a estratégia descrita por Jewkes (2004) em relação à confecção do material jornalístico (ver capítulo quatro). Ou seja, o “morro” passa a ser usado para designar locais específicos onde ocorreram situações de violência:

> Cerco ao tráfico na Grande Tijuca
> Bope começa hoje ocupação do Morro do Turano para implantação de UPP. (...) Na rua do Bispo, onde ficam alguns dos acessos ao Morro do Turano, só o muro que protege uma clínica médica tem mais de 30 marcas de tiros, com os mais variados diâmetros e profundidades. A violência do Morro do Turano não poupou nem o próprio Bope, que vai preparar a partir de hoje a implementação da UPP. ("Turano". O GLOBO, Rio, p. 17, 10/08/2010)

> O comandante da UPP da Mangueira explicou que remanejou o policiamento na comunidade para as ruas Visconde de Niterói, São Luiz Gonzaga e Capitão Felix, regiões onde há maior atividade comercial. Há informações de que a ordem para que o comércio fechasse as portas tenha parti- do de um morador do morro. ("Mangueira". O GLOBO, Rio, p. 21, 12/04/2012)

Quando se trata do período posterior a "pacificação" do território, há novo rearranjo e as categorias "morro" e "favela" voltam a apresentar similaridade, enquanto "comunidade" se liga a "polícia" com o maior índice de Jaccard nessa análise. Armada as redes de fluxo e refluxo relacionada às similaridades entre discursos (que podem ser verificados na figura 19), em diante o texto se debruçará no conteúdo dessas relações das categorias com o texto, afim de que se compreenda que tipo de questões estão sendo colocadas em pauta e de que forma essas questões estão ligadas com as outras categorias que apresentam textos similares.

O período pós-UPP culmina na consolidação do discurso "politicamente correto", "retirando" qualquer ligação das categorias relacionadas à atores de segurança pública e criminalidade ("tráfico", "polícia" e "institucional") com as categorias de nomeação dos territórios. Os dois eixos de *clusters* se consolidam na divisão entre os discursos de violência de um lado e os discursos sobre as favelas, morros e comunidades e seus moradores. É interessante pontuar que esse processo pode ter duas implicações: a primeira é de que os moradores passam a fazer mais parte dos discursos sobre o território porque agora eles podem ser ouvidos sem a preocupação com as sanções do tráfico.

De certo, boa parte da explicação de uma falta de personificação dos moradores de favelas nos períodos anteriores a consolidação das UPPs se deve a segurança dos moradores, que pode ou não estar ligada a uma preocupação/diretriz editorial do jornal, ou uma preocupação com a segurança dos próprios jornalistas. Em segundo lugar, pode-se dizer que há uma preocupação do jornal na construção de um cenário em que há uma conciliação entre os territórios antes sintetizados pela dualidade entre "asfalto" e "favela". Tal tentativa se coaduna com a construção de uma cidade moderna, interligada e que promove a inclusão. Há a esperança de que a "pacificação" se faça em todas as favelas do Rio, e para isso se colocam questões:

> Uma pacificação possível
> Cálculo mostra ser viável beneficiar com UPPs moradores de todas as favelas do Rio. (“Borel”. O GLOBO, Rio, p. 10, 13/12/2010)
>
> Blindado agora leva presentes ao Alemão
> Polícia distribui 12.500 brinquedos às crianças da Vila Cruzeiro em quadra que era usada por traficante. (“Borel”. O GLOBO, Rio, p. 17, 30/12/2010)
>
> Paz nas favelas para os Jogos
> Estado planeja ampliar para 47, até fim de 2010, o número de comunidades com UPPs. (“Cidade de Deus”. O GLOBO, Rio, p. 12, 08/10/2009)
>
> Além da queda nos homicídios, que chegaram em março ao menor número para esse mês nos últimos 20 anos, a política de segurança— impulsionada pela pacificação de favelas — começa se refletir na saúde pública do Rio. Especializadas em medicina de guerra, experiência adquirida em anos de altas taxas de crimes, as quatro maiores emergências da cidade — dos hospitais Souza Aguiar, Miguel Couto, Lourenço Jorge e Salgado Filho — apresentaram uma queda de 46,6% no número de pessoas baleadas atendidas no primeiro trimestre deste ano, em relação ao mesmo período de 2009. (“Turano”. O GLOBO, Rio, p. 17, 22/05/2011)

Há a criação de um ambiente favorável para a consolidação e expansão da experiência das UPPs por meio de matérias e novas representações que passam a circular através do discurso do jornal O Globo. Somando a retirada do domínio armado do território pela UPP, o discurso do jornal parece propiciar uma “limpeza moral” da categoria “favela”, elevando-a do então lugar de signo da segregação moral e territorial do Rio de Janeiro.

Ao revitalizar a “favela” o discurso traz diversos fatores positivos, como se, agora livre do tráfico, a favela pudesse mostrar todo o seu conteúdo cultural e econômico que antes era vedado pelo domínio armado do território. Incluída de forma subalterna no projeto de “cidade olímpica”, as favelas (principalmente as da Zona Sul e as que estão no entorno dos “aparelhos olímpicos”) se constituem como parte da cidade que cresce e se moderniza, se apropriando dos símbolos positivos. Desfeita a dualidade relacionada ao uso instrumental da “favela” como marca do estigma, o uso “politicamente correto” toma seu lugar, se somando ao discurso da “cidade olímpica” e inclusiva:

> Segurança no palco da Copa
> Ocupação da Mangueira fecha cinturão em torno do Maracanã; Maré é desafio.
> A ocupação da Mangueira, realizada ontem por cerca de 750 policiais civis e militares, com o apoio das Forças Armadas, abre espaço para o fechamento do cinturão de segurança em torno do palco principal da Copa do Mundo de 2014: o Maracanã. (“Mangueira”. O GLOBO, Rio, p. 12, 20/06/2011)
>
> Copacabana espera um réveillon sem tráfico

Ocupação do Pavão-Pavãozinho e do Cantagalo, para implantação de UPP, leva esperança a moradores do bairro. (“Dona Marta”. O GLOBO, Rio, p. 14, 07/12/2009)

Com o cerco da PM ontem à Ladeira dos Tabajaras e ao Morro dos Cabritos, em Copacabana, a polícia acabou com o domínio dos traficantes nas favelas da Zona Sul do Rio. Ainda faltam a Rocinha e o Vidigal, mas, em pouco mais de um ano, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) encurralaram o tráfico do Leme a Ipanema, tirando da mira de homens armados 180 mil moradores— cerca de 17% da população das comunidades do Rio. (“Dona Marta”. O GLOBO, Capa, p. 01, 24/12/2009)

A convite do GLOBO, 11 MCs compuseram músicas sobre a rotina de moradores de favelas que já vivem a nova realidade após a instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e a dos que ainda convivem com o tráfico. (“Providência”. O GLOBO, Rio, p. 23, 23/02/2011)

Figura 22

Fonte: O GLOBO, Rio, p. 18, 27/11/2011

“Com a ocupação de territórios antes entregues ao tráfico, as UPPs provocaram mudanças de comportamento. Dados do Disque-Denúncia (2253-1177) mostram que houve uma brusca alteração no ranking de

> preocupações dos moradores dessas comunidades. Em vez da violência de traficantes, os denunciantes ligam para reclamar do lixo e do barulho.” (O GLOBO, Rio, p. 18, 27/11/2011)

A criação dessa “ambiência de paz” é o que permite as modificações valorativas das categorias que aqui foram expostas. Após a pacificação dos territórios, as questões relacionadas às favelas, morros e comunidades se transformam em questões de outra ordem, como regularização de serviços básicos, valorização imobiliária e expressão cultural no território. É claro que as conclusões aqui apresentadas pela análise do material têm implicações de dois tipos: a primeira referente ao recorte da pesquisa, que selecionou uma amostra que levou em consideração as proporções de unidades implantadas na cidade.

Sendo assim, apenas uma parte das favelas pacificadas foi abarcada pela análise, mas essa é uma implicação de menor grau; a segunda implicação se deve a seleção que o jornal realiza. É muito claro, e já foi discutido nesse trabalho, que a seleção que o jornal faz dos territórios de interesse para suas matérias segue lógicas bem específicas. Ou seja, as análises aqui apresentadas possuem essa dupla seleção, do próprio jornal e do desenho da pesquisa. Não se pontuam essas questões como forma de mostrar limitações do trabalho, pelo contrário, essas implicações são também resultados da análise.

4.1.2 Diferentes agendas em relação às favelas: quem é responsável pelo quê?

As análises de *cluster* realizadas com as matérias que compõe a amostra desse trabalho possuem diversas informações que auxiliam a entender como o jornal estudado encaminha questões ou determina quais os temas vinculados a cada uma das esferas estudadas. De posse dos resultados apresentados nos diagramas de *clusters* podem-se enxergar algumas relações que se fazem entre as agendas, temas e atores por meio da semelhança de construção dos discursos do jornal.

Assim, procura-se pontuar como e de que forma a mídia apresenta determinada agenda, entendendo que a semelhança das palavras usadas para constituir cada discurso é um indicativo de similaridade entre os “nós” em relação nos *clusters*. Pelas análises realizadas, o “nó” que indica a agenda da “mídia” não teve coeficiente de Jaccard acima de 0,37 o que fez com que não entrasse no rol de agendas a serem discutidas. Provavelmente o conteúdo dessa agenda possui especificações muito particulares que não se relacionam com o restante dos “nós”.

A agenda da opinião pública possui características bastante específicas e, como visto pelas análises (Figuras 17, 18 e 19) possui grande afinidade com as falas dos atores da opinião pública. Ou seja, de certa forma as questões trazidas como questões referentes à opinião pública já são mobilizadas pelos atores dessa esfera. A agenda já está assimilada pelos seus atores. Essa hipótese será comprovada mais adiante. Em relação ao espaço na cobertura, a opinião pública parece não sofrer modificações, possuindo entorno de 30% de presença nas matérias em cada período.

As questões pautadas como as relacionadas à opinião pública tiveram movimentos característicos quando comparados aos períodos em relação à implementação da UPP. A questão da valorização imobiliária aparece de forma muito expressiva no período durante a implementação das UPPs e no período anterior as matérias versam sobre a esperança de que a "pacificação" valorize o território específico. É interessante que, em se tratando de especulação imobiliária, o jornal tenha pautado a questão da valorização como uma "esperança", pois tal postura pode se configurar como uma profecia que se auto cumpre, na medida em que o discurso do jornal cria uma realidade *sui generis* (MOSCOVICI, 2007, p. 41), mesmo que futura. Entendendo que as questões pautadas pela mídia precisam ter três características fundamentais, a saber: "acumulação"; "consonância" e "onipresença" (AZEVEDO apud REIS, 2009) a criação da pauta de valorização imobiliária e sua manutenção por todo o período de implementação das UPPs implica na permanente reflexão sobre o assunto:

> Ocupação de morros do Leme pode voltar a valorizar imóveis do bairro
> Diretor da Ademi diz que preços devem subir até 40% em um ano." ("Cidade de Deus. O GLOBO, Rio, p.08, 18/05/2009)
>
> Imóveis em favelas com UPP sobem até 400%
> Comunidades ocupadas incham, ganham puxadinhos, casas mais altas e até mesmo um condomínio informal. ("Providência". O GLOBO, Rio, p.19, 30/05/2010)
>
> Industrias no embalo das UPPs
> Após anos de esvaziamento, pacificação atrai empresas para áreas próximas a favelas. ("Turano". O GLOBO, Rio, p.14, 13/12/2010)

A questão da valorização imobiliária ganha espaço privilegiado no jornal como um fator positivo, tanto para a população moradora de favela quanto para os moradores do entorno. Nas matérias acima pode-se notar que há espaço para discutir a atração de empresas para alocarem suas sedes nos arredores das favelas; bem como a valorização do território da favela, que segundo a matéria aumentou seu valor

em 400%. Para os moradores do Leme, o jornal pontua que há a previsão de aumento de 40% logo que o bairro ganhe a sua UPP, como a que a Cidade de Deus já possuía na época. O processo de valorização imobiliária concorre para um fenômeno da gentrificação, discutido pelo jornal em determinados momentos:

> A segurança é um bem escasso em áreas pobres. Daí, a preferência por morar em locais com UPPs, que se valorizam. É questão de mercado. O que ocorre no mercado de comunidades ocupadas demonstra ainda a importância de universalizar o sistema que dá garantias constitucionais às pessoas. UPPs já beneficiam 1,3 milhão de pessoas. ("Dona Marta". O GLOBO, Rio, p.19, 30/05/2010)

> Ganhos também no asfalto
> UPPs já beneficiam 1,3 milhão de pessoas. ("Providência". O GLOBO, Rio, p.18, 09/01/2011)

Toda a página da matéria destacada acima, no caso do Dona Marta, irá discutir a questão da valorização dos imóveis em áreas de UPP, trazendo falas de moradores que estão ganhando dinheiro com seus imóveis ou outros que moravam mais distantes das zonas centrais da cidade e agora com a pacificação podem usufruir do "bem" que era escasso nesses territórios, a segurança. Interessante notar que não é dada grande importância para discussão em relação ao impacto dessa valorização para a população mais pobre, mesmo que o tema seja amplamente discutido em setores da opinião pública e acadêmicos. Em outubro de 2013 o jornal passa a se dedicar aos efeitos da valorização imobiliária em várias áreas da cidade. Denominada "Cidade em Transe", essa série de matérias trouxe à tona casos individuais de pessoas que se mudaram para territórios antes não valorizados, em sua maioria favelas. Com diversos exemplos de cidades estrangeiras, o jornal define a gentrificação como:

> É um conceito usado pela sociologia anglófona para se referir ao processo de substituição de população, em que a chegada de uma leva crescente de novos residentes de renda superior à da população original acaba por transformar o perfil sociocultural da área em questão. Os novos moradores introduzem costumes e práticas de consumo distintas das tradicionais, estimulando o surgimento de negócios e elevando o custo de vida, especialmente no que se refere aos gastos com moradia (imóveis, alugueis, condomínios, impostos etc.), o que pressiona a saída de antigos residentes da área. (O GLOBO, Rio, p.18, 27/10/2013)

De certa forma, por meio das escolhas de seleção feitas pelo jornal, "escondem-se" os casos em que a gentrificação acaba ocasionando a expulsão da população local, a perda de identidade territorial, e diversas outras questões discutidas nos estudos citados anteriormente. Para além de apontar o caráter excludente do relato, o material construído pelo O Globo coloca em questão, ou seja,

agenda as dinâmicas de valorização imobiliárias inerentes a UPP e liga essa experiência a outras cidades do exterior, a que denomina como “metrópoles modernas”. E de forma mais profunda, a mudança não é só pontuada como uma mudança de valores de imóveis ou da população residente. É uma mudança sobretudo de “perfil de bairros cariocas”, construindo uma “nova identidade para o Rio”, que estaria em contraposição com a imagem de cidade partida e à mercê da violência do tráfico de drogas

Outra pauta que se faz presente é a questão dos projetos realizados no território. No período anterior a “pacificação” a temática do entorno dos projetos era de cunho local, ou seja, projetos construídos e executados dentro de cada território de favela estudado. Existe um foco específico na Central Única de Favelas (CUFA), discutindo suas ações no território como também divulgando-as, mas diversos outras organizações fazem parte desse movimento. Outra questão importante é que em sua maioria os projetos que ganham espaço e se transformam em pauta no antes da “pacificação” são projetos que desenvolvem atividades culturais como teatro, música e dança:

> A folia de Reis do Morro Dona Marta, que percorre comunidades cariocas no início do ano e chega a visitar a Rocinha, está virando documentário pelas lentes de Arthur Ornar. Vai se chamar ‘Folia no morro’.” (“Dona Marta. O GLOBO, Segundo Caderno, p.03, 07/02/2008)

> Na mesma unidade está em cartaz, até dia 31, a exposição ‘Artes urbanas’. Na mostra, são apresentadas telas sobre o grafite do acervo da Centra! Única de Favelas (Cufa) e produções de alunos da oficina de grafite dos núcleos Cidade de Deus e Pedra do Sapo. (“Cidade de Deus”. O GLOBO, Zona Norte, p.07, 09/07/2008)

Quando o território é “pacificado” a pauta em relação aos projetos no território muda completamente, dando maior atenção para os projetos que chegam a essas favelas através da “pacificação” e que se dividem em dois segmentos principais: formação profissional e educação; e esporte:

> Jovens sushimen do Dona Marta
> Rapazes farão curso gratuito
> Jovens do Morro Dona Marta serão, em breve, os novos sushimen de restaurantes de comida japonesa da cidade. A Associação Comercial e Empresarial de Botafogo e o Polo Gastronômico do bairro decidiram recrutar garotos da comunidade para aprenderem a arte de preparar sushis e sashímis. A primeira turma, com até dez alunos, começa em janeiro e quem for aprovado deverá ser contratado por empresários. O Dona Marta completou este mês um ano de ocupação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), que expulsou traficantes do local. (“Dona Marta”. O GLOBO, Rio, p.19, 30/12/2009)

> O futuro (pacificado) do futebol

> Lançado semana passada no Maracanãzinho, com a presença do governador Sérgio Cabral e do secretário estadual de Segurança Pública. José Mariano Beltrame, o projeto 'Zico 10 — Rio 2016', em parceria com a Secretaria de Esporte e Lazer atenderá duas mil crianças de nove comunidades pacificadas, com o objetivo de incentivar a prática do esporte, além de aspectos sociais e educacionais. ("Borel". O GLOBO, Zona Norte, p.06, 04/08/2011)

Há uma discussão pertinente para ser mobilizada quando a questão das ONGs produtoras de cultura dentro das favelas cariocas se coloca. Rocha (2012) e Rocha e Araújo (2013) trazem a discussão a questão da representação e autorepresentação das favelas cariocas, buscando fazer a contraposição da representação "de fora" da favela (como uma representação em que o estigma e o preconceito estão fortemente ligados) e a autorepresentação como sendo uma representação dos "de dentro" que se oporia ao estigma proveniente da cidade. Nesse sentido, a autora pontua que ONGs geridas por moradores de favela ou criadas por eles acabam tomando uma posição de representantes da favela no espaço público, em um cenário onde as associações de moradores não possuem mais esse papel (2012, p. 138). Nesse sentido, a autorepresentação produzida por esses grupos estaria articulando um:

> [...] repertório simbólico que vê a favela como lócus do risco com outro repertório que identifica na favela uma 'cultura local', que precisa ser valorizada como forma de garantir a seus moradores os direitos de cidadania. (ROCHA, 2012, p. 138).

Esse ponto tem profunda ligação com o uso da categoria "comunidade" como forma de valorização da produção cultural genuína dos territórios de favela discutido na seção anterior. Com a "pacificação" a favela deixa de ter a sua autorepresentação (mesmo que mediada pelas regras que definem o sucesso dentro dos "mercados de projetos sociais") pautada pelo jornal, dando lugar a produção de conteúdo que tem sua origem em atores "de fora" dos territórios. Assim, a valorização do que seria próprio da favela dá lugar a um processo que procura inserir os jovens de favelas dentro de um estoque de possibilidades já formatado *a priori* (como esportistas profissionais, *sushimen*, para citar as possibilidades colocadas nas matérias acima).

Como forma de aprofundar a pauta relacionada a produção cultural, é importante que se discuta o caso do funk. Nas matérias analisadas existe um movimento distinto ao que se verificou em relação aos projetos sociais. Mas tal processo possui uma marca forte em relação a mediação da manifestação cultural nas favelas:

> Só quero é ser feliz
> Artistas e membros do próprio governo reagem à lei que coíbe bailes funk

> — O Estado tem que legalizar o funk, trazê-lo para o asfalto. Eu ia a bailes em clubes como o Mourisco (em Botafogo) e o Disco Voador (em Marechal Hermes). Nos anos 1990, a partir dos arrastões, os bailes foram empurrados para as favelas. E elas têm seus domínios, seus comandos. Aí começa a visão de que o funk é o tráfico, o tráfico é o funk — argumenta Fernanda. — Dentro do funk há essa parcela do "proibidão", claro, assim como parte da polícia é bandida. É a vocação do Rio para a contravenção.
> — Essa lei é um abuso de poder legislativo, pois desqualifica uma cultura ao dar à polícia o poder de atuar sobre ela a vocação do Rio para a contravenção. ("Borel". O GLOBO, Segundo Caderno, p.01, 10/08/2009)

O trecho faz parte da capa do Segundo Caderno desse dia que dedica grande espaço para o tema do funk enquanto expressão cultural cerceada pela lei[44]. Diversos estudos se debruçaram sobre a questão do funk e sua relação com a lei no Rio de Janeiro (RODRIGUEZ, et al,2011; VIANNA, 1996; CECCHETTO, 2003; MENDONÇA et al, 2012) mas o intuito deste trabalho é refletir como o tema do funk foi pautado pela mídia como questão da opinião pública.

No período posterior a "pacificação" a questão do funk foi pautada pela área judicial, ou seja, o jornal trouxe a questão da proibição dos bailes funk nas favelas, dando voz para movimentos que se articularam para fazer frente ao dispositivo legal utilizado para proibir a manifestação do funk na forma de bailes em favelas. A questão pautada nesse ponto, em última instância, pode ser entendida como um embate entre a autorepresentação e a imposição de uma norma regulatória dessa expressão. Dito em outros termos, a manifestação cultural do funk não poderia mais existir da maneira como foi gestado no território, tendo que ser mediado pela normativa apresentada pelo legislativo estadual.

No período pós-"pacificação", a questão do funk é trazida de duas maneiras: dando visibilidade aos MCs presos por acusação de "apologia e associação ao tráfico de drogas" e como produção cultural mediado pelo próprio agente discursivo, no caso o jornal em questão:

> Funk diz: guerra acabou
> MCs pedem que autores de 'proibidões', presos, sejam soltos
> Para Leonardo, autor, em parceria com Junior, do funk que encerra o filme "Tropa de Elite 2", está faltando liberdade de expressão. "O Capitão Nascimento torturou, matou e foi aplaudido pela sociedade. A arte do cinema e da literatura é livre e no funk não?
> Outro assunto da noite era a ocupação policial nas favelas. A opinião dos funkeiros era unânime. São a favor, desde que venha acompanhada de ações sociais. "O Morro do Adeus com o Complexo uniu/ A guerra acabou, assim a paz surgiu", cantava o MC Playboy, em música composta pós-ocupação do Alemão." ("Borel". O GLOBO, Segundo Caderno, p.05, 29/12/2010)
>
> Rimas no Favela Livre

[44] Lei estadual número 5.265, de junho de 2008.

> MCs cantam o cotidiano das favelas
> A convite do GLOBO, 11 MCs compuseram músicas sobre a rotina de moradores de favelas que já vivem a nova realidade após a instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e a dos que ainda convivem com o tráfico. (“Providência”. O GLOBO, Rio, p.23, 23/02/2011)

Ou seja, a pauta do funk enquanto expressão cultural da favela aparece mediada por dois mecanismos: o mecanismo legal que penaliza o baile funk e assim ganha espaço na agenda da opinião pública, ou de maneira mediada pelo jornal, que lhes impõe os limites de criação (no caso da matéria acima, os MCs foram convocados para falarem do cotidiano das favelas, entendido como “nova realidade após a instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)). No pedido do jornal estão implícitos os limites nos quais os funks deveriam se encontrar, reconhecendo que as favelas viveriam em uma nova realidade depois de “pacificadas”, em contraposição com as que “ainda convivem com o tráfico”.

Assim, a pauta construída acerca das expressões culturais de favelas, seja no plano das ONGs, seja na manifestação do funk, é transformada de forma clara com a mudança de cenário nas favelas, passando de uma produção cultural autônoma (autorepresentação) e muitas vezes ameaçada pelos entes legais, para uma manifestação formatada dentro de padrões produzidos externamente ao território.

No caso da favela controle, pode-se ver que o *cluster* relacionado a Opinião pública (Figura 21) também está ligado as falas dos atores da opinião pública. Mas suas matérias possuem teor diferente do que nos casos anteriores. A maior parte da agenda ligada a opinião pública em relação a favela Parada de Lucas tem relação a acidentes acontecidos na Avenida Brasil na altura da favela e alguns projetos sociais. Relacionado a projetos sociais, praticamente toda a cobertura tem como objeto a ONG AfroReggae, que possui diversas sedes em favelas da cidade, uma delas em Parada de Lucas.

Mais especificamente, quase a totalidade das matérias sobre o AfroReggae tem ligação com um incidente violento onde um coordenador da ONG foi assassinado no centro da cidade. Em seguida, no enterro desse membro da ONG, um dos jovens de um dos projetos ficou reconhecido nacionalmente por tocar violino chorando durante o velório.

Tendo aprendido a tocar o instrumento nas aulas do AfroReggae, a imagem condensou diversos sentimentos, sintetizando um conjunto de crianças que foram também afetadas pela morte do coordenador. Logo em seguida esse menino foi

internado com uma infecção no apêndice vindo a falecer dias depois. Ele recebeu um obituário de meia página no jornal (“O menino que tocou corações com seu violino” O GLOBO, Rio, p.21, 02/04/2010), com um texto extenso contando a história dele e sua relação com o AfroReggae. E basicamente a cobertura se resume nesses termos: casos de acidentes na Avenida Brasil que acabavam suscitando questões da opinião pública e as mortes do coordenador e aluno do AfroReggae, casos que ganharam maior atenção dentro da agenda, mas se constituíram em um foco puramente individualizado e apelando para a emoção.

Seguindo na análise das agendas estruturadas pelo jornal O Globo para o período estudado, cabe dedicar um espaço para discutir as mudanças na agenda política que o jornal propôs em relação a “pacificação” dos territórios. Analisando os diagramas de *cluster* (Figuras 17, 18 e 19) pode-se identificar algumas mudanças em relação à similaridade do “nó” relacionado a agenda política com outros “nós” da análise. Esse “nó” permanece unido com o relacionado aos textos produzidos pela editoria do jornal nos três períodos estudados. A união em *cluster* desses dois “nós” pode indicar que a afinidade entre os dois textos seja explicada pela predominância de temas e lógicas usadas nos assuntos políticos ao texto produzido pela editoria do jornal. Ou seja, a “voz” do jornal é de certa forma afinada com a agenda política. Essa questão será abordada na próxima seção.

Ainda analisando a composição dos *clusters*, pode-se notar que no período anterior à “pacificação” o *cluster* que une a agenda política com as “falas” da editoria aparece sozinho, independente dos demais. Posteriormente, durante a implementação da UPP, o *cluster* passa a se conectar com o *cluster* que une os temas da “favela” e da “comunidade”, e por fim o *cluster* se liga ao “morador”, que é ligado aos outros “nós” relacionados à favela. Esse resultado parece apontar para uma aproximação gradual da agenda política das questões da favela e de seus moradores, criando assim uma agenda política que cada vez mais passa a levar e consideração esses espaços de pobreza e sua população.

Levando em consideração o espaço dado para a agenda política nesse contexto, observa-se que ela ganhou relevo e importância dentro do jornal, passando de 33% de presença nas matérias anteriores a “pacificação” para 46% quando a favela está pacificada (no período de implementação da UPP a porcentagem é de 43%). É importante frisar que a favela passa a cada vez mais ser um assunto para a agenda

política para O Globo, e cabe agora salientar quais as circunstâncias em que a agenda política é construída.

Como dito anteriormente, a agenda política dentro do conjunto de matérias que formam a amostra dessa análise apresentou certa expansão em relação ao espaço dedicado no jornal. Em se tratando de temas que compõe essa agenda, há uma mudança significativa em relação ao período anterior a "pacificação" e os dois períodos posteriores. Além de ser uma agenda bem menor do que as outras, a do período pré-UPP é composta basicamente de problemas diversos vividos nesses territórios. Há a questão sobre transferência de chefes do tráfico para presídios de segurança máxima; problemas relacionados as chuvas, desabamentos e enchentes, casos de dengue e remoções:

> Uniforme contra a dengue
> Prefeitura recomendará que crianças usem calças, meias e sapatos para evitar picada
> [...] Como a epidemia de dengue tem afetado principalmente crianças, a Secretaria municipal de Saúde decidiu lançar na semana que vem uma campanha recomendando que crianças e adolescentes usem calças, meias e tênis ou sapatos, já que o mosquito transmissor da doença costuma voar baixo e picar principalmente pés e pernas. ("Dona Marta". O GLOBO, Rio, p.12, 21/03/2008)
>
> Presos a ausência do estado
> Bangu, Bonsucesso e Campo Grande têm maior número de detentos condenados." ("Cidade de Deus. O GLOBO, Rio, p.19, 28/09/2008)
>
> Estado não conseguiu impedir volta de traficante
> Falha de comunicação entre justiça do Paraná e do Rio favoreceu transferência de bandido perigoso em dezembro passado. ("Borel". O GLOBO, Rio, p.16, 30/07/2009)
>
> Prefeitura vai refazer lista de áreas de risco
> Relação da Geo-Rio, só apontava três dos pontos atingidos
> [...] Ocorreram deslizamentos em apenas três dos 32 pontos listados: a Favela da Rocinha; o Morro do Borel, na Tijuca; e a Autoestrada Grajaú-Jacarepaguá [...]. ("Borel". O GLOBO, Rio, p.13, 08/04/2010)
>
> Paes anuncia remoções imediatas em 8 favelas
> Cabral lança plano para retirar famílias de áreas de risco em todo o estado
> O prefeito Eduardo Paes e o governador Sérgio Cabral anunciaram ontem medidas para evitar novas tragédias em encostas. A prefeitura vai ampliar de três para oito o número de favelas que terão remoções imediatas, pagando aluguel para cerca de quatro mil famílias. ("Turano". O GLOBO, Rio, Capa, 12/04/2010)

Esses são os temas que recebem maior atenção do O Globo em relação a questões de ordem política. Somados eles representam quase 73% das matérias. Antes da "pacificação" do território parece haver a permanência de símbolos ligados a ausência para a construção da representação do território de favela. Como discutido

no capítulo dois, a permanência desses estereótipos é algo característico quando a representação da favela carioca é analisada, como defende Valladares (2005, p. 22).

De posse da discussão teórica trazida por Moscovici (2007) pode-se entender esse "aprisionamento" da representação da favela em uma teia de significados referentes a "falta", ao "problema", ou a "ilegalidade" parece ser tributário do processo de "ancoragem". Ou seja, é menos ameaçador continuar a perceber a favela como o "problema" carioca, representação mais do que consolidada, do que apresenta-la de um outro ângulo, o que implicaria em uma reorganização do sistema de significados existente.

Essa configuração é praticamente idêntica à que se encontra na agenda política do caso controle. Em se tratando do cluster formado, o caso anterior a "pacificação" apresentam mesmo arranjo, sendo ligado a fala da editoria. E em relação ao que é tematizado dentro da agenda, as matérias relacionadas a dengue, a chuvas que causam transtorno na via expressa que passa nos arredores de Parada de Lucas, bem como o problema de saneamento básico na favela. Ou seja, a agenda política para a favela não "pacificada" é o mesmo: problemas de estrutura e de saúde. As duas agendas, caso controle e favelas que ainda não possuíam UPP, possuem o mesmo teor.

Quando o território recebe a sua Unidade de Polícia Pacificadora não só há o aumento considerável do espaço relativo à agenda política como também há a inflexão da retórica da favela como um "problema", dando lugar a retórica da "chegada de direitos e deveres", além de outras:

> Não é só de polícia que a comunidade precisa'
> Comandante de UPP reivindica serviços. ("Dona Marta". O GLOBO, Rio, p.18, 26/03/2010)
>
> Comunidades ocupadas recebem ações sociais
> Firjan, Light e prefeitura fazem projetos de educação, energia e empreendedorismo. ("Cidade de Deus". O GLOBO, Rio, p.21, 13/08/2010)
>
> UPP Social leva direitos e deveres às comunidades
> Projeto do governo do estado com a prefeitura e empresas prevê melhorias na infraestrutura e capacitação profissional.
> O governo do estado lançou ontem, no Teatro Sesi no Centro, o programa UPP Social um novo modelo de gestão pública que pretende, até dar aos moradores de comunidades pacificadas os mesmos direitos e deveres do restante da sociedade, como coleta de lixo e regularização fundiária. Além de contar com secretarias estaduais, o UPP Social será desenvolvido em parceria com a prefeitura, empresas privadas e a sociedade civil. O secretário estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, Ricardo Henriques, responsável pelo programa, acredita que as ações acabarão com a ideia de 'cidade partida'. ("Borel". O GLOBO, Rio, p. 26, 20/08/2010)

> Assim como o projeto do Complexo do Turano, desenvolvido pelos arquitetos da prefeitura, o de Niemeyer está em fase de licitação. Custará R$ 9,5 milhões, entre os R$ 150 milhões gastos na urbanização da Juliano Moreira. ("Turano". O GLOBO, Rio, p. 03, 03/07/2011)

Vê se que com a "pacificação" o território passa a fazer parte da ordem democrática, possuindo direitos e deveres. Essa visão é ilustrada de maneira clara na fala do então secretário estadual de Assistência Social e Direitos Humanos em 2010, Ricardo Henrique, em entrevista para O Globo em que diz: "Esses lugares estavam sem República" ("Borel". O GLOBO, Rio, p.19, 17/10/2010). Tal representação da favela pela falta já foi demonstrada anteriormente na discussão das matérias do período anterior a "pacificação", mas é colaborada pela agenda que é trazida no pós-"pacificação" evidenciando que no momento em que se é "pacificado", o território passa a receber o que sempre lhe faltou. Tal questão põe em xeque a representação da favela como o território da "falta", suscitando assim uma discussão que será pautada também nesse período:

> Ex-favela: nem morador concorda
> A decisão da prefeitura do Rio de transformar, na caneta, 44 favelas em bairros desagradou até aos próprios moradores. Líderes comunitários dos morros do Cantagalo, do Borel e Dona Marta disseram que ainda faltam investimentos para a mudança. ("Borel". O GLOBO, capa, 30/05/2011)

> 'Ex-favelas' com velhos problemas
> Comunidades beneficiadas com programas sem continuidade têm lixo e moradias insalubres. ("Borel". O GLOBO, capa, 31/05/2011)

O surgimento do conceito de "ex-favelas" na agenda política é um indicativo claro das disputas de significado da representação da favela ocorridas pelas ações executadas pelo Estado nesses territórios. O conceito foi criado para dar conta de uma definição do Instituto Pereira Passos (IPP) que não considera como favelas espaços que atendem a um determinado padrão urbanístico e são atendidos por serviços sociais (ROCHA & PEDRO, 2013). O debate ganha destaque em duas capas do jornal na amostra e posteriormente sai da agenda política.

Em estudo realizado em 2010 chamado "Desigualdades e Favelas Cariocas: A Cidade Partida está se Integrando?" o IPP considera, por resultados de outras pesquisas, que as favelas seriam definidas pelos aglomerados subnormais definidos pelo IBGE, pois "havia uma coincidência entre os aglomerados subnormais do IBGE e nas favelas cadastradas na prefeitura na ordem de 92% de sua população" (NERI, 2010, p. 20).

Segundo o IBGE um aglomerado subnormal precisa ter no mínimo 51 unidades habitacionais em terreno irregular e carente de serviços públicos[45] (IBGE, 2010). Diversos trabalhos pesquisaram a problemática do uso da categoria “ex-favela” em relação a ressignificação do conceito de favela e as disputas pela sua representação (MENEGUSSI et al, 2014; MAGALHÃES, 2014), mas pela controvérsia gerada, o tema saiu da agenda construída pelo jornal logo em seguida.

Entendendo a representação também como uma avaliação e como instrumento de ação (LAPLANTINE, 1991) outros dois temas surgem na agenda política e irão se confrontar com a tentativa de construção simbólica das “ex-favelas” discutida anteriormente. A entrada na agenda política da questão sobre o cerceamento de favelas através de muros passa a ser discutida de forma exaustiva pelo jornal. Unido com a questão do “choque de ordem” esses dois temas se colocam no lado dos deveres a que as favelas deveriam cumprir, deveres esses necessários a sua integração a cidade. Não foi a primeira vez que a iniciativa de se construir muros para cercear favelas foi acionada dentro do discurso da mídia (COELHO, 2004) e agora o muro é ressignificado como um “ecolimite”, dentro de um discurso maior sobre ordem pública (MACHADO, 2011):

> Concreto e metal para frear favelas
> Prefeitura anuncia medidas para endurecer combate à expansão nas encostas
> Segundo Sérgio Dias (Secretário municipal de Urbanismo), já começaram as discussões para a implantação do monitoramento on line e por satélite das favelas. A ideia é reunir, num banco de dados, as coordenadas de localização — Sistema Global de Posicionamento (GPS, na sigla em inglês) — dos limites das comunidades. Através de um convênio com uma instituição ou empresa, a prefeitura passaria a receber imagens de satélites. Numa sala de controle, funcionários acompanhariam em tempo real o que acontece nas encostas, como num imenso Big Brother das favelas. O controle da expansão das favelas será feito prioritariamente nas comunidades no entorno dos maciços da Tijuca (incluindo a Serra da Carioca, um braço da floresta) e da Pedra Branca. (“Dona Marta”. O GLOBO, p. 10, 17/01/2009)

[45] De forma completa, o IBGE define aglomerado subnormal como: “um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas, etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e/ou densa. A identificação dos aglomerados subnormais é feita com base nos seguintes critérios: a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); e b) Possuir pelo menos uma das seguintes características: • urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; ou • precariedade de serviços públicos essenciais, tais quais energia elétrica, coleta de lixo e redes de água e esgoto. Os aglomerados subnormais podem se enquadrar, observados os critérios de padrões de urbanização e/ou de precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias: invasão, loteamento irregular ou clandestino, e áreas invadidas e loteamentos irregulares e clandestinos regularizados em período recente.

> Rio inicia construção de muro para proteger mata em favela
> Onze quilômetros serão erguidos em 11 morros da Zona Sul este ano. (“Dona Marta”. O GLOBO, capa, 28/03/2009)
>
> A construção de muros em favelas do Rio tem adversários e defensores no Rio, dentro e fora das comunidades. Mas é difícil negar que o projeto, patrocinado pelo governo estadual e a prefeitura, pode ter — se for cumprido direitinho, evidentemente — duas virtudes: conter o crescimento das favelas, protegendo as áreas verdes da cidade, e reduzir a mobilidade das quadrilhas de traficantes. (“Dona Marta”. O GLOBO, Opinião, p. 7, 29/05/2009)
>
> Um novo plano para as favelas
> Programa a ser lançado por Paes prevê recontagem, controle, gabarito, conservação e choque de ordem. (“Cidade de Deus”. O GLOBO, Rio, p. 19, 25/07/2010)

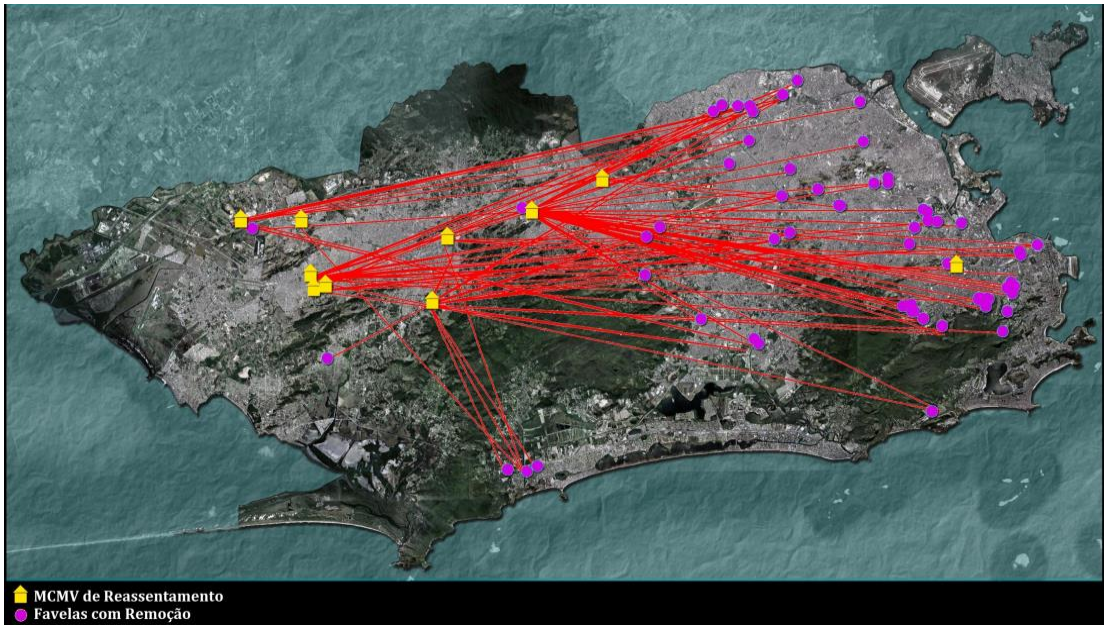
As favelas agora passam a vigorar dentro da agenda política como espaços a serem controlados e organizados pelo Estado. Ou seja, são enquadradas dentro das determinações urbanísticas da cidade (gabaritos, conservação, etc.) e além disso controladas por meio de muros de “concreto e metal”. No projeto de se construir muros ao redor das favelas existem duas motivações principais: a primeira, que é mais clara, tem em vista a preocupação com a mata que circunda as favelas. E o segundo é manter a favela “sob controle”, fixando o seu limite tanto territorial quanto de gabarito.

As duas motivações possuem um plano de fundo que é a construção de uma “cidade olímpica” e moderna. Na busca desse ideal, diversas ações são desencadeadas no território, fundamentando-se pela questão ecológica. Vainer (2011) vai discutir em seu artigo a apropriação do discurso ecológico como forma de controle das favelas e até mesmo sua remoção. Controle e remoção são dispositivos utilizados de forma recorrente pelo Estado no tratar da favela carioca (COELHO, 2004 ; 2008) e são atualizados nesse contexto para a construção do ideal olímpico.

As remoções tão presentes na história das favelas (ver capítulo dois) voltam a ser pautadas como possibilidade para as favelas. Agora sob o signo dos Grandes Eventos e da conservação ambiental (VAINER, 2011) diversas favelas são removidas na cidade. Apesar de recentemente o prefeito declarar que não há remoções por conta dos Jogos Olímpicos[46], um estudo recente conduzido por Faulhaber (2011) demonstrou a dinâmica dessas novas remoções no espaço geográfico da cidade, promovendo a retirada das favelas do centro e Zona Sul, reassentando seus moradores na Zona Oeste:

[46] Entrevista dada para a Mídia Ninja. Disponível em: http://youtu.be/fdRx3kVQmTo. (Acesso em: 15 jan. 2015)

Figura 23 - Fluxos de remoções de moradores de favelas e assentamentos em conjuntos habitacionais



Fonte: FAULHABER, 2012.

> Mãos à obra na Providencia
> Projeto começa amanhã na favela, a primeira a ter manutenção bancada pela iniciativa privada
> Remoções começam já em fevereiro
> O secretário municipal de Habitação, Jorge Bittar, explicou que o Porto Maravilha e o Morar Carioca são programas distintos que acabam se integrando. Segundo Bittar, ao todo, 300 famílias (que vivem na Pedra Lisa e em imóveis que precisarão ser demolidos por causa das obras) serão reassentadas. (“Providência”. O GLOBO, Rio, p.14, 15/01/2011)
>
> Favela do Metrô: ex-moradores em adaptação
> Restam 313 famílias para deixar comunidade junto à Radial Oeste. (“mangueira”. O GLOBO, Rio, p.17, 10/05/2012)

Essa alternativa agora é pautada sob a alegação da construção de uma “Cidade Olímpica” e moderna, que precisa se organizar e se modernizar para receber os megaeventos e seus investimentos. O ideal de modernidade perpassa a sociedade como um todo e cria a imagem de uma cidade que necessita se modernizar para receber os investimentos e eventos internacionais. Sob essa nova imagem cria-se um novo ideal que não inclui as favelas em seu projeto, promovendo mais uma vez a sua remoção como política pública eficiente para a consecução dos objetivos específicos. Os processos relacionados a esse novo período em que alternativa remocionista é acionada estão sendo estudados por diversos pesquisadores (RIBEIRO, 2014; OST ;

FLEURY, 2013; NETO, 2014) e representam um dos legados que os megaeventos deixarão para a cidade.

Por fim, discute-se a agenda ligada a PMERJ, ou seja, questões que o jornal trouxe em suas matérias e que deveriam ser pensados como objetos de atenção da polícia militar. Pela análise dos diagramas de *clusters* (Figuras 17, 18 e 19) pode-se notar a mudança de posicionamento do *cluster* em relação aos outros "nós". O "nó" dedicado a agenda institucional da PMERJ (2.2-Institucional) aparece sempre ligado ao "nó" que agrega as matérias onde o tema é a polícia (1.4-Polícia) sendo essa relação algo previsível, uma vez que as questões de polícia devem estar ligadas as ações da polícia.

Mas, para além disso, é importante notar que as ligações com outros *clusters* se modificam nos três períodos. Primeiramente, antes da entrada da UPP no território, a agenda institucional da polícia se liga as questões relacionadas ao tráfico e aos territórios de "favela" e "morro". A relação entre as categorias "favela" e "morro" com a violência já foi discutida na seção anterior. Durante a implementação da UPP essa agenda aparece ligada também com o "nó" morador, além de "morro" e "tráfico" a que já era ligado anteriormente. E por fim, no ano subsequente ao período de implementação da UPP no território, a agenda da polícia passa a vigorar de forma autônoma dos territórios de favela, passando a ter ligação somente com o "tráfico".

Essa mudança parece indicar algo que já foi discutido no capítulo dois e na seção anterior, sobre como os territórios de favela foram incluídos em uma dinâmica de violência urbana e como pela "pacificação" a representação da favela enquanto um território de violência passa a dar lugar a representação da "comunidade. Além dessas mudanças qualitativas da constituição da agenda, pode-se notar uma mudança quantitativa do espaço dado para as matérias sobre as ações da polícia. Há um decréscimo contínuo da proporção de matérias relativas a polícia entre os períodos analisados, iniciando com 44% de matérias e terminando com 21% da cobertura (no período durante a implementação a porcentagem foi de 28%).

Analisando as matérias dos períodos nota-se algumas pautas específicas sendo mobilizadas pelo jornal. O período anterior a "pacificação" dos territórios é abundante em matérias relacionadas as operações policiais nas favelas, muitas delas com mortes ou ferimentos de civis e policiais. De certa forma, as operações policiais são o grande foco da agenda da polícia, mas como visto anteriormente essa agenda perde espaço dentro dos discursos sobre o território, perdendo espaço

consequentemente a cobertura de operações violentas, modificando a representação da favela. Por esse motivo, o período anterior aparece como mais violento, mas muito provavelmente isso se deve ao fato do maior espaço a esse tipo de notícia nesse período:

> Traficantes do Dona Marta atiram em PMs. (“Dona Marta”. O GLOBO, Rio, p.25, 28/08/2008)
>
> PM ocupa Cidade de Deus e 7.700 ficam sem aulas
> Segundo oficial, polícia continuará na favela por tempo indeterminado; ação teve dois traficantes mortos e um preso. (“Cidade de Deus”. O GLOBO, Rio, p.17, 12/11/2008)
>
> Polícia mata chefe do tráfico da Mineira
> Capitão do Bope leva cinco tiros durante operação no morro.
> O bandido, também conhecido como Skol, foi um dos responsáveis pela morte dos três jovens que, em 2008, foram deixados no Morro da Mineira por militares que ocupavam a Providência. Derson recebeu os jovens e comandou a execução dos três. (“Providência”. O GLOBO, Rio, p.13, 16/01/2010)
>
> Três mortos em confronto no Borel
> Tiroteio entre PMs e traficantes provoca interdição da Rua Conde de Bonfim. (“Borel”. O GLOBO, Rio, p.19, 30/03/2010)
>
> Já a ação no Morro do Turano ocorreu de manhã. Policiais do 6 - BPM (Tijuca) estavam investigando uma denúncia sobre a presença de bandidos armados e esconderijos de armas e drogas na favela, quando ocorreu um confronto com traficantes. Um sargento foi baleado, sendo levado para o Hospital Geral da Polícia Militar, no Estácio. Ele não corre risco de vida. (“Turano”. O GLOBO, Rio, p.21, 18/06/2010)
>
> Tiroteio entre bandidos e Bope fecha zoológico
> Confronto, que assustou visitantes, aconteceu numa área de mata atrás da instituição, 15 minutos após abertura. (“Mangueira”. O GLOBO, Rio, p.15, 13/01/2011)

A “metáfora da guerra” (LEITE, 2000) é utilizada de forma massificada nesse período, resumindo as matérias em operações policiais de combate ao tráfico de drogas. A cobertura jornalística de forma massificada em eventos violentos e utilizando sobre tudo as informações dadas pela polícia é uma característica do jornalismo brasileiro como um todo (RAMOS ; PAIVA, 2005). As matérias se resumem em casos específicos e pontuais (JEWKES, 2004) e não são contextualizados com informações de conjuntura, estatísticas e etc., somando-se a isso a fonte única das informações como dito anteriormente (RAMOS ; PAIVA, 2005). A caracterização das matérias da agenda da polícia no período anterior a “pacificação” do território descreve de forma substantiva os argumentos discutidos na seção 4.1 desse trabalho, podendo ser considerado como um retrato desses direcionamentos discutidos de forma teórica.

Em resumo, o conjunto de matérias desse período são compostas de casos de violência diversos, operações da polícia para coibir o tráfico de drogas, investigações, questões relacionadas ao sistema prisional, mudanças de comando da PM e movimentações de traficantes para outros bairros. De forma tímida encontra-se uma matéria falando sobre o diálogo com moradores no caso do Morro da Providência.

O período que congrega as ações para a implementação da UPP no território possui diferenças nas temáticas desenvolvidas como agenda da polícia militar. Muitas matérias encontram-se ligadas a temática da instalação das UPPs, sem se furtar da violência inerente a essas operações, bem como outras ações para coibir o tráfico e etc. De forma distinta do período anterior, nesse pode-se notar que muitas matérias se dedicam a avaliar situações relacionadas a questões internas da PM, como questões relacionadas ao efetivo, a parceria com a Guarda Municipal e com o Disque-Denúncia, como auxiliadores no processo de "pacificação".

Outro tema que ganha vulto considerável dentro da agenda institucional das PMERJ é o que já foi denominado como o "social da UPP" (ROCHA, 2014). São ações que foram desenvolvidas pelas Unidade de Polícia Pacificadora que englobam desde cursos de informática até a realização de bailes de debutantes. Tais ações não possuíam nem um tipo de sistematização ou controle, sendo desenvolvidas pelos próprios policiais que possuíssem alguma aptidão, como artes marciais, balé, etc.:

> Papai Noel visitou o Morro Dona Marta mais cedo que o esperado. Mas, em vez de um velhinho barbudo com roupas vermelhas, foram os policiais do 2-BPM (Botafogo), que ocupam o morro desde novembro, que entregaram os presentes, ontem de manhã. As armas penduradas nas costas e na cintura pareciam não incomodar aos pequenos, que queriam mesmo era abrir os embrulhos. ("Dona Marta". O GLOBO, Rio, p.17, 24/12/2008)

> POLICIAIS MILITARES, em traje de gala, dançam valsa com 16 debutantes, moradoras do Morro da Providência, no Centro do Rio. A festa foi organizada pelos PMs da Unidade de Polícia Pacificadora da favela. Até o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, arriscou uns passos e caiu nas graças de algumas das adolescentes. Ele se soltou também nas oficinas culturais realizadas na UPP da Cidade de Deus. Foi um fim de semana de maior aproximação da polícia com moradores de áreas pacificadas. ("Providência". O GLOBO, Primeiro Caderno, p.02, 16/08/2010)

A temática do "Social da UPP" continua se desenvolvendo no ano seguinte a "pacificação", com maior destaque do que o período de implementação. Mas a temática que mais chama atenção no período pós-"pacificação" é relacionada com problemas da PMERJ, como casos de corrupção, desvio de conduta e problemas em UPPs específicas. O tema da corrupção policial aparece em três matérias no período anterior a "pacificação, é ausente durante a instalação da UPP, e aparece em oito

matérias no período posterior. Somando-se os outros temas citados, são doze matérias referentes a problemas institucionais da PM.

Como discutido na seção 2.6.1 desse trabalho, as UPPs assistem a uma inflexão referente a positividade de sua representação por conta de diversos problemas que surgem em UPPs, como embates com traficantes que resultaram em mortos e feridos (CUNHA, 2015) bem como casos de abusos e corrupção policial. No escopo dessa análise poucos efeitos relacionados ao aumento dos casos de abusos policiais em territórios de UPPs serão analisados, porque a maior parte dos acontecimentos que tiveram grande divulgação se concentraram nos anos de 2013 e 2014, anos que não possuem material na amostra ou possuem de forma residual[47] relacionado a última UPP a ser instalada da amostra (Mangueira):

> Cineasta acusa PM de constrangimento
> Morador da Cidade de Deus, diretor diz que policial abaixou suas calças na rua. (“Cidade de Deus”. O GLOBO, Rio, p.16, 17/05/2010)
>
> Rapper acusa policiais de UPP de agressão
> Mc Fiell afirma ter levado socos e pontapés de 12 agentes da unidade do Dona Marta. (“Dona Marta”. O GLOBO, Rio, p.17, 24/05/2010)
>
> Depois de ser solto, coronel da PM é exonerado
> Investigação da Polícia Civil sobre envolvimento de oficial com o tráfico causa mal-estar. Beltrame nega crise.
> Mas ontem, durante a inauguração de uma oficina de transformação de material reciclável em objetos de moda na Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do Morro do Turano, no Rio Comprido, Beltrame negou que houvesse qualquer mal-estar. Ele disse a decisão do desembargador Paulo Rangel, que determinou a libertação do coronel Beitrami e criticou a investigação que levou à prisão do oficial, foi “pontual”.
> — Não há que se falar em crise. A sociedade quer, o contribuinte merece ver as duas instituições na rua trabalhando, apresentando resultados. Agora, vamos esperar o término do relatório do presidente do inquérito. Vamos esperar o relatório para saber as razoes do desencadeamento dessa operação — disse Beltrame. (“Turano”. O GLOBO, Rio, p.21, 23/12/2011)
>
> Pai de traficante diz que pagou propina a PMs
> Recrutas da Favela da Rocinha vão substituir os 12 policiais da UPP da Mangueira que foram presos por extorsão. (“Mangueira”. O GLOBO, Rio, p.18, 29/06/2012)

É importante ter em mente as datas em que essas matérias foram veiculadas. As duas primeiras que tiveram sua publicação no ano de 2010, quando as UPPs ainda experimentavam seu “auge”, são matérias pequenas, com pouco espaço no jornal e por isso não representavam a pauta principal em relação ao tema da UPP. Nessa época as matérias relacionadas aos “avanços” trazidos pela “pacificação” que dominaram a pauta das matérias do O Globo. A partir de 2011 que esse processo vai

[47] A amostra de matérias abrange o período histórico de dezembro de 2007 até abril de 2013.

se intensificando e ganhando maior proporção, sendo veiculado em matérias maiores e com mais destaque no jornal.

Nota-se que há a gestação de uma agenda em relação aos problemas estruturais que ocorreram nos territórios de UPP, modificando a lógica da cobertura das notícias nesses territórios e com isso suscitando a necessidade de se discutir o projeto como um todo. Como visto no capítulo dois desse trabalho, diversos esforços têm se construído para garantir a sobrevivência do projeto. Já em 2011, como visto na reportagem acima, se falava em crise na PMERJ por conta de casos de corrupção, o que foi se agravando com outros casos mais recentes.

A agenda institucional para a favela controle é demasiado pequena, contém poucas temáticas e volume de matérias. De um modo geral Parada de Lucas não é foco de notícia do jornal em questão (lembrando que O Globo possui a maioria de seus leitores na Zona Sul da cidade e por questões inerentes ao fazer jornalístico discutidas no capítulo quatro não há espaço privilegiado para acontecimentos longe da área onde há o maior consumo do jornal), mas a falta de matérias relacionadas a questões de segurança pública de forma massificada era inesperada.

No conjunto de matérias, a maior parte se dedica a falar sobre operações policiais, mas não há uma lógica que os ligue. Algumas matérias tratam de perseguições a traficantes, outras de blitz na Avenida Brasil e etc. De qualquer forma, todas as matérias falam sobre questões de violência, drogas ou irregularidades, seja no trânsito, seja no território, como ocupações irregulares que são desfeitas em operação policial.

As agendas construídas para as três esferas colocadas (Opinião Pública, Política, Institucional) nos três períodos analisados possuem diferenças substantivas, tanto mudanças em relação aos temas mobilizados pelo jornal, quanto a mudança de valoração de temas específicos, que passaram a receber conotações que anteriormente não possuíam. Cabe nesse momento entender também quais são os atores privilegiados de cada uma dessas esferas que aparecem em diálogo com o discurso jornalístico, tema esse que será tratado na seção seguinte.

4.1.3 Vozes em disputa: construção de agenda e de representações da favela carioca

A última seção desse trabalho se dedicará a caracterização de algumas falas mobilizadas pelo jornal na construção de seus discursos e na formação de suas

agendas para os períodos analisados. Serão enfocados não só os temas a que O Globo mobiliza pela fala dos atores, mas também quem são os atores que ganham espaço no discurso jornalístico. Busca-se com esses resultados analisar as afinidades das falas dos atores com os temas e agendas já discutidos anteriormente e também identificar que atores ganham proeminência no discurso sobre a favela pacificada e quais por outro lado perdem espaço.

A análise se dividirá da mesma forma que a seção anterior, se dividindo entre as esferas da Opinião Pública, Política e Institucional. Lembrando que da mesma forma que a agenda da Mídia não obteve índice de Jaccard suficiente para entrar na análise de cluster, as falas dos formadores de opinião do jornal também não serão analisadas.

Colocando em questão a existência da Opinião Pública, Bourdieu (2003) salienta que qualquer opinião pública é uma construção, e assim o autor já auxilia no entendimento de que a veiculação de certas falas no discurso do jornal está intimamente relacionada com as discussões a respeito da construção de representações sociais discutidas no capítulo três. Apesar de se referir especificamente a pesquisas de opinião, os postulados que o autor contesta são importantes para entender a expressão da opinião dos atores da opinião pública no texto do jornal. Da mesma forma que as representações sociais são construídas pelo discurso, o próprio grupo que ganha voz dentro do jornal é um grupo construído. Segundo o autor:

> Qualquer pesquisa de opinião supõe que todo mundo pode ter uma opinião; ou, colocando de outra maneira, que a produção de uma opinião está ao alcance de todos. Mesmo sabendo que poderei me chocar com um sentimento ingenuamente democrático, contestarei este primeiro postulado. Segundo postulado: supõe-se que todas as opiniões têm valor. Acho que é possível demonstrar que não é nada disso e que o fato de se acumular opiniões que absolutamente não possuem a mesma força real, faz com que se produza artefatos sem sentido. (BOURDIEU, 2003, p. 233).

Assim, o autor pontua que nem toda opinião pública terá necessariamente um espaço de expressão e mesmo tendo um espaço, as opiniões não possuem o mesmo valor. Sendo assim, esses postulados atacados por Bourdieu (2003) possibilitam um posicionamento crítico em relação as falas que serão analisadas nesse texto, falas essas que serão veiculadas de forma mediada pelo jornal.

Como dito na seção anterior a respeito da agenda da opinião pública, a composição do cluster que liga a agenda a fala dos atores da opinião pública permanece inalterado nos três períodos (Figura 17, 18 e 19). Como proposto naquela

seção, a hipótese é de que a agenda já estaria assimilada na fala dos atores da opinião pública, hipótese essa que será comprovada no decorrer desse texto. Em relação ao espaço dedicado as falas desses atores, a proporção é a mesma que foi dedicada a agenda, cerca de 30% em cada período.

Como ressaltado na seção anterior, a temática da valorização imobiliária é ressaltada dentro das falas dos atores da opinião pública. Muitos moradores ressaltam a convivência com tiroteios e balas perdidas, situação que começa a ser contrastada quando a UPP começa a existir como ação da polícia militar e com isso os bairros passam a exigir que sejam contemplados com uma UPP:

> — Realmente, os imóveis na Tijuca estavam com um preço muito baixo, aquém do normal, devido a notícias da guerra do tráfico na região. Agora, os valores estão começando a voltar à normalidade com a notícia da implantação das UPPs. Quando se oferece mais segurança, o aumento das vendas é quase imediato. ("Borel". O GLOBO, Rio, p. 18. 15/03/2010)

> — A Tijuca é um bairro tradicional, que deve resgatar um pouco do seu tradicionalismo. Quem sabe não voltam alguns dos caras que foram para a Barra?
> — O medo e a insegurança são meus vizinhos. Espero poder retomar a cidadania. O morro era um local no qual nem a polícia entrava sem mor- tes. Tomara que esta ocupação, como as outras, ocorra sem confrontos. ("Borel". O GLOBO, Rio, p. 13. 28/04/2010)

As falas colaboram para que haja a criação de uma necessidade de "pacificação" não só das favelas, mas também como para os bairros, trazendo valorização imobiliária e a possibilidade de retorno de moradores antigos que mudaram de bairro por conta da violência. As falas dos moradores são utilizadas nesse contexto para construir a ideia de que a população local almeja a "pacificação", mesmo que esses moradores não sejam dos territórios de favelas. A questão da fala dos moradores de favela foi discutida na seção 5.1.1 desse trabalho. Com a "pacificação" as falas dos moradores se dividem entre os habitantes dos bairros nos arredores das favelas "pacificadas" com os próprios moradores dessas favelas:

> — Está muito bom por aqui. Criei nove filhos e 18 netos no cabresto. Saía para trabalhar e deixava todo mundo trancado dentro de casa. Ninguém foi parar no tráfico. Estou feliz porque minha bisneta, hoje com 1 ano, não vai conhecer a violência. Não quero que a PM saia. ("Cidade de Deus". O GLOBO, Rio, p. 16. 06/12/2009)

> — Os hábitos dos moradores estão mudando. As pessoas ficam até mais tarde na rua. A cracolândia (junto ao túnel Sá Freire Alvim) deu lugar a uma praça, foi uma luta dos moradores. A retirada das armas do tráfico foi fundamental para a paz. ("Borel". O GLOBO, Rio, p. 34. 04/07/2010)

> — A gente mora numa favela que sempre foi esquecida, por isso há muitas pessoas desacreditadas. Pela primeira vez, estamos tendo oportunidades. ("Providência". O GLOBO, Rio, p. 15. 14/12/2010)

A fala dos moradores de favelas não deixa dúvidas: a época, viviam uma realidade totalmente oposta à que vivenciaram durante os anos antes da “pacificação”. Acionando um repertório simbólico que traz à tona a realidade que se constituía pelos signos da violência por meio do processo de “intertextualidade” (FAIRCLOUGH, 2001) o discurso dos moradores legitima a imagem de “paz” trazida pelas UPPs instaladas nesses territórios. O relacionamento dos moradores com os policiais também colabora para a instauração desse cenário de “paz”:

Figura 24

O rastro de segurança da UPP

Índices de criminalidade despencam em favelas que foram ocupadas pela polícia

Vera Araújo

A imagem de um ônibus sendo destruído pelo fogo em Copacabana, na terça-feira, numa ação do tráfico em represália à ocupação policial dos morros do Pavão-Pavãozinho e do Cantagalo, era comum nas ruas em volta da Cidade de Deus. Mas, desde que a PM se instalou na comunidade, em novembro do ano passado, cenas de guerra como essa ficaram no passado. Com a ocupação da favela e a instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no lugar, a violência saiu da rotina dos moradores — e os índices de criminalidade na área comprovam isso. Só no caso dos homicídios, houve uma queda de mais de 82%.

De 10 de novembro de 2007 a 10 de novembro de 2008, a Polícia Civil registrou na Cidade de Deus 34 assassinatos. Já de 11 de novembro de 2008 a 11 de novembro deste ano, foram seis casos. Quanto a roubos de carros, houve, no mesmo período, uma redução de 83% — de 68 registros para 11. Os assaltos em coletivos também despencaram, de 141 para 41 casos, ou seja, 70,9%.

No Morro Dona Marta, em Botafogo, ocupado pela polícia na mesma época, o fenômeno se repetiu. De 18 de novembro de 2007 a 18 de novembro do ano passado, foram registrados três homicídios na área da favela. Já de 19 de novembro de 2008 a 19 de novembro deste ano, não ocorreu um caso sequer. No mesmo período, houve queda, de 44%, no número de rou-

Márcia Foletto

UM POLICIAL MILITAR brinca com um menino na Cidade de Deus, uma cena impensável antes da ocupação da comunidade: a rotina de violência ficou no passado

Fonte: “Cidade de Deus”. O GLOBO, Capa, p. 16, 06/12/2009

Sobre as estratégias de construção das UPPs, Cunha (2015) chama a atenção que desde seu início a UPP procurou privilegiar os moradores mais jovens dos territórios:

> Desde o início do programa, o segmento infanto-juvenil emergia como foco da atenção do comando das UPPs, por ser considerado o mais suscetível à identificação com os traficantes locais. Nesse sentido, nos anos iniciais, foram realizados pelo governo eventos musicais e esportivos nas localidades “pacificadas” com a presença de celebridades, buscando dar visibilidade a situações de integração entre jovens moradores de favelas que antes da “pacificação” sofriam com o domínio armado de traficantes de facções rivais. (CUNHA, 2015, p. 49).

Essa lógica é ressaltada pelos próprios moradores, identificando na presença policial a possibilidade de que seus filhos possam crescer sem receberem a influência dos traficantes locais:

> — Sou de um tempo em que as crianças só seguiam a cabeça dos pais. Hoje, elas são como piolho: seguem a cabeça que passa — diz Branca, fazendo uma metáfora sobre a má influência que os traficantes exerciam sobre as crianças do morro. — Meus netos não vão precisar ver o que eu vi: armas, drogas e cabeças cortadas. ("Turano". O GLOBO, Rio, p. 18. 27/11/2011)

Fotos e matérias como as expostas acima, onde o policial brinca com uma criança na favela, passaram a figurar em algumas matérias do período pós-"pacificação", mostrando um "agente pacificador" com o domínio do território, em contraposição com as imagens relacionadas aos traficantes, figuras do mal e que ora são mostrados portando suas armas, ora nas delegacias quando presos. Além disso, por meio dessas imagens e falas se constrói a figura do policial heroico e bravo, que traz a cidadania, serviços e a "paz" para os moradores das favelas.

Parcas são as matérias sobre Parada de Lucas em que aparecem falas de moradores da favela. Apenas no caso da morte dos membros do AfroReggae (já discutido na seção anterior) e em mais três matérias (uma sobre a falta de saneamento e a outra sobre a ocupação irregular embaixo de um viaduto) que elas aparecem. Dessa forma, as matérias relacionadas a favela controle não possuem muita articulação com a fala de moradores, como acontecia no período pré-"pacificação" como tratado anteriormente, evidenciando que os moradores passam a "existir" de forma mais concreta dentro do noticiário analisado.

Isso se dá por dois movimentos (já tratados na seção anterior): os moradores ganham espaço porque o território passa a vigorar como um espaço a ser levado em consideração pelo jornal; ou eles passam a ser ouvidos por que no cenário "pacificado" há maior segurança para os jornalistas capturarem essas falas; ou ainda a possibilidade dos moradores darem seus comentários sem o receio de ser vítima de alguma sanção do tráfico.

Em se tratando de falas de políticos e seus ministros e secretários, verifica-se que há um aumento de espaço dedicado para esses atores, que antes da "pacificação" possuíam 19% de presença nas matérias da amostra, passando para 34% no período posterior a instalação da UPP. Esses atores aparecem ora pleiteando esquemas de policiamento para garantir a segurança das eleições, ora inaugurando obras em territórios "pacificados". Diversos políticos nesse contexto ganham notoriedade dentro

do discurso do jornal, mas alguns se destacam em relação ao espaço que receberam no jornal. Sem dúvida a figura de maior vulto dentro da temática política é o secretário de segurança José Mariano Beltrame.

Figura 25

JoséMarianoBeltrame

RIO

JURADOS: Márcia Jacinto (dona de casa que perdeu o filho vítima de PMs); Paulo Motta, Joaquim Ferreira dos Santos e Zuenir Ventura (O GLOBO)

Berg Silva

O SECRETÁRIO Beltrame sobe o Morro da Babilônia, no Leme, para visitar a UPP ali instalada

Quem ouve José Mariano Beltrame conversando com moradores dos morros do Chapéu Mangueira e Babilônia não imagina que ele é o secretário de Segurança do estado. Após seis meses da implantação da UPP do Leme, para aqueles seis mil moradores — que viveram por mais de 20 anos sob o domínio de armas — segurança é assunto do passado.

Elenilce Bottari

Eis quem garante o sucesso das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) é Percília da Silva Pereira, líder comunitária que vive na Babilônia há 60 anos:

— Não temos mais qualquer queixa, está ótimo. Podemos entrar e sair a qualquer hora. Se pedimos ao secretário Beltrame que resolva problemas como água e lixo, é porque ele é um homem de palavra.

A opinião de dona Percília resume por que esse gaúcho de Santa Maria, delegado federal formado também em administração de empresas e administração pública e com um vasto currículo em inteligência policial, venceu a categoria Rio do Prêmio Faz Diferença: ele tornou realidade um projeto de governo destinado a pacificar comunidades que por décadas foram dominadas por grupos armados e que promete libertar até o fim deste ano um total de 200 mil habitantes, cerca de 14 % dos moradores de favelas do Rio de Janeiro.

Para implantar as seis primeiras unidades — Dona Marta, Batam, Cidade de Deus, Cabritos/Tabajaras, Cantagalo/Pavão/Pavãozinho e Babilônia/Chapéu Mangueira — foram gastos dois anos.

— Não dá para fazer mágica. A gente precisa sentar, se organizar, olhar essas comunidades, ver com cada uma o que é que precisa, quantos policiais, quantas viaturas, uniformes, rádios, e estrutura física para esse pessoal. Também tenho que reconhecer que não posso tirar policiais das ruas para fazer isso, porque eu não tenho efetivo suficiente nem nas ruas. Preciso fazer novos concursos e treinar esses policiais. E tenho que ter a liberação da Fazenda, porque são pessoas que vão entrar para o cofre do estado — receita o secretário, que, para agilizar algumas implantações, buscou medidas alternativas. — A UPP é um projeto carioca. A iniciativa privada está começando a ajudar. Pedi à CBF para fazer a sede da UPP. Estou pedindo à Metrô Rio que faça algumas obras aqui (na Babilônia). Por que eu faço isso? Para tentar sair dos processos de licitação que nos amarram. Eles são lentos e, quando as pessoas não recebem o que foi prometido, o administrador público, no caso eu, fica com a dívida da promessa. Não gosto de prometer nada. É na atitude que a gente mostra a diferença.

> ‘Estamos criando esperança, e isso é o que nos gratifica. Quanto mais comunidades pacificadas, menos policiais precisaremos.’

Gestor de uma experiência inédita no país, Beltrame se diz agradecido pelo retorno das comunidades sobre o seu trabalho:

— Eu tenho a convicção hoje de que a gente está levando a esperança para as pessoas. À medida em que uma UPP dá certo, a minha mesa amanhece cheia de e-mails de outras comunidades pedindo “por favor, secretário, venha para o meu bairro”. Estamos criando esperança, e isso é o que nos deixa muito gratificados. Quanto mais comunidades estiverem pacificadas, menos policiais precisaremos.

O secretário, que tem um organograma com UPPs até 2016, defende agora uma versão para o asfalto: recursos federais para a melhoria salarial do policial que atua nas ruas:

— Não comparem o Rio a outros estados. Nós temos aqui três facções criminosas rivais, e uma delas ainda tem a cultura forte da violência, sustentada pelo fuzil, que é uma arma de guerra. Onde mais tem isso no Brasil? Que policial militar vive esta realidade? Sabendo dessas diferenças, e nós, demonstrando que estamos no caminho certo, será que não merecemos que esses policiais sejam contemplados com uma ajuda da União?

Fonte: “Cidade de Deus”. O GLOBO, País, p. 02, 23/01/2010

Ganhador do Prêmio “Faz a Diferença” do ano de 2010, concedido pelo O Globo, Beltrame passa a ser a figura que ilustra a disposição para “pacificar” os territórios de favela, modificando a lógica da polícia. De forma muito clara vê-se que sua figura foi criada e consolidada pelo processo de pacificação: no período anterior, Beltrame tem suas falas publicadas em apenas três matérias do jornal, passando a sete matérias no período de implementação e, por fim, quinze matérias no período posterior a implementação da UPP no território. Interessante notar que a elevação do secretário a um ator de relevância no agendamento de questões relacionados a política de segurança pública se dá pelo “sucesso” das UPPs, colando a sua figura ao

projeto, que permanecerá até a atualidade. No período anterior, as falas do secretário são sobre índices de violência em milícias, ou sobre algumas UPPs já instaladas a época:

> Beltrame disse que outros modelos de ocupação também poderão ser implantados: — Temos que ver a expansão com muita calma. Estamos estudando fazer o policiamento em outras áreas, mas não necessariamente como aqui. Temos que levar em conta os costumes da comunidade e a geografia. ("Dona Marta". O GLOBO, Rio, p. 21, 20/12/2008)

> — Eu cobro diariamente. Analiso todos os mapas, quero saber onde estão as viaturas e o que estão fazendo e porquê. Analiso detalhadamente um batalhão por dia. Ontem (quarta-feira) foi a vez do 6- BPM. Hoje (ontem) vou escolher outro batalhão — disse. ("Turano". O GLOBO, Rio, p. 23, 01/10/2010)

Fica claro na primeira fala do secretário que a UPP não tinha por princípio inicial se transformar em uma ação massificada no território, lógica essa que foi ganhando espaço com o tempo e com o bom recebimento da ideia pela opinião pública, pela mídia e pelos políticos envolvidos. No período de implementação, o secretário aparece em matérias onde defende o novo tipo de policiamento, apresentando a lógica para a população e os setores interessados:

> Para Beltrame, a ocupação está surtindo efeito: — Não existe mais o achincalhe das pessoas mostrando fuzis e não permitindo a entrada do cidadão em determinadas áreas. ("Cidade de Deus". O GLOBO, Rio, p. 17, 22/05/2009)

> — Ainda temos que fazer muita coisa — diz Beltrame — Não podemos cobrar da sociedade que ela se sinta mais segura de uma hora para a outra, uma vez que foram 40 anos de traumas por conta da violência. Não ousaria dizer que houve um aumento na sensação de segurança em todos os bairros com pacificadoras. Para que todos sintam isso, é importante multiplicar o número das UPPs. Há dez meses temos tido redução nos índices de criminalidade. ("Borel". O GLOBO, Rio, p. 34, 04/07/2010)

Nesse período é consolidada a imagem do secretário como o grande "pacificador" que resolveu o problema da violência no Rio de Janeiro. Essa imagem será reiterada de forma massificada no período seguinte. No pós-"pacificação" ele comemora o sucesso do projeto, e se engaja nas demandas pelos serviços públicos e programas sociais para as favelas. Beltrame, além de ser a imagem da pacificação, se constrói também como um político que agenda questões e ganha relevância no cenário político do Rio de Janeiro:

> — Os moradores não tinham seu direito de ir e vir garantido. Os caminhões das lojas não podiam fazer entregas em favelas. Agora, é a hora de resgatar a cidadania, com projetos sociais — disse Beltrame." ("Dona Marta. O GLOBO, Rio, p. 17, 01/12/2009)

> — As UPPs pertencem às comunidades e à sociedade. A maior prova disso foi o que aconteceu no Alemão. Não foi apenas uma ocupação policial, foi

> uma ocupação de todo carioca de bem, um engajamento alimentado pela esperança. Isso é muito bom porque fortalece a política de segurança, que agora é a política de todos. (“Providência”. O GLOBO, Rio Virtuoso, p. 06, 30/12/2010)

Fica claro o engajamento e a proeminência que o secretário ganha dentro da agenda política do Rio de Janeiro. Unido a sua imagem, se tem a do governador à época, Sérgio Cabral, quem propiciou com que a imagem de Beltrame ganhasse o vulto que ganhou, colocando o então secretário sempre nas suas falas, quase sempre elogiosas e admitindo que Beltrame era quem possuía todo controle da política de “pacificação”, como será visto em fala do governador mais adiante. Beltrame não aparece em nenhuma matéria analisada que se refere a Parada de Lucas. Uma explicação possível é a de que a “pacificação” tenha recebido tanto espaço na pauta de segurança pública que pronunciamentos do secretário em favelas não “pacificadas” se tornasse inexistente, pelo menos no caso de Parada de Lucas.

Em relação ao governador Sérgio Cabral, o período que compreende a amostra de matérias abarca quase a totalidade dos dois mandatos do mesmo. No período anterior à implementação das UPPs da amostra, as falas de Sérgio Cabral possuem uma ligação direta com os planos de expansão da pacificação na cidade. Todas as falas do então governador são comentários acerca das implantações de UPPs em outras favelas do Rio:

Figura 26

Exemplo carioca para o Brasil

Lula diz que Dona Marta mudará a cara da cidade e é referência para o país

Fábio Vasconcellos

Ao participar ontem da cerimônia de entrega de casas populares e de uma escola técnica no Morro Dona Marta, em Botafogo, acompanhado do governador Sérgio Cabral, do prefeito Eduardo Paes e de vários ministros, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que os programas desenvolvidos na favela, como o de policiamento comunitário implantado pelo estado, devem servir de exemplo para as outras cidades do país. Para Lula, este é o momento de iniciar a transformação do Rio, que sofre com a violência urbana. O presidente disse que voltará ao Dona Marta em 2010, quando deixará o cargo, para mostrar que foi possível mudar a cara do Rio.

— Estou convencido de que o Dona Marta é um exemplo para o Brasil. Eu espero que, daqui a algum tempo, os outros prefeitos de outras cidades, outros governadores, em vez de virem ao Rio e só ficarem ali no centro, com medo de uma bala perdida, que eles possam vir conhecer o fundão do Rio, para perceber que este estado não é feito de bandidos ou de marginais, este estado é feito de homens e mulheres que querem trabalhar, que querem estudar e querem viver dignamente —

Domingos Peixoto

LULA, CABRAL e PAES durante inauguração de escola do PAC na favela de Manguinhos: aposta na união entre as três esferas de governo para transformar o Rio

Fonte: “Dona Marta”. O GLOBO, Rio, p. 12, 04/02/2009

> — Eu e o Eduardo Paes mudamos a visão de como governar o Rio. Estamos enfrentando as duas formas de violência no Complexo de Manguinhos e nas outras comunidades da cidade: a ausência do poder público e o domínio do poder paralelo. (“Cidade de Deus”. O GLOBO, Rio, p. 12, 04/02/2009)
>
> — Todos estão torcendo para que as UPPs avancem. Certamente, ele disse isso no entusiasmo e na torcida para que as coisas avancem cada vez mais. Mas, como estamos no comando do processo, precisamos ter serenidade e responsabilidade no passo a passo. O Ricardo Rotemberg apenas manifestou seu desejo, sua torcida, e citou comunidades que, efetivamente, receberão as UPPs porque a população delas merece — disse Cabral, na cerimônia de inauguração de uma nova elevatória da Cedae, no Recreio. (“Borel”. O GLOBO, Rio, p. 28, 27/03/2010)
>
> — O pressuposto para o sucesso do Porto (a revitalização do Cais do Porto do Rio) era a segurança no Morro da Providência. Não tenho dúvidas que a combinação do projeto Porto Maravilha com a UPP será positivamente explosiva. (“Providência”. O GLOBO, Rio, p. 12, 27/04/2010)

Na foto acima, os três representantes do executivo se reúnem numa demonstração do que Sérgio Cabral considerou como a condição de possibilidade do projeto das UPPs: a união entre a esfera federal, estadual e municipal na construção da “pacificação”. Diversas vezes o governador apareceu nas matérias da amostra realizando inaugurações de obras juntamente com seus pares políticos citados anteriormente.

Além disso, fica claro nas falas extraídas acima que o projeto das UPPs é um fator positivo na fala de Sérgio Cabral, bem como se liga ao projeto do Porto Maravilho, sendo a UPP na Providência o pré-requisito para que as obras de modernização do porto pudessem discorrer de forma planejada. As UPPs se ligam na fala do governador ao projeto mais amplo de modernização do Rio de Janeiro para sediar os jogos olímpicos, questão que já foi discutida em seções anteriores.

O posicionamento do governador não se modifica muito nos outros períodos, apresentando resultados no que diz respeito a utilização da política de pacificação como uma plataforma política:

Figura 27

Boa de segurança e de urna

UPP leva Cabral a ter o dobro do número de votos em áreas pacificadas em comparação com 2006

Elenilce Bottari

Às 5h30m de 19 de novembro de 2008, 130 PMs subiram o Morro Dona Marta, em Botafogo, expulsaram traficantes e ocuparam uma creche que nunca fora inaugurada, após confronto sem feridos. Começava assim, sem anúncios e sob críticas, o programa que, em quase dois anos, já instalou 12 Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) — a décima-terceira está em implantação — em 38 comunidades, beneficiando 200 mil pessoas e transformando as dúvidas do primeiro momento na certeza de uma vitória avassaladora do governador Sérgio Cabral no primeiro turno das eleições do Rio.

Um levantamento feito pelo GLOBO, com base nos resultados das seções eleitorais dentro ou próximas de áreas ocupadas por oito UPPs, confirmou a força do programa no voto do carioca. Em todos os bairros, a votação de Cabral praticamente dobrou em comparação com os resultados do primeiro turno de seu primeiro

Fotos de Fábio Rossi

A FAVELA do Batam, em Realengo, uma das áreas onde Cabral teve uma votação expressiva: o governador recebeu 70,20% dos votos na região, contra 37,78% em 2006

Fonte: “Providência”. O GLOBO, Rio, p. 18, 17/10/2010

De fato, é notável a projeção política que as UPPs tiveram na figura desses dois políticos: de um lado Beltrame conseguiu projeção nacional e internacional por ter sido o idealizador de um “novo policiamento” que de alguma forma conseguiu sanar o que parecia insolúvel, o problema da violência armada no Rio de Janeiro. Por outro lado, Cabral conseguiu se reeleger com ampla vantagem[48], tendo conseguido o dobro de votos em territórios pacificados, se comparado com os resultados obtidos na sua primeira eleição, como na manchete acima diz.

A política de segurança de certa forma é uma das questões mais importantes na esfera política do Rio de Janeiro. No último ano do governo Cabral, o mesmo deixou o governo para seu vice assumir, tanto para criar visibilidade para o que será seu sucessor como também minimizar os efeitos do desgaste de sua figura pública pelos sucessivos escândalos envolvendo a UPP e a polícia como um todo.

De forma similar ao Beltrame, Sérgio Cabral só possui uma fala nas matérias dedicadas a Parada de Lucas. Em relação a todos os atores políticos estudados, pode-se dizer que pouquíssimas são as falas dedicadas a Parada de Lucas, evidenciando que não há muita participação de políticos na construção do discurso sobre Parada de Lucas. Analisado o diagrama de clusters acerca das matérias da

[48] Cabral foi reeleito em 2010 com 5.217.972 votos, o equivalente a 66,08% dos votos válidos, conseguindo se reeleger no primeiro turno das eleições.

favela controle, pode-se verificar que as falas de políticos não vigoram no esquema, de forma que se pode afirmar que as matérias sobre Parada de Lucas são marcadas por um silencio dos atores políticos de todas as esferas.

Para as falas dos atores institucionais da PMERJ identifica-se um movimento semelhante ao ocorrido com a agenda para essa esfera. As falas dos atores institucionais da polícia passaram a perder espaço com as implementações de UPPs nos territórios de favela do Rio de Janeiro. As falas desses atores se apresentavam em 19% das matérias analisadas no período anterior à “pacificação”, terminando com 8% de presença nas matérias. Cabe lembrar que o “nó” dedicado as falas dos atores institucionais não aparecem em nenhum dos diagramas de clusters analisados (figuras 17, 18, 19 e 21) não havendo assim similaridade significativa entre os discursos desses atores com os outros “nós” estudados.

Apesar disso, diferente do que aconteceu com os “nós” dedicados a “mídia”, as falas dos atores institucionais serão analisadas por ter sido analisado anteriormente a agenda institucional da polícia (seção 5.1.2.). Dito isso, é importante primeiramente identificar quais são os atores que se destacam nessa esfera. Não há um nome especifico que tenha um espaço privilegiado dentro da amostra estudada. Dentro da PMERJ foram divididos os atores em algumas categorias para melhor compreensão, resultado em cinco grupos: Policiais Militares sem cargos de comando; Comandantes de batalhões; Comandantes de UPPs; Relações Públicas; e policiais do Comando Geral, envolvendo o Estado Maior e o comando geral das UPPs. Outros atores aparecem em diálogo com os atores institucionais da polícia militar, como delegados e policiais civis, juízes e outras instâncias do judiciário. Apesar disso a análise irá focalizar apenas os atores da polícia militar do Rio de Janeiro.

Dois movimentos são interessantes na análise da fala desses atores. As falas referentes aos Comandantes de batalhões versus as falas de Comandantes de UPPs se relacionam de forma inversamente proporcional. Ou seja, enquanto o espaço para os Comandantes de batalhões possuía espaço maior no período pré-instalação de UPPs, esse espaço foi dando lugar às falas de Comandantes de UPPs. Um movimento que acompanha dois fluxos já discutidos anteriormente: o decréscimo da agenda institucional somado com a mudança de lógica das questões agendadas para essa agenda da polícia.

Ou seja, a agenda criada pela mídia tem total ligação com os atores que serão mobilizados para receberem voz no discurso do jornal. O jornal ao relacionar agendas

e atores define quem é responsável pelo quê, produzindo também representações sobre o objeto de reportagem. Quando a favela é agenda da polícia e possui falas dos atores dessa esfera, a representação é relacionada com a lógica da “guerra” e, por outro lado, quando a favela passa a ser tratada mais na agenda política, trazendo falas de atores políticos e da opinião pública, a “favela” dá lugar a “comunidade”, lugar de direitos e deveres.

De acordo com a agenda, os assuntos a que os policiais militares são convocados para se posicionar sofrem modificações. Essas mudanças ficam manifestas na mudança do foco antes dado aos batalhões para as UPPs mudando o foco dos bairros para as favelas na amostra selecionada. É claro que quando há UPP no território o comandante da mesma será chamado para dar conta do que acontece naquela região, mas chama atenção o fato de que mesmo que se falem de outras favelas sem UPP a referência que ganha espaço privilegiado é a “Pacificadora”. Quando se analisa o caso da favela Parada de Lucas, poucas são as vozes que são ouvidas pelo jornal, possuindo apenas falas de Comandantes de batalhão (3) e policiais sem postos de comando (1).

Aqui se encerra as seções dedicadas para a análise do material que compõe a amostra de matérias para as favelas escolhidas. Tais vozes foram mobilizadas nessa análise para colaborar com as questões discutidas na seção anterior que procurou reconstruir as agendas que foram instituídas pelo jornal estudado. Longe de se propor a servir como forma de verificar se a agenda construída encontrou amparo dentro do discurso livre dos atores de cada esfera, há o entendimento de que as falas aqui mobilizadas nada mais são que pedaços de realidade coletados para formar as representações idealizadas pelo jornal e pelos atores em diálogo com o veículo.

Ou seja, as falas dos atores são usadas como ferramentas de construção de agenda, num processo que liga o ator que vigora dentro do discurso do jornal e os que encontram nele semelhança. O que se pretende dizer é que com as “falas sobre a sociedade” (BECKER, 2009) desses atores específicos veiculadas nas matérias analisadas há a possibilidade de reconhecimento de outros atores dessas esferas, dando legitimidade ao discurso do jornal. É mais fácil assimilar as representações que fazem parte de um escopo em que se está imbuído, sendo as falas importantes no processo de reconhecimento da legitimidade de tal discurso.

ENTRE CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

Limites do estudo e agenda de pesquisa

O estudo que aqui se conclui buscou tratar do papel do jornal O Globo enquanto formulador de representações sociais e agendas em relação aos territórios de favela do Rio de Janeiro no período da “pacificação” dos territórios. Sem se furtar do histórico das representações sociais sobre a favela carioca, essas “novas” representações se mostraram em muitos casos como continuidades das imagens anteriores, ou como uma reapropriação de signos anteriormente construídos.

De fato, como visto no capítulo dois, diversas foram as representações construídas em relação a favela carioca desde sua origem, no início do século XX, até a atualidade. Mesmo com certa diversidade de símbolos envolvidos nessas representações, as favelas cariocas se mantiveram no imaginário social de forma subalterna a uma ordem formal/legal, o que promoveu a construção simbólica desses territórios de forma mediada com a ideia de “falta”: falta de regularização fundiária, falta de serviços básicos, falta de República, falta de cidadania, falta de civilidade, etc. É sustentado no capítulo dois que essa imagem é atualizada a cada período, nunca deixando de ser acionada por diferentes setores.

De forma muito clara na análise, pode-se identificar que esses símbolos não se perderam no tempo, se mostrando atuais e mobilizados de formas diversificados. Tal fato fica evidente pela discussão a respeitos das “ex-favelas”, ou seja, no momento em que o território passa a receber o que lhe falta, há uma transformação. Tal mudança é apenas aparente, pois mesmo que no território estejam funcionando certos serviços públicos, sua inserção na cidade formal não se dá sem que haja uma mediação, fato que fica expresso em sua “nova” definição: “ex-favelas”. A questão da representação é mais profunda do que a discussão sobre aglomerados subnormais (ver seção 5.1.2.), e por isso foi importante refazer a trajetória das representações de favelas na história.

A partir da segunda metade da década de 1970 e início dos anos 1980, começa a despontar o papel do tráfico enquanto um símbolo quase que majoritário na representação das favelas cariocas. Com o aumento vertiginoso da presença de armas nas favelas, esses territórios passaram a ser enquadrados dentro de uma lógica em que a violência era a síntese de sua imagem. A dualidade criada pela lógica

da “falta” serviu de base para que os confrontos entre o Estado, por meio de sua polícia militar, e os grupos de traficantes fossem sintetizados pela “metáfora da guerra” (LEITE, 2000), imagem essa que será consolidada nas décadas seguintes e encontrará campo fértil dentro de mandatos de certos governadores, discutidos principalmente nas seções 2.5 e 2.6 desse trabalho.

Com o recrudescimento da violência, tanto objetiva quanto subjetiva (ver seção 2.6. e 2.6.1, sobre índices de violência e “crenças do perigo” (BORGES, 2011), há a gestação de uma tentativa de modificar a lógica do policiamento. Certamente, as UPPs não possuíam em seu início a pretensão de ser um projeto para todas as favelas do Rio, mas com a boa recepção da mídia e de outros setores da sociedade, ele passou a ser o carro-chefe das ações da Secretaria de Segurança pública, na figura de Beltrame.

Procurando retirar o controle armado do território, as UPPs, em um primeiro momento, impactaram nos símbolos de violência que predominaram nesses territórios até então. Procurando desfazer a “metáfora da guerra”, as UPPs traziam os símbolos da “paz”, da cidadania e da valorização dos territórios de favela. De fato essas mudanças parecem estar circunscritas dentro das lógicas anteriores, mantendo ainda a diferenciação entre favelas e cidade formal.

É interessante notar que no percurso histórico das favelas cariocas, diversos símbolos tenham adensado suas representações e, mesmo que as UPPs estivessem atacando os símbolos bélicos e de guerra, esses símbolos relacionados a “falta” e a violência não tenham perdido seu espaço. A entrada de novas representações se faz por um processo analisado no capítulo dedicado as teorias de representação social (seção 3.1) denominado “ancoragem” (MOSCOVICI, 2007). O que era, por um curto espaço de tempo, não-familiar, passa a ser colocado dentro das lógicas que construíram tantas representações a que foram imputadas as favelas e territórios de pobreza. Com esses novos signos de “paz” e cidadania, a hipótese era de que o jornal escolhido, no período estudado, pudesse mostrar uma mudança de lógica na construção das representações de favelas e nos temas de agenda para diferentes esferas.

A produção jornalística possui diversas especificidades, utilizando ferramentas diversas na construção dos seus discursos. Tais ferramentas e orientações foram abordadas no capítulo quatro desse estudo e auxiliam no entendimento. Por serem “produtos organizacionais” (BECKER, 2009), essa produção se configura dentro de

um estoque restrito por essas possibilidades. Dentro desse contexto onde as matérias são selecionadas pelo princípio do *newsworthiness* (JEWKES, 2004), as agendas são construídas pelo jornal dentro de hierarquias pré-concebidas. O estudo da estruturação de agendas especificas pelo jornal se mostra importante dentro do contexto atual, uma vez que já foi comprovado por estudos anteriores (analisados na seção 3.2 desse estudo) que a mídia possui um papel muito importante no que se refere a elencar questões a serem discutidas pela sociedade.

Nesse contexto, o presente estudo se apresentou como um esforço para entender a dinâmica de construção de agendas por meio do jornal O Globo. Não se pode admitir que tal operação se enquadre dentro dos estudos de agenda-setting, uma vez que não foi contemplado no desenho da pesquisa a análise da penetração dessas questões levantadas pelo jornal no discurso dos agentes dessas esferas a que o jornal estaria em diálogo. Ou seja, não se pode afirmar que questões trazidas pelo jornal como temas para discussão da esfera política tenham encontrado campo fértil nos discursos dos agentes dessa esfera. Tal fato pode ser encarado como a primeira limitação do estudo e como a primeira perspectiva, uma vez que tal questão se enquadra dentro da agenda de pesquisa que será desenvolvida futuramente em outros trabalhos.

Além disso, a análise se fixou nos territórios analisados, gerando uma amostra de matérias que possui intercessões e se dão em diferentes momentos históricos. Tal limite foi discutido no início do capítulo cinco e se deve especificamente ao fato de que o período pré-“pacificação” de cada um dos territórios acontece em momentos distintos da história, e com isso, em momentos muito diferentes das UPPs e de sua cobertura na mídia. Ou seja, o momento anterior a “pacificação” no caso da Mangueira parece ser muito distinto do caso Dona Marta. Apesar de haver esse diálogo com o tempo histórico, o que a análise demonstrou é que as questões trazidas pelo jornal apresentam certa similaridade apesar dessa influência.

Ou seja, mesmo que o contexto já fosse de uma grande expansão das UPPs no território, o caso Mangueira antes da “pacificação” possui similaridades ao mesmo período de análise no caso Dona Marta. Essa questão foi trazida no discorrer das seções de análise (5.1.1; 5.1.2; e 5.1.3) de forma qualitativa, com a análise das matérias de cada favela dentro do contexto que se capturou com a análise mais “macro” da amostra como um todo. Ou seja, buscou-se trazer as determinações mais

gerais dentro da cobertura do jornal, buscando esmiuçar essas relações por meio de análise das matérias e seus *leads*.

De forma geral, a seção que analisou os temas relacionados à cobertura do jornal O Globo das favelas “pacificadas” mostrou que tais temas possuem ligação com a forma pela qual o jornal escolhe a denominação desses territórios. Quando a categoria “favela” era mobilizada de forma massificada nas matérias, ela estava em diálogo com os temas relacionados a polícia e ao tráfico. Em sua maior parte, essas matérias versavam principalmente sobre operações policiais de confronto com o tráfico de drogas, ficando muito evidente os signos da violência.

As análises conjuntas dos clusters e das nuvens de palavras apresentaram a modificação da constituição dos discursos das matérias do jornal. Tais mudanças se configuraram em relação a uma mudança de categorias, onde “favela” passa a ser ligada a “comunidade” e aos temas relacionados aos seus moradores e a políticas governamentais agora desenvolvidas nos territórios. Outras questões foram discutidas, como mudanças em relação à cidadania, valorização imobiliária e etc., e todas elas apontam para o que já foi denominado como um movimento que modifica as favelas “de territórios de pobreza a territórios de negócios” (LEITE, 2015).

A segunda seção (5.1.2) buscou responder a pergunta sobre a construção das agendas entorno das favelas estudadas. Há modificações nas três agendas analisadas, da Opinião Pública, da Política e da Institucional da PMERJ, contribuindo para os resultados referentes às temáticas mobilizadas pelo jornal nos três períodos analisados. Algumas questões foram abordadas em relação ao enquadramento que setores da opinião pública receberam, enfocando nas questões dos projetos sociais, que anteriormente eram majoritariamente construídos no território e posteriormente passam a ser mediados pela UPP e a inserção de novos projetos nos territórios.

Além disso, outras questões culturais são postas na discussão, como o caso do funk nesses períodos, além da valorização imobiliária dos territórios de favela e de seus entornos. Verificou-se também que o espaço para discussão de assuntos da esfera política teve um aumento considerável nas páginas do jornal, trazendo discussões sobre os projetos que chegaram às favelas “pacificadas”, utilizando a “pacificação” como plataforma política. Essa questão fica evidente na seção que fecha a análise, onde se discutem os atores que tiveram sua fala divulgada (de forma mediada, é clara) pelo jornal. Focalizando nos dois atores que se destacam, os resultados das análises mostram como a figura do Beltrame, enquanto um ator

político, foi construída pela “pacificação” e como o governador Sérgio Cabral se utilizou das UPPs como plataforma política para sua reeleição.

Esse ponto se abre como uma perspectiva fecunda para novos estudos. A questão da segurança possui uma relevância considerável desde o retorno das eleições estaduais em 1982 como apontado por Soares (2003), e, em sendo um estado marcado pelas imagens de violência, acredita-se que a temática da segurança pública seja um dos fatores proeminentes nas eleições estaduais do Rio de Janeiro desde então. E como comprovado por esse estudo e pelos demais já citados, a mídia possui um importante papel de influenciar/determinar agendas, e temas. Desse modo se constrói aqui um possível desdobramento desse estudo, procurando verificar o agendamento de questões pela mídia e sua influência nos debates políticos e por fim nas eleições estaduais.

Por fim, espera-se que esse estudo possa adensar as discussões acerca do papel da mídia na construção de agendas e de representações, bem como no local da favela no discurso desse ator. Suas lacunas e limites são entendidos como agenda de pesquisa, uma vez que o objeto se mostra não só complexo, como necessário para o entendimento das representações sociais.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio. **Espaço e Debates**, São Paulo, v. 14, n. 37, p.34-46, 1994.

ATHAYDE, Celso; BILL, MV; SOARES, Luis Eduardo. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis ganhos fáceis**: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 2003.

BAZELON, D. The hidden politics of American criminology, in J. Conrad (ed.) **The Evolution of Criminal Justice**, Newbury Park, CA: Sage, 1978.

BECKER, Howard. Falando da Sociedade: Ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social. Rio de Janeiro: Zahar., 2009.

BEZERRA, Heloisa Dias. Cobertura jornalística e eleições majoritárias: proposta de um modelo analítico. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005

BIRMAN, Patrícia. Favela é comunidade? In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio (Org.). **Vida sob cerco:** violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

BORGES, Doriam. **O medo do crime na cidade do Rio de Janeiro**: uma análise sob a perspectiva das crenças de perigo. Curitiba: Appris, 2011.

_____. As estatísticas de violência e a profecia autocumprida do medo. In: Guaracy Minguardi. (Org.). **Política de segurança:** os desafios de uma reforma. 1ed.São Paulo: Fundação Abramo, 2013, v. 1, p. 13-30.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **Questões de Sociologia**. Fim de Século – Edições, Sociedade Unipessoal, Lda. Lisboa, 2003.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BRUM, Juliana de. A Hipótese do Agenda Setting: estudos e perspectivas. In **Razón y Palabra**, n. 35. Estado de México: 2003. Disponível em: http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n35/jbrum.html. Acesso em 15 dez. 2014.

BRUM, Marcio Sergio. Memórias da remoção: o incêndio da Praia do Pinto e a "culpa" do governo. XI Encontro nacional de História Oral–Memória, democracia e justiça, 2012.

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.). **Um século de Favela**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CALDEIRA, Teresa. Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CANO, Ignácio (Coord.). **Os donos do morro**: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro / Organização: Doriam Borges, Eduardo Ribeiro e Ignácio Cano. – São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança pública; Rio de Janeiro: LAV/UERJ, 2012.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **O processo de Agenda-Setting na reforma da administração pública (1995-2002)**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Educação e Ciências Humanas. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2004.

CARDOSO, A. L. O Programa Favela-Bairro - Uma Avaliação. In: Seminário de Avaliação de Projetos IPT Habitação e Meio Ambiente Assentamentos Urbanos Precários, 2002, São Paulo. **Anais do Seminário de Avaliação de Projetos IPT Habitação e Meio Ambiente Assentamentos Urbanos Precários.** São Paulo: Páginas e Letras Editora e Gráfica LTDA, 2002. p. 37-50.

CECCHETTO, F. As Galeras Funk Cariocas: entre o lúdico e o violento. In: VIANNA, H. **Galeras Cariocas**: territórios de conflitos e encontros culturais. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003 (2ªed), p.93-116.

CHATTERJEE, Partha. **Colonialismo, modernidade e política**. Salvador: EdUFBA/Ceao, 2004.

COBB, Roger; ELDER, Charles. **Participation in American Politics:** The Dinamic of Agenda Building. Boston: Allyn and Bacon, 1972.

COELHO, Maria Cláudia. Rio de Janeiro, Sexta-feira Santa. Notas para uma discussão sobre mídia, violência e alteridade. **Revista Rio de Janeiro**, n. 12, jan-abril 2004.

_____. Rio de Janeiro, Sexta-Feira Santa de 2004, Parte 2: as elites cariocas e os conflitos na Rocinha. **Teoria e Cultura**. Juiz de Fora, v.3, n. 1/2 p. 21-31 jan./dez. 2008

COOK, Timothy. **Governing With the News:** The News Media as a Political Institution. Chicago: University of Chicago Press, 1998.

CUNHA, Christina Vital da. O medo do retorno do medo: Um ponto de inflexão no programa das UPPs. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** - Vol. 8 – no 1 - jan/fev/mar 2015 - p. 41-62.

DIAS, Heloísa. **Estratégias narrativas e imagens da política**: a eleição municipal de 1996 na primeira página do jornal O Globo. Pesquisa desenvolvida no Laboratório de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública do Iuperj, 1997.

DUARTE, Evandro C. Piza et al. Quem é o suspeito do crime de tráfico de drogas? Anotações sobre a dinâmica dos preconceitos raciais e sociais na definição das condutas de usuário e traficante pelos policiais militares nas cidades de Brasília, Curitiba e Salvador. In: LIMA, Cristiane do Socorro Loureiro et al. (Org.). **Segurança pública e direitos humanos:** temas. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2014.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FARIAS, Juliana. Da atualização dos mecanismos de controle: a transformação dos favelados em população 'matável'. **Revistas Os Urbanistas** – Revista de Antropologia Urbana, no. 7, ano 5, 2008.

FAULHABER, Lucas. Rio Maravilha: práticas, projetos políticos e intervenção no território no início do século XXI. (Trabalho final de Graduação). Rio de Janeiro: UFF, 2012.

FAUSTO NETO, Antônio et al. A construção discursiva da violência: o caso do Rio de Janeiro. **Revista Comunicação & Política**, v.1, n.2, março de 1995.

FGV. Avaliação do Impacto do Policiamento Comunitário na Cidade de Deus e no Dona Marta. Relatório de Pesquisa. Junho de 2009. Mimeo.

FIRDMAN, Luis C. Delegação de poder discricionário: O sonho de paz. **DILEMAS:** Revista de Estudos de Conflto e Controle Social - Vol. 7 - no 4 - out/nov/dez - p. 611-623.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GOMBRICH, E. H. **Arte e ilusão:** um estudo da psicologia da representação pictórica. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. P. 53-72.

GONÇALVES, Kátia Pires. **Em nome das UPPs:** uma análise das representações midiáticas sobre a ocupação da favela da Rocinha. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Faculdade de Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

HERÉDIA, Leila. **A retórica da capa:** a reeleição de FHC e de Lula na primeira página de O Globo e FSP. Tese de mestrado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008

IBGE. **Censo Demográfico 2010**: Aglomerados subnormais: Informações territoriais. Censo demogr., Rio de Janeiro, p.1-251, 2010

JEWKES, Yvonne. **Media and Crime**. Londres: SAGE, 2004.

JODELET, D. Représentations sociales: un domaine en expansion. In JODELET, D. (Ed.) **Les représentations sociales**. Paris: PUF, 1989, pp. 31-61. Tradução disponível em: http://portaladm.estacio.br/media/3432753/jodelet-drs-um-dominio-em-expansao.pdf. Acesso em 02 mai. 2014.

JUNIOR, Nilton Rodrigues. Nos trilhos da modernidade: os efeitos da reforma Agache na circulação pelo Rio de Janeiro. **Revista Espaço Acadêmico**, Paraná, n. 158, Jul. 2014. Disponível em <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/23455>. Acesso em 02 Jan. 2015.

KINGDON, John W. Agendas, Alternatives, and Public Policies. 2nd Edition. Harper Collins College Publishers, 1985. in SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas Públicas - Coletânea Volume 1**. Como chega a hora de uma ideia (pp. 219-224); Juntando as coisas (pp. 225-246), 2007.

LAPLANTINE, François. Anthropologie des systèmes de représentations de la maladie: de quelques recherches menées dans la France contemporaine réexaminées à la lumière d'une expérience brésilienne. In: Jodelet, Denise. (Dir.) **Les représentations sociales**. Paris: Presses Universitaires de France, 1991.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação:** como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2000.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. **A sociologia do Brasil urbano.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

LEEDS, Elizabeth. Political complementarity of favelas with larger society of Rio de Janeiro. **37th International Congress of Americanists**, Mar del Plata, 1966.

LEITE, Márcia Pereira. Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. **Rev. bras. Ci. Soc**., São Paulo, v. 15, n. 44, out. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 Jan. 2015.

_____. Da 'metáfora da guerra' ao projeto de 'pacificação': Favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, Vol. 6, no 2. 2012. pp. 374-389.

_____. De territórios de pobreza a territórios de negócios: dispositivos de gestão das favelas cariocas em contexto de “pacificação”. In BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia Pereira; MACHADO, Carly; CARNEIRO, Sandra de Sá (orgs). **Dispositivos Urbanos e trama dos viventes:** Ordens e resistências. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

LIPPMANN, Walter. **Public Opinion**. Wading River, Long Island: 1921.

MACHADO DA SILVA, Luis Antônio. A continuidade do “problema da favela”. In Oliveira, Lúcia Lippi (org.): **Cidade:** história e desafios, Rio de Janeiro: FGV: CNPq, 2002, p.220-237.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio, LEITE, Márcia da Silva Pereira ; FRIDMAN, Luis C., Matar, morrer, ‘civilizar’: O problema da segurança pública. Em: **Mapas:** Monitoramento Ativo da Participação da Sociedade (relatório de pesquisa). Rio de Janeiro, Ibase/Action Aid/Ford Foundation, s/d.

MACHADO DA SILVA, Luis Antônio. A política na favela. **Cadernos Brasileiros**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 35-47, mai/jun. 1967.

_____. **AFINAL, QUAL É A DAS UPPS?** Observatório das Metrópoles, 2010. Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/artigo_machado_UPPs.pdf. Acesso em: 18 fev. 2015.

_____. “Violência urbana”, segurança pública e favelas: O caso do Rio de Janeiro atual. **Caderno CRH**, Vol. 32, no 59, 2010. pp. 283-300.

_____. A experiência das UPPs: Uma tomada de posição. **DILEMAS:** Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 8 – no 1 - JAN/FEV/MAR 2015 - pp. 7-24.

MACHADO, Ana Brasil. O Muro é a Notícia: o Discurso da Ordem e o Ecolimite do Santa Marta. **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, V. 1, N.2, p. 157-166, 2011

MAGALHÃES, Alex Ferreira. A URBANIZAÇÃO DE FAVELAS E SEUS COROLÁRIOS: A INTRODUÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE USO DO SOLO EM FAVELAS “URBANIZADAS”. **Anais do Seminário URBFAVELAS 2014**. São Bernardo do Campo, 2014. Disponível em: http://www.sisgeenco.com.br/sistema/urbfavelas/anais/ARQUIVOS/GT1-119-103-20140630232603.pdf. Acesso em: 21 fev. 2015.

MATTOS, Rômulo Costa. Aldeias do Mal. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 25, 2007.

_____. As "classes perigosas" habitam as favelas: um passeio pela crônica policial no período das reformas urbanas. **Desigualdade & Diversidade**, n. 5, jul. /dez., 2009.

MCCOMBS, Maxwell & SHAW, Donald. “The agenda-setting function of mass media”; **The Public Opinion Quarterly**, Vol. 36, n. 2. (Summer, 1972). Disponível em: http://www.unc.edu/~fbaum/teaching/PLSC541_Fall06/McCombs%20and%20Shaw%20POQ%201972.pdf. Acesso em 15 dez. 2014.

MCCOMBS, M. E. and SHAW, D. L. The Evolution of Agenda-Setting Research: Twenty-Five Years in the Marketplace of Ideas. **Journal of Communication**, 43: 58–67, 1993. doi: 10.1111/j.1460-2466.1993.tb01262.x

MCCOMBS, Maxwell. Estableciendo la agenda. El impacto de los medios en la opinión pública y en el conocimiento. Barcelona, Paidós Ibérica., 2006.

MCGERR, Michael E. Participation in American Politics: The Dynamics of Agenda-Building by Roger W. Cobb; Charles D. Elder; Winners and Losers: Social and Political Polarities in America by Irving Louis Horowitz. **Presidential Studies Quarterly**. Vol. 15, No. 2, Priorities and Strategies in Foreign Policy: 1985-1989 (Spring, 1985), pp. 442-444. Published by: Wiley. Article Stable URL: http://www.jstor.org/stable/27550229.

MENDONÇA, T. S.; SIQUEIRA, R. A. S.; BEREICOA, T. L.; CARVALHO, M.; GOMES, B. O funk está 'pacificado’? **Comunicações do ISER**, v. 67, p. 80-105, 2012.

MENEGUSSI, Juliana Morais; OGATA, Márcia Niituma; ROSALINI, Maria Helena Pereira. O agente comunitário de saúde como morador, trabalhador e usuário em São Carlos, São Paulo. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, Apr. 2014 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462014000100006&lng=en&nrm=iso>. Access on 25 Feb. 2015.

MISSE, Daniel Ganem. Cinco anos de UPP: um breve balanço. **DILEMAS:** Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 7 – no 3 - jul/ago/set 2014 - pp. 675-700.

MISSE, Michel. Malandros, **Marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro.** Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigação em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MUNIZ, Jaqueline; LARVIE, Sean Patrick; MUSUMECI, Leonarda; FREIRE, Bianca. Resistências e dificuldades de um programa de policiamento comunitário. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 9(1): 197-213, maio de 1997.

MUSUMECI, Leonarda (coord.). **A experiência de policiamento Comunitário em Copacabana (1194-95)**. Relatório final do monitoramento qualitativo. Jun. 1996. Disponível em: http://www.ucamcesec.com.br/wordpress/wp-

content/uploads/2011/05/PolicComunitCopacabana_texto+anexos.pdf. Acesso em: 18 fev. 2015.

NERI, Marcelo Côrtes (Coord.). **Desigualdades e favelas Cariocas:** a Cidade Partida está se Integrando? Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2010.

NETO, Nelson Felix Lima. **mobilizações comunitárias em torno da ameaça de remoção de moradores de favelas na perspectiva do direito à cidade**. Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e Práticas: Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400541480_ARQUIVO_MOBILIZACOESCOMUNITARIASEMTORNODAAMEACADEREMOCAODEMORADORESDEFAVELASNAPERSPECTIVADODIREITOACIDADE.pdf. Acesso em 21 jan. 2015.

NUNES, Pablo. A “Guerra” e a “Paz” no discurso midiático sobre segurança pública na cidade do Rio de Janeiro. **Cidades, Comunidades e Territórios**, 25 (Dez/2012), pp. 68 - 82.

OLIVEIRA, Ricardo de. Euclides da Cunha, Os Sertões e a invenção de um Brasil profundo. **Rev. Bras. Hist**., São Paulo, v. 22, n. 44, 2002. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200012&lng=en&nrm=iso>. Access on 18 Feb. 2015

OST, Sabrina; FLEURY, Sonia. O mercado sobe o morro: a cidadania desce? Efeitos socioeconômicos da pacificação no Santa Marta. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 3, Sept. 2013 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582013000300006&lng=en&nrm=iso>. Access on 26 Jan. 2015.

PAIVA, Luiz Fábio Silva. **Os significados da Morte:** Os discursos dos meios de comunicação sobre crimes que “abalaram” o Brasil. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de pós-graduação em Sociologia. Ceará: Universidade Federal do Ceará, 2012.

PALERMO, Luis Carlos. A Imprensa e a Construção de uma Representação Social Para as Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPS). XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, Rio de Janeiro, 2011.

PARK, Robert E. The Natural History of the Newspaper. **The American Journal of Sociology**, Vol. 29, n. 3, nov., 1923.

PARK, Robert, BURGESS, Ernest W. and MCKENZIE, Roderick D. **The City**. Chicago: University of Chicago Press, 1925.

PERLMAN, Janice. **O mito da Marginalidade**: favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PMERJ. **Boletim da PM** nº. 022 – 05 fev. 2009.

PORTO, Maria Stela Grossi. Mídia, Segurança Pública e Representações Sociais. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, v.21, n.2: 211-233, novembro de 2009.

_____. **Sociologia da Violência**. Brasília: Verbana Editora, 2010.

PREFEITURA, DO DISTRITO FEDERAL. **Código de Obras de 1937**. 1937.

RAMOS, Silvia ; MUSUMECI, Leonarda. **Elemento suspeito:** abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro; com artigos de Paul Amar e Marcelo Paixão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RAMOS, Silvia ; PAIVA, Anabela. mídia e violência – como os jornais retratam a violência e a segurança pública no Brasil. **Boletim segurança e cidadania**. Ano 04 / nº 10 - dezembro de 2005.

_____. **Mídia e violência**: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

RAMOS, Silvia. Violência, crime e mídia. In LIMA, Renato Sérgio; RATTON, José Luiz ; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli (orgs). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

REINER, R. The rise of virtual vigilantism: crime reporting since World War II, **Criminal Justice Matters**, 43, Spring, 2001.

REIS, Andrea. De Chanel na lama, a imagem de Marta Suplicy pela mídia**.** In: **Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política**, 3, 2009, São Paulo, SP. Anais (on-line). São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, 2009. Disponível: http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/andrea_reis.pdf. Acesso em 15 dez. 2014.

RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes ; MONTANDON, Ana Maria Alemão. O que os policiais querem dizer com ‘policiamento comunitário’: Uma análise dos discursos dos oficiais da PMERJ. **DILEMAS**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 7 – no 2 - ABR/MAI/JUN 2014 - pp. 233-260.

RIBEIRO, Rodrigo Lopes Cavalcanti. rumo a Triagem: dilemas do conjunto habitacional bairro carioca no atual processo de reassentamento de moradores de favelas do Rio de Janeiro. **Seminário URBFAVELAS**: São Bernardo do Campo, 2014. Disponível em: s. Acesso em 21 jan. 2015.

RIO DE JANEIRO. Decreto Nº 41.653 de 22 de Janeiro de 2009. Dispõe sobre a implantação, estrutura, atuação e funcionamento das unidades de polícia pacificadora (UPP) no estado do Rio de Janeiro e dá outras providências, 2011. Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/DecretoSeseg42.787Upp.pdf. Acesso em: 18 fev. 2015.

RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 41.931 25 de Junho de 2009,** 2009c. Disponível em: http://download.rj.gov.br/documentos/10112/1519398/DLFE-59718.pdf/Decreto41.93109.pdf. Acesso em: 18 fev. 2015.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 42.787 de 06 de janeiro de 2011. dispõe sobre a criação da unidade de polícia pacificadora - UPP e dá outras providências, 2009a. Disponível em: http://questionadora.blogspot.com.br/2010/06/decreto-n-41650-de-21-de-janeiro-de.html. Acesso em: 18 fev. 2015

ROCHA, Iara de Salvo; PEDRO, Rosa Maria Leite Ribeiro. O Social Chega ao Morro: Engendramentos em uma Favela Pacificada. **Rev. Polis e Psique**, 2013; 3(3):87-105

ROCHA, L. M. Representações e autorrepresentações: nota sobre a juventude carioca moradora de favelas e os projetos de audiovisual. In: Ângela Moulin S. Penalva Santos; Gláucio José Marafon; Maria Josefina Gabriel Sant'Anna. (Org.). **Rio de Janeiro:** Um território em mutação. 1ed.Rio De Janeiro: Gramma: Faperj, 2012, v. 1, p. 133-154.

ROCHA, L. M.; ARAUJO, E. "Tudo é cultura": jovens moradores de favelas e participantes de projetos culturais discutem cultura e segregação territorial. In: Jorge Luiz Barbosa; Caio Gonçalves Dias. (Org.). **Solos Culturais**. 1ed. Rio De Janeiro, 2013, v. 1, p. 109-123.

ROCHA, Lia de Mattos & PALERMO, Luís Claudio. 'O morro está na calmaria': Mídia impressa e o repertório da paz no contexto da pacificação. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** - Vol. 8 - no 1 - JAN/FEV/MAR 2015 - pp. 25-40.

ROCHA, Lia de Mattos. Da "cidade integrada" ao "empreendedorismo": participação e gestão nas margens em tempos de "pacificação". **Anais da ANPOCS**. 38º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, 2014. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9156&Itemid=456. Acesso em: 23 fev. 2015.

RODRIGUEZ, Andréa; FERREIRA, Rhaniele; ARRUDA, Angela. Representações sociais e território nas letras de funk proibido de facção. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, dez. 2011 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682011000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 24 fev. 2015.

RONDELLI, Elizabeth. Imagens da violência: práticas discursivas. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 10(2): 145-157, outubro de 1998.

ROSATO, Cássia Maria. **Direitos Humanos para quem? Uma análise de discursos jornalísticos em Pernambuco e São Paulo (1987 e 1997)**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Ensaio sobre a origem das línguas**. São Paulo: Editora Unicamp, 2008.

SÁ, Antônio Roberto Cesário de. **Sistema integrado de metas e acompanhamento de resultados da Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro**. VI Congresso CONSAD de Gestão Pública, 2013. Disponível em: http://banco.consad.org.br/bitstream/123456789/1023/1/C6_TP_SISTEMA%20INTEGRADO%20DE%20METAS%20E.pdf. Acesso em: 18 fev. 2015.

SANTOS, Anastácia. **Crack e a gestão pública municipal do Rio de Janeiro: discursos e práticas**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA. **Currículos para os Cursos de Formação: Soldados - Cabos – Sargentos**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://download.rj.gov.br/documentos/10112/1045734/DLFE-52905.pdf/curriculocfap.pdf. Acesso em 18 fev. 2015.

SENTO SÉ, João Trajano & SOARES, Luiz Eduardo. Estado e Segurança Pública no Rio de Janeiro: dilemas de um aprendizado difícil. LAV-UERJ, 1999. Disponível em: http://www.lav.uerj.br/docs/art/jt/jt_1999-dilemas.pdf. Acesso em: 17 fev. 2015.

SILVA, Arnaldo Eugênio Neto. **Coalescência**: Estigma, violência e mídia na contemporaneidade. Tese (Doutorado em Sociologia) - programa de estudos pós-graduados em Ciências Sociais. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

SOARES, Luiz Eduardo. "**A crise no Rio e o pastiche midiático**". In: http://luizeduardosoares.blogspot.com/2010/11/crise-no-rio-e-o-pastiche-midiatico.html. 2010.

_____. Novas políticas de segurança pública. **Estud. av**., São Paulo , v. 17, n. 47, Apr. 2003 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 Mar. 2015.

SOUZA, Jaquelaine Aparecida. **Leituras do Medo:** As notícias sobre violência e sua relação com o sentimento de insegurança. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Goiás: Universidade Federal de Goiás, 2012.

TELLES, Vera da Silva. Favela, favelas: interrogando mitos, dogmas e representações. **Rev. bras. Ci. Soc**., São Paulo , v. 21, n. 62, Out. 2006 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 Jan. 2015.

ULHARUZO, Juliana Rebêlo. **A ressignificação discursiva da violência no texto e no contexto das práticas sociais:** o caso do jornal Maskate**.** Dissertação (Mestrado

em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

VAINER, Carlos. **cidade de exceção:** reflexões a partir do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/download/2874/2811. (Acesso em 05 ago. 2013). XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. 2011.

VALLA, Victor Vincent. Educação, participação, urbanização: uma contribuição à análise histórica das propostas institucionais para as favelas do Rio de Janeiro, 1941-1980. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 1, n. 3, set. 1985. Disponível em <http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1985000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 Jan. 2015.

VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela:** do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. A gênese da favela carioca: A produção anterior às ciências sociais. **RBCS**, vol. 15, n. 44, out., 2000.

VAZ, Lilian Fessler. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos—a modernização da moradia no Rio de Janeiro. Análise social, p. 581-597, 1994.

VENTURA, Zuenir. **Cidade Partida**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1994.

VIANNA, H.. O funk como símbolo da violência carioca. In: **Cidadania e Violência** (G. Velho & M. Alvito, org), pp. 178-187, Rio de Janeiro: UFRJ: FGV, 1996

VITAL, Christina. " O Problema" Favela Ontem e Hoje: Novas falas dos moradores. **Revista Acervo**, v. 17, n. 1, p. 127-138, 2011.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do diabo.** Rio de Janeiro: Revan:UFRJ, 1981.

_____. **A máquina e a revolta:** as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ANEXO

ANEXO A- Tabelas de Coeficiente de Jaccard:

Antes		
Nós\\2- Agenda\2.2- Institucional	Nós\\1- Temas\1.4- Polícia	0,622408
Nós\\3- Atores\3.4- Mídia\3.4.1- Editoria	Nós\\2- Agenda\2.2- Institucional	0,575534
Nós\\2- Agenda\2.2- Institucional	Nós\\1- Temas\1.5- Tráfico	0,562782
Nós\\3- Atores\3.4- Mídia\3.4.1- Editoria	Nós\\2- Agenda\2.1- Política	0,539253
Nós\\3- Atores\3.4- Mídia\3.4.1- Editoria	Nós\\1- Temas\1.4- Polícia	0,52792
Nós\\1- Temas\1.5- Tráfico	Nós\\1- Temas\1.4- Polícia	0,518079
Nós\\1- Temas\1.2- Favela	Nós\\1- Temas\1.1- Morro	0,507437
Nós\\1- Temas\1.4- Polícia	Nós\\1- Temas\1.1- Morro	0,503857
Nós\\1- Temas\1.4- Polícia	Nós\\1- Temas\1.2- Favela	0,484117
Nós\\1- Temas\1.5- Tráfico	Nós\\1- Temas\1.2- Favela	0,481083
Nós\\3- Atores\3.4- Mídia\3.4.1- Editoria	Nós\\1- Temas\1.2- Favela	0,463763
Nós\\3- Atores\3.3- Opinião Pública	Nós\\2- Agenda\2.3- Opinião Pública	0,458641
Nós\\1- Temas\1.3- Comunidade	Nós\\1- Temas\1.2- Favela	0,452811
Nós\\3- Atores\3.4- Mídia\3.4.1- Editoria	Nós\\2- Agenda\2.3- Opinião Pública	0,451841
Nós\\1- Temas\1.5- Tráfico	Nós\\1- Temas\1.1- Morro	0,443555
Nós\\2- Agenda\2.2- Institucional	Nós\\1- Temas\1.2- Favela	0,434779
Nós\\2- Agenda\2.2- Institucional	Nós\\1- Temas\1.1- Morro	0,4233
Nós\\3- Atores\3.4- Mídia\3.4.1- Editoria	Nós\\1- Temas\1.1- Morro	0,420628
Nós\\2- Agenda\2.1- Política	Nós\\1- Temas\1.2- Favela	0,418863
Nós\\3- Atores\3.4- Mídia\3.4.1- Editoria	Nós\\1- Temas\1.5- Tráfico	0,416253
Nós\\1- Temas\1.4- Polícia	Nós\\1- Temas\1.3- Comunidade	0,412453
Nós\\1- Temas\1.3- Comunidade	Nós\\1- Temas\1.1- Morro	0,410665
Nós\\1- Temas\1.6- Morador	Nós\\1- Temas\1.2- Favela	0,399803
Nós\\2- Agenda\2.3- Opinião Pública	Nós\\1- Temas\1.2- Favela	0,392005
Nós\\1- Temas\1.6- Morador	Nós\\1- Temas\1.1- Morro	0,386811
Nós\\1- Temas\1.5- Tráfico	Nós\\1- Temas\1.3- Comunidade	0,379726
Nós\\2- Agenda\2.1- Política	Nós\\1- Temas\1.4- Polícia	0,379031
Nós\\1- Temas\1.6- Morador	Nós\\1- Temas\1.3- Comunidade	0,375229
Nós\\2- Agenda\2.2- Institucional	Nós\\2- Agenda\2.1- Política	0,374704
Nós\\2- Agenda\2.3- Opinião Pública	Nós\\1- Temas\1.1- Morro	0,374568
Nós\\2- Agenda\2.1- Política	Nós\\1- Temas\1.7- Cidade	0,370821
Nós\\2- Agenda\2.2- Institucional	Nós\\1- Temas\1.3- Comunidade	0,370804

Durante		
Nós\\2- Agenda\2.2- Institucional	Nós\\1- Temas\1.4- Polícia	0,55499
Nós\\3- Atores\3.4- Mídia\3.4.1- Editoria	Nós\\1- Temas\1.4- Polícia	0,552748
Nós\\3- Atores\3.4- Mídia\3.4.1- Editoria	Nós\\2- Agenda\2.1- Política	0,521477
Nós\\1- Temas\1.4- Polícia	Nós\\1- Temas\1.1- Morro	0,472384
Nós\\3- Atores\3.4- Mídia\3.4.1- Editoria	Nós\\2- Agenda\2.2- Institucional	0,464108
Nós\\1- Temas\1.5- Tráfico	Nós\\1- Temas\1.1- Morro	0,462412
Nós\\1- Temas\1.3- Comunidade	Nós\\1- Temas\1.1- Morro	0,457244
Nós\\3- Atores\3.4- Mídia\3.4.1- Editoria	Nós\\1- Temas\1.1- Morro	0,451215
Nós\\1- Temas\1.5- Tráfico	Nós\\1- Temas\1.4- Polícia	0,450891
Nós\\3- Atores\3.3- Opinião Pública	Nós\\2- Agenda\2.3- Opinião Pública	0,4503

Nós\\3- Atores\3.4- Mídia\3.4.1- Editoria	Nós\\1- Temas\1.2- Favela	0,449684
Nós\\1- Temas\1.4- Polícia	Nós\\1- Temas\1.3- Comunidade	0,44459
Nós\\2- Agenda\2.2- Institucional	Nós\\1- Temas\1.5- Tráfico	0,443343
Nós\\1- Temas\1.6- Morador	Nós\\1- Temas\1.4- Polícia	0,442799
Nós\\1- Temas\1.5- Tráfico	Nós\\1- Temas\1.2- Favela	0,441896
Nós\\1- Temas\1.3- Comunidade	Nós\\1- Temas\1.2- Favela	0,43951
Nós\\1- Temas\1.2- Favela	Nós\\1- Temas\1.1- Morro	0,432157
Nós\\1- Temas\1.4- Polícia	Nós\\1- Temas\1.2- Favela	0,431624
Nós\\2- Agenda\2.1- Política	Nós\\1- Temas\1.2- Favela	0,43079
Nós\\1- Temas\1.6- Morador	Nós\\1- Temas\1.1- Morro	0,424175
Nós\\3- Atores\3.4- Mídia\3.4.1- Editoria	Nós\\1- Temas\1.3- Comunidade	0,422053
Nós\\3- Atores\3.4- Mídia\3.4.1- Editoria	Nós\\2- Agenda\2.3- Opinião Pública	0,421406
Nós\\2- Agenda\2.1- Política	Nós\\1- Temas\1.4- Polícia	0,42028
Nós\\2- Agenda\2.1- Política	Nós\\1- Temas\1.3- Comunidade	0,416008
Nós\\1- Temas\1.6- Morador	Nós\\1- Temas\1.2- Favela	0,413049
Nós\\2- Agenda\2.1- Política	Nós\\1- Temas\1.1- Morro	0,409981
Nós\\2- Agenda\2.2- Institucional	Nós\\1- Temas\1.1- Morro	0,404131
Nós\\1- Temas\1.6- Morador	Nós\\1- Temas\1.3- Comunidade	0,401322
Nós\\1- Temas\1.6- Morador	Nós\\1- Temas\1.5- Tráfico	0,3974
Nós\\1- Temas\1.5- Tráfico	Nós\\1- Temas\1.3- Comunidade	0,396105
Nós\\2- Agenda\2.3- Opinião Pública	Nós\\1- Temas\1.6- Morador	0,390241
Nós\\3- Atores\3.4- Mídia\3.4.1- Editoria	Nós\\1- Temas\1.6- Morador	0,382458
Nós\\2- Agenda\2.3- Opinião Pública	Nós\\1- Temas\1.2- Favela	0,380547
Nós\\2- Agenda\2.2- Institucional	Nós\\1- Temas\1.3- Comunidade	0,38054
Nós\\2- Agenda\2.3- Opinião Pública	Nós\\1- Temas\1.4- Polícia	0,376859
Nós\\2- Agenda\2.2- Institucional	Nós\\1- Temas\1.2- Favela	0,371942
Nós\\3- Atores\3.4- Mídia\3.4.1- Editoria	Nós\\1- Temas\1.5- Tráfico	0,370186

Depois		
Nós\\3- Atores\3.4- Mídia\3.4.1- Editoria	Nós\\2- Agenda\2.1- Política	0,602261
Nós\\2- Agenda\2.2- Institucional	Nós\\1- Temas\1.4- Polícia	0,511721
Nós\\3- Atores\3.4- Mídia\3.4.1- Editoria	Nós\\1- Temas\1.4- Polícia	0,476973
Nós\\2- Agenda\2.1- Política	Nós\\1- Temas\1.3- Comunidade	0,450915
Nós\\3- Atores\3.4- Mídia\3.4.1- Editoria	Nós\\2- Agenda\2.3- Opinião Pública	0,4487
Nós\\1- Temas\1.4- Polícia	Nós\\1- Temas\1.3- Comunidade	0,447857
Nós\\1- Temas\1.3- Comunidade	Nós\\1- Temas\1.2- Favela	0,445099
Nós\\1- Temas\1.6- Morador	Nós\\1- Temas\1.3- Comunidade	0,442493
Nós\\1- Temas\1.4- Polícia	Nós\\1- Temas\1.1- Morro	0,440601
Nós\\1- Temas\1.2- Favela	Nós\\1- Temas\1.1- Morro	0,434501
Nós\\2- Agenda\2.1- Política	Nós\\1- Temas\1.4- Polícia	0,430315
Nós\\3- Atores\3.4- Mídia\3.4.1- Editoria	Nós\\1- Temas\1.3- Comunidade	0,429687
Nós\\1- Temas\1.4- Polícia	Nós\\1- Temas\1.2- Favela	0,426926
Nós\\1- Temas\1.3- Comunidade	Nós\\1- Temas\1.1- Morro	0,426094
Nós\\2- Agenda\2.1- Política	Nós\\1- Temas\1.2- Favela	0,420374
Nós\\1- Temas\1.6- Morador	Nós\\1- Temas\1.2- Favela	0,417358
Nós\\2- Agenda\2.2- Institucional	Nós\\1- Temas\1.5- Tráfico	0,414202
Nós\\1- Temas\1.5- Tráfico	Nós\\1- Temas\1.4- Polícia	0,409777
Nós\\3- Atores\3.3- Opinião Pública	Nós\\2- Agenda\2.3- Opinião Pública	0,403392
Nós\\3- Atores\3.4- Mídia\3.4.1- Editoria	Nós\\1- Temas\1.2- Favela	0,39424
Nós\\1- Temas\1.6- Morador	Nós\\1- Temas\1.1- Morro	0,390449
Nós\\1- Temas\1.6- Morador	Nós\\1- Temas\1.4- Polícia	0,377057

Nós\\2- Agenda\2.3- Opinião Pública	Nós\\1- Temas\1.3- Comunidade	0,374811
Nós\\2- Agenda\2.1- Política	Nós\\1- Temas\1.1- Morro	0,372631
Nós\\1- Temas\1.5- Tráfico	Nós\\1- Temas\1.2- Favela	0,371337
Nós\\3- Atores\3.4- Mídia\3.4.1- Editoria	Nós\\1- Temas\1.1- Morro	0,370879
Nós\\2- Agenda\2.1- Política	Nós\\1- Temas\1.6- Morador	0,370079

Controle		
Nós\\2- Agenda\2.2- Institucional	Nós\\1- Temas\1.4- Polícia	0,580872
Nós\\3- Atores\3.4- Mídia\3.4.1- Editoria	Nós\\2- Agenda\2.1- Política	0,509169
Nós\\3- Atores\3.4- Mídia\3.4.1- Editoria	Nós\\2- Agenda\2.2- Institucional	0,428709
Nós\\1- Temas\1.3- Comunidade	Nós\\1- Temas\1.2- Favela	0,424908
Nós\\3- Atores\3.3- Opinião Pública	Nós\\2- Agenda\2.3- Opinião Pública	0,3923
Nós\\3- Atores\3.4- Mídia\3.4.1- Editoria	Nós\\1- Temas\1.4- Polícia	0,372451